

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, ARTE E  
HISTÓRIA DA CULTURA

LUCAS PEREIRA REZENDE

MACKENZIE E GAMMON: Trajetórias de Transição  
(1952-1964)

São Paulo  
2022

LUCAS PEREIRA REZENDE

MACKENZIE E GAMMON: Trajetórias de Transição  
(1952-1964)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, Arte e História da Cultura.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Marcel Mendes

São Paulo

2022

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Mackenzie  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R467m	Rezende, Lucas Pereira. MACKENZIE E GAMMON: TRAJETÓRIAS DE TRANSIÇÃO (1952-1964) : [recurso eletrônico] / Lucas Pereira Rezende. 3709 KB ; il.  Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022. Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Marcel Mendes. Referências Bibliográficas: f. 246-266.  1. Mackenzie. 2. Gammon. 3. Educação Presbiteriana. 4. Nacionalização. 5. Federalização. I. Mendes, Marcel, <i>orientador(a)</i> . II. Título.
-------	--

Bibliotecário(a) Responsável: Marcela Da Silva Matos - CRB 8/10691

## Folha de Identificação da Agência de Financiamento

**Autor:** Lucas Pereira Rezende

**Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em** Educação, Arte e História da Cultura

**Título do Trabalho:** Mackenzie e Gammon: Trajetórias de Transição (1952-1964)

O presente trabalho foi realizado com o apoio de<sup>1</sup>.

- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- Instituto Presbiteriano Mackenzie/Isenção integral de Mensalidades e Texas
- MACKPESQUISA – Fundo Mackenzie de Pesquisa
- Empresa/ Indústria:
- Outro:

<sup>1</sup> **Observação:** caso tenha usufruído mais de um apoio ou benefício, selecione-os

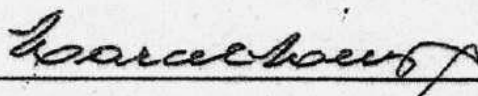
LUCAS PEREIRA REZENDE

MACKENZIE E GAMMON: Trajetórias de Transição (1952-1964)

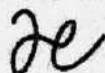
Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, Arte e História da Cultura.

Aprovado em 10 / 8 / 2022.

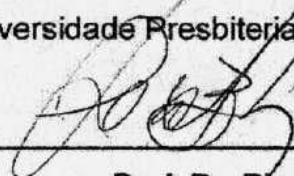
BANCA EXAMINADORA



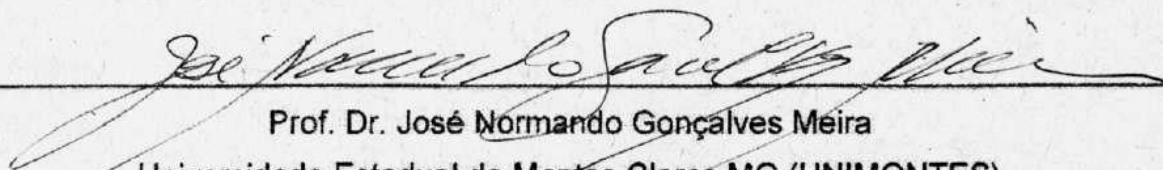
Prof. Dr. Marcel Mendes – Orientador  
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)



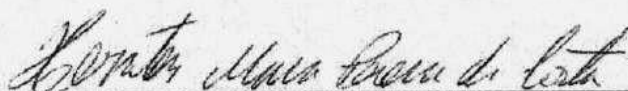
Prof. Dr. João Clemente Souza Neto  
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)



Prof. Dr. Ricardo Bitun  
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)



Prof. Dr. José Normando Gonçalves Meira  
Universidade Estadual de Montes Claros MG (UNIMONTES)



Prof. Dr. Hermisten Maia Pereira da Costa  
Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR)

À Maria Fernanda Arriel Rezende

## **AGRADECIMENTOS:**

*“...E que tens tu que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que te vanglorias, como se o não tiveras recebido?”* 1ª Epístola de Paulo aos Coríntios 4:7

Ao Instituto Presbiteriano Mackenzie e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por viabilizarem financeiramente a realização da pesquisa através da bolsa e/ou isenção concedida ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura.

Ao meu distintíssimo professor e orientador neste trabalho, Dr. Marcel Mendes, que já me inspirava através de suas pesquisas antes mesmo de conhecê-lo pessoalmente, apenas pelo contato com suas obras. Sem seu apoio e confiança o pleito se tornaria bem menos exitoso no que tange aos objetivos a que me proponha.

Aos Profs. Drs. João Clemente Souza Neto (UPM) e José Normando Gonçalves Meira (UNIMONTES), dois mestres no sentido e significado mais singular e verdadeiro do termo, que muito mais que examinadores da pesquisa, ofereceram através de suas aulas, decisivas e importantes contribuições para toda a minha vida acadêmica.

Ao amigo e companheiro precioso de ministério: Prof. Dr. Arthur Pinto Chaves (USP).

Aos profissionais ligados aos acervos que foram consultados, todos atenciosos e dispostos a colaborar com a pesquisa, com especial distinção ao Dr. Alysson Massote diretor do Instituto Presbiteriano Gammon e ao amigo e ex-diretor do Museu Bi Moreira, Angelo Alberto de Moura Delphim, que me deu acesso, inclusive, ao seu acervo pessoal. À Profa. Dra Judith Tonioli Arantes pela ajuda com tradução de texto.

À minha amada esposa Fernanda e à minha pequena “Mafê”, que de maneira profunda e especial materializam a bondade de Jesus Cristo em minha vida.

Aos meus amados e inesquecíveis pais, Waldir e Maria Augusta (in memorian), e aos pais e avós que Deus me repôs, Marcos André, Sandra, Maria das Graças e Sebastião. Ao meu irmão Adilson e minha cunhada Renata, meu sobrinho Douglas e meu cunhado Gabriel (família)

Ao meu pastor e amigo, Rev. David Cestavo, companheiro e instrumento de Deus em meu ministério.

À Igreja Presbiteriana do Alto da Lapa e seu Conselho, comunidade onde tenho o privilégio de servir como pastor.

*“Cada instituição tem a sua própria trajetória na construção de sua história e na busca de sua identidade”.*

Oswaldo Henrique Hack



## RESUMO

Estabelecidos no Brasil nos anos de 1869 e 1870, respectivamente, o Instituto Presbiteriano Gammon na cidade mineira de Lavras, e o Instituto Presbiteriano Mackenzie na capital de São Paulo, representam, cada um em seu contexto específico, parte substancial do legado educacional presbiteriano no país. Por serem instituições fundadas por missões americanas em um mesmo período histórico e envolvendo valores, práticas administrativas e pedagógicas, e ainda personagens em comum, naturalmente se posicionam dentro de um campo de interação, que inclui em sua conformação, distintas trajetórias de transição relacionadas a estas instituições. Caracterizadas por movimentos decisivos, similares, e simultâneos de nacionalização e federalização, as trajetórias são apresentadas neste trabalho através de narrativas históricas paralelas, construídas a partir de conceitos básicos oriundos da concepção estrutural de cultura, concebida pelo sociólogo e professor da Universidade de Cambridge, John B. Thompson. Ligada à concepção estrutural de cultura, a “Hermenêutica de Profundidade” (HP), foi adotada como alternativa metodológica, tendo seus conceitos referenciais adaptados aos objetivos deste trabalho, configurando três momentos analíticos distintos e complementares dentro de um único “arco hermenêutico”. O primeiro momento foi fixado pelos objetivos gerais da pesquisa e se efetivou pela produção de narrativas históricas crítico-interpretativas relacionadas às trajetórias de transição das instituições na circunscrição do período de 1952 a 1964. Para esse propósito foram desenvolvidas interpretação de discursos que a partir da concepção estrutural de cultura são tratados como “formas simbólicas”, cujas análises são desenvolvidas em consideração aos contextos quotidianos de produção, construção e recepção, tendo sido acessadas pela utilização de cerca de 150 fontes históricas, incluindo documentos como atas e relatórios, discursos impressos, publicações de jornais e revistas, correspondências, arquivos audiovisuais, e pesquisas anteriormente empreendidas. O segundo momento analítico se estabeleceu em função dos objetivos específicos da pesquisa, e consistiu na identificação das assimetrias na estrutura social do campo de interação, tarefa viabilizada pela aplicação da pesquisa sócio-histórica em seus diferentes aspectos analíticos constitutivos: situação espaçotemporal, campo de interação, instituições sociais, e estrutura social, conceitos que foram adaptados por John B. Thompson a partir das contribuições do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Com base nestes momentos distintos da pesquisa, tem-se o terceiro momento analítico, que oferece uma interpretação/reinterpretação do paralelo histórico entre as diferentes trajetórias das instituições, estruturada a partir das narrativas históricas crítico-interpretativas e pela pesquisa sócio-histórica, e que identifica e descreve as diferenças nas trajetórias institucionais a partir das assimetrias da estrutura social, consistindo em um espaço prévio de conclusões que são advindas do esforço investigativo empreendido. Em breves considerações finais, são apresentadas algumas implicações dos resultados alcançados no decorrer dos momentos analíticos distintos.

Palavras Chaves: Educação Presbiteriana. Mackenzie. Gammon. Nacionalização. Federalização.

## ABSTRACT

Founded in Brazil in 1869 and 1870, respectively, Gammon Presbyterian Institute, in the city of Larvas, Minas Gerais, and Mackenzie Presbyterian Institute, in the city of São Paulo, represent, each in its own particular context, a substantial part of the presbyterian educational legacy in the country. Because they are institutes founded by north american missions in the same historical period, which involve values, administrative and pedagogical practices, and common characters, they naturally position themselves within an interaction field that includes in its formation transitioning trajectories particular related to these institutions. Marked by decisive movements, both similar and simultaneous in their nationalization and federalization aspects, the trajectories are presented in this paper, in parallel to historical narratives that are guided by basic concepts of the structural conception of culture as conceived by the Sociologist and Professor at Cambridge University, John B. Thompson. Linked to the structural conception of culture, the "Hermeneutics of Depth" (DH) was adopted as a methodological alternative, having its referential concepts adapted to the objectives of this work, configuring three distinct and complementary analytical moments within a single "hermeneutic arc". The first moment was established by this research's general goals, and it has been accomplished by the production of critical-interpretative historical narratives related to the transitional trajectories that took place from 1952 to 1964. In order to achieve such goal, it has been developed an analyzes of discourses that from the structural concepts of culture are treated as "symbolic forms" whose analyzes are developed in consideration of the daily contexts of production, construction and reception, having been accessed by the use of about 150 historical sources, including documents such as minutes and reports, printed speeches, pieces published in newspapers and magazines, mail, audiovisual files, and the aforementioned researches. The second analytical moment was established according to the specific objectives of the research, and consisted in the identification of the asymmetries in the social structure, a task made possible through the application of the sociohistorical research in its different analytical constitutive aspects: space-time situation, interaction field, social institutions, and social structure. Such concepts have been adapted by John B. Thompson from the contributions by French Sociologist Pierre Bourdieu. Based on these different moments of the research, there is the third analytical moment, which offers an interpretation/reinterpretation of the historical parallel between the different trajectories of the institutions, structured from the critical-interpretative historical narratives and by the socio-historical research, and that identifies and describes the differences in institutional trajectories based on the asymmetries of the social structure, consisting of a previous space for conclusions that come from the investigative effort undertaken. In brief final remarks, some implications of the results achieved during the different analytical moments are considered.

Key-words: Presbyterian Education. Gammon. Mackenzie. Nationalization. Federalization.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Escola de Engenharia do Instituto Mackenzie .....	23
Figura 2 – Escola de Agronomia do Instituto Gammon .....	23
Figura 3 – Projeto de William Waddell e Samuel Gammon de uma universidade evangélica no Brasil (Federação Universitária Evangélica) .....	30
Figura 4 – Benjamim Hunnicutt em encontro de diretores da ESAL (2º da esquerda para direita) .....	33
Figura 5 – Benjamim Hunnicutt em encontro de presidentes do Mackenzie (ao centro) .....	33
Figura 6 - Cerimônia de Instalação da Universidade Mackenzie .....	71
Figura 7- Matéria sobre a nacionalização do Mackenzie e o seu futuro .....	72
Figura 8 – Presidentes do Mackenzie até sua nacionalização .....	84
Figura 9 – Primeiro presidente brasileiro .....	84
Figura 10 – Richard Waddell assina a Escritura de Doação do Patrimônio do Instituto Mackenzie à Igreja Presbiteriana do Brasil.....	106
Figura 11 – O jovem estudante Sergio Prandini .....	120
Figura 12 – Matéria sobre a Assembleia Geral do CAHL .....	121
Figura 13 – Matéria noticia decisão unânime do Conselho Federal de Educação pela não intervenção no Mackenzie .....	137
Figura 14 – Noite festiva em celebração aos 50 anos da ESAL (jovem estudante Alysson Paolinelli recebe convidados ilustres para o início das celebrações .....	141
Figura 15 – Órgão Informativo do Instituto Gammon trazendo lado a lado matérias sobre a nacionalização do IG e a Federalização da ESAL .....	142
Figura 16 – Presidentes / Reitores do Instituto Gammon até a sua nacionalização .	155
Figura 17 – Primeiro Reitor Brasileiro .....	155
Figura 18 – Estatuto da Mesa de Curadores do Instituto Evangélico .....	157
Figura 19 – O jovem estudante Alysson Paolinelli .....	176

Figura 20 – Movimento estudantil pela federalização reunido na Praça Central de Lavras .....	184
Figura 21 – Alysson Paolinelli e Bi Moreira juntos em evento na ESAL .....	195
Figura 22 – Manchete sobre a federalização no Jornal “O Agrário” .....	209
Quadro 1 – Campo de Interação: Espaço de Posições .....	224
Quadro 2 – Campo de Interação: Conjunto de Trajetórias .....	225
Quadro 3 – Instituições específicas que dão forma ao campo .....	228

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AAAM – Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie

AG – Assembleia Geral

AG/IG – Assembleia Geral do Instituto Gammon

CAA – Centro Acadêmico de Agronomia

CAA/ESAL – Centro Acadêmico de Agronomia da Escola Superior de Agricultura de Lavras

CAHL – Centro Acadêmico Horace Lane

CE/IPB – Comissão Executiva da Igreja Presbiteriana do Brasil

CE-SC/IPB – Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil

COEMAR – Comissão de Missões e Relações Ecumênicas da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos

CIP – Conselho Inter-Presbiteriano

DCE - Diretório Central dos Estudantes

EAL – Escola Agrícola de Lavras

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESAL – Escola Superior de Agricultura de Lavras

ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária

EUA – Estados Unidos da América

FES – Formação Econômica Social

HP – Hermenêutica de Profundidade

ICAR – Igreja Católica Apostólica Romana

IPB – Igreja Presbiteriana do Brasil

IPEACO - Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Centro-Oeste

IG – Instituto Gammon

IPG – Instituto Presbiteriano Gammon

IM – Instituto Mackenzie

IPM – Instituto Presbiteriano Mackenzie

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCUS – Presbyterian Church of United States

PCUSA - Presbyterian Church of United States of America

SC – Supremo Concílio

SC/IPB – Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil

UEE – União Estadual dos Estudantes

UFLA – Universidade Federal de Lavras

UNE – União Nacional dos Estudantes

UPCUSA – United Presbyterian Church of United States of America

UPM – Universidade Presbiteriana Mackenzie

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

PREÂMBULO .....	17
1 PONTO DE PARTIDA: CAMINHOS E TRAJETÓRIAS .....	20
1.1. Caminhos cruzados: interações históricas .....	21
1.2. Caminho aberto: o problema .....	35
1.3. Caminhos irremediáveis: as justificativas .....	36
1.4. Destinos estabelecidos: os objetivos .....	38
1.5 Caminhos indicados: o pressuposto .....	40
1.6 Caminhos Metodológicos .....	42
1.6.1 A Concepção Estrutural de Cultura.....	44
1.6.2 Hermenêutica de Profundidade (HP) como Referencial Metodológico .....	46
1.7 Caminhos e trajetórias.....	48
2 DELINEAMENTO DAS TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS DE TRANSIÇÃO ...	53
2.1 A caracterização e a seleção das “formas simbólicas” .....	56
2.2 A contextualização das formas simbólicas.....	59
2.3 A aplicação dos conceitos referenciais metodológicos nas circunstâncias particulares da pesquisa.....	62
2.3.1 O referencial metodológico da HP aplicado na construção das narrativas crítico interpretativas e no estudo do paralelo histórico institucional .....	63
2.3.2 A HP e o enfoque tríplice .....	66
3 MACKENZIE E SUA TRAJETÓRIA DE TRANSIÇÃO: NACIONALIZAÇÃO E A TENTATIVA DE FEDERALIZAÇÃO DA UPM .....	69
3.1 A nacionalização do IM e suas características.....	72
3.1.1 Transferência de patrimônio e gestão: a política da Junta de Missões da PCUSA em relação ao Instituto Mackenzie .....	74
3.1.2 Transferência de patrimônio e gestão: a participação da comunidade “mackenzista” e da Igreja Presbiteriana do Brasil na nacionalização do Mackenzie .....	85

3.1.2.1 A crise universitária e o projeto de reestruturação administrativa do Instituto Mackenzie .....	87
3.1.2.2 A mudança de postura dos presbiterianos em relação ao Mackenzie .....	89
3.1.2.3 A primeira visita de representantes do <i>Board of Trustees</i> e seu plano de nacionalização.....	93
3.1.2.4 Acirram-se as disputas, definem-se os posicionamentos.....	96
3.1.2.5 A segunda visita dos representantes do <i>Board of Trustees</i> e os passos finais da nacionalização.....	100
3.2 As tentativas de Federalização da Universidade Mackenzie .....	107
3.2.1 O Desafio de criar e manter uma universidade .....	108
3.2.2 Prelúdio: crise financeira, mobilização da comunidade mackenzista e primeiros conflitos.....	111
3.2.3 Interlúdio: Greve de 1960, das reivindicações às remediações .....	116
3.2.4 Poslúdio: da união dos estudantes à negativa da União .....	125
4 GAMMON E SUA TRAJETÓRIA DE TRANSIÇÃO: NACIONALIZAÇÃO E A FEDERALIZAÇÃO DA ESAL .....	139
4.1 A Nacionalização do IG e suas características .....	142
4.1.1 Transferência de direção: a política do Comitê Executivo de Missões Estrangeiras da PCUS em relação ao Instituto Gammon .....	144
4.1.2 Transferência de patrimônio: a participação da Igreja Presbiteriana do Brasil no processo de nacionalização do Instituto Gammon.....	156
4.2 A Federalização da ESAL.....	165
4.2.1 As mudanças na relação entre a Junta de Missões norte-americana e o IG .....	166
4.2.2 O desafio de criar e manter uma Escola Superior de Agricultura .....	168
4.2.3 Prelúdio: a crise financeira e a mobilização da comunidade esaliana .....	173
4.2.4 Interlúdio: a crise institucional e as controvérsias .....	180
4.2.4.1 O Manifesto de Bi Moreira .....	185



4.2.4.2	Entre os avanços e entraves a crise se acentua .....	192
4.2.5	Poslúdio: da “estadualização” à federalização .....	202
5	ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA E INTERPRETAÇÃO / REINTERPRETAÇÃO....	213
5.1	Análise sócio-histórica .....	213
5.1.1	Situações Espaço-temporais: <i>estado-nação, assimetrias regionais e FES</i> . .....	215
5.1.2	O Campo de Interação: educação presbiteriana de origem missionária e gestão norte-americana no Brasil .....	221
5.1.3	As Instituições Sociais: Instituto Mackenzie e Instituto Gammon .....	227
5.1.4	Estrutura Social: as assimetrias econômicas, demográficas e de arranjo educacional .....	229
5.2	Interpretação / Reinterpretação .....	232
5.2.1	Diferenças no processo de nacionalização dos institutos .....	233
5.2.1.1	Nacionalização no Mackenzie.....	233
5.2.1.2	Nacionalização no Gammon .....	234
5.2.1.3	Reinterpretação dos processos de nacionalização: Mackenzie x Gammon .....	235
5.2.2	Diferenças nos processos de federalização do ensino superior: Mackenzie x Gammon .....	237
5.2.2.1	Tentativas de federalização da Universidade Mackenzie.....	237
5.2.2.2	Federalização da ESAL .....	239
5.2.2.3	Reinterpretação do processo de federalização nos institutos Mackenzie e Gammon .....	240
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	242
7	CORPUS DOCUMENTAL .....	246

## PREÂMBULO

O Curso de Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie é a continuidade de uma trajetória de formação que se enquadra numa necessidade pessoal relacionada a um programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, que ao viabilizar um modelo de pesquisa que permite um entrelaçamento de interesses, tem possibilitado o preparo acadêmico para uma atuação diversificada, contemplando diferentes áreas de formação através de uma proposta interdisciplinar que proporciona inúmeras possibilidades de investigações no quadro de suas diferentes linhas de pesquisa, e que são facilitadas pela diversidade das disciplinas oferecidas no curso.

A primeira experiência exitosa em relação a essa face interdisciplinar do programa (PPGEAHC) concretizou-se durante o desenvolvimento e conclusão da pesquisa de Mestrado, que se caracterizou exatamente por propiciar este entrelaçamento de interesses relacionados à formação interdisciplinar.

Conforme pontua o historiador Reinhart Koselleck (2006, p. 170), “toda a história vivida quanto aquela cientificamente elaborada é constituída por perspectivas portadoras e formadoras de sentido, social e pessoalmente condicionadas”. Neste caso, não é tarefa abstrusa identificar o condicionamento social e pessoal das perspectivas portadoras de sentido, afinal foi a formação em Tecnologia em Alimentos e atuação na indústria láctea no estado de Minas Gerais; bem como a formação em Teologia e a condição de Ministro da Igreja Presbiteriana do Brasil; e ainda as origens familiares ligadas à microrregião de Lavras que configuraram “os limites sociais, religiosos e políticos” (KOSELLECK, p. 286) que inspiraram as escolhas feitas por este autor quanto ao desenvolvimento de uma pesquisa sobre o *Ensino de Laticínios nos Primórdios da Universidade Federal de Lavras*, originando a dissertação com título homônimo ao mencionado tema.

*Aprovada com distinção e louvor* pela banca examinadora no segundo semestre de 2017, a referida pesquisa alcançou as áreas de educação, história da educação, história do protestantismo, história das instituições educacionais, sem exclusão de uma abordagem sobre a história do desenvolvimento de técnicas nos processos de produção industrial de alimentos, bem como o seu ensino no contexto da educação formal, e desvelou uma ampla gama de possibilidades de investigações relacionadas à rica história da Universidade Federal de Lavras, especialmente no que

se refere à sua gênese protestante, da qual foram percebidos importantes paralelos e interações históricas com a trajetória de outra universidade brasileira, que não somente tem também uma gênese protestante, mas que ainda hoje permanece diretamente ligada ao protestantismo por meio da sua mantenedora, a Igreja Presbiteriana do Brasil; trata-se da Universidade Presbiteriana Mackenzie, localizada na cidade de São Paulo.

As referidas interações históricas se estabelecem especialmente na relação entre os institutos educacionais dos quais originaram as agremiações, a saber, ao Colégio Internacional em Campinas, atualmente Instituto Presbiteriano Gammon, e a Escola Americana em São Paulo, atualmente Instituto Presbiteriano Mackenzie.

Uma vez identificadas tais interações e paralelos históricos entre as referidas instituições, idealizou-se um projeto de pesquisa que contemplasse um recorte histórico que pudesse descrever em narrativas paralelas capítulos decisivos na história dessas instituições presbiterianas, e foi assim que surgiu esta análise sócio-histórica das *trajetórias de transição* importantes e simultâneas, especialmente representadas pelos processos de *nacionalização e federalização* que tiveram seu efetivo estabelecimento na história das instituições ao final da década de cinquenta, perdurando até meados da década de sessenta, seja como elemento conclusivo ou apenas idealizado e circunscrito ao campo das hipóteses e possibilidades.

Submetida ao crivo da equipe de professores que participaram do processo seletivo para ingresso ao PPGEAHC, a proposta de pesquisa alcançou espaço para ser conduzida sob a orientação do professor Marcel Mendes, e pela sua evolução natural, se projeta neste documento como uma tese para a conclusão do doutoramento em Educação, Arte e História da Cultura.

Os dados históricos que foram colhidos por meio de uma dedicada investigação, tornaram-se elementos sobre os quais empreendeu-se um tratamento analítico que viabilizou o alcance de respostas às questões relevantes ligadas à história das duas mais importantes instituições educacionais presbiterianas do país, respostas que oferecem referências para a pesquisa sobre a cultura educacional protestante no Brasil.

Por meio deste trabalho, o leitor terá acesso não apenas a estas respostas obtidas, mas também a todo o processo de problematização, que teve como base de

desenvolvimento o exercício e aplicação de conceitos ligados a uma arrojada ferramenta de interpretação sócio-histórica, que foi tomada como referencial metodológico para compreensão dos eventos similares e simultâneos de nacionalização e federalização, que nas características próprias e singulares de cada um dos contextos, tiveram desfechos diferentes, mas que ao longo do tempo, se revelaram simultaneamente como exitosos e contributivos para a formação de estudantes no Brasil e no mundo.

## 1 PONTO DE PARTIDA: CAMINHOS E TRAJETÓRIAS

*“Dedicado à glória de Deus e ao Progresso Humano, lema que tem sido e há de ser a inspiração do Instituto Gammon em todas as suas atividades.”*

Benjamim Harris Hunnicutt

Fundador da Escola Superior de Agricultura de Lavras e Presidente do Instituto Gammon em 1933.

*“Se alguma vez formos constrangidos a nos envergonhar de nossa origem evangélica e de nossos compromissos, então seria o caso de refletirmos corajosamente sobre a conveniência de continuarmos a existir, como instituição.”*

Benjamin Harris Hunnicutt

Responsável pela Organização da Sociedade Civil Instituto Mackenzie e Presidente do Instituto Mackenzie em 1939.

“Todas as representações históricas dependem das escolhas feitas pelo autor, escolhas que não podem deixar de ser feitas, pois *ele se move dentro de limites sociais, religiosos ou políticos estabelecidos* [grifo meu]” (KOSELLECK, p.286), depreende-se, portanto, que neste movimento que se dá “dentro de limites estabelecidos”, encontrou-se o testemunho ocular das significativas comemorações dos 150 anos das duas mais antigas instituições educacionais protestantes do Brasil: o Instituto Presbiteriano Gammon em Lavras, na região do sul de Minas Gerais, e o Instituto Presbiteriano Mackenzie, que tem sua sede na região central da capital de São Paulo, ocorridos, respectivamente, nos anos de 2019 e 2020.

Fato é que, sob os olhos do pesquisador, as celebrações não se apresentaram apenas como marcos comemorativos circunscritos ao universo interno de cada uma das instituições, e expressos entre os muitos eventos observados, embora prejudicados pela crise sanitária de Covid 19 – a inauguração de prédios, organização de jantares, entrega de medalhas, cultos de ação de graças, publicações de obras literárias – ensejam a parte inicial da presente composição narrativa, que em seu caráter crítico-interpretativo, procura expor fatos históricos que lhes são adjacentes, tomando importantes momentos das trajetórias institucionais concatenadas, como

objeto de análise com vistas à proposição de uma leitura contributiva de movimentos que se deram simultaneamente dentro de “processos socialmente estruturados” (THOMPSON, 2011, p. 181), e que estão aqui representados, analisados, e interpretados sob a perspectiva de uma concepção estrutural de cultura.

### **1.1. Caminhos cruzados: interações históricas**

Se em 1869 foram iniciadas as atividades da primeira escola de orientação protestante do Brasil, o *Colégio Internacional*, que foi fundado na cidade de Campinas (SP) pelos missionários americanos George Nash Morton (1841-1925) e Edward Lane (1835-1892), no ano seguinte, em 1870, eram iniciados os trabalhos da primeira escola de orientação protestante da cidade de São Paulo, a *Escola Americana*, também fundada por missionários americanos, o casal George Whitehill Chamberlain (1839-1902) e Mary Ann Annesley Chamberlain (1840-1930), que usaram a estrutura de sua própria casa para o início das atividades educacionais.

Enquanto o *Colégio Internacional* de Campinas tem sido considerado como a “primeira fase” do Instituto Presbiteriano Gammon<sup>1</sup>, e que mais tarde já em território lavrense daria origem à Escola Agrícola de Lavras, embrião da Universidade Federal de Lavras (HUNNICUTT, 1933), a *Escola Americana* em São Paulo tem sido classificado como a “célula mater do Mackenzie” (GARCEZ, 1970, p. 9), considerando evidentemente, o Instituto Presbiteriano Mackenzie em sua composição de colégios, faculdades, universidade.

Se o projeto educacional em Campinas se apresenta como o primeiro passo da atividade missionária da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos (*Presbyterian Church of United States – PCUS*), a iniciativa educacional que se deu na cidade de São Paulo era mais um dos passos na atividade missionária que já vinha sendo realizada há mais de uma década pela Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos (*Presbyterian Church of United States of America – PCUSA*), dado o fato de ter se iniciado onze anos antes, com a chegada do primeiro missionário presbiteriano

---

<sup>1</sup> O Colégio Internacional, que tivera seu início em 1869 na cidade de Campinas (SP), por conta de uma grave epidemia de febre amarela que se alastrava na região, viu-se obrigado a deslocar sua sede para um território que fosse mais seguro e salutar. Essa transferência modificava, mas preservava o projeto original da East Brazil Mission (agência missionária da Presbyterian Church in the United States), que adotava a estratégia de alcançar os objetivos missionários de “evangelização” do país por meio da criação de escolas e colégios. Foi assim que, devidamente autorizado por aquela agência missionária dos Estados Unidos, um grupo inicialmente formado por cinco missionários e quatro alunas veio a instalar na cidade de Lavras no sul do Estado de Minas Gerais a instituição ensino, que passou a se chamar Instituto Evangélico (REZENDE, 2017).

no Brasil, Ashbel Green Simonton (1833-1867), que desembarcou no Rio de Janeiro no ano de 1859.

A descrição de Hack (2003, p. 34) sobre as características educacionais destes trabalhos missionários presbiterianos nas terras tupiniquins, é que existiram no Brasil “duas Juntas de Missões, duas realidades e duas visões”<sup>2</sup>. Do ponto de vista da relevância educacional, enquanto que na última década do Século XIX, na cidade de São Paulo o Instituto Presbiteriano Mackenzie, através de sua Escola de Engenharia, se tornava pioneiro e referência no ensino da engenharia para um contexto de desenvolvimento urbano, atendendo às necessidades cosmopolitas de modernização urbanística (MENDES, 2000), e contribuindo também para a formação do empresariado em São Paulo através do ensino dos rudimentos da economia liberal (GOMES, 2001), na primeira década do Século XX, em Minas Gerais, o Instituto Presbiteriano Gammon, através da sua Escola de Agronomia, se tornava pioneiro e referência no ensino das ciências agrícolas, atendendo a um contexto de modernização da agricultura no Brasil, especialmente ligado às regiões interioranas do país (MEIRA, 2009)<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Embora afirme que os missionários norte-americanos vieram para o Brasil impulsionados pelo protestantismo de doutrina, ainda assim, de maneira genérica e pouco específica, Hack (2003, p.33) atribui perspectivas diferenciadas em relação a estas respectivas Juntas de Missões americanas no que tange a fundação das escolas, classificando os missionários sulistas como pioneiros de um projeto educacional ligado a um protestantismo de princípios, enquanto os nortistas como representantes do protestantismo de doutrina. A diferença entre os dois seria que o primeiro seria mais ideológico, e estaria “preocupado” em difundir valores que orientariam o desenvolvimento de uma cosmovisão reformada, enquanto o segundo estaria mais envolvido com a expansão missionária por meio de plantação de igrejas pelo mundo, comprometido em arrebanhar adeptos. A escola de Campinas ter-se-ia instalado sob a orientação de um protestantismo de princípio, e o Mackenzie por um protestantismo de doutrina, mas que no decorrer do tempo teria se reconfigurado para um protestantismo de princípios. Embora alguns pesquisadores identifiquem o desenvolvimento de diferentes teologias e concepções missionárias entre os nortistas e sulistas, sendo os primeiros, representantes da chamada “Nova Escola”, de característica liberal, menos literalista que os segundos, representantes da “Velha Escola”, conservadora. Não obstante a tais distinções, a interpretação de RIBEIRO (1991, p. 204), é que em relação aos missionários que atuaram no Brasil, “nossos sulistas, como nossos nortistas, tiveram sua matriz teológica na Velha Escola”.

<sup>3</sup> Ironicamente, a conjuntura pela qual passaram os Estados Unidos no Século XIX, se refletiu nas áreas educacionais que se destacaram em relação às instituições oriundas das diferentes denominações presbiterianas que desenvolveram suas atividades missionárias no Brasil. Conforme destacam autores como Schulz (2003, p.38) e Calvani (2009, p.58), a realidade cultural das regiões norte e sul dos Estados Unidos eram muito distintas do ponto de vista “socioeconômico, político e religioso”. Enquanto a economia do norte tinha a industrialização e o comércio como atividades principais, a economia do sul estava amparada na agricultura, praticada em grandes fazendas de monocultura que dependiam diretamente de mão de obra escrava, prática que foi abolida pelos nortistas. “Tamanhas diferenças socioeconômicas e culturais acabaram por levar nortistas e sulistas à guerra civil que terminou em 1865, com a vitória do norte e a abolição da escravatura”. Nesse período “todas as denominações protestantes” se dividiram em igreja do norte e do sul, incluindo, evidentemente, os presbiterianos. A

FIGURA 1 – Escola de Engenharia do Instituto Mackenzie



Fonte: Acervo Histórico Mackenzie (1896)

FIGURA 2 – Escola de Agronomia do Instituto Gammon



Fonte: Arquivo Histórico Presbiteriano (Década de 20)

---

missão presbiteriana do norte tinha sua sede no grande centro urbano de Nova Iorque, enquanto a missão do sul tinha sua sede na comparativamente pequena cidade de Nashville, capital do Tennessee. Postos como referência geral nessa parte do trabalho, tais paralelos podem se constituir em importantes elementos para pesquisas futuras.



Fato é, que deste modo, ambas as instituições se notabilizaram por serem as primeiras escolas superiores de caráter privado e identidade protestante a oferecerem cursos na área de engenharia e agronomia. O que também retrata o caráter “pragmático” característico do que os autores chamam de “pedagogia protestante”, conhecida “pela sua índole progressista e libertadora, mais propensa a uma emancipação do espírito do que a uma domesticação intelectual” (AZEVEDO, 1996, p. 576), e que influenciou ao mesmo tempo que se consolidou por meio da criação de importantes instituições educacionais na Europa e América do Norte, começando pela própria Academia de Genebra, fundada por João Calvino em 1559, e que posteriormente se tornou a segunda maior universidade da Suíça (COSTA, 2008), assim como a Universidade Livre de Amsterdã “uma das melhores do mundo”, que também de origem calvinista, fora fundada pelo reformado holandês Abraham Kuyper (LOPES, 2009, p.135).

De tradições norte-americanas tem-se como exemplo a Universidade de Princeton, fundada com a participação direta de presbiterianos, como também as Universidades de Harvard e de Yale, que se tornaram referência em todo o mundo, e que também se originaram pela iniciativa de elementos reformados que migraram para os EUA no século XVII (LOPES, 2009).

Para Osvaldo Henrique Hack (2000, p.81), esta tradição educacional protestante de origem calvinista, tem sua representação no Brasil através destas duas instituições educacionais “que contribuíram para o sistema pedagógico brasileiro no período que antecedeu a proclamação da República”.

Ribeiro (1973, p. 150), por sua vez, classifica o Colégio Internacional e a Escola Americana como “as duas escolas mais ambiciosas”, e que “puseram os presbiterianos em comunicação com dirigentes republicanos e positivistas. Abrigavam os filhos de próceres políticos e filósofos - e também os filhos de fazendeiros do interior convertidos ao Presbiterianismo”.

É exatamente neste período do fim do império, que a interação histórica se estabelece através da visita ilustre que ambos os institutos educacionais receberam na década de setenta do Século XIX, registrada em boa impressão expressa pelo Imperador D. Pedro II ao conhecer pessoalmente o *Colégio Internacional* em

Campinas no ano de 1875<sup>4</sup>, e similarmente expressa três anos mais tarde, em sua visita à *Escola Americana* em São Paulo, ocorrida em 1878<sup>5</sup>.

Há de se observar que não se trata de um paralelo identificado somente por Hack (2000; 2003) ou Ribeiro (1973), mas o próprio educador e sociólogo Fernando de Azevedo (1996) em sua obra “A Cultura Brasileira”, também cita ambas as instituições em paralelo, quando aborda sobre a fundação de grandes colégios pelos protestantes.

De igual modo, em Wilson Castro Ferreira (1990, p.202), encontramos outro pesquisador que toma as duas instituições paralelamente, nomeando-as como exemplos particulares de uma nova pedagogia educacional para o Brasil:

Dos Estados Unidos levaram os missionários a outras terras a educação calvinista e realizaram uma obra de incomensurável grandeza no campo da educação, mormente porque introduziram novos métodos, difundiram a idéia (sic) da educação para todos, pobres, ricos, meninos e meninas, influíram poderosamente na substituição dos métodos medievais por uma nova pedagogia educacional, liberal.

*Podemos particularizar exemplos do Brasil, onde se verificou o surgimento de escolas, como a escola americana em São Paulo, que se transformou na Universidade Mackenzie, como o Instituto Gammon em Lavras, ambas fundadas por elementos calvinistas convictos e orientados pela filosofia de educação de Calvino [grifo nosso] (FERREIRA, 1990, p.202).*

Outro autor que também estabelece um paralelo na abordagem sobre as atividades das referidas instituições, foi aquele que se tornou o mais importante ator na trajetória histórica do Instituto Gammon em Lavras, o missionário estadunidense Samuel Rhea Gammon (1865-1928), que foi seu mais longo reitor e o responsável pela mudança da escola da cidade de Campinas para a cidade de Lavras, no ano de 1892.

---

<sup>4</sup> “Colégio Internacional Morton. Muito bem montado. Ouvi nas aulas de português professor Pestana, álgebra e história e latim o Morton, e grego Dabney, que em 6 meses já fala bem português. Em álgebra pôs muito bem em uma incógnita de 1º grau a equação e resolveu-a a rapariga Newmann. Vi sobre um harmônio um livro de cantos publicado na imprensa evangélica do Rio” (PRÓ-MEMÓRIA CAMPINAS, 2008, Internet)

<sup>5</sup> “Contam-nos os registros históricos que, ao se deparar com as filhas das escravas da Baronesa Dona Maria Antonia, que estudavam no Mackenzie, o Imperador escancarou um largo sorriso, e, perante todos os que se encontravam ali, exclamou:”- Que beleza! Aqui não há, realmente, preconceito de nenhuma espécie! Ao final de sua visita, após ter uma agradável conversa de duas horas com o Reverendo Chamberlain, o monarca se retirou, manifestando ao Visconde de Parnaíba sua imensa satisfação em ter visitado o Mackenzie, além de sua admiração pelo domínio do vernáculo demonstrado pelo Reverendo Chamberlain” (MENEZES, 2015, p. 2)

Em um texto originado em sua primeira versão, de um discurso apresentado na reunião do concílio maior da Igreja Presbiteriana do Brasil<sup>6</sup>, ocorrida no Rio de Janeiro no ano de 1912, mas aprimorado no decorrer dos anos, Samuel Gammon (1922, p. 7) coloca em paralelo as contribuições das duas instituições:

[...] e anno para anno centenas de moços e moças brasileiras passam pelas aulas do Mackenzie College e entram na vida pratica bem preparados para a engenharia civil, electrica e architectural, para os trabalhos de chimica industrial, e para os misteres da vida comercial. Na Escola Agricola de Lavras sahem anualmente grupos de moços que naquele estabelecimento se preparam para introduzir nesta mais antiga, mais lucrativa e mais bela das artes, a agricola, os melhoramentos indicados pela sciencia moderna (Sic).

Mas, conforme pontua o destacado professor da Universidade de Genebra, André Biéler (2012, p. 209), ainda que “em primeiro plano”, os esforços dos reformadores tendiam ao “redirecionamento espiritual e moral [...], paralelamente a esta obra de base, travam no plano social uma luta [...].

Este referido autor, identifica um “estrito paralelismo que há na história da Reforma entre os movimentos de renovação social e as próprias correntes de regeneração religiosa” (BIÉLER, 2012), e é nesse plano da responsabilidade social ligada aos valores da Reforma Protestante, que também se identificam iniciativas simultâneas e similares que acessadas por meio dos registros históricos, enaltecem o comprometimento das instituições no que tange aos dramas e percalços enfrentados pela sociedade brasileira em diferentes momentos entre o fim do Século XIX e início do Século XX. Portanto, no âmbito social, podem ser citadas como exemplo, pelo menos três iniciativas comuns entre as duas instituições.

A primeira delas relativa à resposta que ofereceram para o contexto de profunda precariedade da educação no Brasil, que pode ser identificada pela fundação de uma escola gratuita para alfabetização de crianças na cidade de Lavras (REZENDE e MENDES, 2021), e pela expressiva promoção da alfabetização gratuita de adultos na cidade de São Paulo (GARCEZ, 1970).

---

<sup>6</sup>Na época chamado de Assembleia Geral, mas a partir do final da década de 30 passou a se denominar “Supremo Concílio” da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Em segundo lugar, cita-se como ponto importante e característico à ambas as instituições, os amplos programas de bolsas de estudos para atender alunos carentes tanto em Lavras como em São Paulo (ROSSI, 2010; GARCEZ, 1970).

Em terceiro e último lugar, a investigação histórica também revela posturas similares das duas instituições em meio a outras crises, como por exemplo, a Gripe Espanhola, que assolou o Brasil no final da segunda década do Século XX, e que transformou tanto o Instituto Evangélico de Lavras, como o Mackenzie College em São Paulo, em hospitais de campanha para atender a população necessitada.

### **1.1.1 Vinculações Diretas**

Para além do paralelo histórico envolvido na trajetória destas duas instituições educacionais presbiterianas, que conforme pode ser visto, não passou despercebido por autores e pôde também ser explicitado pelos dados já apresentados, existe ainda por serem mencionadas, as vinculações institucionais diretas, que também constatadas por meio da pesquisa histórica, tornam ainda mais significativas as interações envolvidas nas trajetórias destas instituições sesquicentenárias, e o principal exemplo é encontrado nos atores históricos que tiveram participação nestas trajetórias.

A começar pela relação tão próxima existente entre os seus personagens fulcrais, pois se foi pela iniciativa de George Chamberlain que o Instituto Mackenzie foi fundado em São Paulo, foi em sua companhia que Samuel Gammon visitou pela primeira vez aquela que se tornaria a sede definitiva do instituto educacional que mais tarde levaria seu nome, e foram juntos que acabaram “concluindo que a velha cidade de Lavras do Funil, na Serra da Mantiqueira, parecia atender a todas as exigências” para instalação da nova sede do Colégio Internacional de Campinas, refundado como Instituto Evangélico de Lavras (MATOS, 2020, p.240).

Se intencionalmente ou não, fato é, que paralelos foram surgindo naturalmente na historiografia, como exemplo a descrição da amizade existente entre dois importantes protagonistas nas trajetórias institucionais, o próprio Samuel Gammon e um dos mais marcantes presidentes do Mackenzie, William Alfred Waddell (1862-1938), que tiveram até mesmo suas características pessoais colocadas em comparação por biógrafos:

O Sr. Gammon travou relações com outro grande missionário, o Dr. W.A. Waddell. O trabalho em São Paulo ia desenvolvendo-se sob os auspícios da Missão da Igreja do Norte dos Estados Unidos. Na sala de jantar do Dr. Chamberlain fora aberta uma escola para meninas, as quais, por motivo de religião, tinham sido excluídas das escolas públicas. Foi esse o começo da obra que hoje é a Universidade Mackenzie. [...] estabeleceu-se entre ele [Waddell] e o Sr. Gammon uma destas amizades frutíferas, que se estendem por toda a vida e que se expressam nos entendimentos, nas consultas, nos planos e muitas vezes também, em divergências úteis para ambos os lados. O Sr. Gammon foi sempre mais diplomático, enquanto o Dr. Waddell, segundo ele mesmo dizia, gostava de usar “absoluta franqueza”. Mas ambos se entendiam muito bem (GAMMON, 2003, p.45),

Este vínculo histórico direto entre personagens importantes nas trajetórias institucionais gerou também movimentos históricos unificados. Talvez um dos mais instigantes tenha sido os esforços de Gammon e Waddell pela criação da Federação Universitária Evangélica, elencada pela biógrafa de Samuel Gammon, como um de seus vultosos feitos como educador (GAMMON, 2003).

Segundo a autora, a fundação de uma Universidade Evangélica com cursos profissionais e técnicos era um sonho antigo do reitor do Instituto Gammon. No entanto, o sonho de 1913, somente veio ganhar corpo após o Congresso do Panamá em 1916<sup>7</sup>.

A Federação Universitária Evangélica era uma associação entre as escolas evangélicas do Brasil<sup>8</sup>, que visava criar uma uniformidade no ensino por elas oferecidos e assim “romper com a burocracia existente no sistema escolar brasileiro, em particular no que concerne ao acesso e admissão no ensino superior” (ROSSI, 2010, p.138).

Em pesquisa de doutorado sobre a gênese protestante da Universidade Federal de Lavras, a pesquisadora Michelle Rossi (2010) questiona se este projeto iniciado em 1916 através de uma reunião realizada no Mackenzie College, e que teve

---

<sup>7</sup> Evento norte-americano ocorrido nos dias 10 a 19 de fevereiro de 1916 no Hotel Tívoli, em Ancon. De acordo com Bastian (1994), tratou-se de um evento que visava estabelecer os propósitos da cooperação entre as agências missionárias e as igrejas locais. Também chamado de *Congresso sobre o Trabalho Cristão* pretendia reunir as missões evangélicas que já atuavam na América Latina, fortalecendo a ação conjunta em prol do desenvolvimento de áreas como educação, evangelização e formação pastoral. Constituiu-se, assim, a primeira grande discussão sobre o protestantismo latino-americano com ênfase na cooperação evangélica, envolvimento social, testemunho cristão na sociedade, educação teológica de alto nível e evangelização das elites.

<sup>8</sup>Além do Mackenzie College em São Paulo e do Instituto Evangélico de Lavras, participavam do projeto o Grambery de Juiz de Fora MG, o Colégio Piracicabano, e o Bennet no Rio de Janeiro.

William Waddell como seu primeiro presidente e Samuel Gammon como seu primeiro tesoureiro, não seria a primeira universidade do Brasil.

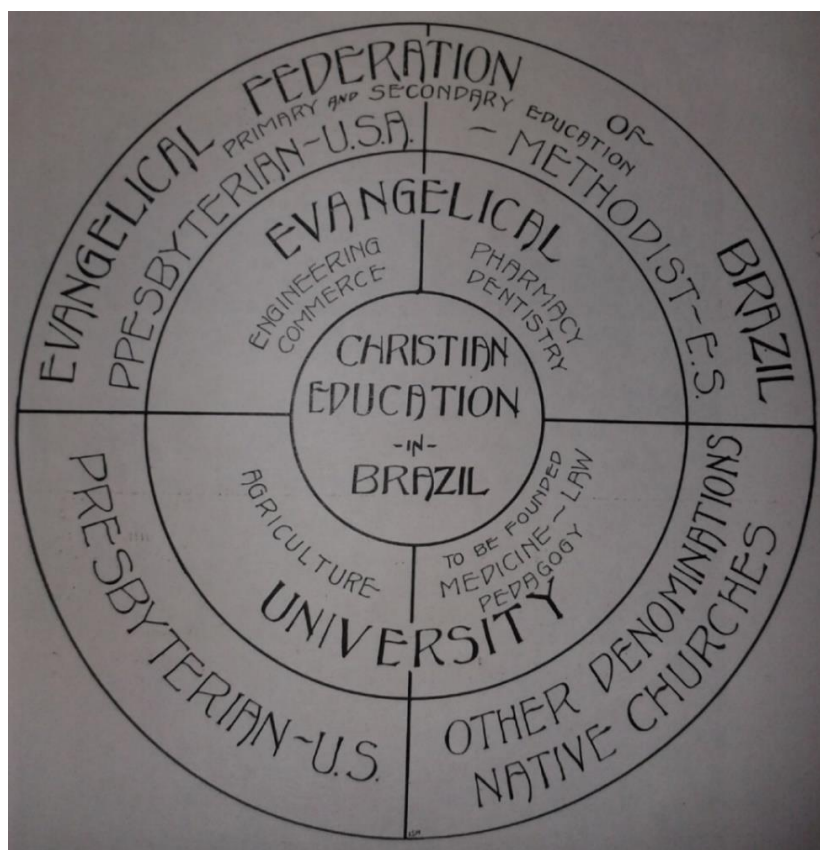
Aos olhos do presidente do Mackenzie e da Federação, era exatamente esse o propósito, conforme ele reporta em seu relatório anual aos dirigentes do Mackenzie em Nova York: “Isto, como vocês verão, é praticamente um passo na direção de uma ‘Universidade Protestante Brasileira’ [tradução nossa]” (MACKENZIE COLLEGE, 1916, p.6). Ainda de acordo com Waddell, os representantes das demais instituições desejavam que todo o ensino das instituições envolvidas no projeto, fosse modelado no padrão Mackenzie.

Almiro Schulz (2003), Osvaldo Hack (2002), e Clara Gammon (2003) chegaram à conclusão unânime de que o grande impedimento para a oficialização desta universidade protestante no Brasil foi a burocracia do governo da época.

Ressalta-se, no entanto, que embora impedida de oficializar-se como universidade, existem registros históricos do funcionamento da organização até o final da década de 30 (FEDERAÇÃO UNIVERSITÁRIA EVANGÉLICA, 1937), inclusive nos relatórios anuais do presidente do Mackenzie College, onde constam críticas às dificuldades dos metodistas em avançar em sua obra educacional e contribuir com a Federação, e enaltecimentos aos avanços conquistados por Samuel Gammon no Instituto Evangélico de Lavras, como exemplo, o reconhecimento dos cursos pelas leis brasileiras, algo que era almejado por Waddell e que seria alcançado ainda na década de 20, tornando-se tema de investigações futuras realizadas pelo pesquisador Marcel Mendes (2000).

Waddell aponta que o Instituto Evangélico de Lavras, terá dois cursos superiores reconhecidos pelo governo (Normal e Agricultura), “e deve ser capaz de crescer como uma instituição importante” e toma como uma referência em relação ao que ele mesmo pleiteava para o Mackenzie: “eles são tão independentes quanto esperamos ser depois que nosso caso for resolvido” (MACKENZIE COLLEGE, 1920, p. 25).

FIGURA 3 – Projeto de William Waddell e Samuel Gammon de uma universidade evangélica no Brasil (Federação Universitária Evangélica)<sup>9</sup>



Fonte: HUNNICUTT [191?]

Outro movimento unificado que também envolve participação ativa de Samuel Gammon foi a constituição do que hoje se configura como Colônia de Férias Mackenzie. De acordo com Clara Gammon (2003, p.169), “foram a coragem e fé do Dr. Gammon e os bons esforços do Dr. Hunnicutt”, que garantiram a “doação de uma grande faixa de terra na região montanhosa de Campos do Jordão”, e que tinha como fim “criar um lugar para conferências e encontros ou repouso [...]. A combinação de

<sup>9</sup> Instituto Mackenzie (PCUSA) e Instituto Gammon (PCUS) davam a contribuição presbiteriana com suas escolas de engenharia e agronomia (respectivamente). Integrava o projeto o Instituto Granbery das missões metodistas do sul dos EUA, que funcionava na cidade mineira de Juiz de Fora (Escolas de Farmácia e Odontologia) e seriam integrados outros cursos com participação de denominações evangélicas brasileiras (Medicina, Direito e Pedagogia) ver MATOS, Alderi de Souza. *Federação Universitária Evangélica* in RIBEIRO, Lídice Meyer Pinto et, al (organizadores). *Dicionário enciclopédico de instituições protestantes no Brasil: Instituições Educacionais*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2019.

dois vocábulos indígenas deu ao referido local o melodioso nome de 'Umuarama', que significa 'lugar onde os amigos se encontram'<sup>10</sup>.

Entre os personagens comuns e importantes na história de ambas as instituições, figura também o professor Augusto Farnham Shaw (1866-1931), que ficou marcado por introduzir o basquete no Brasil, ao trazer bolas para prática do esporte quando veio ser professor no Mackenzie College na última década do século XIX, tendo o seu nome dado a um Ginásio Poliesportivo, mas que em anos mais tarde teria sua trajetória também marcada na cidade de Lavras, e de uma maneira muito significativa, pois quando se tornou professor do então Instituto Evangélico, em uma de suas férias nos Estados Unidos, foi lhe endereçado um bilhete vindo do reitor, o missionário Samuel Gammon, e que tinha os seguintes dizeres: "arranje-me um moço para ensinar agricultura, pois quero fundar uma escola agrícola" (DIAS, 2009, p.30).

Foi a partir desse bilhete que se iniciaram os movimentos que culminaram com a vinda de Benjamin Harris Hunnicutt (1886-1962) para o Brasil, decorrendo na fundação da escola agrícola do Instituto Evangélico de Lavras. Após receber o bilhete o professor Shaw teria entrado em contato com o *Student Volunteer Movement* de Nova York, no sentido de indicar alguém que preenchesse esses requisitos. Em uma entrevista concedida em 1958, Hunnicutt afirma que havia se oferecido para fazer um trabalho em qualquer parte do mundo, com preferência a Índia. "Quando recebi a carta do Prof. Shaw, respondi afirmativamente. Dali algumas semanas recebi a carta do Dr. Gammon convidando me para colaborar com ele. Era a origem; era o marco inicial da história da Escola de Agronomia" (HUNNICUTT, 1958, p.6).

Além dessa sua participação tão importante na história da fundação da Escola Agrícola, a figura de Augusto Shaw também é lembrada pela montagem de variadas oficinas para viabilizar financeiramente o estudo de alunos carentes no Instituto Evangélico, que trocavam a dedicação de algumas horas nestas oficinas pelo estudo gratuito (BEZERRA, 2016). Em ambos os institutos educacionais existem prédios batizados com o seu nome, em forma de homenagem aos serviços prestados como professor nas instituições.

---

<sup>10</sup> Os processos pelos quais este empreendimento, inicialmente cooperativista, se tornou parte da instituição Mackenzie não interessam ao propósito da narrativa que se apresenta.



O mesmo Benjamim Hunnicutt, apresentado acima como fundador da Escola Agrícola de Lavras (EAL), tem sua história de êxitos e significativas contribuições na área educacional cruzada tanto pelo Instituto Gammon, conforme já apresentado, como também pelo Instituto Mackenzie. Se por um lado Hunnicutt exerceu o mais longo mandato de diretor da Escola Agrícola de Lavras, chegando a ocupar o cargo de Presidente do Instituto Gammon em 1933, experiência similar viveu também em São Paulo, tendo a oportunidade de exercer o mais longo mandato de Presidente do Instituto Mackenzie, iniciado em 1934, e somente encerrado em 1952, tempo suficiente para que se notabilizasse por visão inovadora e empreendedora também no Mackenzie, que se estendeu a outros campos de atuação institucional e associativa, sendo responsável pelo equilíbrio financeiro da instituição, concretizado pelo aumento significativo do número de alunos e pela organização da “*Sociedade Civil Instituto Mackenzie*”, em sucessão ao “*Conselho do Mackenzie College*” (GARCEZ, 1970, p.194).

Foi também com participação da gestão de Hunnicutt, que no ano de 1952, se deu a instalação da Universidade Mackenzie através do Decreto Federal nº 30.511. Este fato fez com que aquele que já era reconhecido como fundador da Escola Agrícola, ficasse também conhecido especialmente em Lavras, como “criador da Universidade Mackenzie” (O INSTITUTO, 1964, p. 4). É evidente que muitas considerações precisam ser pontuadas com relação a esta fama por ele herdada, no entanto, fato é, que Benjamin Harris Hunnicutt teve participação direta no surgimento de duas das mais destacadas universidades do Brasil. Um dos fatores que justificam o fato dele ter recebido do governo brasileiro a maior condecoração dada a um estrangeiro, a Ordem do Cruzeiro do Sul.

FIGURA 4 – Benjamim Hunnicutt em encontro de diretores da ESAL (2º da esquerda para direita)



Fonte: Acervo do Museu Bi-Moreira (1958)

FIGURA 5 – Benjamim Hunnicutt em encontro de presidentes do Mackenzie (ao centro)



Fonte: Acervo do Centro Histórico Mackenzie (1960)

Muitas outras interações curiosas envolvendo importantes personagens da história brasileira poderiam compor essa lista de paralelos históricos, como por exemplo os “bilhetes” do presidente Jânio Quadros (1917-1992) no início da década de 60, fosse gerindo as suas relações como professor contratado da Universidade Mackenzie (UNIVERSIDADE MACKENZIE. *Prontuário de Jânio Quadros*, [19--]), ou comunicando-se com os alunos da Escola Superior de Agricultura de Lavras sobre sua intenção de federalizar “tão esplêndida escola de agronomia [...] de tradições mais do que cinquentenárias” (QUADROS, 1960)<sup>11</sup>. Ou de um outro presidente, Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976), que nesta mesma década discursou como paraninfo da turma de arquitetura da Universidade Mackenzie em 1961 (MENDES, 2005), mas foi impedido de assim o fazer em relação a uma das turmas de formandos em agronomia da ESAL, devido ao fato de ter sido mantido em prisão domiciliar no Rio de Janeiro, por conta do Ato Institucional número 5 (AI-5), anunciado em 13 de dezembro de 1968 (LAVRAS 24 HORAS, 2018).

Presume-se, que todos estes dados históricos até aqui apresentados sejam suficientes para que se perceba que organizada e ajustada desta maneira, esta pequena fração de elementos correlatos é efetiva no que se refere ao propósito preambular de demonstrar uma realidade de interação histórica e institucional que se desenvolveu naturalmente nas trajetórias das instituições educacionais investigadas, especialmente por estarem inescapavelmente ligadas por sua origem confessional oriunda de suas respectivas vinculações eclesiásticas e que como demonstrado, não passou despercebida aos olhos de outros pesquisadores.

Mas deve se ressaltar que o paralelo histórico dessas duas ricas trajetórias institucionais é ampliado quando se considera o alcance de contribuições no âmbito do ensino superior e da pesquisa, especialmente pela constatação de que não são apenas as cidades de Lavras e São Paulo que até hoje se beneficiam diretamente e em diversos aspectos destas iniciativas educacionais que tiveram sua origem no final do século XIX.

---

<sup>11</sup> A inspiração de Jânio para os bilhetinhos teria vindo do estadista inglês Winston Churchill que para vencer a insana burocracia da Inglaterra “começou a escrever bilhetes com ordens curtas e incisivas, e com o menor número de palavras, ordenava que suas determinações fossem rigorosamente cumpridas. Jânio, que tinha verdadeira obsessão pela terra da rainha Vitória [...] começou então a copiar Churchill (BARILE, 2013, *Internet*).

Um alcance nacional e internacional de benefícios resultantes do trabalho pioneiro destes missionários pode ser constatado quando refletimos sobre a existência e atividade atual de duas grandes universidades brasileiras, que são a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), considerando que a primeira surgiu pelo desmembramento da Escola Superior de Agricultura do Instituto Presbiteriano Gammon, que se efetivou em 1964 por meio de um movimento de federalização pensado e iniciado por lideranças estudantis e da comunidade lavrense, e que é similar a movimentos de repercussão nacional, também identificados na cidade de São Paulo em período simultâneo, e que igualmente suscitado por um movimento estudantil, buscava por meio de uma intervenção federal, a desvinculação da Universidade Mackenzie da sua entidade mantenedora, que até aquele momento ainda estava indiretamente ligada à Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos<sup>12</sup>.

Simultaneamente aos referidos movimentos de federalização ocorridos nas instituições, houve também um processo de nacionalização, uma vez que ambas as instituições, até aquele período, eram geridas pelas missões estrangeiras, mas especialmente a partir da década de 50 passaram a dar passos efetivos em direção da transferência da administração e do patrimônio para a Igreja Presbiteriana do Brasil, o que se concretizou entre os anos de 1961 e 1962, tudo isso em meio a crises e conflitos relacionados aos movimentos de federalização dos departamentos de ensino superior dentro dos respectivos educandários.

## **1.2. Caminho aberto: o problema**

Como se pôde perceber, o paralelo histórico apresentado desvela um campo essencialmente fértil para o desenvolvimento de inúmeras investigações, no entanto, são nesses últimos aspectos de interação histórica apontado nas trajetórias institucionais que se concentra o objeto precípuo que se propõe investigação, e análise crítica, a saber, os movimentos similares e simultâneos de nacionalização, com foco especial também no processo de federalização, com suas decorrências e características próprias, seja no aspecto de tentativas como ocorrido em São Paulo,

---

<sup>12</sup> O crescimento da instituição educacional originada da iniciativa do casal Chamberlain demandou um foro mais específico para sua direção e administração, até então realizada pela Junta de Missões Estrangeiras. Essa realidade exigiu que a PCUSA criasse o *Board of Trustees of Mackenzie College at S. Paulo* com sede em Nova York e responsável pela jurisdição administrativa, financeira, e patrimonial da instituição (Ver MENDES, 2016).

ou de caráter efetivo como aconteceu em Lavras no que tange à Escola Superior de Agricultura do Instituto Gammon, que posteriormente veio a se tornar a Universidade Federal de Lavras.

Como parte de um período já identificado como “tempos de transição”<sup>13</sup>, os referidos movimentos aconteceram em décadas conturbadas da história do país, um período marcado por conflitos e definições que se deram tanto em São Paulo no Instituto Presbiteriano Mackenzie, especialmente narrados na pesquisa de Marcel Mendes: *Tempos de Transição: a nacionalização do Mackenzie e sua vinculação eclesialística (1957-1973)*, como também em Minas, no Instituto Presbiteriano Gammon, caso este, que foi representado apenas em leitura miniatural ou meramente jornalístico-descritiva, presente em algumas obras, dentre as quais destaca-se, respectivamente, a pesquisa de Angelo Constâncio Rodrigues: *A Escola Superior de Agricultura de Lavras / ESAL e a Universidade Federal de Lavras / UFLA – a trajetória de uma transformação*, e também a publicação do jornalista João Castanho Dias: *A terra prometida de Lavras*.

Embora de um modo geral este trabalho se desenvolva neste contexto de interações históricas demonstradas, no seu caráter mais específico, a presente pesquisa se estabelece não meramente como investigação histórica, mas ambiciosamente como proposta de teoria social crítica, ao analisar os referidos movimentos de nacionalização e federalização ocorridos no Mackenzie e também no Instituto Gammon, interpretando-os pelas assimetrias da estrutura social, e utilizando para isso ferramentas metodológicas de pesquisa cultural sócio-histórica, que viabilizam a demonstração de princípios gerais que auxiliam na compreensão dos movimentos em questão, e o quanto tais movimentos reproduzem fundamentos estruturais da sociedade e cultura moderna e contemporânea.

### **1.3. Caminhos irremediáveis: as justificativas**

Em relação às justificativas para o desenvolvimento da investigação proposta, pontua-se inicialmente a carência de pesquisas que tragam esclarecimentos ou análises mais aprofundadas quanto ao processo de nacionalização do Instituto

---

<sup>13</sup> Termo cunhado por Marcel Mendes e usado como título de sua obra sobre a nacionalização do Mackenzie e sua vinculação eclesialística, publicada em primeira edição no ano de 2007 pela Editora Mackenzie, originada a partir de sua tese de doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

Gammon, e especialmente o processo posterior de federalização da Escola Superior de Agricultura de Lavras, ocorrido entre os anos de 1960 e 1964, por meio de um movimento de federalização, que embora também presente no Instituto Mackenzie, em São Paulo, não se concretizou<sup>14</sup>.

Por não ser o foco de seus estudos, ao empreender uma pesquisa sobre a trajetória institucional da Universidade Federal de Lavras, o professor e pesquisador Angelo Constâncio Rodrigues fez diferentes apontamentos que se constituem como subsídios importantes no desenvolvimento da presente investigação, primeiramente relacionados ao item mencionado no parágrafo anterior relativo ao fato de que embora a fundação do Instituto Presbiteriano Gammon, e a fundação da escola agrícola e seus desdobramento em ESAL seja “rica e bastante documentada”, “o divórcio institucional entre ambas nem tanto” (RODRIGUES, 2013, p.21).

Uma segunda colocação importante trazida por Rodrigues (2013, p.101) relaciona-se à existência de “singularidades do processo de federalização” que ocorreu em Lavras. O referido pesquisador classificou o processo de federalização da Escola Superior de Agricultura do Instituto Gammon como constituído de “elementos significativos para estudos posteriores”. Para o referido autor o processo de federalização da ESAL foi um marco divisório na trajetória histórica da UFLA.

Com tais considerações é possível que seja pontuado o primeiro nível de contribuição da pesquisa, que se destaca pelo aspecto historiográfico, no sentido de oferecer uma narrativa histórica ainda inexistente sob a perspectiva de um rigor científico crítico-interpretativo, relativa ao processo de desvinculação da Escola Superior de Agricultura de Lavras por meio de sua federalização efetivada em 1964, mas também do processo de nacionalização do Instituto Gammon.

No entanto, ressalta-se que, nesta pesquisa tais narrativas são acompanhadas de um esforço no estabelecimento da correlação deste processo com aquele ocorrido em São Paulo no mesmo período, especialmente no que tange às assimetrias que caracterizam a estrutura social. Sendo este, um segundo e substancial nível de

---

<sup>14</sup> Ressalta-se que ao contrário do movimento de federalização que se deu em Minas Gerais que visava alcançar apenas uma parte da instituição (Escola Superior de Agricultura do Instituto Gammon), em São Paulo intencionou-se além da federalização da Universidade em um primeiro momento, que se deu através de movimentos do final da década de 50 e primeira metade da década de 60, também houve episódios posteriores que buscavam a desvinculação eclesiástica da própria instituição como um todo, mas que estão fora recorte temporal proposto para a presente pesquisa (ver MENDES, 2016).

justificativa para o desenvolvimento do trabalho, o estabelecimento e representação de uma narrativa correlata constituída de elementos e estruturas que traduzem as características culturais e sócio-históricas de um período importante na educação presbiteriana no Brasil.

Não se deve ignorar que em embora já exista a significativa pesquisa de Marcel Mendes (2005, p. 122) sobre o processo de nacionalização do Mackenzie, a respectiva abordagem é feita a partir de métodos e objetivos diferentes dos que aqui são apresentados; quanto ao assunto da federalização da Universidade Mackenzie por exemplo, sua leitura não é feita sob a perspectiva de objeto de estudo direto, uma vez que ao trabalhar o tema sucintamente, o próprio pesquisador reconhece que “deixa” de desenvolvê-lo, “em razão de sua abrangência e complexidade, e do risco de desvio de [seu] foco”, e que se trata de um capítulo da história do Mackenzie” que “produziu mais interrogações que conclusões” (MENDES, 2016, p. 274). Projeta-se que algumas das respectivas interrogações estejam respondidas através deste trabalho.

Portanto, com tais considerações, inclui-se que a presente pesquisa também encontra fundamentos para sua realização no que tange à abordagem sobre a história da trajetória institucional do Mackenzie, atendendo inclusive, uma missão dada pelo historiador Julio Andrade Ferreira (1912-2001), que ao fazer menção destes processos na época dos fatos, e sem ainda vislumbrar os seus desfechos, pontuou: “O que não sabemos é se seria justo continuar a acompanhar a vida desta instituição [Mackenzie] dentro da História da Igreja Presbiteriana. O historiador do futuro, terá talvez uma palavra a dizer (FERREIRA, 1992, p.139).

#### **1.4. Destinos estabelecidos: os objetivos**

Mais do que a categorização como gerais e específicos, os objetivos deste trabalho também se apresentam em duas dimensões contributivas distintas que são correlatas às justificativas apresentadas para o desenvolvimento da pesquisa, afinal, o destino a que se quer chegar, foi justificado pelas questões acima pontuadas, pois é o alcance deste espaço de conclusões que possibilita o oferecimento das respostas para os problemas levantados, e conforme apontado, há elementos suficientes que sustentam a legitimidade do exercício de busca por tais respostas. Em síntese, afirma-se que alcançando os objetivos traçados, tem-se a compensação da investigação, que pode ser encontrada nas contribuições oriundas das respostas geradas.

As dimensões diferenciadas de contribuições alcançadas são orientadas pelo aspecto dinâmico da pesquisa empreendida, resultado de seu caráter interdisciplinar, especialmente representado pela interação entre as áreas de história da educação, história e análise cultural, e pesquisa sócio-histórica.

É na dimensão da contribuição histórica onde se encontra o *objetivo geral* do trabalho, que é apresentado sob o aspecto da construção de importantes narrativas crítico-interpretativas sobre as trajetórias de transição das instituições Mackenzie e Gammon, entendendo tais transições como o processo de nacionalização, que é comum a ambas, e o processo de federalização, que embora comum a ambas como movimento, é consumado apenas no Instituto Gammon, pelo desmembramento de sua Escola Superior de Agricultura.

Na dimensão da contribuição sócio-histórica é que são pontuados os *objetivos específicos* do trabalho, que se relaciona com o aspecto metodológico, ao apresentar uma alternativa para a pesquisa histórico cultural que toma os conceitos propostos por John B. Thompson concernentes a uma compreensão estrutural de cultura, permitindo um olhar investigativo destes movimentos não somente como fenômenos históricos, mas também como fenômenos que se desenvolvem dentro de uma estrutura social de assimetrias, e que neste caso, são consideradas em sua influência no campo das trajetórias de instituições educacionais presbiterianas.

Sistematizando os objetivos apresentados, propõe-se a seguinte configuração:

a) Objetivos Gerais:

- Construção de uma narrativa crítico-interpretativa sobre o processo de nacionalização do Instituto Gammon, atrelado à federalização da Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL);
- Construção de uma narrativa crítico-interpretativa sobre o processo de nacionalização do Instituto Mackenzie, atrelado às tentativas de federalização da Universidade Mackenzie.

b) Objetivos Específicos:

- Estabelecer por meio da análise sócio-histórica, um paralelo entre as trajetórias de transição institucional, identificando nas estruturas sociais as *assimetrias* relacionadas ao campo de interação e às instituições sociais que o configura, e construir uma interpretação/reinterpretação destes processos que se posicione como uma



contribuição interpretativa relacionada à força da estrutura social sobre a cultura educacional presbiteriana, especialmente no que tange às trajetórias de suas principais instituições, desvelando pela linha da concepção estrutural de cultura, uma contribuição para a compreensão da cultura educacional brasileira em suas características sócio-históricas distintivas.

### **1.5 Caminhos indicados: o pressuposto**

No contexto desta pesquisa a interação histórica das instituições se configurará como importante chave para compreensão das estruturas sociais, no entanto, de um ponto de vista mais específico, é no estabelecimento de uma comparação das trajetórias que se revelam as respostas para os problemas levantados. Tendo em vista que até mesmo esta relação de interação é no seu primeiro momento conjectural, a partir de comparações empíricas, tem se neste fundamento o pressuposto para a investigação desenvolvida e apresentada, afinal, as sociólogas estadunidenses Theda Skocpol e Margaret Somers (1980, p. 174) atrelam a prática da história comparativa com a própria atividade de investigação social.

As referidas autoras atestam a existência de um “fascínio recorrente por justapor padrões históricos de dois ou mais tempos ou lugares” (tradução nossa). De acordo com estas acadêmicas das Universidades de Harvard e Michigan, respectivamente, “parte do apelo vem da utilidade de olhar para *trajetórias históricas* no intuito de estudar as mudanças sociais [grifo nosso]” (SKOCPOL E SOMERS, 1980, p.174, tradução nossa).

Neste sentido, os professores de sociologia James Mahoney e Dietrich Rueschemeyer (2003) nos lembram de que aqueles que tomamos como os fundadores das ciências sociais modernas, de Adam Smith a Alexis de Tocqueville até Karl Marx, todos seguiram a análise histórica comparativa como modo central de investigação, e uma questão que pode ser considerada ainda mais significativa do que a íntima ligação da própria atividade de investigação social com a prática da história comparativa, é a perspectiva de inúmeros autores contemporâneos sobre um movimento de retomada desta consagrada metodologia, atestado por dezenas de novos livros publicados nas últimas décadas que resultaram de pesquisas histórico-comparativas, muitas delas reconhecidas e premiadas por sua relevância.

Embora utilizem termos diferentes em suas descrições deste movimento de retorno, há uma unanimidade expressa em vários trabalhos compulsados quanto ao renascimento da utilização da metodologia histórica comparativa na pesquisa social.

Tomando como exemplo os autores já citados da área de sociologia como Mahoney e Rueschemeyer (2003, p. 3), temos a conclusão de que depois de um período em que a metodologia ficou negligenciada, as “recentes décadas têm testemunhado uma dramática *re-emergência* da tradição histórico comparativa [grifo nosso] (tradução nossa)”. Não bastasse essa conclusão, pesquisadores de outras áreas, como a educação por exemplo, que é o caso do António Sampaio da Nóvoa e Tali Yariv-Mashal (2003, p. 3), também expressam esta percepção de uma retomada da prática da pesquisa comparativa que segundo estes autores, depois de um certo momento de ostracismo, “as abordagens comparativas recuperam sua popularidade” e passam por uma “*re-aceitação*” (tradução nossa).

A constatação é que este processo de re-emergência ou re-aceitação, com desinente incorporação da metodologia em diversas e importantes pesquisas recentes, gerou também trabalhos que investigam e analisam o próprio movimento a partir dos artigos e livros que foram produzidos nos últimos anos, tudo isso no intuito de trazer aprofundamentos sobre as possibilidades e processos envolvidos nesta tradição metodológica, bem como de produzir categorizações mais esclarecedoras sobre o método e sua diversificada aplicação<sup>15</sup>, especialmente pela existência de “importantes problemas de procedimentos analíticos e metodológicos que permanecem”, embora, não impedindo que “este modo de investigação tenha se reafirmado no centro das ciências sociais hoje” (MAHONEY E RUESCHEMEYER, p. 3, tradução nossa).

Nesta pesquisa, a tradição histórico-comparativa é tomada apenas como pressuposto metodológico e não exatamente como a metodologia central e direta.

---

<sup>15</sup> Artigos recentes que apresentam um levantamento de pesquisas histórico comparativa atuais e de relevância reconhecida no meio acadêmico:  
MAHONEY, James e RUESCHEMEYER, Dietrich (Edited). Comparative Historical Analysis in the Social Sciences. Cambridge: Cambridge University Press, 2003;  
RAGIN, Charles e ZARET David. Theory and Method in Comparative Research: Two Strategies. Social Forces, Vol. 61, No. 3, p. 731-754, Mar. 1983  
SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry. Comparative Studies in Society and History, Cambridge, Vol. 22, No. 2, p. 174-197, Abr. 1980;  
BONELL, Victoria E. The Uses of Theory, Concepts and Comparison in Historical Sociology. Comparative Studies in Society and History, Vol. 22, No. 2, p. 156-173, Abr. 1980

Este trabalho não se apresenta como um estudo comparativo dos movimentos históricos em questão, mas trabalha o paralelo histórico das trajetórias institucionais a partir especialmente de ferramentas de análise sócio-histórica.

Como se perceberá, a metodologia histórico-comparativa é tomada apenas como uma referência no que tange aos pressupostos da pesquisa, mas de modo original e ambiciosamente, desenvolve-se uma análise das informações históricas levantadas, a partir de uma recente metodologia de pesquisa social, que neste trabalho tem sua aplicação orientada por esse pressuposto metodológico clássico e consagrado que é o método histórico-comparativo, neste caso porém, servindo apenas como referência para o estabelecimento de um paralelo histórico, e não para o desenvolvimento e aplicação de um estudo comparativo. Em resumo, podemos afirmar que na tradição histórica comparativa firma-se apenas como o pressuposto sobre o qual se constrói uma interação metodológica que amplia e define a originalidade procedimental da representação ora comunicada.

Ainda no esforço de apresentação de uma síntese, pode-se dizer que as interações históricas constatadas por meio do estabelecimento deste paralelo existente nas trajetórias das instituições, se configuram como o pressuposto que rege a construção de narrativas crítico-interpretativas particulares e paralelas, que no caso desta pesquisa, foram orientadas por conceitos relacionados à análise objetiva de formas simbólicas constituídas em discursos que representam os processos históricos que caracterizam a trajetória das instituições.

As referidas construções narrativas crítico-interpretativas apenas precedem a produção de uma interpretação das trajetórias institucionais que é oriunda da observação e descrição dos contextos institucionais investigados, tendo como base geral para o desenvolvimento de todo esse trabalho interpretativo, a utilização de conceitos ligados ao aparato da *Hermenêutica de Profundidade*, que se trata de uma ferramenta de análise interpretativa proposta por um professor da Universidade de Cambridge, John Brookshire Thompson, que será melhor apresentada e explicada no decorrer da próxima seção.

## **1.6 Caminhos Metodológicos**

No intuito de pensar acerca do que está envolvido na emergência e desenvolvimento da comunicação de massa, foi que o professor e sociólogo da

Universidade de Cambridge, John B. Thompson se voltou à discussão e análise de questões basilares das ciências sociais, como as concepções de Cultura e Ideologia.

Um ponto central de seu interesse na retomada destes temas envolve especialmente as noções relacionadas à ideia de *formas simbólicas*, assunto que tem sido trabalhado sob a rubrica do conceito de Cultura, isso porque a estrutura desenvolvida por John B. Thompson para compreensão do conceito de Cultura focaliza as expressões significativas envolvidas nas mais variadas ações dos sujeitos. Na compreensão do autor, estas ações não são meros fenômenos de um mundo natural, mas são expressões de sujeitos “que procuram entender a si mesmos e aos outros pela interpretação das expressões que produzem e recebem” (THOMPSON, 2011, p. 165). Estas expressões significativas produzidas e recebidas, se configuram nesta estrutura conceitual como *formas simbólicas*.

Portanto, na perspectiva de John B. Thompson (2011, p. 165), “o estudo dos fenômenos culturais pode ser pensado como o estudo do mundo *sócio-histórico* [grifo nosso] constituído como um campo de significados”. A preocupação de seu estudo está voltada para as “maneiras como [estas] expressões significativas de vários tipos são produzidas, construídas e recebidas por indivíduos situados [neste] mundo sócio-histórico”.

Embora não se utilize do termo *interdisciplinaridade*, o próprio John Thompson reconhece que tal proposta conceitual de Cultura, ao incluir uma variedade de fenômenos que envolvem profundas relações simbólicas, desvela um conjunto de interesses que são “compartilhados por estudiosos de diversas disciplinas, desde a sociologia e antropologia até a história e a crítica literária” (THOMPSON, 2011, p. 165).

Essa característica se tornou significativo fator de aproximação e se apresentou como uma das justificativas para a anteposição do método de Thompson como alternativa procedimental no desenvolvimento desta pesquisa, tendo em vista a consonância com sua matriz inspiradora, particularmente representada pela concepção da *interdisciplinaridade* como um dos precípuos objetos de estudo nas interfaces do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura sob a égide do qual a pesquisa se desenvolveu. No caso do presente trabalho, destacam-se o interesse da pesquisa sobre as questões sócio-históricas.

Para suficiente compreensão da proposta conceitual de cultura na qual este trabalho se referencia, é importante considerar o desenvolvimento histórico do conceito. É desta maneira que se buscará apresentar um esboço da concepção de cultura proposta por Thompson, exercício indeclinável no sentido de chegar-se também a uma clara compreensão do método tomado para a investigação em questão, especialmente consoante ao significado do conceito de “formas simbólicas”, ponto essencial para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que, no caminho metodológico que se trilha, as expressões dos sujeitos em relação aos processos pelos quais as instituições passaram em suas trajetórias distintas, são tomadas como formas simbólicas que precisam ser interpretadas, tendo em vista que esta interpretação se emergirá como resposta para os problemas que foram levantados, ressaltando-se que visa-se uma interpretação que foca na especificidade dos contextos de produção, transmissão e recepção destas formas simbólicas.

### **1.6.1 A Concepção Estrutural de Cultura**

Chamada de *Concepção Estrutural de Cultura*, a perspectiva de Thompson (2011) é o produto de um longo processo de desenvolvimento conceitual, que neste trabalho é precariamente resumido a partir de pelo menos quatro tipos de categorias básicas de sentido atribuídas ao conceito em questão, aqui apresentadas despretensiosamente, tendo em vista o interesse particular em trazer elucidações relativas ao sentido proposto por John B. Thompson para o conceito de Cultura, que dentre as quatro categorias básicas, é tomado como referência no aspecto metodológico desta pesquisa.

O conceito de Thompson (2011) é indiscutivelmente melhor compreendido à luz de pelo menos três outras concepções de cultura que se desenvolveram progressivamente no decorrer da história, a saber, a *Concepção Clássica*, que tem seu sentido ligado ao processo de desenvolvimento intelectual ou espiritual de um indivíduo na sociedade; a *Concepção Descritiva*, decorrente à influência da disciplina de antropologia, e que se refere ao amplo conjunto de valores, crenças, costumes, convencionabilidades, hábitos e práticas relacionadas a uma sociedade ou período histórico específico; e por último a *Concepção Simbólica*, de especial interesse para esta síntese, porque tem seu foco no simbolismo, olhando para os fenômenos culturais como fenômenos simbólicos.

Ao descrever esta última categoria, classificada como Concepção Simbólica, Thompson (2011, p.166) afirma que nela, “o estudo da cultura está essencialmente interessado na interpretação dos símbolos e da ação simbólica”. Na perspectiva do autor, “a concepção simbólica é um ponto de partida apropriado para o desenvolvimento de uma abordagem construtiva no estudo dos fenômenos culturais”. No entanto, a sua crítica é que na forma como ela aparece nas abordagens, evidencia-se uma “atenção insuficiente às relações sociais estruturadas nas quais os símbolos e as ações simbólicas estão sempre inseridos” (THOMPSON, 2011, p.166). É a partir destas considerações que nasce o conceito de *Concepção Estrutural de Cultura*.

Como demonstrado acima, esta concepção de Cultura proposta por John B. Thompson afiança a ideia das formas simbólicas, a princípio ligada à Concepção Simbólica, mas que na sua proposta é descingida, dando a atenção imprescindível às relações sociais estruturadas nas quais as formas simbólicas estão sempre inseridas, que na nossa pesquisa são representadas como ações simbólicas diversas, que foram produzidas no contexto sócio-histórico específico de cada uma das instituições estudadas.

Estabelecidas tais considerações, é possível ter-se mais claramente a configuração de sua *Concepção Estrutural de Cultura*, que apresenta como proposta de *análise cultural* o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas.

Essa importância dada por Thompson (2011) ao que ele chama de *contextos sociais estruturados*, que se refere ao espaço onde as formas simbólicas são produzidas e recebidas, é o ponto peremptório de impulsionamento para as bases metodológicas que orientam a investigação que é apresentada através desta tese, uma vez que ela se ocupa em representar, em suas assimetrias, os movimentos paralelos de nacionalização e federalização ocorridos nas instituições educacionais presbiterianas, com atenção ao período histórico que perfaz os anos de 1952 a 1964, os quais representam mais diretamente esta cultura de transição e suas decorrências institucionais, já avistada preliminarmente por Marcel Mendes, ao empreender a investigação já citada sobre tais contextos no âmbito do Instituto Presbiteriano Mackenzie, e que nesta pesquisa é descortinada pela sua representação como o espaço no qual são produzidas as formas simbólicas, ou, como já dito anteriormente,

na linguagem de Thompson, *os contextos sociais estruturados*, que se apresentam como um dos precípuos objetos de estudo em questão.

As formas simbólicas tomadas para investigação nesta pesquisa, se constituem especialmente de construções linguísticas significativas, comumente elaboradas pelos seres humanos, porém, neste caso o pesquisador se voltou também, com redobrada atenção para a capacidade dos seres humanos de conferirem sentido para as construções não linguísticas, especialmente representadas por ações.

Indo direto ao ponto, o interesse do pesquisador neste trabalho *se volta para as ações dos sujeitos em dois processos: o de nacionalização e o de federalização*. Sendo o primeiro, comum a ambas as instituições envolvidas na pesquisa, e o segundo, identificado como tentativa no caso do Mackenzie em São Paulo, e como projeto consolidado em Lavras.

A partir da concepção de Thompson, as ações e expressões dos indivíduos nos processos em questão são tomadas como formas simbólicas, enquanto os referidos processos em si, são analisados a partir das trajetórias institucionais dentro da estrutura social em que se processaram, tomados na análise como os contextos sociais estruturados das formas simbólicas.

Associados um e outro, são classificados por Thompson (2011) como *estruturas significativas*, ou constituições significativas, que se configuram como elementos no processo de *contextualização social das formas simbólicas* e que neste trabalho é analisado como expressões dentro de uma cultura de transição nas instituições presbiterianas de origem norte americana fundadas pelas missões no Brasil.

### **1.6.2 Hermenêutica de Profundidade (HP) como Referencial Metodológico**

É devido aos fatores acima mencionados que o referencial metodológico de interpretação proposto por John B. Thompson ganhou a designação de hermenêutica de profundidade (*depth hermeneutics*) ou “HP”<sup>16</sup>, uma vez que ele vai além do

---

<sup>16</sup> Há de se mencionar que o referido termo não surge com John Thompson, sendo possível encontrá-lo já na obra de Paul Ricoeur: RICOEUR, Paul. *Hermeneutics and the human Sciences: Essays on Language, Action and Interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. No entanto, o conceito de Thompson se difere do entendimento expresso por Ricoeur, que quando analisado por Thompson, é considerado como abstrativo das condições sócio-históricas, ver THOMPSON, John B. *Critical Hermeneutics, A Study in the Thought of Paul Ricoeur and Jürgen Habermas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981

significado autônomo das formas simbólicas, considerando a necessidade de compreensão dos contextos sociais nos quais as formas simbólicas se manifestam, ou seja, o que acontece por trás da expressão dos símbolos também precisa ser interpretado, portanto, a interpretação é *aprofundada* em um processo de decodificação das *estruturas significativas*, se configurando como um processo hermenêutico em profundidade.

É por esse motivo que Thompson fala em termos de uma “concepção estrutural de cultura”, que nada mais é que o fruto de sua crítica às limitações da “concepção simbólica” e seus métodos, que ao seu ver, é abstrativa em relação a uma análise dos contextos sociais estruturados nos quais as formas simbólicas se manifestam:

A análise cultural pode ser elaborada como o estudo das formas simbólicas em relação aos contextos e processos *historicamente* e socialmente estruturados dentro dos quais, e através dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas – resumidamente, é o estudo da construção significativa e da contextualização social das formas simbólicas. [...] a HP pode fornecer um referencial metodológico para a condução da análise cultural nesse sentido [grifo nosso] (THOMPSON, 2011, p. 363).

É esta atenção que o autor dedica para os contextos socialmente estruturadas que impulsionou a seleção de seu referencial para o desenvolvimento da pesquisa, que lida exatamente com esse problema, o desafio de trabalhar paralelamente com a especificidade de cada contexto que sedia os movimentos de nacionalização e federalização institucional que são investigados.

À medida que “o marco referencial metodológico” descrito por Thompson coloca em evidência o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação, ele acaba naturalmente se tornando um “referencial metodológico geral para a análise das formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p.356), ou, em outras palavras, o referencial metodológico para a análise das formas simbólicas em geral, afinal, voltando às palavras do autor, podemos dizer que as “formas simbólicas são construções significativas que exigem uma interpretação; *elas são ações, falas, textos* que, por serem construções significativas, podem ser compreendidas [grifo nosso]” .

Nesse ponto Thompson (2011, p. 356) se aproxima significativamente das propostas de Paul Ricoeur, especialmente quando enfatiza que “o estudo das formas



simbólicas é fundamental e inevitavelmente um problema de compreensão e interpretação”, no entanto, a diferença está exatamente na metodologia de um e de outro no que tange à solução do problema de compreensão e interpretação envolvido na relação com as formas simbólicas. Paul Ricoeur parece não ter a mesma preocupação de Thompson (1981) quanto às condições sócio-históricas em que os textos são produzidos e recebidos, especialmente pelo que Ricoeur chama de “a autonomia semântica do texto”, que faz com que ele se abstraia muito rapidamente do contexto sócio-histórico de produção da forma simbólica<sup>17</sup>.

É no próximo capítulo que se encontrarão os esforços no sentido de descrever as características que John Thompson atribui às formas simbólicas, e que orientaram a seleção das fontes que compõe as narrativas crítico-interpretativas. É também no próximo capítulo que são identificadas e caracterizadas as diferentes dimensões de análise dentro do referencial da HP, essenciais na sistematização analítica do processo investigativo: *análise formal ou discursiva, análise sócio-histórica e interpretação/reinterpretação*; todas consideradas a partir da autonomia do pesquisador, à luz da dinâmica de sua própria pesquisa: “A maneira como essas três fases de análise são mais eficientemente aplicadas na prática, dependerá do pesquisador” (THOMPSON, 2011, p.366).

### **1.7 Caminhos e trajetórias**

Conforme apontado nos *elementos pré-textuais* do trabalho, o título da pesquisa intenta apresentar de maneira sintética o tema proposto para a investigação, que se refere aos momentos similares de transição observados nas trajetórias históricas das instituições, e que em seu aprofundamento, se identificam por meio de processos de nacionalização e federalização que se estabeleceram simultaneamente como representações diretas destas transições concluídas e/ou intentadas no Instituto Mackenzie e no Instituto Gammon.

A alusão linguística de uma jornada, que é usada na composição dos capítulos da tese, não desconsidera a patente distinção existente entre caminho e trajetória. Como ressalta Bourdieu (1996, p. 183), tomar a trajetória como um “percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional que tem um começo [...], etapas e

---

<sup>17</sup> Ver THOMPSON, John B. *Critical Hermeneutics, A Study in the Thought of Paul Ricoeur and Jürgen Habermas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981

um fim, no duplo sentido de término e finalidade [...], é aceitar tacitamente a filosofia da história no sentido de sucessão de acontecimentos”.

Não é o pressuposto assumido nesta investigação quando propõe sua problematização a partir da análise de trajetórias institucionais no campo da educação presbiteriana no Brasil, pois envolve momentos em que as referidas instituições, embora tenham os mesmos destinos traçados pelos atores nelas envolvidos, dentro da estrutura social tomam trajetórias diferentes, e isso se dá exatamente porque tanto o sujeito como o espaço social que ele ocupa estão incessantemente sofrendo variações, sendo criados e recriados (CHAMON, 2005)

Postas tais considerações, passamos a explicar este, que é o primeiro capítulo do trabalho: *O Ponto de Partida: caminhos e trajetórias*. Como se pode perceber, é no presente capítulo que são apresentados o problema e os elementos essenciais da pesquisa. A linguagem alusiva aos caminhos é aproveitada na descrição e apresentação dos elementos essenciais relacionados à investigação empreendida, onde se considera também o fato de que qualquer trabalho investigativo se posiciona naturalmente como uma peregrinação epistemológica, que envolve jornadas os caminhos da história por meio da investigação que se executa.

Tendo em vista que neste primeiro capítulo é apresentada a abordagem teórica relacionada à proposta metodológica que foi tomada como referencial para a pesquisa, o próximo capítulo, que se figura como a segunda parte trabalho, foi estruturado como o espaço para descrição e aprofundamento relativo à parte prática da aplicação do método, incluindo as prévias apresentações de dados teóricos que compõem a estrutura da análise sócio-histórica, conteúdo fundamental para contextualizar a apresentação das narrativas interpretativas nos capítulos posteriores. Como é neste capítulo do trabalho que são descritos os passos práticos para compreensão das trajetórias de transição nas respectivas instituições, ele foi intitulado como *Delineamento das Trajetórias Institucionais de Transição*, uma vez que tais trajetórias são apresentadas analiticamente nos dois capítulos posteriores. Em uma ordem estética de configuração da apresentação da pesquisa, entende-se que antes de apresentar um delineamento histórico das trajetórias de transição das instituições em estudo, é imprescindível um conhecimento das referências que foram tomadas para orientar a construção crítico-interpretativa das narrativas históricas que representam o respectivo delineamento.

O terceiro capítulo é dedicado a construção da narrativa crítico-interpretativa relativa aos movimentos de nacionalização do Instituto Mackenzie e a tentativa de federalização da sua universidade e se intitula: *Mackenzie e sua Trajetória de Transição: a nacionalização e a tentativa de federalização da UPM*. A substancial pesquisa de Marcel Mendes sobre este assunto, empreendida no início da primeira década do século XXI por meio de uma tese de doutoramento em História Social pela Universidade de São Paulo, se apresentou como importante auxílio no levantamento de dados históricos que em parte se caracterizam como formas simbólicas ligadas ao tema em estudo. Assim como o capítulo subsequente sobre o Gammon, as formas simbólicas se tornaram os fios condutores da construção narrativa crítico-interpretativa. Detalhes mais práticos relacionados a este processo de caracterização e contextualização das formas simbólicas estão descritos no próximo capítulo, conforme antecipado no parágrafo anterior.

É questão muito controvertida o estabelecimento dessa ordem cronológica do posicionamento das narrativas da nacionalização das instituições, especialmente pelas singularidades envolvidas em cada processo, e por esse motivo, esta pesquisa tomou como referência para o estabelecimento deste critério a interpretação do pesquisador Marcel Mendes, esboçada em sua obra já citada anteriormente: em que dentre outros aspectos, estabelece-se como fator de identificação da conclusão do processo de nacionalização a transferência dos bens da instituição educacional à igreja brasileira, e neste caso, a transferência dos bens em Lavras ocorreu somente nove meses depois que o fato já havia se concretizado em São Paulo. A mudança do estatuto do Instituto Gammon, ocorrida em 1961, foi considerada pelo reitor da instituição à época, como a concretização da nacionalização, entretanto, o processo somente se concretizou em 1962, quando os bens foram definitivamente transferidos da instituição estrangeira para a IPB. Outra questão cronológica que influenciou a anteposição da trajetória do Mackenzie quanto aos processos investigados é o fato de que o recorte temporal estabelecido pela pesquisa tem seu limite na conclusão da federalização da ESAL, que ocorreu em 1964, enquanto as últimas tentativas mais significativas de federalização da UPM tiveram seu posicionamento temporal no ano de 1962, movimentos que aconteceram em um período posterior, embora se constituem em matéria relevante para investigações futuras, do ponto de vista de sua

representatividade histórica não possuem a mesma relevância dos movimentos identificados especialmente entre 1957 e 1962.

No quarto capítulo do trabalho se encontra a narrativa crítico-interpretativa do processo de nacionalização do instituto Gammon atrelada ao processo de federalização da sua Escola Superior de Agricultura, e tem como título: *Gammon e sua Trajetória de Transição: a nacionalização e a federalização da ESAL*. Para sua composição se tornou essencial as pesquisas realizadas no Museu do Ex-Aluno localizado no campus do Instituto Gammon na cidade de Lavras MG, assim como no Museu Bi Moreira, localizado no campus histórico da Universidade Federal de Lavras, além das visitas às bibliotecas das mesmas instituições e ao Arquivo Presbiteriano em São Paulo. Em todos estes espaços de curadoria foram encontradas fontes para composição das narrativas crítico-interpretativas as quais este trabalho se propôs produzir.

O motivo pelo qual estas narrativas crítico-interpretativas foram trazidas em seções separadas e distintas no trabalho, se liga aos objetivos gerais da pesquisa, que se relacionam com a sua contribuição histórica. Acredita-se que sistematicamente organizadas dessa forma, tais narrativas possam atender melhor ao objetivo de gerar uma fonte de referências para pesquisadores da história dessas instituições presbiterianas.

Uma vez atendidos os objetivos gerais pela disposição das narrativas crítico-interpretativas nos capítulos 3 e 4, e apenas parcialmente os objetivos específicos, relacionados à contribuição sócio-histórica, cabe ao capítulo 5 este papel, pois é nele que o paralelo histórico entre as instituições é trabalhado por meio das ferramentas metodológicas de análise sócio-histórica.

Conforme pontuado anteriormente, as narrativas crítico-interpretativas dos dois capítulos anteriores são essenciais para a composição deste capítulo em todas as análises que ele propõe. Neste respectivo capítulo buscou-se alcançar um outro nível de análise interpretativa que considerou as trajetórias institucionais descritas nas narrativas produzidas, desta vez desenvolvido a partir da pesquisa sócio-histórica, que deflagra assimetrias gerais relacionadas aos contextos específicos de cada instituição, sendo incluso na abordagem o desenvolvimento da interpretação / reinterpretação e tem como título: *A análise sócio-histórica e a interpretação / reinterpretação*.

Compreendendo-se que os resultados obtidos e apresentados por meio do exercício investigativo empreendido não revelam destinos definitivos na jornada epistemológica, pelo contrário, desvelam na verdade novos rumos e novas paisagens a serem descobertas nessa longa caminhada do conhecimento, uma vez que elementos conclusivos prévios foram trazido ainda no capítulo 5 quando empreendida a fase da reinterpretação, as *Considerações Finais* se restringem a aspectos relacionados aos resultados e algumas de suas implicações gerais.

Na última seção do trabalho se encontra o *Corpus Documental* com o fichamento de todo material utilizado na realização da pesquisa que originou esta tese, bem como a indicação dos espaços de curadoria, departamentos, ou bibliotecas que abrigam as referidas fontes, como também sites onde podem ser encontrados os materiais digitalizados que foram utilizados para consulta. Figurando por último no fichamento o espaço das referências bibliográficas tomadas para o desenvolvimento do trabalho.

## 2 DELINEAMENTO DAS TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS DE TRANSIÇÃO

*“A ideia subjacente à HP é que, na pesquisa social, como em outros campos, o processo de interpretação pode ser, e de fato exige que seja, mediado por uma gama de métodos explanatórios ou ‘objetivantes’. Ao lidarmos com um campo que é constituído tanto pela força como pelo significado, [...] ‘explanação’ e ‘interpretação’ não devem ser vistas, como o são muitas vezes, como termos mutuamente exclusivos ou radicalmente antitéticos; antes, podem ser tratados como momentos complementares dentro de uma teoria compreensiva interpretativa, como passos que se apoiam mutuamente ao longo de um ‘único arco hermenêutico’.*”

John B. Thompson

Conforme anunciado no capítulo anterior, busca-se apresentar nesta parte da pesquisa uma descrição mais direta dos caminhos gerais e práticos tomados na elaboração das narrativas históricas e crítico-interpretativas que são apresentadas nos próximos capítulos, como também do paralelo histórico construído a partir das respectivas narrativas, e que encontra o seu lugar no passo interpretativo posterior da pesquisa sócio-histórica.

Acerca do ponto de vista prático de aplicação da HP, John Thompson (2011, p. 356) afirma que, ao desenvolver sua proposta metodológica, que já foi preliminarmente esboçada neste trabalho, não se intenciona defender que exista “um método único, simples, talhado” para a análise da cultura, uma vez que tais “fenômenos são extremamente complexos, apresentam muitos aspectos diferentes, e podem ser enfocados de diferentes maneiras” sendo assim, o autor reconhece que a HP apresenta “não tanto uma alternativa aos métodos de análise existentes, mas um referencial metodológico geral, dentro do qual alguns desses métodos podem ser situados e ligados entre si”, além disso, para Thompson (2011, p.356), a HP é também um referencial através do qual “esses vários métodos de análise podem ser sistematicamente inter-relacionados, suas potencialidades podem ser consideradas e seus limites definidos”.

Ainda em defesa de seu método, Thompson (2011, p.356) argumenta que a HP “nos possibilitará mostrar como diferentes enfoques da análise da cultura, [...] podem ser combinados dentro de um movimento de pensamento coerente, que iluminará diferentes aspectos desses fenômenos multifacetados”.

O enfoque com o qual a presente investigação foi desenvolvida, considerou em seus objetivos gerais, surgir como uma fonte de contribuição do ponto de vista histórico, dada a escassez de trabalhos acadêmicos que abordem como tema principal os problemas elencados para esta pesquisa, assim sendo, conforme indica o esboço apresentado na última seção do capítulo anterior, os métodos de análises existentes referenciados pela HP, foram “situados” entre si, para cumprir em primeira instância os objetivos gerais, ou seja, os capítulos 3 e 4, que foram orientados em sua construção analítica a partir da combinação da análise discursiva com a interpretação da doxa, e tendo como objetivo viabilizar o alcance o resultado primordial que se propõe com este trabalho, que é a construção das narrativas históricas crítico-interpretativas, que oferecem os elementos essenciais para o segundo nível de análise, a saber, a pesquisa sócio-histórica, que se referenciou especialmente nos conceitos de situação espaço temporal, campos de interação, instituições sociais e estrutura social.

Tal divisão representa bem aquilo que é uma problemática recorrente na relação entre a prática e teoria na pesquisa social, e traz um equilíbrio nos passos analíticos, dado o fato das narrativas crítico-interpretativas oferecerem de maneira mais direta a face prática da pesquisa, ao trabalhar objetivamente com os dados, enquanto o paralelo histórico, se apresenta como a face mais teórica da abordagem, ao propor as discussões sócio-históricas.

Uma das argumentações de Thompson (2011, p. 355) a favor de seu referencial metodológico seria exatamente este suposto ponto de equilíbrio que ele traz entre a “discussão teórica” e a “análise prática”. O autor propõe que “as discussões teóricas fazem diferença na prática e que a análise prática tem influência na discussão e nos debates teóricos”. Ele entende que “a divisão entre discussão teórica e análise prática perpassa profundamente as ciências sociais, deixando, muitas vezes, os usuários de ambas em lados opostos de um enorme abismo”, e por entender que essa divisão é prejudicial, tenta desconfigurar seu sistema investigando alguns dos elos entre debates teóricos sobre cultura e a análise prática das formas simbólicas.

Portanto, ao evocar a tradição da hermenêutica, especialmente com base nos trabalhos dos filósofos hermeneutas dos séculos XIX e XX, especialmente Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur, Thompson (2011, p. 358) olha para os fenômenos sociais como formas simbólicas, que são tratadas como “construções significativas que, embora possam ser analisadas pormenorizadamente por métodos formais ou objetivos, inevitavelmente apresentam problemas qualitativamente distintos de compreensão e interpretação”.

O sentido de seu raciocínio aponta que os processos de compreensão e interpretação devem incluir outros tipos de métodos e não ficarem restritos às análises formais ou objetivas, isso significa alcançar as abordagens teóricas sobre cultura, que estariam inclusas na pesquisa sócio-histórica, completando dessa forma o trabalho hermenêutico que deve ser empreendido.

Este foi o caminho escolhido para viabilizar a construção das narrativas interpretativas, mas ao mesmo tempo, considerá-las em um paralelo histórico que lida com “problemas qualitativamente distintos de compreensão e interpretação” ao refletir sobre as questões contextuais dos atores históricos.

Esta tese apresenta aos seus leitores a ação analítica de tomar os fenômenos sócio-históricos que foram definidos como problema da pesquisa, a partir das formas simbólicas pelas quais se representaram, do contexto específico de sua produção, construção e recepção, e do contexto geral de um campo de interação que configura a estrutura social que é pano de fundo na construção das trajetórias institucionais que são investigadas.

Na prática, isso significou tratar os discursos que perfazem as fontes históricas relacionadas aos movimentos envolvidos nas trajetórias de transição do Instituto Mackenzie e do Instituto Gammon, como formas simbólicas que deveriam ser interpretadas como construções significativas e analisadas por um método formal e objetivo, mas ao mesmo tempo, consideradas em seus contextos de produção e transmissão, que são acessados por meio de depoimentos participantes<sup>18</sup> e de dados etnográficos gerais. Esse processo metodológico se caracterizou por uma clara

---

<sup>18</sup> Não se deve confundir com “observação participante”, que se trata de um tipo de análise de pesquisa qualitativa em que o pesquisador se envolveria diretamente com os grupos envolvidos no processo analisado. O depoimento participante neste caso, trata-se do relato pessoal de indivíduos que participaram ativamente dos processos históricos investigados.



“distinção entre os traços estruturais internos das formas simbólicas de um lado, e os contextos e processos socialmente estruturados dentro dos quais as formas simbólicas estão inseridas, de outro” (THOMPSON, 2011, p. 182).

Um ponto áureo que se procurou ter em mente para construção das narrativas crítico-interpretativas relacionadas às trajetórias de transição nas instituições, como também em relação ao exercício posterior de interpretação conjunta das respectivas trajetórias em suas assimetrias, foi o fato de que enquanto formas simbólicas, os fenômenos culturais são significativos não apenas para o analista, mas também para os atores envolvidos, por este motivo, se perceberá sempre nos textos uma atenção em relação a como os discursos ou ações foram interpretados por estes atores históricos, bem como suas reações e respostas, que também se constituem como formas simbólicas.

Essa atenção voltada para os atores em sua produção, construção e recepção de formas simbólicas deu às narrativas crítico-interpretativas relacionadas aos movimentos de nacionalização e federalização nos Institutos Gammon e Mackenzie a característica de constantemente reproduzirem as formas simbólicas por meio de citações diretas, seja na íntegra ou apenas partes delas em alguns casos, e esse conteúdo é representado por discursos presentes em documentos, matérias jornalísticas, correspondências, conteúdos audiovisuais, ou mesmo ações que foram decodificadas pelos atores históricos, mas também o são pelo analista no desenvolvimento das narrativas crítico-interpretativas.

São também as formas simbólicas que orientam estas construções narrativas, que se configuram em sua estrutura como o somatório da disposição das formas simbólicas no texto, da descrição/resultado das análises formais das formas simbólicas, dos dados obtidos pela pesquisa histórica, e das interpretações conduzidas a partir desse conjunto complexo de elementos.

## **2.1 A caracterização e a seleção das “formas simbólicas”**

O conceito de formas simbólicas que está incluso no processo metodológico tomado como referência para construir a representação ora exposta, se relaciona com uma variedade de fenômenos significativos que neste caso envolveu especialmente textos, e de maneira menos importante os significados que podem ser atribuídos às ações.

No referencial metodológico da HP, são considerados cinco aspectos comuns às formas simbólicas, e que têm uma implicação teórica direta no processo de interpretação, são eles: o *aspecto intencional*, que se refere ao fato de as formas simbólicas serem produzidas por sujeitos que têm algum objetivo ou propósito, e procuram expressar o que eles desejam comunicar por meio das formas simbólicas que eles produzem para outro sujeito; o *aspecto convencional* que tem relação com as regras, códigos e convenções aplicados no processo de produção e utilização das formas simbólicas, tanto pelos que transmitem como pelos que recebem, e normalmente envolve o conhecimento tácito das convenções pelos indivíduos, que podem nem estar conscientes de tais regras, por exemplo a interpretação de ações que embora não sejam codificadas para serem interpretadas, são decodificadas a partir das convenções que compõem o conhecimento tácito; o *aspecto estrutural* referente à estrutura articulada em um padrão de elementos sistêmicos em suas inter-relações, e que pode ser discernidos em expressões, sejam verbais ou textuais, através de conhecimento gramatical ou discursivo; o *aspecto referencial* que se relaciona com as representações, referências, ou comunicações sobre algo, e que podem ser encontradas nas formas simbólicas. Em determinados contextos a forma simbólica ou algum elemento dela podem substituir ou representar um objeto, um indivíduo ou uma situação; o *aspecto contextual* é sem dúvida o conceito capital na composição estrutural do referencial metodológico de John Thompson, e refere-se aos “processos e contextos sócio-históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais” as formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas (THOMPSON, 2011, p.192).

A ligação deste último aspecto com as relações sociais características dos contextos de produção, transmissão, e recepção das formas simbólicas é que gera esse deslocamento extrínseco aos limites dos traços estruturais internos das formas simbólicas, de onde é desinente uma atenção especial aos processos, instituições e contextos sociais dentro dos quais o discurso foi produzido, transmitido e recebido pelos atores sócio-históricos.

É evidente que cada um destes aspectos suscitaria discussões e questionamentos muito mais abrangentes e profundos do que a precária síntese acima descrita, mas o propósito de apresentar este resumo é indicar que tais aspectos foram considerados tanto para identificação e seleção das formas simbólicas, como

também para sua interpretação, processo pelo qual se viabilizou a produção das narrativas crítico-interpretativas apresentadas nos capítulos seguintes do trabalho.

Para esta pesquisa foram selecionadas formas simbólicas identificadas a partir das mais variadas fontes, sendo boa parte primárias, e que foram acessadas em diferentes espaços de curadoria, bem como em outros departamentos de três instituições educacionais relacionadas com o tema da pesquisa: a Universidade Federal de Lavras, o Instituto Presbiteriano Gammon e o Instituto Presbiteriano Mackenzie. Também foram de grande contribuição acervos pessoais de pessoas ligadas às respectivas instituições, conforme se pode verificar na organização do Corpus Documental, seção final deste trabalho.

Além das fontes documentais, outras formas simbólicas foram selecionadas a partir de pesquisas sobre as instituições educacionais em pauta, e que realizadas anteriormente, originaram também teses, dissertações e obras literárias sobre temas diretos, no caso do Mackenzie, ou correlatos à pesquisa, no caso do Gammon.

Em uma análise orientada por um enfoque tríplice, os aspectos dessas formas simbólicas foram diretamente considerados na constituição de uma narrativa interpretativa, uma vez que se procurou apontar os sujeitos e suas intencionalidades, fossem missionários americanos, líderes da igreja brasileira, funcionários das instituições em estudo, professores, estudantes, políticos, cidadãos comuns, jornalistas. Assim também foram consideradas as convencionalidades tácitas nos processos de codificação de discursos ou de decodificação de ações, bem como as estruturas dos discursos, articuladas sistematicamente, e assim discernidas discursivamente por meio de breves análises argumentativas dispostas dentro da própria estrutura da narrativa histórica desenvolvida.

Em polos diferentes na configuração desta pesquisa estiveram considerados os aspectos referencial e contextual, pois o primeiro não foi tomado como elemento importante no modelo de análise empreendido, enquanto o segundo é central para o desenvolvimento do trabalho, e que propulsionou a escolha do próprio referencial, uma vez que o interesse e desafio da pesquisa reside exatamente nas assimetrias distintivas de cada contexto sócio-histórico nos quais se situam as instituições cujas trajetórias estão sendo investigadas, este é o assunto dos próximos parágrafos.

Mas antes de entrarmos na questão referente à contextualização das formas simbólicas, há de se abrir um parêntese com o objetivo de apontar uma distinção importante relacionada aos dados históricos, etnográficos e depoimentos dos participantes diretos do processo, que podem ou não ser tomados como formas simbólicas. Entende-se que no modelo de análise sócio-histórica empreendido, as formas simbólicas se restringem a expressões e discursos pertencentes exclusivamente ao contexto dos acontecimentos que se processam dentro do recorte histórico proposto. Algumas dessas formas simbólicas são tomadas com o propósito de viabilizar a interpretação da doxa, ou seja, do cotidiano de então, sendo acompanhadas por dados etnográficos, bem como os depoimentos participantes, sendo exatamente estes os casos que não são tratados necessariamente como formas simbólicas, assim como dados históricos gerais, que não obstante, são essenciais na configuração da interpretação do contexto sócio-histórico de produção, construção e transmissão das formas simbólicas.

## **2.2 A contextualização das formas simbólicas**

Uma vez caracterizadas as formas simbólicas, parte-se naturalmente para o segundo passo, ou dimensão de análise, que é a contextualização dessas formas simbólicas.

É esse grande desafio analítico que caracteriza o referencial da HP, interpretar as formas simbólicas além das suas estruturas, aprofundando-se em seus contextos sócio-históricos de produção, transmissão e recepção. Embora seja esse aspecto que caracteriza a hermenêutica “em” profundidade conforme conceituada por John Thompson, como já posto, trata-se de um desafio analítico em relação ao qual o referido professor sugere uma estrutura de análise, que passa por diferentes aspectos. Usando as palavras do próprio Thompson (2011, p.198), afirmamos que esses “diferentes aspectos dos contextos sociais definem diferentes níveis de análise [...]” e “possibilitam-nos entender as características sociais dos contextos dentro dos quais os indivíduos agem e interagem.”

Os aspectos aos quais estamos nos referindo são os seguintes: situações espaçotemporais, campos de interação, instituições sociais e estrutura social. Foram as características próprias de cada um desses aspectos analíticos da pesquisa sócio-histórica que definiram os diferentes níveis de análise que foram tomados para os exercícios interpretativos distintos que são apresentados na pesquisa, mas antes de

tecer detalhes sobre esta questão, é importante uma descrição aplicada destes aspectos.

Com relação ao conceito de circunstâncias espaçotemporais, apontamos os contextos sociais estruturados que são “espacial e temporalmente específicos”. É nesse nível de análise que estão diretamente presentes a produção e a recepção das formas simbólicas. Embora possam existir condições em que a produção e a recepção das formas simbólicas não aconteçam nas mesmas circunstâncias espaçotemporais, não é este o caso da presente pesquisa, pois os atores históricos estão inseridos no mesmo contexto específico, representado ou pela realidade interiorana da pequena cidade de Lavras em Minas Gerais com suas características próprias, ou pela realidade cosmopolita da maior cidade do país, que também possuía suas características próprias nas décadas que perfazem o estudo empreendido.

O outro aspecto que se segue na abordagem é o conceito de campos de interação, que se fundamenta em adaptações desenvolvidas a partir das contribuições do sociólogo francês Pierre Félix Bourdieu (1930-2002). A descrição que Thompson (2011, p.195) faz do conceito proposto por Bourdieu é de que “um campo de interação pode ser conceituado, sincronicamente, como um espaço de posições e, diacronicamente, como um conjunto de *trajetórias* [grifo nosso].” Em aprofundamento à sua descrição, o autor fala sobre posições em que os indivíduos particulares ocupam dentro de um espaço social, e uma trajetória que é seguida no curso de suas vidas, definida pela sua evolução no tempo. O caso que nos interessa, é que essas trajetórias “são determinadas, em certa medida, pelo volume e distribuição de variados tipos de *recursos ou “capital”*” dentro do campo de interação e que não se restringem a indivíduos, mas envolvem também as instituições.

Seguindo a linha “*thompsoniana*”, e com base nos objetivos da presente pesquisa, distinguiremos e analisaremos diferentes tipos de capital no processo de interpretação das trajetórias dentro do campo de interação que vislumbramos, e que será mais bem explicado à luz dos aspectos analíticos da pesquisa sócio-histórica que ainda precisam ser apresentados no decorrer dos próximos parágrafos, começando pelo aspecto da instituição social.

Este terceiro aspecto, que é o da instituição social, refere-se a “conjuntos específicos e relativamente estáveis de regras e recursos, juntamente com as relações sociais que são estabelecidas por elas e dentro delas” (THOMPSON, 2011,

p.196). Uma instituição educacional específica como os institutos presbiterianos que são investigados nessa pesquisa, podem ser tomados como instituições sociais que dão forma ao campo de interação. O Gammon e o Mackenzie são organizações educacionais confessionais e de fundação e gestão de caráter missionário, e que são uma instituição social no sentido da abordagem proposta por Thompson (2011), uma vez que são caracterizadas por tipos e quantidades de recursos que lhe são disponíveis no contexto específico onde estão inseridas, além das regras e convenções que governam os aspectos administrativos dentro dos respectivos educandários, questões mais detalhadas sobre assimetrias que caracterizam as instituições específicas e que extrapolam sua disponibilização aos atores sócio-históricos serão esclarecidos de modo prático no capítulo que traz os resultados da pesquisa sócio-histórica.

O quarto e último aspecto da pesquisa sócio-histórica proposta pela abordagem estrutural de cultura, é o conceito de estrutura social, que nada mais é que o objeto direto de interesse desta pesquisa, pois refere-se à identificação das assimetrias e diferenças caracterizadas através do campo de interação e das instituições sociais, e estão relacionadas à distribuição e acesso a diferentes tipos de recursos, sejam materiais, humanos, de informação, poder, valores, oportunidades e possibilidades.

Analisar os processos de nacionalização e federalização dos Institutos Gammon e Mackenzie por meio da estrutura social do campo de interação e das instituições sociais, é identificar e determinar as assimetrias e diferenças envolvidas nos processos investigados e que implicam em trajetórias distintas, não somente de indivíduos, mas também das instituições.

No caso do presente trabalho, estes aspectos da pesquisa sócio-histórica que envolvem o campo de interação, as instituições sociais e a estrutura social, foram situados no processo analítico de configuração do segundo nível de análise interpretativa, que é o estabelecimento do paralelo histórico entre as narrativas crítico interpretativas das diferentes trajetórias institucionais no processo de nacionalização e federalização nelas ocorridos.

As considerações sobre estes aspectos analíticos da pesquisa sócio-histórica trouxeram luz no esforço de entender as características sociais dos contextos dentro dos quais os indivíduos agiram e interagiram, produzindo e recebendo as formas simbólicas, mas tais elementos não foram apenas um ambiente dentro do qual estas

interações aconteceram, mas conforme propõe Thompson (2011, p. 198), “são constitutivos da ação e interação” ao passo que “os indivíduos, rotineira e necessariamente, baseiam-se, implementam e empregam os vários aspectos dos contextos sociais no curso de sua ação e interação uns com os outros”. Desse modo, podemos afirmar que as características contextuais são tanto “limitadoras” como “capacitadoras,” e por isso influenciaram diretamente as trajetórias das instituições.

Conforme já descrito na última seção do primeiro capítulo desta tese, a aplicação prática destes conceitos relacionados à contextualização das formas simbólicas por meio destes últimos aspectos descritos da pesquisa sócio-histórica, se encontra no capítulo 5, na sistematização das narrativas crítico-interpretativas, que neste caso, é orientada pelo estabelecimento de um paralelo histórico entre elas, realizado sob a perspectiva dos diferentes aspectos da pesquisa sócio-histórica.

Uma vez postas as questões gerais relacionadas à caracterização das formas simbólicas, fator que tem profunda relação com a dimensão da análise discursiva objetiva, bem como às questões relacionadas à contextualização das formas simbólicas, fator que tem profunda relação com a dimensão da análise sócio-histórica, passa-se a uma síntese sistemática descritiva e particularizada da maneira como todos estes conceitos foram aplicados na estruturação da pesquisa.

### **2.3 A aplicação dos conceitos referenciais metodológicos nas circunstâncias particulares da pesquisa**

Como tem sido pontuado, não existe um padrão de aplicação do referencial metodológico, e por esse motivo ressalta-se que “as maneiras como essas condições podem ser mais adequadamente examinadas irão variar de um estudo para outro, dependendo dos objetos e circunstâncias particulares de pesquisa” (THOMPSON, 2011, p. 366).

Antes de uma descrição da forma como as diferentes dimensões analiticamente distintas do processo interpretativo da HP foram desenvolvidas, torna-se absoluta a sistematização objetiva dos procedimentos já citados no primeiro capítulo e diretamente referenciados nas seções anteriores, e como estes procedimentos são configurados no processo analítico. Com esse propósito, passamos a retomar as diferentes dimensões de análise que estão envolvidas no processo de interpretação

em profundidade, e a discorrer sobre elas na próxima seção relacionando-as com sua aplicação neste processo analítico.

### **2.3.1 O referencial metodológico da HP aplicado na construção das narrativas crítico interpretativas e no estudo do paralelo histórico institucional**

Conforme citadas anteriormente, a *análise formal ou discursiva*, *pesquisa sócio-histórica*, e *interpretação/reinterpretação*, são as diferentes dimensões analíticas que compõem o referencial metodológico da HP. Nos próximos parágrafos procuramos descrevê-las apontando o modo de sua aplicabilidade no desenvolvimento deste trabalho especificamente.

No modelo referencial da HP existe um exercício interpretativo que é considerado pelo seu propositor como “um ponto de partida primordial e inevitável”, que é o que Thompson (2011, p. 363) chama de interpretação da *doxa*. Consiste em um movimento que procura desvelar os aspectos relacionados ao modo como as “formas simbólicas são interpretadas e compreendidas pelas pessoas que as produzem e as recebem”, e por essa razão não pode ser separado de nenhum movimento inicial de investigação que considere o referencial metodológico da HP, uma vez que as formas simbólicas que se procura interpretar, já “foram interpretadas pelos sujeitos que constituem o campo sujeito-objeto” e um dos propósitos da HP consiste em elucidar como as formas simbólicas foram produzidas, construídas e compreendidas. Há de se observar que este exercício reconstrutivo é ele próprio uma “interpretação da interpretação”, pois trata-se de um exercício hermenêutico relacionado às “opiniões, crenças e compreensões sustentadas e partilhadas pelos agentes produtores e receptores das formas simbólicas, que constituem o mundo social” que é alvo da pesquisa (THOMPSON, 2011, p. 364).

Considerando que se trata de um exercício “inevitável”, a interpretação da *doxa* foi um elemento incluso nos primeiros passos interpretativos tomados no desenvolvimento do trabalho, que foram as construções das narrativas crítico-interpretativas que se figuram nos dois próximos capítulos. A *análise formal* e objetiva das formas simbólicas foi a diligência preponderante que conduziu estas construções, mas não única, pois não pôde deixar de ser realizada ignorando a interpretação da *doxa*, e que neste caso foi especialmente construída a partir do depoimento participante, que são as informações levantadas a respeito das opiniões dos



produtores e receptores das formas simbólicas no contexto em que elas se originaram, a saber, o período entre 1952 e 1964.

As dimensões da análise formal e da interpretação da doxa ocuparam o processo de construção das narrativas interpretativas de cada trajetória institucional, e assim foram configuradas devido às “circunstâncias particulares da pesquisa” (THOMPSON, 2011, p. 366), especialmente relacionadas aos objetivos gerais de oferecer uma contribuição histórica em relação aos temas que são interpretados também a partir do conceito estrutural de cultura.

Nesse processo de interpretação da doxa, percebeu-se a importância de se empreender uma pesquisa histórica relacionada às políticas administrativas das diferentes juntas missionárias que fundaram e administraram as instituições educacionais até a sua nacionalização, bem como a visão e expectativas que os atores sócio-históricos tinham em relação aos processos em andamento.

Embora John B. Thompson não tenha previsto em suas obras este tipo de investigação, entende-se que no propósito de se compreender melhor o contexto, é importante voltar-se para o processo de seu estabelecimento, uma vez que ele se apresenta como o resultado de influências do passado: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1996, p. 21). Exercício semelhante foi feito por Rodrigues Filho (2016), que também se utilizou da HP como referencial para sua pesquisa acerca da programação radiofônica na fronteira Brasil-Paraguai.

“A interpretação da doxa é um ponto de partida indispensável da análise, mas não é o fim da história” (THOMPSON, 2011, p. 364). Restringir-se a ela é um erro tão significativo como o de ignorá-la. Portanto, outro procedimento importante do referencial metodológico foi tomado para dar continuidade ao processo interpretativo, que foi a análise sócio-histórica, empreendida no propósito de elucidar questões interpretativas do paralelo histórico das trajetórias institucionais.

Essa dimensão da *análise formal ou discursiva*, que se somou à interpretação da doxa no primeiro nível de análise que foi o processo de construção das narrativas crítico-interpretativas, é o passo de exame que se desenvolve a partir da característica de articulação das formas simbólicas. Como são produtos, ou mesmo ações de

sujeitos, as formas simbólicas podem se apresentar como construções simbólicas complexas, através das quais algo é expresso ou dito. O fato de serem expressões que têm por objetivo comunicar algo, elas geralmente apresentam uma estrutura que precisa ser analisada de modo objetivo, embora não abstrativo das dimensões apontadas anteriormente relacionadas ao contexto sócio-histórico de sua produção.

Os mais variados tipos de análise podem ser usados nessa dimensão do exercício hermenêutico, da semiótica à análise narrativa, isso depende das características próprias das formas simbólicas que estão sendo interpretadas, bem como os objetivos da investigação empreendida. No caso dos dados históricos que foram levantados para construir as narrativas crítico-interpretativas apresentadas neste trabalho, foi utilizada predominantemente a análise argumentativa<sup>19</sup>.

Não se ignora o fato de que o propósito de construção de narrativas históricas tenha trazido prejuízos a esse primeiro nível de análise discursiva, uma vez que, em um trabalho investigativo desvencilhado desse objetivo, abordagens mais diretas e sistemáticas poderiam ser elaboradas e apresentadas por meio de quadros analíticos que auxiliariam diretamente na compreensão das formas simbólicas. Entretanto, o foco de uma pesquisa histórico-cultural referenciada pelo método da HP, não está no nível da análise formal e sim da análise sócio-histórica (MOTA, 2014), à vista disso, tal prejuízo é compensado pelo caráter de ineditismo científico dessas narrativas históricas, especialmente aquela relacionada ao Instituto Gammon.

Contemplada essa dimensão da interpretação da doxa combinada com a análise discursiva, chegamos a um outro tipo de pesquisa, a *análise sócio-histórica*, sobre a qual a seção anterior relacionada à contextualização das formas simbólicas, contemplou todos os seus aspectos indicando inclusive sua aplicabilidade neste

---

<sup>19</sup> O objetivo da análise argumentativa é reconstruir e tornar explícitos os padrões de inferência que caracterizam o discurso [...]. Este tipo de análise possibilita ao analista romper o corpo do discurso em conjuntos de afirmativas ou asserções, organizadas ao redor de certos tópicos ou temas, e então mapear as relações entre essas afirmativas e tópicos em termos de determinados operadores lógicos, ou quase-lógicos (implicação, contradição, pressupostos, exclusão). A análise argumentativa é particularmente [mas não exclusivamente] útil para o estudo do discurso abertamente político [...] pois tal discurso é muitas vezes apresentado na forma de argumento, uma série de proposições ou asserções, tópicos ou temas, encadeados conjuntamente de uma maneira mais ou menos coerente e procurando, muitas vezes com a ajuda de adornos retóricos, persuadir uma audiência. Se tal argumento é um *bom* argumento, e se as pessoas que compõem a audiência são realmente persuadidas por ele, são questões importantes levantadas pela análise argumentativa, mas são questões que nos conduzem além dessa fase particular do enfoque da HP (THOMPSON, 2011, p. 374). Ver também THOMPSON, John B. Ideology and the analysis of discourse: a critical introduction to the work of Michel Pêcheux. *The Sociological Review*, s.d., v. 31, n. 2, p. 212-236, 1983.

trabalho. No entanto, como essa parte do trabalho se propõe a se apresentar exatamente como uma síntese sistemática e descritiva da aplicabilidade do referencial metodológico, reafirma-se sua importância em seus diferentes aspectos, no processo de exame do paralelo histórico das trajetórias institucionais, de modo a compor esse sistema referencial da HP.

A combinação da análise formal com a interpretação da *doxa*, bem como com a análise sócio-histórica, gera a última dimensão analítica da HP, e a menos explorada na abordagem deste capítulo, que é “fase” da *interpretação/reinterpretação*.

Essa é a dimensão analítica mais intuitiva da HP, que se fundamenta nos exercícios já mencionados, e se apresenta como uma “construção criativa do significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito” (THOMPSON, 2011, p.375). Devidamente mediada pela análise discursiva e pela análise sócio-histórica, é na dimensão analítica da interpretação/reinterpretação, que o analista poderá alcançar uma visão diferenciada em relação às formas simbólicas, orientada pela consideração dos contextos de sua produção e recepção, bem como pelos padrões constitutivos de sua estrutura social. Essa dimensão analítica da HP é considerada como interpretação e reinterpretação, pelo fato de que ela é uma interpretação de um campo pré-interpretado.

Pelo menos dois pontos importantes precisam ser considerados no que tange à dimensão da interpretação/reinterpretação, o primeiro é que o significado projetado pelo analista, pode diferir daquele construído pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico e o segundo é em relação aos riscos inerentes ao processo, conforme aponta John B. Thompson (2011, p.376): “a possibilidade de um conflito de interpretação é intrínseco ao próprio processo de interpretação.” Paralelos interpretativos diferentes precisam ser considerados não apenas na linha de processos analíticos distintos, mas também em relação aos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico sobre o qual se pesquisa. Tal desenho estabeleceu um conceito abordado pelo proponente do referencial metodológico da HP como *potencial crítico da interpretação*, sobre o qual algumas ponderações são apresentadas no capítulo 5.

### **2.3.2 A HP e o enfoque tríplice**

O delineamento das dimensões analíticas envolvidas no referencial metodológico da hermenêutica de profundidade descrito nos tópicos anteriores, é útil

do ponto de vista da demonstração de uma integração de métodos no objetivo de sistematizar o procedimento de análise que se busca fazer do processo de nacionalização e federalização das instituições, em suas assimetrias.

Conforme percebido, a ideia inerente ao método, é assegurar que as formas simbólicas sejam analisadas sistematicamente como construtos situados social e historicamente, sem preterição do seu aspecto estrutural articulado, através do qual algo é representado ou comunicado.

Na concepção de seu proponente, o referencial metodológico da HP contribui no sentido de evitar equívocos relacionados ao internalismo e ao reducionismo. O primeiro seria suplantado pela atenção dada às condições sócio-históricas e os processos quotidianos dentro dos quais e através dos quais as formas simbólicas são produzidas e recebidas, evitando que sejam analisadas exclusivamente por suas características estruturais internas, e o segundo seria igualmente superado pelo espaço de conclusões alcançado por via da aplicação dos métodos particulares e objetivos da análise formal ou discursiva, evitando que a interpretação das formas simbólicas seja reduzida aos contextos sociais nos quais se situam.

Na presente investigação buscou-se o desenvolvimento de um enfoque analítico sobre três aspectos orientados pelas dimensões analíticas do referencial metodológico apresentadas anteriormente. Descrito como “enfoque tríplice”, neste processo analítico são estabelecidos três campos objetivos de análise, em relação aos quais, podemos dirigir a atenção separadamente, analisando suas formas e processos característicos, no entanto, com o zelo analítico de promover as devidas relações entre os resultados das diferentes análises empreendidas em cada um destes campos, de modo que os vários resultados obtidos se alimentem e se iluminem mutuamente.

Os três campos objetivos para qual voltamos a atenção estão relacionados às formas simbólicas nos aspectos de sua *produção e transmissão; construção; recepção e apropriação*. A consideração destes diferentes campos nos auxilia a identificar os sujeitos protagonistas na produção e transmissão das formas simbólicas, como também os sujeitos que as recebem e interpretam, como também em relação à estrutura relacionada a sua construção articulada.

No que tange a esta pesquisa, o enfoque tríplice não está organizado em tópicos distintos, mas pode ser caracterizado como um fio condutor que perpassa as *explicações* presentes no trabalho, seja em um primeiro momento na produção das narrativas crítico-interpretativas, que são configuradas a partir de posicionamentos dos grupos envolvidos (produção, construção e recepção), e analisadas à luz da característica formal e objetiva dos discursos (construção), como também em um segundo momento orientando a organização destes diferentes aspectos na construção da interpretação / reinterpretação. Mas também é uma referência para a estruturação da análise sócio-histórica, no que tange à organização dos dados no processo de *intepreções* teóricas destes mesmos dados já analisados objetivamente na construção das narrativas crítico-interpretativas.

Estes seriam “os momentos complementares” dentro de nossa “teoria compreensiva interpretativa”, apresentando-se em nosso trabalho como “passos que se apoiam mutuamente ao longo de um único *arco hermenêutico*” (THOMPSON, 2011, p. 362).

### 3 MACKENZIE E SUA TRAJETÓRIA DE TRANSIÇÃO: NACIONALIZAÇÃO E A TENTATIVA DE FEDERALIZAÇÃO DA UPM

*“O Supremo Concílio resolve: apreciar e louvar o esforço feito pelo Presidente da IPB no sentido de obter a transferência das propriedades do Instituto Mackenzie para a IPB, esforço este que resultou no êxito desejado; hipotecar apoio a atual direção do Mackenzie nos esforços que vêm sendo expendidos para a solução satisfatória dos problemas daquela instituição, mormente àqueles referentes à Universidade.”*

XXV Reunião do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil - 1962

A prestigiada solenidade de instalação da Universidade Mackenzie aconteceu no dia 16 de abril de 1952, e contou com a participação do Ministro da Educação à época, o jornalista, empresário, e político, Ernesto Simões filho (1886-1957), que teve a missão de representar o presidente Getúlio Vargas (1882-1954). O governador do Estado de São Paulo, o engenheiro e político Lucas Nogueira Garcez (1913-1982) também se fez presente na cerimônia, acompanhado de tantas outras importantes autoridades das diferentes esferas da sociedade, denotando a notoriedade do evento no contexto da educação nacional (INSTITUTO MACKENZIE, 1952).

Mas embora o clima festivo trouxesse uma atmosfera de expectativas em relação ao futuro do Instituto Mackenzie, que agora regeria o funcionamento de uma universidade, a presença das importantes autoridades não era capaz de encobrir uma ausência, que nessa abordagem se reveste de significados em relação aos bastidores e antecedentes do processo de nacionalização do instituto. No modelo de pesquisa empreendido, esses bastidores são tomados como parte da composição de um contexto específico do cotidiano espaçotemporal, e que naturalmente traz implicações para a compreensão das formas simbólicas que orientam a narrativa crítico-interpretativa que se procurou construir.

É por este motivo que a instalação da UPM encontra espaço na parte introdutória desta seção da pesquisa, pois o seu registro tem o propósito de ilustrar como a notada ausência mencionada no parágrafo anterior tem ligação com o esforço de se compreender o processo de nacionalização investigado em seu contexto próprio; isso se dá por se tratar de um fator concernente à relação do Mackenzie com

a igreja nacional, e neste ponto, é sobretudo interessante destacar como o pesquisador Marcel Mendes reporta o fato, pois ao estabelecer um contraste em sua narrativa, Mendes (2016, p. 134) é rigorosamente taxativo em acentuar o revestimento de significados envolvidos nessa ausência: “Consta dos registros que o cardeal arcebispo de São Paulo fez se representar no solene ato, *ao contrário da Igreja Presbiteriana do Brasil, que, estranhamente, não teria enviado representante oficial [grifo nosso]*”.

A ausência do representante da igreja nacional era sem dúvida estranha, conforme proposto na interpretação do pesquisador, especialmente dentro de uma análise circunscrita ao evento; no entanto, os dados que são apresentados no decorrer desta seção propõem que a ausência nada mais era que o resultado de um modelo de gestão característico da missão que dirigia o Mackenzie até aquele momento histórico, fato sobre o qual esclarecimentos serão trazidos no decorrer do capítulo, como parte do “contexto próximo” dos atores históricos envolvidos.

Mas a representação da igreja nacional não é a única ausência que foi notada em relação aos dados levantados sobre este importante evento na história do instituto. A atenção primária às formas simbólicas já conduz à constatação de que o discurso feito pelo primeiro reitor da Universidade, o professor Henrique Pegado (1893-1974), revela que também esteve ausente na locução qualquer referência à origem norte-americana protestante do Mackenzie; pelo contrário, a interpretação análoga feita por Mendes (2016) é que o discurso de Pegado inaugurava uma linha de posicionamento que se tornaria comum entre uma parcela de mackenzistas, que atribuía aos antigos alunos e professores o crédito pela grandeza alcançada pela instituição no decorrer de seus anos de existência.

É preciso abrir um parêntese aqui no intuito de ressaltar a força da ideologia nacionalista ainda ressoante no Brasil neste período da história, que também justifica a referida linha de discurso, que era comum a todas as áreas, no que tange à identificação e valorização de elementos nacionais nas análises dos processos.

Para muitos historiadores, embora no segundo governo de Vargas as representações de nacionalismo tivessem um viés mais prático do que ideológico, e que se relacionava mais à sua proposta econômica, classificada como desenvolvimentista-nacionalista, em oposição à proposta liberal, no entanto, ainda ressoava pelo país um “surto de nacionalismo” que, surgido nas primeiras décadas do

século XX, acentuou-se no primeiro governo de Getúlio tendo se aprofundado e se espalhado no período da Segunda Guerra Mundial para, então, se consolidar no pós-guerra, com expressões que ainda ecoam por pelo menos mais duas décadas à frente. É inclusive atribuída a essa influência a mudança que se processou no nome da instituição na década de 40, que deixou sua designação de *Mackenzie College*, assumindo sua equivalente em português: Instituto Mackenzie.

Em documentos institucionais do final da década de 30 podem ser encontrados registros que denotam a consciência e preocupação da direção do Mackenzie quanto a “tendências nacionalistas muito evidentes” com “incerteza quanto ao equilíbrio” dessas propensões (MACKENZIE COLLEGE, 1938, p. 2), que aparentemente eram vistas como exageradas, conforme o registro posterior encontrado em uma ata do Conselho do Mackenzie College onde se encontra a informação de que o Dr. Benjamin H. Hunnicutt, Presidente do Mackenzie College, afirmava não lhe “ter passado despercebido o *surto* de nacionalismo que pouco a pouco vinha invadindo o país, manifestando-se em todos os setores das atividades construtivas” e que “em face de tal fato” julgava “de todo útil” ser substituída a designação inglesa pela sua equivalente em português [grifo nosso]” (INSTITUTO MACKENZIE. Livro de Atas..., 1935-1950, v.1, p.19).

Figura 6 – Cerimônia de Instalação da Universidade Mackenzie – Posse do Reitor



Fonte: Centro Histórico Mackenzie (1952)



Figura 7 – Matéria sobre a nacionalização do Mackenzie e o seu futuro

**O MACKENZIE**

ÓRGÃO DO INSTITUTO MACKENZIE

Edição: RUA MARIA ANTONIA, 402      SÃO PAULO      CAIXA POSTAL, 8702

---

ANO XVII      OUTUBRO DE 1957      N.º 51

---

## O Mackenzie e seu futuro

A notícia espontaneamente transmitida há mais de um ano pela Junta de Mantenedores do Instituto Mackenzie, de Nova York, de que havia chegado o momento de entregar este grande patrimônio a brasileiros, provoca, desde logo, uma crescente onda de comentários, nem sempre muito felizes, nas colunas da imprensa, em reuniões e assembleias, em pequenos grupos, aqui e ali, dos cafés às casas de família, e quem sabe onde mais, dentro e fora da comunidade mackenzista. Muita coisa certamente se tem dito que revela o alto conceito em que a instituição é tida em toda a parte; mas, como se muito frequentemente acontece, aparece também a verdade entremeadada de enganos. Os erros vêm muitas vezes disfarçados em vestiduras patrióticas, ou pseudo-patrióticas, e pseudo-mackenzistas de tal maneira que parecem de propósito para prevenir a opinião pública justamente contra aqueles que dela mereciam, de São Paulo e do Brasil, apenas a gratidão, o aplauso e o reconhecimento. Não digo que haja em todos os casos intenção maliciosa, desta ou daquela origem, aliás facilmente reconhecível; mas admito que na maior parte deles, atua como fator preponderante uma grande dose de ignorância dos fatos verdadeiros.

Compreende-se que os membros da alta administração do Instituto Mackenzie se venham mantendo em discreto silêncio há tanto tempo. Herdeiros de uma tradição venerável de respeito às leis e à palavra empenhada, que prende suas raízes na terra dos que se têm batido pela garantia dos direitos humanos, nas duas guerras mundiais e presentemente na organização das Nações Unidas, terra a que os franceses não encontraram melhor homenagem que prestar do que oferta-lhe uma estátua da Liberdade, compreende-se que se mantenham calmos, na convicção de que vivemos num país em que também se respeitam as grandes liberdades do ser humano, numa nação que vive e progride sob a égide de um regime democrático e constitucional. Compreende-se até que eles se sintam um tanto constrangidos ao saber das coisas "delicadas" que se dizem a respeito das instituições e da Igreja que representam e que foram as fundadoras do Mackenzie.

Quem subscreve estas linhas, porém, sendo brasileiro e membro da direção do Mackenzie, sente-se no dever de tornar públicos certos fatos e circunstâncias que não podem mais ser

(Continua na Pág. 8)



*Aspecto atual do Edifício Chamberlain (Colégio).*

## Nacionaliza-se o Mackenzie

Agora, que se processam os últimos passos da nacionalização do Mackenzie, convém fazer um retrospecto da sua história, já quase secular.

Missionários da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos estabeleceram em S. Paulo, no século passado, um educandário com o fim, exclusivo de colaborar com as autoridades e o povo brasileiro na educação da sua juventude. O casal, Rev. e senhora Chamberlain, doaram para esse fim mais de vinte e um mil metros quadrados desta propriedade e o resto dos terrenos foram adquiridos e as prédios na sua maior parte construídos com donativos da Missão Presbiteriana e de amigos norte-americanos. Durante muitos anos o Board de Missões de Nova York sustentou com dinheiro e pessoal esta obra. O prestígio que a instituição adquiriu fez que a Universidade de Nova York incorporasse a 15 de julho de 1890 o Mackenzie College à Universidade do Estado de Nova York.

Missões evangélicas norte-americanas, tm por hábito, à medida que as condições o permitam e aconselham, entregar aos nacionais as instituições escolares e universitárias que fundam em todos os continentes, e assim o Board of Trustees do Mackenzie deu o primeiro passo nesse sentido em 1951 quando, por meio de um comodato, transferiu para o Instituto Mackenzie toda a propriedade e ampliou os poderes do Conselho Deliberativo que a administra. Os Estatutos que para esse fim foram aprovados, segundo se pode ver no Diário Oficial do Estado de 31 de janeiro de 1950, prescrevem o seguinte no seu art. 2º:

"O Instituto, conservando as tradições e o nome do antigo estabelecimento de ensino "Mackenzie", o qual foi fundado por evangélicos, ... terá por fim, segundo o exemplo dos seus fundadores e com a mesma fé que os animou, manter nesse ambiente cristão de desprendimento e operosidade, nas suas propriedades e naquelas que lhes forem locadas, emprestadas ou cedidas a qualquer título, cursos de ensino primário, secundário, médio e superior, e atividades conexas e correlatas, onde qualquer pessoa, independente de sexo, raça ou crença, possa obter educação e instrução".

Da escritura desse comodato consta que o Mackenzie College, sediado em Nova York "é legítimo senhor e possuidor do

(Continua na Pág. 8)

## O Cooperativismo como sistema econômico

Conferência do Prof. Genésio Borges de Macedo

(Narrativa na Pág. 8)



Fonte: Centro Histórico Mackenzie (1957)

### 3.1 A nacionalização do IM e suas características

“Clima de mudança” ou “tempos de transição”?

A primeira expressão é usada por Bezerra (2016, p.339) ao abordar superficialmente o evento da nacionalização do Mackenzie; a segunda expressão foi usada por Mendes (2016) em sua ampla abordagem sobre o tema, que não é restrito à nacionalização, mas se volta de maneira especial para a influência da vinculação eclesial na trajetória da instituição.

O fator unânime entre as expressões usadas pelos referidos autores é o que elas procuram traduzir, ou seja, movimentos importantes dentro da história institucional, que marcavam “mudanças” ou “transições” significativas nos rumos dos educandários. Outra unanimidade relacionada aos referidos autores é a posição de ambos na sistematização dos processos, reconhecendo que a operação de nacionalização das instituições educacionais fundadas pelas missões norte-americanas “deveria compreender pelo menos dois aspectos: transferência patrimonial e de direção” (MENDES, 2016, p. 142), conforme está também expresso na leitura de Bezerra (2016, p. 339): “patrimônio e direção transferidos”.

O processo que esta seção do capítulo procura relatar foi apresentado pelo pesquisador Marcel Mendes (2005, p. 88) como um “fluxo de acontecimentos que na sua abrangência e diversidade compõem uma complexa trama histórica”, sobre a qual, esta pesquisa intenciona um acréscimo de esforços investigativos com um espectro orientado para as formas simbólicas relacionadas a essa “cultura de mudanças / transição” que fora observada pelos referidos autores e aqui é investigada a partir de sua “concepção estrutural”, com um foco interpretativo inicial que considera as formas simbólicas no seu cotidiano de produção, construção e recepção.

Ainda tomando como referência a abordagem do pesquisador citado no parágrafo anterior, propomos que “essa *transição* – genericamente denominada nacionalização do Mackenzie – não se materializou sem a ocorrência de severas tensões e conflitos, fazendo do período em foco um dos mais críticos da vida institucional do Mackenzie [grifo nosso]” (MENDES, 2005, p.21).

Ressalta-se, no entanto, que essa ênfase que a pesquisa de Mendes (2005) traz em relação às crises, não está circunscrita ao período de efetivação da nacionalização ou às tentativas identificadas em relação à federalização da Universidade Mackenzie, que estão dentro do recorte histórico que o presente estudo propõe; episódios posteriores envolveram uma tentativa de desvinculação eclesiástica da própria instituição Mackenzie, que embora seja uma questão fora do eixo central e do recorte temporal proposto nesta abordagem, é um tema decorrente e correlato ao objeto investigado (ver MENDES, 2016).

### 3.1.1 Transferência de patrimônio e gestão: a política da Junta de Missões da PCUSA em relação ao Instituto Mackenzie

Em um relatório anual de 22 de março de 1962, o então presidente do Instituto Mackenzie Oswaldo Müller da Silva (1914-2008) apontava a nacionalização do patrimônio do Mackenzie como o acontecimento mais importante daquele ano: “O acontecimento de maior importância, em 1961, foi a nacionalização do patrimônio do Mackenzie, transferido pelo “Board of Trustees” à Igreja Presbiteriana do Brasil” (INSTITUTO MACKENZIE, 1962, p.1).

Anos mais tarde, no que consideramos metodologicamente como um depoimento participante, que se encaixa no propósito de uma compreensão do cotidiano dos atores envolvidos nos processos investigados, temos a interpretação do fato compartilhada pelo ex-presidente do Instituto Mackenzie e do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, Boanerges Ribeiro<sup>20</sup>, que assim o descreveu:

Com as doações em 1961, a Igreja Presbiteriana do Brasil, assumiria junto à Sociedade Civil Instituto Mackenzie [...] as funções anteriormente exercidas pelo ‘Board of Trustees’, ou seja, a nomeação do presidente, vice-presidente e tesoureiro desse instituto, assim como a posição de único Associado Vitalício (RIBEIRO *apud* SCHULZ, 2003, p.152).

De acordo com essa declaração, entendemos que a transferência do patrimônio era interpretada pelos líderes da IPB, à época, como um fator de implicação direta na gestão do IM; é o que se denotará pela análise das formas simbólicas.

Este fato referido pelo então presidente do Instituto Mackenzie e que assim fora interpretado pelo líder da igreja nacional, ocorreu na tarde do dia 20 de novembro de 1961, na Rua Quintino Bocaiúva, 183, na capital de São Paulo, no entanto, detalhes a respeito deste episódio serão trazidos em partes posteriores desta seção.

---

<sup>20</sup> “[...] eis que entra em cena, na cidade de Nova York, um brasileiro que já despontava na liderança do presbiterianismo nacional pelos seus dotes intelectuais e postura teológica, e que já ocupava então cargos estratégicos, como o de diretor da Casa Editora Presbiteriana e de Secretário Executivo da Comissão do Centenário. Tratava-se do Rev. Boanerges Ribeiro (1919-2003), que foi residir nos Estados Unidos, no período de agosto de 1961 até o começo de 1964, na condição de “obreiro fraternal” junto às igrejas presbiterianas do norte daquele país, a convite e sob os auspícios da COEMAR (*Commission on Ecumenical Mission and Relations*) daquela denominação reformada” (MENDES, 2005, p. 159).

Até a data mencionada, a instituição vinha sendo gerida pelo “*Board of Trustees*”, por cerca de 70 anos, e neste ponto da narrativa torna-se pertinente um exercício retrospectivo fundamental no intuito de se entender as opiniões e compreensões sustentadas pelas pessoas que constituíam aquele contexto social, e isso se dá pela própria compreensão acerca do papel e posição do *Board of Trustees* no processo de produção, construção e recepção das formas simbólicas.

Também chamado “Board de Nova York”<sup>21</sup>, essa entidade teria sido criada pela Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos no dia 15 de julho de 1890, tendo como sede a cidade de Nova York, no estado de Nova York, com o nome oficial de *Board of Trustees of Mackenzie College at S. Paulo*, e que tinha a jurisdição administrativa, financeira e patrimonial sobre a unidade educacional fundada pelo casal Chamberlain (MACKENZIE COLLEGE, 1921).

De acordo com Mendes (2005, p.30), “essa nova entidade [...] impôs-se como polo deliberativo superior ao qual se subordinou, de direito e fato, por longas décadas, a direção local do Mackenzie – título que compreendia a *Escola Americana* e o *Mackenzie College*”. A equivalente em português proposta e usada nos trabalhos deste autor é “Conselho de Curadores do *Mackenzie College*”.

A criação dessa entidade significou um corte nas relações diretas com a Junta de Missões estrangeiras da PCUSA, que se distanciou da obra educacional, e em desinência, esse afastamento incluiu a própria igreja brasileira, uma vez que o complexo educacional se afastou dos missionários, dos pastores, como também das demais lideranças eclesiais (MENDES, 2008).

O estatuto de 1890 define claramente que o colégio “será dirigido por um Conselho de Curadores composto por *cidadãos dos Estados Unidos da América do Norte* e ministros ou membros de alguma igreja evangélica, *sedados em Nova York* [grifo nosso] (ESTATUTOS *apud* HACK, 2003, p.77).

Coincidentemente, foi pouco antes da criação do *Board of Trustees* pela Junta de Missões da PCUSA, que assumira a direção do Mackenzie o médico e educador Horace Manley Lane (1837-1912), que teve sua atuação marcada exatamente por

---

<sup>21</sup> Como é mencionada nos textos institucionais

esse afastamento do Mackenzie da esfera eclesiástica, levando a questionamentos acerca da real contribuição da entidade para a propagação da fé reformada.

“O perfil de Lane era bem diferente das características do pastor educador Chamberlain. Agora, a escola recebia um médico devotado à educação e que propunha novas ênfases para a consolidação e expansão da Escola Americana [...]” (HACK, 2003, P.77). Nesse mesmo sentido:

Em síntese, observa-se que o médico e educador Horace M. Lane recebeu do Rev. George W. Chamberlain uma instituição vinculada à Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, comprometida com uma confessionalidade explícita e portadora de uma propaganda direta. Quando da morte de Lane, em 1912, a Escola Americana e o Mackenzie College encontravam-se vinculados ao Board of Trustees, sem influência eclesiástica direta, tanto dos Estados Unidos como do Brasil, com estratégias de propaganda indireta e atuação confessional implícita (MENDES, 2008, p. 14).

Essa realidade administrativa da instituição acabou por se tornar motivo de críticas por parte de nacionalistas, fosse no âmbito eclesiástico como aconteceu no início do século culminando em uma crise até então sem precedentes no presbiterianismo, que embora não tivesse relação direta com o Mackenzie, tinha relação com a política educacional adotada pela Junta de Missões norte-americana naquele momento (HACK, 2003), ou no âmbito secular, especialmente na década de 1920, que identificavam uma subordinação do Mackenzie aos interesses norte-americanos: “[...] uma escola estrangeira, dirigida exclusivamente por estrangeiros, e que faz o timbre de estrangeirismo” (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO *apud* MENDES, 2005, p. 51)<sup>22</sup>. E de fato, era propósito declarado dos norte-americanos que o Mackenzie fosse uma “instituição de ensino superior do tipo americano”, inclusive, tendo este fator como uma condicionante para manutenção dos bens da instituição sob a gerência do *Board* de Nova York (MACKENZIE COLLEGE, 1921, p. 13, tradução nossa).

Foi inclusive por esse motivo que houve questões de incompatibilidade com a legislação brasileira, e assessorado pelo polímata Rui Barbosa (1849-1923), Chamberlain optara pela emissão de diplomas de curso superior do Mackenzie por

---

<sup>22</sup> Ver MENDES (2000).

meio do Conselho de Ensino Superior da Universidade do Estado de Nova York, pois seguir o Decreto de Lei 11.530 – que versava sobre o ensino secundário e superior na república – envolveria atender condições que obrigariam à renúncia dos “benefícios da fundação” (MACKENZIE COLLEGE, 1921, p.13, tradução nossa). Mas mesmo depois de ter os cursos reconhecidos pelo governo brasileiro, o Mackenzie sempre manteve relações diretas com os Regentes da Universidade do Estado de Nova York, de modo a facilitar os processos de reconhecimento americano dos diplomas emitidos (MACKENZIE COLLEGE, 1935), evidência geral de um modelo de gestão característico.

A menção dessas informações visa demonstrar como as questões administrativas da obra educacional em São Paulo ligavam-se de maneira notadamente profunda com as suas origens, o que naturalmente se revestia de uma ligação com o que Marcel Mendes (2005, p.37) caracteriza como uma “visão de mundo tipicamente americana” ao citar as palavras do ministro plenipotenciário dos EUA T. L. Thompson, em ocasião do lançamento da pedra angular do Edifício Mackenzie em 1894, e que de maneira um pouco mais atrevida, propomos a categorização como certo vício de linguagem imperialista: “Tem sido lisonjeiro observar o vivo interesse que os americanos aqui residentes têm tomado pelo progresso da educação, a pedra fundamental da nossa República, e sobre a qual deve firmar-se a base de todas as prósperas repúblicas.”

Um claro discurso que elegia a república norte-americana como a referência em relação aos padrões para educação, inclusive em relação aos modelos institucionais, já que o Estatuto do Mackenzie promulgado em 1923 estabelecia como uma das finalidades da instituição “proporcionar uma educação cristã completa e equivalente à que se pode alcançar nos principais ginásios, academias e faculdades congêneres dos Estados Unidos da América” (HACK, 2003, p.113). Em um Relatório Anual que Benjamin Hunnicutt encaminhou para o *Board of Trustees* em 1936, ele traduz a questão aqui levantada como “o velho complexo de superioridade do norte americano”, que embora ele acreditasse que vinha se dissipando, não é o que parece, quanto à postura do *Board* em relação à sua gestão do Mackenzie, e isso em vários sentidos, até mesmo no comportamento de cidadãos americanos no que tange a contribuições financeiras para viabilizar os trabalhos do Mackenzie no Brasil, pois Hunnicutt atribui uma diminuição de suporte financeiro dos Estados Unidos, na década

de 30, ao fato de que tendências nacionalistas teriam provocado uma diminuição da influência americana na prática educacional do Mackenzie (MACKENZIE COLLEGE, 1936, p.14, tradução nossa).

A cronologia da nacionalização, para Marcel Mendes (2005, p. 88), passa pelo estabelecimento deste novo estatuto citado no parágrafo anterior, que foi registrado em 1923, e significou a “criação da figura jurídica “Conselho do Mackenzie College, cujo título constitutivo obteve seu registro em 2 de outubro do mesmo ano”. Uma análise do documento feita pelo referido pesquisador identifica certa “parcimônia textual” nos “dois primeiros artigos dos novos estatutos”:

Na sua íntegra, os novos estatutos apresentavam-se sintéticos e omissos em pontos relevantes, dando a impressão de que estavam destinados apenas a cumprir uma formalidade social ou política. Não se definia, por exemplo, a quem competia nomear os titulares do “Conselho”, nem seu número estava nítido. Sem clareza quanto a capital e cotistas, o documento fugia ao formato típico de constituição de uma “sociedade anônima. Quanto às nomeações, sabe-se que continuaram sendo feitas em Nova York ou, pelo menos, homologadas pelo Board, até 1961 (MENDES, 2005, p.90).

Outro fato que aconteceu neste mesmo ano e que também é incluso por Marcel Mendes (2005, p.87) na cronologia da nacionalização foi a equiparação dos cursos de engenharia aos congêneres nacionais, pela promulgação do Decreto 4.659-A de 19 de janeiro de 1923, o que é útil do ponto de vista da contextualização que se objetiva, quando são considerados dados referentes a um documento que precedeu à equiparação e que se configurava num resumo histórico elaborado por William Waddell, em 1921. Nesse documento menciona-se a possibilidade “de constituir uma corporação brasileira que, por procuração ou arrendamento, venha substituir a corporação americana” na administração do Mackenzie, não obstante tal possibilidade, o documento é taxativo ao mencionar que “a corporação americana nunca poderá desfazer-se da sua responsabilidade, embora possa incumbir a outra da administração ativa” (MACKENZIE COLLEGE, 1921, n. p).

Essa responsabilidade do *Board* em relação aos caminhos do *Mackenzie College* no Brasil era considerada tão em alta conta pelos dirigentes em território nacional, que ao assumir a direção da instituição em 1928, Charles Tood Stewart (1927-1933), teria solicitado que o *Board* de Nova York nomeasse um de seus

membros para que pudesse visitar a instituição, dado o seu rápido desenvolvimento e crescimento, tendo em vista que decisões e planos deveriam ser imediatamente tomados para o futuro (MACKENZIE COLLEGE, 1928).

E mesmo enquanto outras mudanças relacionadas à administração ocorriam no decorrer das décadas, em sua maior parte para, na linguagem do pesquisador Marcel Mendes (2005, p. 91), “fazer frente a incidências” ou “acalmar espíritos nacionalistas”, a continuidade administrativa do *Board* estava sempre presente nos novos documentos que substituíam os antigos.

Um dos exemplos desses momentos de pressão vividos pela instituição foi aquele que envolveu o contexto da emissão do Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que ficou conhecido como “Lei da Nacionalização” (RENK, 2019, p. 4293), ao proibir a atuação de professores e diretores estrangeiros em escolas da zona rural, como também a utilização de material, ou ensino em língua estrangeira, e que levou o presidente interino do Mackenzie, Edward Horatio Weeden (1900-1952), a publicar uma surpreendente e até então destoante declaração acerca da identidade do Mackenzie, afirmando em seu Relatório Anual encaminhado ao *Board* de Nova York que “no sentido verdadeiro da palavra, o Mackenzie sempre tem sido uma *escola brasileira, com laços meramente culturais e econômicos* com a América; nunca estrangeira no senso que as outras escolas são [grifo nosso]” (MACKENZIE COLLEGE, 1938, p. 3, tradução nossa).

Trechos do Relatório Anual publicado do ano seguinte, e agora de autoria do Presidente Efetivo, Benjamin Hunnicutt, parecem apontar que as declarações destoantes de Weeden no ano anterior não passaram despercebidas aos gestores americanos, uma vez que se identifica, nesse relatório, afirmações diametralmente opostas acerca da identidade do Mackenzie, mesmo no contexto de promulgação de mais uma lei resultante do espírito da época<sup>23</sup>, neste caso, o Decreto nº 1545, de 25 de agosto de 1939, que proibia que escolas fossem dirigidas por estrangeiros, e a despeito dos aspectos práticos e simbólicos do documento, Hunnicutt fala sobre uma

---

<sup>23</sup> Uma mudança que também tem sido considerada significativa na cronologia da nacionalização do Mackenzie, conforme a pesquisa de Mendes (2005), foi a criação da “Sociedade Civil Instituto Mackenzie em 1940, que substituiu o “Conselho do Mackenzie College”. Uma mudança simbólica foi a eliminação efetiva da terminologia *college*, que na interpretação do autor seria uma representação do que se poderia chamar *Zeitgeist* (espírito do tempo).



questão que “estava mais e mais impressa em sua mente” ao longo do ano que se fechava:

[...] o Mackenzie é uma *instituição de propriedade e controle americano* [...]. Sempre que nossos serviços educacionais, como *instituição americana*, forem inaceitáveis para o governo ou povo brasileiro, precisamos olhar com coragem e desinteresse para nossa continuidade de existência [grifo nosso] (MACKENZIE COLLEGE, 1939, p.2, tradução nossa).

Em um tom completamente diferente do ano anterior, as declarações sobre a identidade estrangeira do Mackenzie presentes no documento são colocadas de forma clara e contundente: ou a entidade existe como uma instituição americana, ou deixa de existir.

Chama atenção o fato de que tal declaração é dada em um contexto de pressão decorrente de uma “tendência nacionalista fortemente crescente”; não obstante, foi nesse mesmo documento que, talvez, para mais uma vez “apaziguar os ânimos nacionalistas”, Hunnicutt sugere ao *Board* a troca do nome de *Mackenzie College* para Instituto Mackenzie (MACKENZIE COLLEGE, 1939, p. 10), o que o *Board* acatou; entretanto, dois anos mais tarde, depois que o nome já havia sido alterado, em um texto que tratava sobre expectativas em relação a “ações de grande significância em assuntos panamericanos que estariam em processo de realização”, e denotando claro traço lisonjeiro, o presidente da entidade reafirma a identidade estrangeira do Mackenzie classificando-o como “a maior instituição educacional de propriedade americana do continente” (INSTITUTO MACKENZIE, 1941, p.9, tradução nossa).

Ao final da década de 40, quando foram aprovadas novas mudanças nos estatutos do Mackenzie, o *Board* de Nova York passa a figurar como “Associado Vitalício”, permanecendo detentor de amplos poderes de nomeação e veto. Além do Associado Vitalício, o documento regia sobre outras três categorias que compunham o quadro: “Associados Efetivos”, “Associados Eleitos” e “Associados Antigos Alunos”; diga-se de passagem, que em todas as categorias de associados, deveria haver ou nomeação, ou homologação por parte do *Board of Trustees*.

Mais curiosa ou, mesmo contraditória, foi uma mudança importante ocorrida em 1951, observada no recebimento pela Sociedade Civil Instituto Mackenzie, por meio de escritura pública de comodato, de todo o patrimônio Mackenzie, que até então era de propriedade exclusiva do *Board of Trustees of Mackenzie College*, que como já

mencionado, tinha sua sede em Nova York. Quando se usa o termo contraditória no início deste parágrafo, se refere às cláusulas V e VI envolvidas nesse comodato, que apresentavam ambiguidade:

Clausula V – Em virtude deste contrato, o comodante *cessa as suas funções no Brasil* no tocante à administração do ‘Instituto Mackenzie’ ‘ex-Mackenzie College’ de São Paulo e das escolas anexas ao mesmo, função essa que passará doravante a ser exercida diretamente pelo comodatário, como entidade autônoma, de acordo com as leis do país [grifo nosso] (SÃO PAULO. 11º CARTÓRIO DE NOTAS DA CAPITAL, 1951, p. s/n)

A contradição se revela no simples questionamento sobre como seria possível que as funções cessassem, se a cláusula seguinte afirmava:

“Clausula VI – O comodante reserva-se ao direito de, *enquanto durar a sociedade comodatária, nomear o seu Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro*, que se encarregarão da sua parte administrativa [grifo nosso]” (SÃO PAULO. 11º CARTÓRIO DE NOTAS DA CAPITAL, 1951, n.p.).

É evidente que as funções do *Board* não cessavam, não somente pela contradição entre as cláusulas V e VI, mas também porque estava inclusa a condicionante de anuência do comodante em relação a qualquer alteração que o Instituto Mackenzie pretendesse realizar na estrutura.

Mesmo com as sequentes mudanças, mantinha-se a continuidade de certa subordinação de São Paulo à supervisão de Nova York, que é reconhecida, inclusive, pelo presidente Peter Garret Baker (1895-1963), que no seu Relatório Anual de 1956 mencionou iniciativas que ele próprio teria tomado durante suas férias nos EUA com o objetivo de “colocar nas mãos dos brasileiros os poderes que ainda restam nas mãos do *Board of Trustees* em Nova York”:

O “Board of Trustees” – Associado Vitalício do Instituto Mackenzie – gentilmente me recebeu várias vezes em “New York”, durante minhas férias, para conversar e trocar ideias sobre o Mackenzie atual e o Mackenzie do futuro.

Em julho de 1957, deverão chegar aqui três membros do “Board of Trustees”, a fim de trocar ideias e apresentar planos para transferir para o Brasil o “Board of Trustees”. Em outras palavras, colocar nas mãos dos brasileiros os poderes que ainda restam nas mãos do “Board of Trustees” em “New York” (INSTITUTO MACKENZIE, 1957, p. 11).

Portanto, não por uma iniciativa da entidade estrangeira, mas por esforços do então presidente do Instituto, Peter Baker, despontava, enfim, a possibilidade de o Mackenzie ser definitivamente nacionalizado. Embora Peter Baker mencione nesse relatório que esse era o ideal dos missionários fundadores da instituição de ensino, como se pode ver através dos dados apresentados, não foi essa a política implementada pelos dirigentes estrangeiros no decorrer dos anos.

Mesmo diante das pressões dos tempos, em aspectos administrativos percebe-se que os avanços foram muito lentos até o contexto de uma administração nacional; os estatutos passavam por alterações, mas sempre estavam presentes cláusulas de segurança que mantinham uma ligação do Mackenzie com o órgão de gestão estrangeiro. Sempre se procurou enfatizar nos documentos da instituição a sua identidade americana, bem como o fato de ser jurisdicionada a Nova York. Questão que não passou despercebida também para a sociedade da época. Uma matéria publicada no jornal *A Gazeta* em agosto de 1957, à qual voltaremos em seção posterior, trata dessa questão de maneira extremamente crítica:

[...] É que o Instituto não tem autonomia, e depende de uma entidade norte-americana com sede nos Estados Unidos!

Já custou muito esforço – todos estamos lembrados – que a direção norte-americana do Mackenzie anísse a que o Instituto deixasse o regime escolar norte-americano e adotasse os programas universitários brasileiros. Os ianques chegavam a preferir até o não reconhecimento dos seus diplomas pelo Brasil, e só cederam à pressão dos fatos, dos professores e dos alunos (A GAZETA, 1957, p.2)

Restam perguntas a serem levantadas: o que contribuía para esta morosidade no processo de transferência de administração na instituição? Que tipo de preocupação existia por parte dos mantenedores no que tange a uma transferência de responsabilidade?

A bem da verdade, os dados já apresentados nos fornecem respostas sobre esta questão, pois conforme apontado anteriormente, a visão difundida era de que “a corporação americana” nunca poderia “desfazer-se da sua responsabilidade” (MACKENZIE COLLEGE, 1921,n.p), mas são formas simbólicas configuradas como discursos que encontram o seu lugar no período imediato e decisivo que precedeu à

nacionalização, e que através de uma simples análise argumentativa, permite a percepção de um claro receio por parte do *Board* de Nova York, em relação a transferir a administração do Mackenzie para brasileiros:

Até este momento foi o Mackenzie dirigido por norte-americanos, homens *dedicados e competentes* que o conduziram à pujança atual. Agora que, *por uma honrosa prova de confiança do “Board of Trustees”*, a sua administração vai ser entregue a brasileiros, grande, seriíssima, é nossa responsabilidade. Tanto mais que, como todos sabem, estamos para atravessar um período delicado e de não pequenas dificuldades. E o Mackenzie, detentor de tantas tradições através de quase um século de existência, *não pode decair nas mãos de brasileiros. É necessário que o presidente a ser escolhido possua os mesmos predicados, a mesma capacidade, a mesma sabedoria de que deram prova seus antecessores americanos* [grifo nosso] (INSTITUTO MACKENZIE, 1960, n.p).

Esta declaração, que foi resultado dos trabalhos de uma Comissão nomeada pelo Conselho Deliberativo junto ao *Board* de Nova York, indicava clara presunção de superioridade norte-americana quanto às virtudes e capacidades necessárias para gerir os trabalhos educacionais, e polarizava com o posicionamento observado em relação a uma das alas que compunham a configuração da comunidade mackenzista, que naquele respectivo contexto, já há uma década ressaltava o elemento nacional em primeiro plano em relação aos fundamentos da bela edificação cultural que se figurava como obra educacional de destaque na capital paulista.

Lembramos que o anúncio da visita dos representantes do *Board*, feito pelo presidente Peter Baker, envolveu uma convocação ao trabalho, que deveria ser norteada pelo espírito mackenzista: “Trabalhemos para que essa última etapa seja feita com real espírito mackenzista e com o fim de preparar milhares de jovens para servir à Pátria amada - o Brasil” (INSTITUTO MACKENZIE 1957, p.11). E de fato, o anúncio e a convocação para realização do objetivo com a presença do espírito mackenzista ressoou pela comunidade escolar, configurando características próprias relacionadas à trajetória transicional da instituição em direção à sua nacionalização, deflagrada na multiplicidade de vozes e manifestações sobre o tema.

FIGURA 8 – Presidentes do Mackenzie até a sua nacionalização



Fonte: O Autor (2021) / Centro Histórico Mackenzie

FIGURA 9 – Primeiro Presidente Brasileiro<sup>24</sup>

**Richard Lord Wadell**  
(1960-1962)

Fonte: Centro Histórico Mackenzie (1960)

<sup>24</sup> Nascido em Salvador no ano de 1903, foi nomeado pelo *Board* de Nova York para a presidência do Conselho Deliberativo do Instituto Mackenzie antes mesmo da efetivação da nacionalização. Era filho do ex-presidente William Alfred Waddell.

### 3.1.2 Transferência de patrimônio e gestão: a participação da comunidade “mackenzista” e da Igreja Presbiteriana do Brasil na nacionalização do Mackenzie

Nesse momento decisivo em que a nacionalização se tornava tema direto dos comentários e discursos, tecnicamente tomados como construções simbólicas, é observado um consenso em torno do tema, ainda que, na linguagem de Mendes (2016, p. 141), tal consenso fosse caracterizado por uma “heterogeneidade das motivações”.

Em 1956, mesmo ano em que Baker pleiteara a efetivação da nacionalização junto ao *Board* de Nova York, por ocasião do 86º aniversário da instituição, o Ministro da Educação, através do seu representante, endossou uma declaração que se apresentava em plena sintonia com uma das linhas de posicionamento que configuram o contexto de convicções do cotidiano<sup>25</sup> em relação à nacionalização do Mackenzie, e que já foi anunciada na parte introdutória deste capítulo, relacionada a uma tendência de hipervalorização do elemento nacional na construção da história do Mackenzie:

Hoje o Mackenzie é um patrimônio cultural de São Paulo. E por que não dizer, é um patrimônio cultural da nação. O renome da instituição transpôs as fronteiras estaduais. O Mackenzie é uma honra do Brasil.

Daí, meus senhores, o significado de minha presença aqui representando sua excelência o Sr Ministro da Educação e Cultura. A festa aniversária do Mackenzie é uma festa nacional (JULIANELLI, 1956, p. 4),

Ainda na busca de remontar contextos, de demonstrar quais eram as crenças, valores e visões deste período, tomamos o depoimento participante do então editor do órgão oficial de comunicação da instituição, o periódico “O Mackenzie”, que em uma matéria do ano seguinte à comunicação do presidente Peter G. Baker acerca das providências para a transferência definitiva do patrimônio e gestão do Mackenzie, descreveu o clima instaurado na comunidade mackenzista em relação à discursos e posicionamentos

---

<sup>25</sup> Intepretação da doxa

A notícia espontaneamente transmitida a mais de um ano [...] de que havia chegado o momento de entregar este grande patrimônio a brasileiros, provocou, desde logo, uma crescente onda de comentários, nem sempre muito felizes, nas colunas da imprensa, em reuniões e assembleias, em pequenos grupos, aqui e ali, dos cafés às casas de família, e quem sabe onde mais, dentro e fora da comunidade mackenzista (MOTA, 1957, p.1).

É por meio de uma matéria publicada no jornal “*A Gazeta*”, de agosto de 1957, e que teve uma de suas partes já citada na seção anterior, que podemos encontrar uma boa representação destes comentários, ou dessas colunas de imprensas citadas por Mota (1957), já patente no seu próprio título: “É patrimônio de São Paulo”.

Os últimos acontecimentos tiveram como resultado fazer transpirarem notícias de esforços que estão sendo efetuados, no escopo de se dar solução decisiva, radical e definitiva ao assunto.

Já é tempo, em verdade, de se cortar o cordão umbilical que prende o Mackenzie à entidade estrangeira, como se ainda vivêssemos em regime colonial.

Já é tempo de se nacionalizar por completo o Mackenzie, que hoje constitui patrimônio glorioso de São Paulo, integrado por completo na vida da metrópole bandeirante.

De certo, já se descobriu a fórmula que dê ao Mackenzie autonomia completa.

[...] É de crer sejam bem compreensíveis os homens que nos Estados Unidos dirigem o Mackenzie, entendendo que os tempos são outros, e a situação do Brasil e de São Paulo já não comporta mais, de modo algum, a persistência de uma situação de todo em tudo superada pela evolução das circunstâncias.

E se nos atrevemos a comentar este assunto *é porque o Mackenzie já não pode ser de ninguém, pois pertence ao Brasil [...]* [grifo nosso] (A GAZETA, 1957, p.2).

Embora o processo de nacionalização ainda estivesse para ser efetivamente iniciado, a matéria termina com uma provocação forte o suficiente para induzir o leitor às mais profundas implicações possíveis relacionadas ao futuro da instituição. Em uma ambiguidade provocativa, a análise argumentativa aponta para a impossibilidade de o Mackenzie continuar sendo uma instituição privada, pois na verdade, já era de propriedade do país.

Nacionalização ou estatização? As formas simbólicas denunciam que ambos os objetivos estavam projetados, construindo desse modo, as configurações complexas que se delineiam na trajetória institucional do Instituto Mackenzie.

### 3.1.2.1 A crise universitária e o projeto de reestruturação administrativa do Instituto Mackenzie

Observa-se que essas publicações haviam sido precedidas por muitos eventos importantes naquele ano, período que pode ser classificado como um dos mais movimentados na história do Instituto. Meses depois Peter Baker afirmaria: “O ano de 1957 ficará na história do Mackenzie como um ano de tensões em que se envolviam as palavras *religião, nacionalismo, autonomia, federalização, liberalismo e democracia*” (INSTITUTO MACKENZIE, 1958, p. 7). Todos estes assuntos vieram à tona em diferentes momentos e por diferentes motivos.

Tudo teria começado ainda no primeiro semestre, com um movimento grevista dos alunos da Faculdade de Direito, que segundo o presidente do Instituto, teria como causa o aumento das taxas escolares (INSTITUTO MACKENZIE, 1958), não obstante, dados levantados pelo pesquisador Marcel Mendes (2016), revelam que questões referentes à relação do Mackenzie com seu Associado Vitalício também eram pauta do movimento, denotando este contexto de “crescente onda de comentário” sobre o assunto da nacionalização, fosse nas “reuniões e assembleias, pequenos grupos e quem sabe onde mais, dentro e fora da comunidade Mackenzie” (MOTA, 1957, p.1). Sem dúvida que um dos lugares de muitos comentários era a universidade, conforme se percebe na manifestação estudantil que se segue:

Existe uma dissociação entre a instituição dirigida financeiramente dos Estados Unidos e a Universidade, aqui, regendo apenas a parte didática, com desconhecimento dos orçamentos detalhados, sem meios de poder jogar com dados financeiros concretos, sem poder conciliar os interesses dos alunos com as necessidades da instituição (O REALIZADOR *apud* MENDES, 2016, p. 146).

Como se pode perceber, a crise universitária vivida pelo Instituto Mackenzie no ano de 1957 estava longe de se restringir a discordâncias financeiras, ou mesmo a problemas dessa ordem, que também eram presentes e serão tratados mais à frente, conquanto considerarmos que uma questão de ordem administrativa vinha causando mal-estar na unidade de ensino superior do instituto e sem sombra de dúvidas tinha relação com o posicionamento dos estudantes.



Em pesquisa sobre este período histórico, Marcel Mendes (2016, p. 147), identificou um “grave conflito de alçadas” que “dizia respeito ao grau de autonomia da Universidade Mackenzie, especificamente, ao poder de escolha dos diretores das unidades universitárias”. Uma decisão do Conselho Universitário redefiniu esta atribuição, que anteriormente pertencia ao Conselho Deliberativo do Instituto Mackenzie, e passou a pertencer ao próprio reitor, que era quem o havia pleiteado, mas não apenas junto ao Conselho Universitário, também junto ao MEC, resultando no Decreto nº 41.747, de 2 de julho de 1957, que alterava os Estatutos da Universidade Mackenzie.

O então reitor era o engenheiro argentino, naturalizado brasileiro, Henrique Pegado (1893-1974), e em sua “mensagem de boas-vindas aos universitários de 1957”, no início do primeiro semestre letivo, já deu o tom do que seria aquele ano acadêmico, ao afirmar que uma universidade deve “estar livre de quaisquer liames; não pode ter circunscrita a sua ação a esta ou àquela subordinação” (PEGADO, 1957a, p.1).

À luz deste problema vivido em relação à autonomia da Universidade, e conhecedor da visita dos representantes do *Board* de Nova York, que havia sido anunciada publicamente por Peter Baker, Henrique Pegado compôs um projeto de “reestruturação administrativa do Instituto Mackenzie” no qual apresenta e discute o problema da autonomia universitária, naturalmente adentrando em questões relacionadas à nacionalização, inclusive atribuindo os problemas vividos ao fato da instituição ainda estar administrativamente ligada ao *Board*. “Acontece, porém, que o Presidente assim como o Tesoureiro, são escolhidos pelo “*Board of Trustees*”, cuja sede, é em Nova York. Aparece, então, a primeira dificuldade orgânica da Instituição” (PEGADO, 1957b, p. 2).

O documento indica a necessidade da nacionalização e os caminhos para a sua efetivação incluindo uma proposta estatutária que previa a criação da Fundação Mackenzie, para a qual seriam transferidos os bens patrimoniais do Mackenzie:

Passados cinco anos do regime universitário, como já dissemos, foi verificado que o atual sistema administrativo do Instituto Mackenzie e da Universidade, não atende as conveniências de um funcionamento racional do conjunto de ensino, que deve operar em caráter impessoal, afastadas as tendências de preponderância individual, sem injunções estranhas que, de qualquer

maneira, possam influir nas funções primordiais que se objetiva, atendendo-se em primeiro lugar aos dispositivos legais.

Eis porque, considerando a obediência que devemos às leis do País, e a necessidade de uma ordem administrativa racional, propomos mudança de base na estruturação orgânica do Instituto Mackenzie, conforme projeto de organograma e estatutos em anexo, os quais são por si esclarecedores, notando-se, como ponto de partida, a transferência das funções de “Board of Trustees” para a *Fundação Mackenzie*, cujo Conselho Deliberativo passaria a denominar-se na reestruturação, Conselho Superior.

Cumpre então acentuar a necessidade da medida proposta em relação ao “Board of Trustees”, cuja utilidade foi, no passado, inconteste, mas agora, em novo regime de leis e notável engrandecimento do Mackenzie, tornou-se desnecessário, criando esse poder dificuldades de ordem administrativa, por ser a sua sede no estrangeiro e manter-se quase alheio de atividades do estabelecimento educacional, que delas toma conhecimento pelo relatório anual da Presidência do Instituto, sem falarmos nas consequências favoráveis dessa emancipação. Sendo a Universidade Mackenzie uma pessoa jurídica brasileira, por força de lei, não pode estar subordinada a uma pessoa jurídica estrangeira [grifo nosso] (PEGADO, 1957b, p. 5).

Na proposta de Pegado (1957b), a respectiva fundação a ser criada se figuraria como a instituição mantenedora das diferentes unidades de ensino e seria gerida por um *Conselho Superior* constituído por 15 membros divididos em dois grupos, os *membros natos*: Reitor da Universidade, Presidente do Instituto, e Diretor do Departamento Administrativo, e os *membros eleitos* formado por quatro grupos: Tradição Mackenzie, Educadores, Representação, Antigos Alunos. Na prática, a Igreja Presbiteriana, seja na sua representatividade internacional ou nacional, sequer é citada no documento proposto.

Conforme registrado anteriormente neste capítulo, e como bem observa Mendes (2016, p. 143), até aquele momento a Igreja Presbiteriana do Brasil “se mantivera à margem dos destinos do Mackenzie desde a gestão de Horace M. Lane”, encerrada ainda na segunda década do século XX.

### **3.1.2.2 A mudança de postura dos presbiterianos em relação ao Mackenzie**

Na obra *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*, publicada em sua primeira edição no ano de 1960, como parte das comemorações do centenário do Presbiterianismo Nacional, período em que todas estas questões relacionadas à nacionalização do Mackenzie fervilhavam e se encontravam com configurações finais completamente indefinidas, o historiador Júlio Andrade Ferreira (1912-2001) levanta uma questão sobre o futuro do Mackenzie que, naturalmente respondida por meio da presente tese, auxilia na compreensão do contexto das formas simbólicas: “O que não

sabemos é se seria justo continuar a acompanhar a vida desta instituição dentro da História da Igreja Presbiteriana. O historiador do futuro, terá talvez uma palavra a dizer” (FERREIRA, 1992, p. 139).

Em outro ponto da obra, o referido escritor atualiza os fatos:

O Mackenzie, chamado no Brasil a Universidade Protestante, embora tenha perdido sua função mais nitidamente evangélica, nunca deixou de ter, na sua diretoria brasileira, uma minoria presbiteriana que luta desesperadamente para impedir a secularização total daquela instituição, de filiação historicamente presbiteriana (FERREIRA, 1992, p. 441).

Para melhor entender este conceito de secularização, e a maneira como ele era compreendido no contexto do escritor presbiteriano acima citado, recorreremos ao historiador Alderi de Souza Matos, que também é pastor na referida denominação e abordou a questão da seguinte maneira:

O Mackenzie College secularizou-se progressivamente. O ensino era de excelente qualidade e a escola gozava do mais alto prestígio, mas os propósitos originais dos seus fundadores, no sentido de que a instituição tivesse uma orientação nitidamente cristã e evangélica, eram difíceis de ser mantidos” (MATOS, 1999, p. 15).

Em outro ponto em que aborda sobre essa mesma questão, Matos (1999, p.17), identifica um conflito sempre existente nas bases de “dois grandes pressupostos” que no entender do Rev. Jorge César Mota, sobre quem trataremos nos próximos parágrafos, “nortearam as ações dos educadores que plasmaram o Mackenzie”, que seria a “base cristã e bíblica, especialmente a sua ênfase nas Escrituras Sagradas como fonte dos valores éticos e espirituais tão importantes no processo educativo”, e a “independência da ingerência eclesiástica”. O conflito ao qual Matos (1999, p.18) se refere, se resume no questionamento acerca de “como manter uma instituição nitidamente cristã, evangélica, centralizada na Bíblia, se essa instituição não tiver vínculos com a igreja”.

Todas estas questões permeavam a “luta desesperada” à qual Ferreira (1992, p. 441) se refere, que se expressa na objetiva, mas importante análise argumentativa do longo texto publicado pelo referido Rev. Jorge César Mota no periódico “O

Mackenzie”, que basicamente se tratava de um contraponto da “minoridade presbiteriana” às declarações de políticos, ao documento de Henrique Pegado, à matéria do jornal “A Gazeta”, às declarações dos estudantes, e sabe-se lá a quantas outras manifestações que ocorriam naquele período conturbado, e que eram recebidas com preocupação pelos líderes da Igreja Presbiteriana do Brasil.

São dois textos relacionados à nacionalização que aparecem na edição de “O Mackenzie” de outubro de 1957, o primeiro com o título “O Mackenzie e seu futuro”, em que a situação é primeiramente contextualizada, e em seguida Mota (1957), que embora não tenha percebido o conflito dos pressupostos por ele apontados posteriormente, em uma publicação de 1970, alega que o que vinha sendo comentado, proposto, argumentado, não era de todo verdadeiro, procurando devolver aos missionários protestantes a preponderância relativa à trajetória exitosa do Mackenzie, e esclarecer inúmeras questões relacionadas à participação deste grupo específico nos trabalhos educacionais do instituto:

Os erros vêm muitas vezes disfarçados em vestiduras patrióticas, ou pseudo-patrióticas, e pseudo-mackenzistas, de tal maneira que parecem de propósito para prevenir a opinião pública justamente contra aqueles que dela mereciam, de São Paulo e do Brasil, apenas a gratidão, o aplauso e o reconhecimento.

[...]

Quem subscreve estas linhas, porém, sendo brasileiro e membro da direção do Mackenzie, sente no dever de tornar públicos certos fatos e circunstâncias que não podem mais ser ignoradas por quem quer que pretenda ao menos conversar honestamente sobre a nacionalização do Instituto Mackenzie (MOTA, 1957, p. 1).

A abordagem se divide em cerca de dez argumentos de diferentes tipos e ênfases, desde aspectos relacionados à fundação do Mackenzie, até aspectos relacionados ao prélio milenar entre católicos e protestantes.

Para começar, Mota (1957, p. 3) defende a “autoridade moral” dos protestantes “para exigir condições” da nacionalização do Mackenzie, primeiro pela dignidade dos fundadores da instituição, em seguida, como mantenedores, demonstrando que os valores provenientes de outras fontes como campanhas financeiras movidas pela comunidade mackenzista representavam ínfima contribuição quando comparados aos recursos providos pelas missões americanas. O autor também argumenta a partir da

singularidade identitária do Mackenzie como instituição educacional protestante que, a seu ver, compunha os traços virtuosos que explicavam o êxito demonstrado pela instituição na formação da mocidade brasileira. O artigo se respalda também na competência pessoal de figuras presbiterianas de renome e envergadura intelectual, que sempre compuseram as diretorias da instituição, e defende que a atuação do educandário nunca se apresentou preponderantemente proselitista, mas promotora de uma educação liberal, emancipatória e criticista.

Em um determinado ponto do artigo, a argumentação de Mota (1957, p. 4) assume característica comparativa em diversos níveis, e que tem como elemento central a questão religiosa. O primeiro ponto em que o autor usa o elemento de comparação é para questionar se porventura passaria na mente de “alguém a ideia de negar aos jesuítas, franciscanos, salesianos, dominicanos, ou beneditinos” o “direito de exigirem que os colégios por eles fundados mantenham-se fiéis aos seus princípios”. O autor também questiona se as Universidades Católicas instaladas nos EUA, país de maioria protestante, renunciariam a “homens notáveis pelo saber” para compor suas diretorias pelo simples fato de serem de confissão protestante, o que o Mackenzie jamais havia feito. Em tom duro e provocativo, ele questiona se “generosos contribuintes para as campanhas do Mackenzie e amigos professores não evangélicos pudessem prevalecer-se dessa circunstância para, se consultados, votar contra a continuação da influência protestante no instituto”. Ainda no tema da questão religiosa o autor aponta que se de fato a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) quisesse usar sua vasta influência para prejudicar o progresso do protestantismo no Brasil, o alvo não deveria ser o Mackenzie, mas as “igrejas que continuam crescendo neste país mais do que em qualquer outra parte do mundo”, e que este tipo de ação tinha um efeito contrário, pois ao invés de enfraquecer, experiências anteriores resultaram no fortalecimento das instituições perseguidas. Ciente da direção que os seus argumentos tomaram o autor se justifica e “se exime” de maiores responsabilidades:

É possível que nunca uma pessoa que falasse em nome do Mackenzie, jamais falasse tanto sobre a questão religiosa. Ao fazê-lo, não ignoro este fato, mas não vejo outra alternativa na situação em que nos encontramos. Não fomos nós, protestantes, que provocamos esta situação. Ela nos foi lançada a tempos de muitas maneiras. Chegamos a um ponto em que alguém tinha de assumir a responsabilidade de pôr os pingos nos ii (MOTA, 1957, p.4).

Em outro texto, presente na mesma publicação, o tema era trazido mais como uma manchete: “Nacionaliza-se o Mackenzie”. Um breve histórico da instituição acompanhado de um cuidadoso relato dos últimos passos que haviam sido dados em direção à nacionalização, que incluía a visita já ocorrida no mês de julho daquele ano, através da qual os representantes do *Board* teriam tido reuniões separadas com representantes da Igreja Presbiteriana do Brasil, do Conselho Deliberativo do Instituto Mackenzie, da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie (AAAM) e dos Centros Acadêmicos – órgãos de representação discente da Universidade (MOTA, 1957b).

Em relação à igreja nacional, o anúncio de Peter Baker sobre a nacionalização também já havia resultado em ações no início de 1957, e que posteriormente serão melhores descritas neste trabalho, e que envolviam a formação de uma comissão especial encarregada de “preparar a igreja nacional para receber as instituições educativas” (IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 2020, f. 5), e por ser uma decisão que contemplava também o Instituto Gammon, será integralmente transcrita na respectiva seção que abordará este assunto no próximo capítulo.

### **3.1.2.3 A primeira visita de representantes do *Board of Trustees* e seu plano de nacionalização**

As linhas discursivas assumidas por cada uma destas diferentes parcelas da comunidade mackenzista apresentam-se como formas simbólicas, que estão sendo submetidas à análise no intuito de serem interpretadas à luz de todos estes contextos, e não obstante apresentarem soluções e fundamentos diferentes acerca do tema, aparentemente causaram boa impressão nos três representantes que aqui estiveram em junho de 1957, pois em correspondência endereçada ao Conselho Deliberativo, o presidente do Instituto, Peter Baker (1957, n.p.), informava que em cada caso “a delegação sentiu que havia concordância com os princípios que servirão de base de transferência” e se expressaram “gratos a todos com quem trocaram ideias, pela sua paciência e compreensão, quando da explicação dos complicados detalhes da transferência de tão importante patrimônio do “Board of Trustees” em New York para um grupo responsável no Brasil”.

Ainda de acordo com a carta, ao conversar com os diferentes grupos, a delegação teria sentido haver “um espírito de colaboração e um sincero desejo de

criar uma atmosfera cordial. Eles se sentiram particularmente felizes por encontrar um forte espírito de lealdade para com a Alma Mater e um desejo de conservar os valores espirituais do Mackenzie” (BAKER, 1957, n.p.). A correspondência ainda relata que o sentimento dos norte-americanos, na ocasião, era que “os melhores dias do Mackenzie ainda [estariam] por vir” e que absolutamente nada mudaria em relação ao “interesse da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos no Mackenzie” (BAKER, 1957, n.p.). De fato, o que o levantamento dos dados históricos tem demonstrado é exatamente esta realidade: absolutamente todas as partes envolvidas demonstravam muito interesse no que tange ao futuro da instituição iniciada pelo casal Chamberlain.

A proposta inicial do *Board of Trustees of Mackenzie Institute* e do *Board of Foreign Missions of The Presbyterian Church* “quanto à transferência da responsabilidade pelo Instituto Mackenzie” envolvia a “formação de uma Junta Autônoma” que receberia os bens patrimoniais e “assumiria o controle completo da Instituição”. Obrigatoriamente, essa junta deveria ser composta em mais da metade por membros da Igreja Presbiteriana do Brasil (60%), sendo que pelo menos a metade destes membros deveriam ser ex-alunos do Mackenzie. Os outros associados que indicariam representantes para a Junta seriam a Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie (AAAM) e a Missão do Brasil Central pertencente à Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América do Norte. Quando a missão deixasse de existir, o *Board of Foreign Missions* passaria a indicar membro ou membros representantes, e incluía também a representação da Confederação Evangélica das Igrejas do Brasil. Nesta configuração inicialmente proposta, a diretoria da junta deveria ser obrigatoriamente composta por membros de igrejas evangélicas (BOARD OF TRUSTEES AND BOARD OF FOREIGN MISSIONS OF THE PRESBYTERIAN CHURCH, 1957, p.1-2).

Posicionamentos posteriores advindos da Associação dos Antigos Alunos revelaram descontentamento com o “Plano de Ação” proposto pelo *Board*. Em sua pesquisa, Marcel Mendes (2016, p. 151) discute a possibilidade de ter havido neste momento a existência de “movimentações paralelas em busca de uma nacionalização diferente daquela que se cogitava”. As respectivas ponderações foram feitas a partir da análise de declarações sobre a nacionalização que evidenciam preocupações de lideranças presbiterianas quanto aos passos seguintes do processo, algumas estão

expressas no próprio texto de Mota (1957b), que já foi explanado em parágrafos anteriores.

Sobre tal questão, chamam a atenção algumas declarações feitas em uma correspondência enviada pelo Presidente Peter Baker no início do ano seguinte, que não somente prenunciava crises futuras dentro da comunidade mackenzista, como evidenciava que uma disputa que envolvia diferenças religiosas estava ocorrendo, conforme havia ficado evidente no texto de Jorge Mota:

Parece-me que uma forte declaração baseada nos objetivos que Chamberlain, Mackenzie e o "Board" tinham em mente deveria ser registrada quando ocorrer a transferência, e afirmar que esses objetivos são fundamentais e não podem ser alterados. A menos que isso seja feito, poderemos estar em sérias dificuldades daqui alguns anos. Toda brecha deve ser bem fechada, para que não haja nenhum risco de católicos romanos controlarem a nossa Universidade [...]. Se o grupo católico conseguisse controlar o Mackenzie, isso seria uma tremenda vitória para o Cardeal de São Paulo e abriria o caminho para um avanço sobre nossas outras escolas. O que acontece com o Mackenzie é da máxima importância para as igrejas evangélicas do Brasil (BAKER, 1958 *apud* MENDES, 2016, p. 154).

Na carta endereçada ao *Board*, Baker (1958) cita a figura de Pegado, que pelos fatos que já foram relatados anteriormente, tinha tido sua aposentadoria antecipada, dado o clima insustentável que suas ações haviam trazido na relação com o Conselho Deliberativo do Mackenzie<sup>26</sup>:

Embora o Doutor Pegado, antigo reitor, esteja fora, a batalha continuará neste ano, com ele dirigindo o conflito por meio de seus amigos no Mackenzie e na Associação dos Antigos Alunos, que ele fundou. *O Mackenzie é um rico prêmio e forças poderosas estão trabalhando para o controle [grifo nosso]* (BAKER, 1958, *apud* MENDES, p. 157)

Essa relação conflituosa entre o Conselho Deliberativo e a Universidade se estenderia pelos próximos anos e tem alguns dos seus detalhes narrados na seção da pesquisa que trata sobre a tentativa de sua federalização<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> Conforme descrito anteriormente, Pegado quebrara a relação de confiança com o Conselho Deliberativo ao encaminhar ao Ministério da Educação um pedido de alteração dos Estatutos da Universidade Mackenzie, bem como a repercussão negativa acerca da divulgação de seu projeto de "reestruturação administrativa do Instituto Mackenzie".

<sup>27</sup> Para maiores detalhes ver Mendes (2005).



### 3.1.2.4 Acirram-se as disputas, definem-se os posicionamentos

Outras relações conflituosas também marcaram o primeiro semestre de 1958, incluindo a exclusão de Jorge César Mota do quadro associativo da AAAM, como represália ao seu artigo “O Mackenzie e seu futuro”. O ineditismo deste fato na história da associação, revelava os contornos de complexidade da trajetória de transição do Mackenzie em direção à sua nacionalização.

Em uma carta endereçada ao “Rev. Jorge César Mota”, que era o Diretor Cultural do Mackenzie, e autor do artigo que causara o descontentamento aos membros da AAAM, o vice-presidente da respectiva entidade aproveitou a oportunidade para registrar uma resposta enfática às declarações de Mota, defendendo os Antigos Alunos e seu “trabalho devotado e desinteressado” de “anos e anos” para levantar “mais e mais” o prestígio do Mackenzie, e que “*sem a inestimável contribuição desses abnegados e devotados mackenzistas a preciosa iniciativa teria morrido com os seus fundadores*”, e que “esses elementos, muitos dos quais não evangélicos que souberam sacrificar seus interesses pessoais em favor da grandeza de sua Escola e da preservação das suas tradições, *são os legítimos representantes do espírito mackenzista* [grifo nosso]” (AZEVEDO, 1958, p.3). Ao pedido presente no final da carta, para que Mota como “Ministro Evangélico e Presidente do Presbitério de São Paulo”, soubesse “interpretar os anseios de paz e harmonia entre os homens, repelindo toda e qualquer atitude que possa ser causa direta ou indireta de desarmonia ou animosidade”, Mota (1958, p.4) respondeu:

O mesmo Jesus Cristo que disse “Deixo-vos a paz [...] disse noutra ocasião: Não cuideis que vim trazer a paz à terra; não vim trazer paz, mas espada [...] A paz que importa não é a imposta pela força, a da capitulação de direitos [...] nem tão pouco a da indiferença, do desinteresse, da neutralidade ou da tibieza. Não existe paz verdadeira sem justiça.

A que é nosso dever de cristãos defender é a mesma pela qual o Mackenzie foi fundado: a da liberdade e do direito.

O tom da referida troca de correspondências traduz bem o clima entre os mackenzistas no decorrer deste período da trajetória institucional.

Mas o posicionamento oficial da AAAM ainda estava por vir, e chegou no dia 23 de junho de 1958. Através de um amplo memorial de 22 páginas, cuja síntese foi

publicada na Revista da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie, a AAAM contestava o modelo de nacionalização que havia sido proposto pelo *Board* de Nova York. Para apresentação desta importante expressão simbólica, propomos uma divisão do texto em seis partes, como se segue descrito nos próximos parágrafos.

Logo na introdução, a AAAM ressalta o seu direito de manifestar-se a respeito da nacionalização baseado no fato de ser uma “força atuante na criação do renome de que o estabelecimento ora desfruta”. São mencionadas também as campanhas de angariação de fundos que contaram com participação direta da AAAM. A seguir, o artigo apresenta uma sinopse histórica na qual, novamente, é destacada como “força maior” para “perpetuação do renome da escola” a “heterogeneidade” representada pela “coletividade” (ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO MACKENZIE, 1958, p. 20).

O Documento faz uma brevíssima menção à memória dos fundadores, e remonta a detalhes da reunião que os membros da AAAM haviam tido com os representantes do *Board* no ano anterior, na qual lhes fora comunicada a intenção de se criar uma “Junta Nacional” para dirigir o ensino superior. A quinta parte do documento se constitui na exposição dos planos do *Board*, já descritos nos parágrafos anteriores (ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO MACKENZIE, 1958, p. 22). É na última e mais longa divisão do memorial que são apresentados contra-argumentos aos planos dos novaiorquinos.

A primeira contestação apresentada pela AAAM é que o patrimônio não pertencia ao *Board*, mas “o Mackenzie é o legítimo detentor do patrimônio [...] bens que são frutos da incontestada dedicação de seus iniciadores, mas que alcançaram enorme valor atual pelo ininterrupto árduo labor de seus consolidadores”, no caso, os professores e os ex-alunos da instituição (ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO MACKENZIE, 1958, p. 22).

A solução é então apresentada pela AAAM:

[...] que ao Mackenzie seja entregue o seu legítimo patrimônio moral e material, com a constituição de uma Fundação de finalidades exclusivamente pedagógicas, objetivando a grandeza do Brasil pela difusão do ensino. [...] Seria essa, ao ver do Conselho Diretor, a forma mais segura e elevada de, com a perpetuação e o engrandecimento da obra, render homenagem devida à memória de um idealismo [...].

No estatuto regedor da Fundação assegurar-se-á, com destaque, a origem história do Mackenzie e far-se-á justiça plena às nobres figuras que orientaram dedicadamente os primeiros passos da instituição. *Na junta da Fundação haverá preponderância numérica de antigos alunos, escolhidos independentemente de sua convicção religiosa*, e, como preito perpétuo e justo aos fundadores da escola – os evangélicos – terão estes a sua representação. Dessa Junta participarão personalidade de relevo no campo educacional do País.

A administração do Instituto será atribuída a um Conselho constituído por: antigos alunos, representantes dos corpos docente e discente e evangélicos, todos em igualdade de condições. O Presidente e o Vice-Presidente (educadores de reconhecidos méritos) e o Tesoureiro (administrador experimentado) serão eleitos pela Junta [grifo nosso] (ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO MACKENZIE, 1958, p. 23).

Como se pode perceber, o modelo sugerido pela AAAM era muito claro quanto ao protagonismo que deveria ser exercido pelos antigos alunos na gestão da nova Fundação Mackenzie, e a discussão já existente era ainda mais sedimentada pelas repercussões geradas na comunidade mackenzista devido a esse documento, todavia a mais importante repercussão veio de fora, na resposta dada pelo próprio *Board* de Nova York, e que se apresentou com certa clareza:

“O Board of Trustees” tem uma responsabilidade real ao estabelecer a Junta no Brasil, de tal forma que as condições estabelecidas pelos doadores originais das propriedades e fundos sejam honradas; que as tradições Evangélicas, responsável pela vida do Mackenzie desde sua concepção, seja continuada [...] (HOLLAND E RYCROFT, 1958, n.p.).

Um esforço interpretativo básico nos permite compreender que não obstante a manifestação da AAAM, o *Board* manteria o seu plano de nacionalização que intencionava uma estrutura administrativa de preponderância evangélica, no intuito de cumprir com o projeto primevo da instituição.

O pesquisador Marcel Mendes teve acesso a uma tréplica que AAAM teria enviado ao *Board*, reconhecendo o profundo prejuízo que os desentendimentos dentro da comunidade mackenzista traziam, mas deixando subentendida uma interpretação dos fatos que considerava a liderança presbiteriana como responsável pelas “tensões”:

Sentimos o descontentamento geral: de um grupo, por entender que dada a grande evolução do Mackenzie, encontrar-se este numa encruzilhada, onde

estacou, devendo tomar rumo certo para o seu futuro, enquanto outro grupo fica do lado oposto da trincheira, numa tensão cada vez maior, apagando aos poucos o sentimento fraterno que sempre constituiu o verdadeiro apanágio de toda a corporação (INSTITUTO MACKENZIE *apud* MENDES, 2016, p. 165).

A analogia relativamente difusa não deixa de comunicar como pensava a AAAM. Não exatamente do lado oposto da trincheira, mas da organização por ele representada, deram-se movimentos importantes no ano de 1959.

Curiosamente, foi nas dependências do Instituto Gammon na cidade de Lavras, que o Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, reunido dos dias 10 a 20 de julho de 1958, havia aprovado a proposta de nacionalização apresentada pelo *Board* aos representantes da IPB em sua visita ao Mackenzie no ano de 1957; não obstante, diante dos fatos que vinham se sucedendo no âmbito da comunidade mackenzista no decorrer deste respectivo ano, já relatados nesta seção, a referida aprovação foi revista por decisões vindas da Comissão Executiva<sup>28</sup> tomadas já no início do ano de 1959, que representavam uma tendência de afunilamento no “espectro de alternativas para a nacionalização institucional do Mackenzie” (MENDES, 2016, p. 166):

I) a IPB não concorda com a forma de criação da Junta Patrimonial proposta pelo “Board of Trustees”, porque nacionaliza o Mackenzie sem contudo dar à IPB a justa oportunidade de participar ativa e diretamente de sua direção; II) sugere ao “Board of Trustees” que reestude a matéria oferecendo à IPB a liberdade de eleger representantes seus, em maioria, para a entidade que venha a exercer no Brasil as funções que o “Board of Trustees” exerce atualmente. 2) Estas sugestões são feitas, não apenas para dar à IPB a oportunidade de servir no Mackenzie, mas também, para proteger os bens e as finalidades com que foi criada e mantida a instituição; estamos certos de que a Junta Missionária e o “Board of Trustees” compreenderão o alto espírito de serviço que dirige, nesta matéria, a IPB. 3) Nomear comissão que, em nome da IPB, estude o assunto com quem de direito, caso se torne necessário (SECRETARIA EXECUTIVA DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 1998, p. 249).

Em suma, a mudança solicitada pela IPB ajustava um detalhe não previsto no plano de nacionalização apresentado pelo *Board*. No plano original, embora regulamentasse a composição da Junta garantindo maioria presbiteriana, os representantes não seriam indicados pela IPB, apenas aprovados<sup>29</sup>.

<sup>28</sup> Formada pela Mesa Diretora do SC/IPB, a CE/IPB tem prerrogativas do concílio que ela representa.

<sup>29</sup> Decisões dos concílios da Igreja Presbiteriana do Brasil revelam que Peter Baker, o então presidente do Instituto Mackenzie, teria mencionado sobre um acordo feito entre o Board de Nova York e os 11

No mês seguinte, o presidente do Instituto Mackenzie participou de uma reunião com o *Board* em Nova York, onde foi decidido o seu afastamento por antecipação da aposentadoria, isso significava que o processo de nacionalização não transcorreria sob a presidência de Peter Baker.

### **3.1.2.5 A segunda visita dos representantes do *Board of Trustees* e os passos finais da nacionalização**

Conforme mencionado anteriormente, no mês de agosto de 1959 foi comemorado o primeiro centenário do trabalho presbiteriano no Brasil, o que implicou em uma nova visita de integrantes do *Board* de Nova York a São Paulo, viabilizando novos encontros e definições acerca dos passos da nacionalização do Mackenzie.

Em relação às lideranças do instituto, o encontro produziu mais um andamento efetivo em direção à nacionalização, pois ficou definido que, pela primeira vez na sua história, o Mackenzie teria um presidente brasileiro, em substituição a Peter Baker, que deixaria suas funções nos próximos meses (MENDES, 2016).

No que tange à AAAM, o encontro resultou em uma promessa feita pelos representantes do *Board*, que recebendo cordialmente uma comissão enviada pela entidade, “prometeram nada resolver em definitivo, quanto à transferência de responsabilidade do “Board of Trustees” para uma Junta Nacional, sem ouvir previamente a A. A. Alunos, pois reconhecem nela o porta voz credenciado para falar em nome da família mackenzista” (ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO MACKENZIE, 1960, p. 13).

Quanto à direção da Igreja Presbiteriana do Brasil, havia sido formada uma comissão no ano anterior, composta por importantes líderes que reafirmavam o seu desejo que o *Board of Trustees* reestudasse “a matéria oferecendo à IPB a liberdade de eleger representantes seus, em maioria, para a entidade que venha a exercer no Brasil as funções que o *Board of Trustees* exerce atualmente” (SECRETARIA EXECUTIVA DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 1998, p. 249).

No que se refere ao primeiro grupo, as deliberações relativas ao Conselho do Mackenzie, que envolviam a intenção do *Board* de indicar um presidente brasileiro, se

---

representantes da IPB que participaram da reunião de 1957, o que gerou indignação por parte da IPB, que exigia que Baker provasse a afirmação, ou dela se retratasse, e que se isso não ocorresse o caso deveria ser levado à Assembleia Geral da igreja americana (SECRETARIA EXECUTIVA DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 1998, p. 16-7).

concretizaram efetivamente em 9 de setembro de 1960, quando foi para o cargo de presidente o baiano Richard L. Waddell, enquanto que para o cargo de vice-presidente foi escolhido o norte-americano Millard Richard Shaul (1919-2002).

Com relação à promessa feita para a AAAM, fatos posteriores evidenciam o não cumprimento, uma vez que, a partir desse momento observa-se um interlúdio em que a atuação dessa respectiva entidade torna-se cada vez menos efetiva, ao passo que se percebe uma aproximação maior do *Board* com as lideranças da IPB, tanto que Mendes (2016, p. 197) fala sobre esforços envidados pela AAAM “para se reaproximar do núcleo que discutia a nacionalização”, tendo como estímulo a própria figura do novo presidente do Mackenzie, que por sua ligação parental com o fundador Chamberlain, de quem era neto, e com um dos consolidadores William Waddell, de quem era filho, era visto “com respeito e carinho pelos mackenzistas mais saudosos”. Apesar desta consideração que lhe era atribuída por mackenzistas saudosos, a recíproca não era das mais verdadeiras no que tange à relação de Richard Waddell com a AAAM, fato evidenciado em suas declarações gerais, fosse em contato com a AAAM, onde tergiversa<sup>30</sup> em resposta a um ofício encaminhado a ele, solicitando “providências tendentes a habilitar essa Associação a uma participação ativa na nacionalização do patrimônio do Mackenzie” (WADDELL, 1961, p. 30), ou nos limites da relação do Conselho Deliberativo com o *Board* de Nova York. Em uma carta escrita no respectivo período, Waddell, *apud* Mendes (2016, p. 206), expõe sua visão acerca da AAAM, apontando inclusive, para uma falta de coesão por parte dos seus membros:

Alguns estão francamente conosco; outros querem a propriedade e a administração para a Associação; outros, ainda, querem tudo para a Igreja Católica. Os primeiros são explícitos nas suas posições; os segundos mostram-se cientes da situação e resignados; os terceiros não confessam suas aspirações e as negariam redondamente se fossem acusados<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Na pesquisa de Mendes (2005, p. 153), ao interpretar uma das respostas oferecidas por Richard Waddell em relação aos pedidos de esclarecimentos do processo de nacionalização por parte da AAAM, o autor observa: “o estilo sinuoso da missiva fugia à linearidade do brasileiro-norte-americano Richard L. Waddell”.

<sup>31</sup> A impugnação da AAAM nos passos finais do processo, rendeu por parte dessa associação, telegramas enviados às mais altas autoridades do país, mas sem nenhum resultado que pudesse mudar o quadro que se desenhava em relação à nacionalização do Instituto Mackenzie (COMISSÃO ESPECIAL DA AAAM, 1961, p. 30).

Por último, no que diz respeito ao encontro dos representantes do *Board* com os representantes da IPB, os entendimentos se estreitavam, e as configurações políticas do país acabaram contribuindo nesse aspecto. Tensões e indefinições que se traduziriam em uma crise político-institucional no segundo semestre, já estavam presentes na primeira metade do ano, ocupando, por enquanto, o campo de conjecturas, como essa expressa por Richard Waddell ainda antes das mudanças efetivas no cenário político se concretizarem:

Parece que a coisa mais sensata a fazer é transferir a propriedade à Igreja Presbiteriana do Brasil [...]. Há uma razão para isso: impedir que um governo comunista – Federal, Estadual ou Municipal – ouse tocar na propriedade. O mesmo não se pode dizer, caso a transferência se dê para uma “associação”, ou “fundação”, ou algo desse tipo. [...] A única força que faria os evangélicos do Brasil perderem o Mackenzie seria o Comunismo. Todas as outras forças, pensariam duas vezes ou mais, antes de tomar a decisão de desapropriar os bens da igreja – qualquer Igreja (WADDEL *apud* MENDES, 2016, p. 192)

No interregno destes fatos, o principal e mais urgente problema a resolver no Instituto Mackenzie eram as crises relacionadas à sua Universidade, que haviam se estabelecido antes mesmo das mudanças na diretoria do Mackenzie, mas os pormenores desta questão são tratados na seção sobre as tentativa de federalização; sua menção aqui se dá pela relação que ela naturalmente estabelecia com a possibilidade de criação de uma associação ou fundação, conforme citado no trecho transcrito da correspondência de Richard Waddell.

Foi exatamente a essa possibilidade que AAAM se apegou do início ao fim do processo de nacionalização, na esperança de que com uma representação majoritária na fundação a ser criada, pudesse dar sua contribuição mais efetiva em relação ao futuro do Mackenzie Nacional<sup>32</sup>.

De acordo com a pesquisa realizada por Marcel Mendes (2005, p. 156) sobre esta questão, uma das causas que favoreciam a ideia da criação de uma “fundação”

---

<sup>32</sup> Duas entidades foram mais seriamente cogitadas para cumprir este papel de gestão e de proprietária dos bens, a primeira foi a da Fundação Mackenzie, mencionada primeiramente por Pegado (1957), e que no modelo por ele proposto contemplava os interesses da AAAM. Oficializada no mesmo ano em um plano apresentado pelo próprio Board de Nova York, tinha configurações diferentes e que não mais contemplavam as expectativas da AAAM. A segunda entidade que também existiu apenas no âmbito das projeções, foi a “Associação Erasmo Braga”, que basicamente como uma entidade para-eclésiástica, contemplava os interesses de dar à Igreja Presbiteriana do Brasil o controle preponderante sobre o Mackenzie.

ou “associação”, era a complexidade jurídica do processo de transferência do patrimônio no âmbito da justiça americana; além de outras exigências, seria necessária uma autorização da Suprema Corte quanto à transferência do patrimônio do *Board* para uma instituição brasileira, e se nesse caso, fosse uma igreja, poderia colidir com o princípio constitucional de separação entre Estado e Igreja, isso porque, na esfera da documentação norte-americana o Mackenzie ainda era uma “unidade da Universidade do Estado de Nova York, a qual é claramente uma instituição estadual e distinta de uma instituição eclesiástica”<sup>33</sup>.

A despeito da preocupação, verifica-se na Escritura de Doação o registro de que no dia 10 de outubro de 1961, a Suprema Corte do Estado de Nova York concedeu o alvará que autorizava o *Board* a dispor de seus bens (7º OFÍCIO DE NOTAS DA CAPITAL, 1961, fls. 78).

Alguns fatos importantes e decisivos que precederam estas providências judiciais que foram tomadas pelo *Board* com vistas à autorização emitida pelos magistrados norte-americanos – e que ocorreram nos meses anteriores do ano de 1961, dos quais se faz o devido registro – foram, em primeiro lugar, a formação de uma Comissão Jurídica por parte do Conselho Deliberativo do Mackenzie, constituída por notáveis figuras da área do direito, como o desembargador Manuel Carlos de Figueredo Ferraz (1885-1967), o professor Jorge Americano (1891-1969) da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, o deputado federal Ulysses Guimarães (1916-1992), que também era professor da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, dentre outras destacadas figuras do meio jurídico e político.

As conclusões sugeridas por essa comissão confirmavam a direção que o processo de nacionalização tomava, e aprovadas pelo Conselho Deliberativo, “foram submetidas, simultaneamente, à consideração do Governo Federal e da entidade que [detinha] a propriedade do educandário” (WADDELL, 1961, p.30):

1) Doação da propriedade de todos os bens imóveis e móveis à Igreja Presbiteriana do Brasil pelo “Board of Trustees”, mediante a condição

---

<sup>33</sup> A relação que já foi amplamente documentada na primeira seção do capítulo, deixara de ser efetiva em 1927, quando foi interrompida a fiscalização que era exercida sobre o então *Mackenzie College*, e não obstante à criação da Universidade Mackenzie em 1952, o registro do Mackenzie permaneceu ativo nessa autarquia estadual, sendo necessário que o Board de Nova York providenciasse um ato formal de dissolução do *Mackenzie College*, para que pudesse dar andamento ao processo de transferência.



resolutiva de serem mantidos por esta os cursos universitários atualmente existentes, bem como outros do mesmo nível que venham a ser criados, com o mesmo nome “Mackenzie” [...]. Seriam também condições não só a cessão em comodato, à Entidade Mantenedora da Universidade, dos imóveis necessários ao funcionamento desta, como também outras, que o doador julgue conveniente para a preservação da obra.

2) A Igreja Presbiteriana do Brasil poderá administrar os cursos não universitários diretamente ou por meio de entidade que constituir para tal fim, não sendo de excluir-se a possibilidade de manutenção do atual Instituto Mackenzie, com as alterações que se fizerem necessárias em sua estrutura.

3) A igreja Presbiteriana do Brasil, cumprindo disposição que constará expressamente da escritura de doação, instituirá, juntamente com os poderes públicos que se dispuserem a fazê-lo, uma Fundação destinada a servir como entidade mantenedora da universidade. A Igreja Presbiteriana do Brasil contribuirá, para a formação do patrimônio da fundação, com o comodato dos imóveis necessários aos diferentes cursos universitários; ao poder público caberá contribuir com recursos financeiros que possam, de modo permanente, juntamente com outras fontes de receita, assegurar a manutenção e desenvolvimento da Universidade.

4) As escrituras de doação da propriedade à Igreja Presbiteriana do Brasil e de instituição da Fundação devem ser simultâneas, na medida do possível.

5) Uma vez obtida a lei que autorize o Poder Público a funcionar como co-instituidor, este e a Igreja Presbiteriana do Brasil criarão, desde logo, através de escritura pública, a Fundação Universidade Mackenzie. Dessa escritura deverá constar a nomeação de três ou quatro pessoas que serão os administradores da Fundação e que, com os representantes dos instituidores elaborarão o projeto de estatutos. Estes, depois de aprovados pelos instituidores, serão regularizados;

6) Poderão participar da administração da fundação os ex-alunos do Mackenzie, por intermédio de representantes de sua associação própria (INSTITUTO MACKENZIE *apud* MENDES, 2016, p. 200).

O segundo fato importante que se registra aconteceu após essas sugestões da Comissão Jurídica estarem, em parte, aprovadas pelo *Board*, que enviou um representante em agosto de 1961 para uma reunião com o Conselho Deliberativo do Instituto Mackenzie, com o objetivo precípua de tratar dos trâmites burocráticos demandados para efetivar o processo de nacionalização que se encaminhava para a sua conclusão. O Relatório do representante do *Board*, Reverendo Donald T. Black (1920-2013), sobre a referida reunião, traz apontamentos que demandam a atenção de uma pesquisa que trabalha com a ideia das formas simbólicas em seus contextos estruturados, especialmente na perspectiva de um depoimento participante:

A parte do Mackenzie correspondente aos níveis escolares não universitários está, no momento, relacionada de forma efetiva com a igreja, o que não acontecia no passado. Estamos transferindo os poderes do *Board* para os grupos que controlam a Igreja, e vinculamos o Mackenzie à Igreja de uma maneira mais forte do que antes. Parte dos problemas do Mackenzie é o

resultado de um tenuous relacionamento mantido no passado (BLACK, 1961, n.p.).

Black (1961), relaciona os problemas vividos pelo Mackenzie no processo de sua nacionalização à sua precária relação cultivada com a igreja nacional, contudo, essa realidade foi fruto da própria política da PCUSA acerca da gestão do Mackenzie, desde os seus primórdios, conforme documentada anteriormente no presente capítulo. Em um momento decisivo na trajetória da instituição, o *Board of Trustees* buscava modificar essa relação, concedendo à IPB uma oportunidade e responsabilidade que nunca lhe havia sido concedida, na história do Instituto Mackenzie.

A formalização desse ato consistiu nos fatos tomados como introito a esta seção, e que são novamente registrados, porém, desta vez sob a perspectiva interpretativa da entidade que almejando protagonismo acabou se tornando mera circunstância naquele momento, ainda que apegada a uma convicção que poderia ser classificada a essa altura dos fatos como minimamente ingênua, visto que nem a AAAM, nem a Fundação Mackenzie são citadas na Escritura de Doação:

O acontecimento de maior relevância no último trimestre do ano da graça de 1961 foi, sem dúvida, a nacionalização do Mackenzie.

Depois de mais de 90 anos de fecunda e proveitosa existência, o patrimônio da instituição passa do "Board of Trustees", de Nova York, para o Brasil; cuida-se de criar a "Fundação da Universidade Mackenzie", tendo como co-instituidora a União, através do Governo Federal que deverá fornecer os indispensáveis recursos para o efetivo desenvolvimento da nossa universidade, e pela primeira vez recai sobre brasileiros, a escolha do Presidente, do Vice-Presidente e do Tesoureiro do Instituto Mackenzie [...] [grifo nosso] (ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO MACKENZIE, 1961, p.1)

A ambiguidade intencional volta a se destacar nos argumentos analisados do texto e nos remete ao questionamento feito no início da composição desta narrativa crítica interpretativa: nacionalização ou estatização?

A resposta é clara: o patrimônio, cujo montante final estava formalmente<sup>34</sup> avaliado em Cr\$ 1.250.484.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) foi transferido para a Igreja Presbiteriana do Brasil. Segundo o jornal “A Gazeta”, na sua edição de 23 de novembro de 1961, tratava-se de uma das transações “mais vultosas” que tinha acontecido recentemente na capital paulista (A GAZETA *apud* MENDES, 2016, p.220).

Figura 10 – Richard Waddell assina a Escritura de Doação do Patrimônio do Instituto Mackenzie à Igreja Presbiteriana do Brasil



Fonte: Centro Histórico Mackenzie (1961)

---

<sup>34</sup> Publicações e declarações da época indicam que o valor comercial prático, quer dizer, que saía do âmbito da formalidade documental, que na maioria das vezes, por motivos fiscais permaneciam intencionalmente desatualizadas, chegava a casa dos cinco bilhões de cruzeiros.

Entretanto, na Reunião Ordinária do Supremo Concílio da IPB, realizada no Rio de Janeiro, em 1962, quando pela segunda vez a igreja nacional se manifestava com uma nota de gratidão pelo êxito que havia sido alcançado quanto à maneira como finalmente se processou a nacionalização do Mackenzie, estava inclusa uma menção de “apoio à atual direção do Mackenzie nos esforços que vêm sendo expendidos para a solução satisfatória dos problemas daquela instituição, mormente àqueles referentes à Universidade” (SECRETARIA EXECUTIVA, 1998b, p. 85).

Quais eram os problemas da Universidade Mackenzie?

### **3.2 As tentativas de Federalização da Universidade Mackenzie**

“Tese da Federalização”; esta é a descrição que Marcel Mendes (2016, p. 173) propõe acerca de um movimento “estudantil” identificado ao final da década de 1950, e que se estendeu até meados da década de 60 na esfera da comunidade mackenzista, ressoando em alguns departamentos da esfera pública administrativa.

A descrição proposta pelo pesquisador se apresenta em perfeita adequação com a realidade dos dados levantados, pois este movimento ficou apenas na dimensão das discussões, como uma tese levantada e debatida entre lideranças discentes e docentes da Universidade Mackenzie, levada como uma demanda a ser considerada pelas autoridades governamentais do país, polemizada nos mais variados meios de comunicação da época, e encerrada como mais “um capítulo da história do Mackenzie, povoado de conflitos e disputas, cujo desfecho produziu mais interrogações que conclusões” (MENDES, 2016, p.274).

Nesta parte do trabalho procurou-se construir uma narrativa crítico-interpretativa sobre essa tentativa de federalização da Universidade Mackenzie, que mais uma vez está orientada por um levantamento e análise de formas simbólicas que se apresentam nos discursos e declarações presentes em variadas fontes, como artigos, matérias jornalísticas, correspondências, documentos e resoluções administrativas da esfera pública e privada.

Questões relacionadas ao contexto próximo de produção dessas formas simbólicas também são parte da composição narrativa, descrevendo as características do cotidiano de produção, construção, transmissão, e recepção das formas simbólicas que são consideradas no estudo.

### 3.2.1 O Desafio de criar e manter uma universidade

Embora instalada no dia 16 de abril de 1952, conforme cerimônia descrita na parte introdutória deste capítulo, a Universidade Mackenzie foi equiparada e teve seu estatuto aprovado meses antes, através do Decreto nº 30.511, de 7 de fevereiro de 1952.

A Universidade Mackenzie era a primeira instituição deste tipo criada pela Missão Presbiteriana na América do Sul, e se tratava de um empreendimento ousado, tendo em vista os grandes desafios envolvidos na sua manutenção. No relatório anual, referente às atividades de 1956, Peter Baker, ao discorrer sobre os problemas financeiros da Universidade, não deixou de pontuar as características peculiares da instituição: “A Universidade Mackenzie é talvez a única universidade na América do Sul que oferece um programa liberal. Fundada e orientada por evangélicos, ela não obriga os seus alunos a seguir qualquer orientação doutrinária” (INSTITUTO MACKENZIE, 1957, p. 8).

Mas ainda que os planos fossem auspiciosos, os desafios de dirigir e, especialmente, manter uma universidade já foram sendo sentidos nos primeiros passos da trajetória deste setor de ensino superior do Instituto Mackenzie. Já no relatório administrativo referente ao primeiro ano completo de funcionamento do departamento, encontram-se apontamentos relacionados às dificuldades financeiras que batiam à porta da instituição. Sobre esta questão, o reitor trouxe considerações formais em março de 1954: “Inúmeras dificuldades se nos apresentaram, porém, graças à dedicação dos Senhores Presidente, Tesoureiro, Diretores dos Institutos Universitários, Associação dos Antigos Alunos e Egrégios Conselheiros, conseguimos superar algumas, adiar a solução de outras, e organizar um plano administrativo” (PEGADO, 1954, p. 18).

Neste mesmo ano uma importante Campanha Financeira havia sido empreendida em prol de um “Mackenzie Maior e Melhor”, em que parte dos valores arrecadados teriam sido dirigidos à estruturação da Universidade. A importância dessa iniciativa se reveste de significado, na descrição que o presidente Peter Baker faz acerca do movimento, classificando-o como “o magno evento do ano de 1953 para o Instituto” (INSTITUTO MACKENZIE, 1954, p.1).

O relatório referente ao ano seguinte, de 1954, já se inicia com questionamentos retóricos feitos pelo presidente do Instituto, acerca de limites na aceitação de subvenções, em relação aos impactos que tal questão poderia trazer concernente à liberdade acadêmica e independência administrativa da instituição, indicando que o passo dado em direção à manutenção de uma Universidade como parte do trabalho educacional desenvolvido pelo Instituto Mackenzie, já vinha exigindo um apoio governamental maior do que o que se havia projetado na idealização do projeto (INSTITUTO MACKENZIE, 1955b).

Mas o registro oficial de desequilíbrios nas contas da Universidade foi apresentado de maneira mais direta somente no ano posterior, quando já se colocaram como saída para o problema financeiro, as anteriormente contestadas subvenções governamentais, que naquele contexto seriam recebidas pela Faculdade de Engenharia e de Arquitetura no transcorrer do ano de 1956 (INSTITUTO MACKENZIE, 1956).

O que se percebe por meio de uma consulta aos balancetes que eram anualmente disponibilizados pelo reitor, é que o desequilíbrio financeiro da universidade foi se acentuando no decorrer dos primeiros anos de seu funcionamento, e à medida que o problema se avolumava, não pôde mais ficar circunscrito aos limites da comunidade mackenzista, ganhando contornos que se publicizavam de várias maneiras, inclusive em um editorial do jornal “O Estado de S. Paulo” publicado em 5 de maio de 1960, com críticas quanto à capacidade do Instituto Mackenzie em manter uma universidade:

Desde o momento em que se cogitou conferir ao velho estabelecimento – cuja criação se deve a um filantropo americano<sup>35</sup> - as insígnias de Universidade, manifestamos nesta coluna um ponto de vista contrário a esse injustificado ascenso [...]. Fundamentava-se a nossa atitude na circunstância de o grupo de escolas que formava a Fundação Mackenzie, não possuir um mínimo de condições para se transformar em Universidade [...]. E tão firme era nossa convicção a respeito que não hesitamos em externá-la àqueles que, desejosos de levar a cabo o programa que tinham concebido, nos procuraram na ocasião, solicitando o nosso parecer. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960, p.3).

---

<sup>35</sup> A visão do editorialista do jornal resume a história do Mackenzie à doação feita pelo advogado John Theron Mackenzie (1818-1892). O primeiro capítulo desta tese contempla parte dos detalhes históricos desconsiderados.

No âmbito da repercussão desse editorial, momento em que a Universidade se aproximava de seu décimo ano de existência, um dos membros do *Board* de Nova York, em correspondência endereçada ao presidente do Instituto, afirmou considerar, diante da grave situação financeira deste departamento, que havia sido “um erro criar a Universidade, mas isso só vemos agora, claro. É muito evidente (não apenas no Brasil, mas em qualquer parte do mundo) que as universidades devem ser fortemente favorecidas ou subsidiadas. Elas não podem ser estabelecidas na forma ‘autossustentável’” (RYCROFT, 1961, n.p., tradução nossa).

Conclusão semelhante já tinha manifestado Peter Baker quase cinco anos antes desta declaração de Rycroft, quando ainda em 1957, apresentou os dados financeiros deficitários da Universidade, deixando registradas as seguintes considerações em seu Relatório Anual:

A nossa universidade completou cinco anos [...], a experiência desses cinco anos nos mostrou quantos problemas e dificuldades tem de enfrentar uma Universidade no Brasil. Na realidade, não há lugar nenhum do mundo em que seja fácil manter uma Universidade Livre. Não devemos, pois, pensar que estamos sozinhos. Principalmente a Universidade cujo alvo for manter-se independente, liberal e livre, terá de lutar e muito, especialmente com problemas financeiros.

[...]

Se contarmos com mais bolsas da Prefeitura e de firmas comerciais, com mais subvenções, talvez com um apelo às instituições como a Federação das Indústrias, ou com uma campanha na América do Norte, sobretudo com a mesma dedicação e boa vontade dos professores, a quem em grande parte devemos esta magnífica instituição, creio que é possível vencer no futuro como vencemos no passado, salvaguardando as nossas tradições, a nossa independência e os ideais democráticos (INSTITUTO MACKENZIE, 1957, p. 8).

Mas não se deve pensar que a missão norte-americana havia se tornado omissa quanto ao arremetimento de valores financeiros em apoio à obra educacional do Mackenzie, pelo contrário, os documentos compulsados na realização da pesquisa revelam que os anos subsequentes à instalação da universidade representaram um período de muitas campanhas e levantamento de recursos por parte da missão, sendo neste interregno que o Mackenzie recebeu a maior doação financeira de toda a sua história, no valor de US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares) (INSTITUTO MACKENZIE, 1959); o caso é que as quantias recebidas eram divididas para as mais variadas necessidades, relacionadas à estrutura, aparelhamento, aos outros

departamentos de ensino do instituto, remanescendo apenas uma pequena verba direcionada para a universidade.

Em um estudo comparativo que tomou como base o orçamento de outras universidades brasileiras, elaborado pelo ex-reitor da Universidade Mackenzie, Henrique Pegado (1958, p. 4), foi estimado que para o funcionamento dentro de um padrão de ensino elevado, a Universidade Mackenzie dependia de um orçamento no mínimo três vezes maior do que dispunha anualmente. As suas congêneres “federalizadas”, recebiam como subvenção, na época, um volume de recursos até sete vezes superior ao que dispunha a Universidade Mackenzie. Isso resultava no fato de que os professores universitários que atuavam no Mackenzie recebiam três vezes menos que os professores da USP, a título de exemplo de uma instituição localizada na mesma cidade.

Reajustes nas “taxas escolares” eram feitos como parte das iniciativas em busca de uma estabilidade financeira, mas ao contrário de comporem a categoria de soluções para os problemas, acabaram se configurando como o estopim para dinamizar ainda mais os desafios da instituição, pois foram tomados como justificativas para movimentos estudantis que se iniciaram no primeiro semestre de 1957, e que se tornaram os elementos que abririam efetivamente este capítulo da trajetória de transição do Instituto Mackenzie rumo ao enfrentamento da tese da federalização de sua universidade.

### **3.2.2 Prelúdio: crise financeira, mobilização da comunidade mackenzista e primeiros conflitos**

Conforme tem sido demonstrado, nenhum esforço plausível da Junta de Missões da PCUSA, através do *Board of Trustees*, seria suficiente para oferecer à Universidade Mackenzie o que ela precisava em termos de subvenções, quando comparadas com os investimentos feitos pelo governo nas suas próprias universidades.

Estimava-se que a subvenção ideal para manutenção da Universidade deveria estar na ordem de 110 mil cruzeiros anuais. Para se ter uma ideia da discrepância, os valores que eram anualmente investidos pelo *Board* de Nova York no Instituto Mackenzie com todos os seus departamentos, raramente atingiam essa cifra (BAKER, 1958).



Diante dessa dura realidade, qual seria a solução ideal para o futuro da Universidade Mackenzie?

Foi na tentativa de responder a essa pergunta que o já aposentado professor Henrique Pegado, ex-reitor da Universidade Mackenzie, elaborou uma dissertação acerca do tema, apontando a federalização como a saída mais adequada.

Conquanto Mendes (2016, p. 158) atribua a este texto de Henrique Pegado (1958) a abordagem precursora acerca da tese da federalização da Universidade Mackenzie, não é a conclusão que se propõe por meio da presente pesquisa, especialmente, por conta da transcrição já apresentada em seções anteriores, na qual, o presidente do Instituto Mackenzie, Peter Baker, localiza temporalmente o tema da federalização como uma das questões suscitadas em ano anterior ao texto de Pegado, o ano de 1957, que para Baker ficaria “na história do Mackenzie como um ano de tensões em que se [envolvia a palavra federalização]” (INSTITUTO MACKENZIE, 1958, p. 7).

Mas se o assunto precedia ao texto de Henrique Pegado, de onde teria vindo essa abordagem sobre o tema da federalização no ano de 1957?

Um levantamento feito pelo próprio pesquisador Marcel Mendes (2005, p.113), a respeito da greve estudantil instaurada no primeiro semestre desse mesmo ano permite o acesso a declarações da própria comunidade estudantil, que interpretava aquele ato com significados muito mais amplos do que meramente o aumento das taxas escolares, mas como um movimento que tinha “em mira um momento, uma época”, muito mais que uma instituição.

Para os estudantes da Faculdade de Direito envolvidos no movimento grevista do primeiro semestre de 1957, os trinta e dois dias de paralisação, ao contrário de “um movimento de rebeldia”, eram na verdade “um ato de solidariedade” à instituição (O REALIZADOR *apud* MENDES, 2005, p.113). Em uma análise desse dado, o próprio pesquisador que fez utilização da fonte, reconhece na mobilização uma “sensibilidade crítica às questões intrainstitucionais”, mas ao mesmo tempo, também se reconhece uma “sintonia apurada com o movimento estudantil que se organizava e se difundia no país”, cujo uma das bandeiras estava inclusa a estatização do ensino, ou em outras palavras, a luta pelo ensino gratuito, que tinha como uma das possibilidades práticas a federalização de instituições privadas.

Portanto, a dissertação de Henrique Pegado (1958, p.6), que foi lida na Reunião do Conselho diretor da AAAM no dia 23 de abril de 1958, e que defendia a federalização como a “última fonte, de maiores possibilidades [...] para manter a Universidade em padrão elevado”, apenas formalizava documentalmente esta questão que era comumente presente nas discussões sobre educação no Brasil, e que desde o ano anterior, passara a estar presente também no espaço mackenzista.

Elaborado já no contexto de sua aposentadoria, o texto de Pegado (1958), pode ser dividido em cinco partes; na parte introdutória é apresentado um breve histórico institucional até a criação da Universidade, que foi coroado de êxito no que tange ao objetivo de “desenvolvimento universitário no sentido educacional e cultural”, mas ainda não dispo de recursos financeiros suficientes para sua manutenção (PEGADO, 1958, p.2). A maneira prática como o autor demonstra a sua afirmação acerca da limitação de recursos é apresentando um estudo comparativo da realidade financeira da Universidade Mackenzie em relação às universidades públicas no Brasil; esta é a composição da terceira parte de seu texto, que é precedida pela listagem de nove lacunas presentes na realidade da Universidade Mackenzie, e que impediam a ministração de um “ensino de qualidade desejada” (PEGADO, 1958, p.2). Na quarta parte do texto são enumerados fontes potenciais de recursos necessários para solucionar o problema financeiro do ensino superior no Mackenzie, sendo privilegiada pelo autor, a alternativa da federalização, que no texto e na prática, se torna o objetivo a ser alcançado e uma causa suficiente para uma chamada de encorajamento à comunidade mackenzista, que é apresentada na última parte da dissertação.

O principal argumento utilizado por Henrique Pegado (1958, p.5) a favor da federalização era de que a referida transformação não implicava necessariamente em uma intervenção do Governo Federal nas universidades federalizadas; assim, o ex-reitor intencionava resguardar as lideranças do Instituto acerca da manutenção dos valores e da tradição institucional. Para sustentar seu ponto de vista, Pegado (1958, p.5), se utilizava do exemplo de outras universidades brasileiras onde “não se confirma esta intromissão”.

Neste ponto, as inquietações do autor desta tese o impulsionam a um questionamento acerca das referidas instituições, nas quais Henrique Pegado não teria identificado uma “intromissão federal” no seu funcionamento. As características destes estabelecimentos se aproximavam da identidade muito própria e singular da

Universidade Mackenzie no contexto da América Latina?<sup>36</sup>. Naturalmente as inquietações deste investigador não estavam inclusas nas prioridades que orientavam o posicionamento do ex-reitor da Universidade Mackenzie:

Com a federalização, alcançadas todas as vantagens provenientes dos recursos financeiros que são fornecidos pelo governo necessários para atender às exigências [...]:

1 – para os professores – melhor remuneração e garantia de aposentadora na velhice;

2 – para os alunos – matrículas gratuitas (PEGADO, 1958, p. 7)

Conforme ressaltava Pegado (1958, p.7), “essa transformação dependerá dos entendimentos entre o Governo e o Instituto”, mas a análise das formas simbólicas compulsadas revelam que tais entendimentos estavam longe de se materializar. Meses depois, mais uma vez o órgão oficial de comunicação do Instituto Mackenzie, o periódico “O Mackenzie”, tornava-se o meio de transmissão dos interlocutores das propostas e anseios do ex-reitor, que estava sempre bem alinhado com os propósitos e anseios da AAAM.

Um texto publicado no início do ano letivo de 1959 apresentava cinco razões, que demonstravam que aos olhos da direção do Mackenzie a ideia da federalização era “inteiramente absurda”. Na sua parte introdutória, a publicação é apresentada como uma “comunicação oficial” advinda da “Administração e da Entidade Mantenedora do Instituto Mackenzie”, e procura deixar às claras que ao contrário do que intencionava certa ala da comunidade mackenzista, por parte da direção da instituição “não há e nunca houve cogitação alguma de federalizar o Mackenzie, no todo ou em parte” (INSTITUTO MACKENZIE, 1959, p.12).

Em relação às razões apresentadas no texto, as tais se iniciam no mesmo tom das inquietações compartilhadas pelo autor da tese referente à identidade institucional, incluindo também a prerrogativa de propriedade absoluta sobre o patrimônio e a completa autonomia acerca da decisão sobre o tema. Há uma consciência plena por parte da direção do Mackenzie relativa a um “sagrado compromisso para com os fundadores do Instituto”. Um segundo ponto, muito

---

<sup>36</sup> Em posição privilegiada em relação a Pegado (1958), observadas as devidas proporções, uma pesquisa que se debruce sobre a trajetória da ESAL após a sua federalização, poderá oferecer subsídios para a discussão provocada pela fonte histórica citada.

importante, que é levantado trata da questão financeira. Não obstante a uma reconhecida deficiência orçamentária relativa à manutenção da Universidade, isso não implicava em dívidas ou em impossibilidades de atendimentos das demandas cotidianas relacionadas ao funcionamento do departamento de ensino superior. Dado ao patrimônio, à quantidade de alunos atendidos e à disposição dos recursos mínimos necessários, o problema financeiro da Universidade Mackenzie se restringia à impossibilidade de que a instituição correspondesse às suas congêneres custeadas pelo governo.

A terceira razão se relaciona diretamente com a primeira, entretanto, a questão das linhas de atuação relacionadas à tradição da instituição, é enfatizada, em contraponto direto às ideias de Pegado (1958): “com a federalização, o controle da instituição sairia das mãos dos mackenzistas [...] e tal hipótese não só contrariaria as normas do estabelecimento, como também destruiria a linha das suas tradições” (INSTITUTO MACKENZIE, 1958, p. 12). O rechaçamento a qualquer tipo de fragmentação do Instituto Mackenzie é a pauta que norteia a quarta razão apresentada contra a tese da federalização; o desmembramento do Mackenzie é tratado como “ilegal” na comunicação oficial.

Uma reafirmação muito positiva de sua identidade e razão de existência é a base de argumentação que fundamenta a quinta razão apresentada para a não-federalização da instituição; de forma contundente o texto afirma que o Mackenzie existe para ser uma alternativa diferenciada no contexto estudantil, “e por isso é, e continuará sendo uma instituição particular cristã, liberal, de orientação mackenzista e evangélica, como sempre foi” (INSTITUTO MACKENZIE, 1958, p. 12).

A brevíssima conclusão apresentada na publicação denota que a sensibilidade de Pegado (1958) em relação à pedra de toque referente à tese da federalização estava apurada, qual seja, a consciência de uma inevitável intervenção, que o ex-reitor tentara relativizar: “a melhor garantia da preservação do ambiente de liberdade no Mackenzie é, pois, precisamente a continuação da orientação tradicional” (INSTITUTO MACKENZIE, 1958, p. 12).

Da suscitação da tese pelo movimento estudantil sob a influência do contexto educacional da época, de sua formalização na dissertação de Henrique Pegado, até sua réplica por meio da comunicação oficial publicada em “O Mackenzie”, a questão ficava restrita ao âmbito das ideias e debates, todavia, no ano seguinte, o embate

ganhou dimensões práticas e definidas. Se a greve da Faculdade de Direito, ocorrida em 1957, apresentou-se com propósitos difusos, simbólicos e ampliados, a greve instaurada em 1960 era resultado de exigências, que pelo alongamento da sua duração, foi tornando seu pleito mais bem definido e objetivo.

### **3.2.3 Interlúdio: Greve de 1960, das reivindicações às remediações**

Iniciada no dia 11 de março de 1960, a greve que começou na Escola de Engenharia do Mackenzie, e que, de acordo com Mendes (2005, p. 131), ficou conhecida como a “greve da federalização”, foi inicialmente tratada pelos principais jornais da capital, como um movimento que, conforme o julgamento dos grevistas, buscava a demissão de professores incompetentes. Foi exatamente nestes termos que a “Folha de São Paulo” noticiou o fato pela primeira vez, quando já se completavam 10 dias da paralisação; dizia o título da matéria: “Estudantes de Engenharia (Mackenzie) em greve: querem afastamento de 11 professores” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1960d, p 12). Em editorial de “O Estado de São Paulo”, de 5 de maio, a greve também é justificada nos mesmos termos: “segundo rezam os comunicados dos estudantes em greve, a origem do atual conflito estaria na incompetência revelada por muitos professores daquele Instituto” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960a, p. 3)<sup>37</sup>.

Embora a primeira matéria jornalística citada não use o termo federalização, em um dos tópicos da publicação intitulado “intervenção”, é mencionada uma fonte do Centro Acadêmico, que informava que não atendidas as reivindicações, seria

---

<sup>37</sup> O movimento gozava de certa simpatia não somente por parte da imprensa, mas um dos pais dos universitários, chegou a referir à paralisação como “Greve Magnífica”: “O país tem assistido ultimamente um considerável número de greves. Os grevistas objetivando a concretização do que julgam ser justas, inequívocas e autênticas reivindicações, lançam mão desse recurso extremo: cruzam os braços, param suas atividades. Nos meios estudantis, temos assistido, também, a movimentos grevistas. Geralmente, protestos contra os aumentos de taxas. Algumas vezes contra notas baixas, reprovações, etc. Mas a greve a que nos referimos é, de fato, um movimento “sui generis”. Trata-se da greve de alunos de engenharia da Universidade Mackenzie. O que desejam aqueles jovens estudantes? Apenas isto: a melhoria do nível didático do curso de engenharia. Não sabemos de aspiração mais nobre, mais justa, mais elevada [...]. Não são contra a Escola, que amam, não são contra os professores, que respeitam. São isto sim, contra o obsoleto, o superado. Empreendem um movimento sério [...]. O objetivo da greve, como se verifica, é altamente meritório e se destina, como afirmam os próprios estudantes no seu manifesto de greve, a reconduzir a Escola de Engenharia “à posição tradicional que sempre ocupou dentro do ensino técnico brasileiro”. Que exemplo magnífico, que lição admirável, que trabalho extraordinário está prestando ao ensino superior do país esses compenetrados estudantes de engenharia do Mackenzie. Alto nível didático exige os mackenzistas” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960f p. 16)

pleiteada a “intervenção do Ministério da Educação na Universidade Mackenzie” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1960d, p 12).

Neste ponto, abre-se um parêntese para apresentação de um dado presente na pesquisa empreendida por Marcel Mendes (2005, p.133) sobre o tema da federalização, relativo a uma declaração que teria sido feita pelo diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação, à época, o professor Jurandyr Lodi, afirmando que “a intervenção é o primeiro passo para a federalização”.

Fechado o parêntese supracitado, relata-se que a greve se estendeu durante todo o restante de março de 1960, recebendo amplo apoio da comunidade estudantil. O Grêmio Politécnico, da Escola Politécnica da USP, expressou seu apoio aos estudantes do Mackenzie por meio de pronunciamento emblemático, que tem um de seus trechos transcritos, e que auxilia na compreensão do cotidiano<sup>38</sup>, no que se refere às crenças e opiniões reinantes naquele período:

[...] consideramos estar chegando no Brasil o instante de atualizarmos, definitivamente, a Educação em todos os níveis, e essa atualização só pode ser conseguida com uma luta decisiva dos estudantes brasileiros.

As legítimas reivindicações indicam apenas o início de uma série de campanhas em que todos os estudantes terão de empenhar-se. Estas campanhas abrangerão o estudo do projeto de Bases e Diretrizes, a multiplicação das escolas primárias, a ampliação definitiva das escolas superiores, etc. A fim de que a Educação do povo brasileiro se converta numa realidade e não em motivo de mediócras propagandas políticas.

Dentro desta vasta perspectiva, o Grêmio Politécnico tem o prazer de verificar a atitude vanguardista dos mackenzistas em sua greve presente, à qual os alunos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo emprestam o seu mais sincero apoio (FOLHA DE SÃO PAULO, 1960b, p. 10)

A imprensa paulista também noticiou o suporte que vinha das organizações estudantis: “A UNE e a UEE apoiam a greve no Mackenzie”. Numa das partes da matéria jornalística informava que a UEE estava “procedendo um levantamento das falhas nas escolas superiores, a fim de lutar pela sua extinção” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960c, p.13), a frase ambígua do presidente da entidade gerou curiosa interpretação feita pelo pesquisador Marcel Mendes (2005, p.131), apresentada em

---

<sup>38</sup> Interpretação da doxa

perguntas retóricas: “Extinção de quem? Da UEE, das escolas superiores ou das falhas?”

Para além da interpretação das intenções que estavam por trás das ações, é importante que se considerem também as pressões, como a afirmação do presidente da UNE, de que, caso se tornasse “absolutamente necessário, os universitários irão à greve geral no país” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960c, p.13). O ruído sobre a possibilidade de alastramento da paralisação para outros centros acadêmicos continuava aumentando, conforme publicado nos primeiros dias de abril, em uma matéria que asseverava que o objetivo do movimento era “conseguir melhor padrão de ensino na faculdade” e nestes termos o Centro Acadêmico Horace Lane (CAHL) se manifestou por meio de uma “conclamação a ex-alunos”:

O Centro Acadêmico Horace Lane, na campanha encetada para a melhoria do NÍVEL DE ENSINO na Escola de Engenharia Mackenzie, tendo realizado entre o corpo discente da mencionada Escola uma enquete com formulação de quesitos, a fim de expurgar aqueles professores que não se encontram perfeitamente atualizados com as necessidades da técnica moderna e inteiramente familiarizados com os conhecimentos científicos mais atuais [...] (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960g, p. 23)

Em termos efetivos, o alastramento do movimento grevista veio a se concluir no dia 19 de abril de 1960, quando ocorreu uma greve de advertência de “24 horas [...] realizada por quase totalidade das Escolas Superiores da Capital e do Interior”. Entre as diversas instituições que aderiram à greve, foi tomada com distinção pelo CAHL a participação dos alunos do Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas. Uma publicação afirma que “os estudantes do Mackenzie não esperavam por essa adesão, tendo em vista que a orientação religiosa da Universidade Mackenzie é a mesma da Escola de Teologia de Campinas” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960d, p.13).

Na ocasião desta ação estudantil sincronizada, esteve em vias de ocorrer uma concentração de estudantes dentro do Campus da Universidade Mackenzie, que segundo Mendes (2005, p.132), foi impedida por esforços de Peter Baker, uma vez que o presidente do Instituto teria conseguido dissuadir os estudantes dessa intenção, não deixando de se dirigir aos envolvidos na manifestação em tom extremamente afrontoso: “agitadores e esquerdistas”.

Uma lista de 11 itens compunha as reivindicações dos estudantes mackenzistas, e constava de pedidos de demissão, aposentadoria, admissão e readmissão de professores, representação dos estudantes nos conselhos administrativos da universidade, melhoria em estruturas dentre outros, caso não fossem atendidos “os alunos recorreriam ao governo federal, solicitando intervenção no estabelecimento de ensino” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960d, p.13). Alguns dos professores que eram alvos dos protestos dos alunos chegaram a pedir demissão junto à diretoria da Escola de Engenharia, mas não tiveram seus pedidos acatados durante a greve (FOLHA DE SÃO PAULO, 1960g).

Ao final do mês de abril, quando a greve já se aproximava de completar cerca de cinquenta dias, e sem o reclamado entendimento entre o movimento estudantil e o Instituto Mackenzie, o CAHL começava a discutir mais diretamente o tema da federalização, conforme noticiou o “O Estado de São Paulo” (1960e, p.12): “Dispostos os alunos da E.E.M. a pedir intervenção federal”. A matéria registrava que “na hipótese de se confirmar a solicitação de uma intervenção federal, pelos estudantes de engenharia, há clima para decretação de greve geral na Universidade Mackenzie” e ainda que a UEE e a UNE aguardavam o posicionamento definitivo do CAHL.

No dia seguinte, 28 de abril de 1960, reunida a Assembleia Geral do CAHL, decidiu-se pelo pedido de intervenção:

1) Propomos que o Centro Acadêmico seja autorizado pela Assembleia a requerer ao ministro da Educação e Cultura, a intervenção federal para decidir sobre as irregularidades constatadas em nossa escola, já que foram esgotados os recursos e entendimentos junto ao C.T.A. e à administração do Instituto. 2) Sejam notificados o presidente do Instituto Mackenzie, o diretor da Escola de Engenharia, o Conselho Técnico e Administrativo, o Conselho Deliberativo, e o Conselho Universitário, e demais autoridades competentes da nossa resolução tomada em Assembleia (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960f, p.15)

Uma carta, descrita como o “último apelo”, foi encaminhada pelo Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie ao Presidente do Instituto, em que o convocava, bem como a outros membros da diretoria da instituição, para uma mesa redonda a ser realizada no dia seguinte, com o propósito de promover



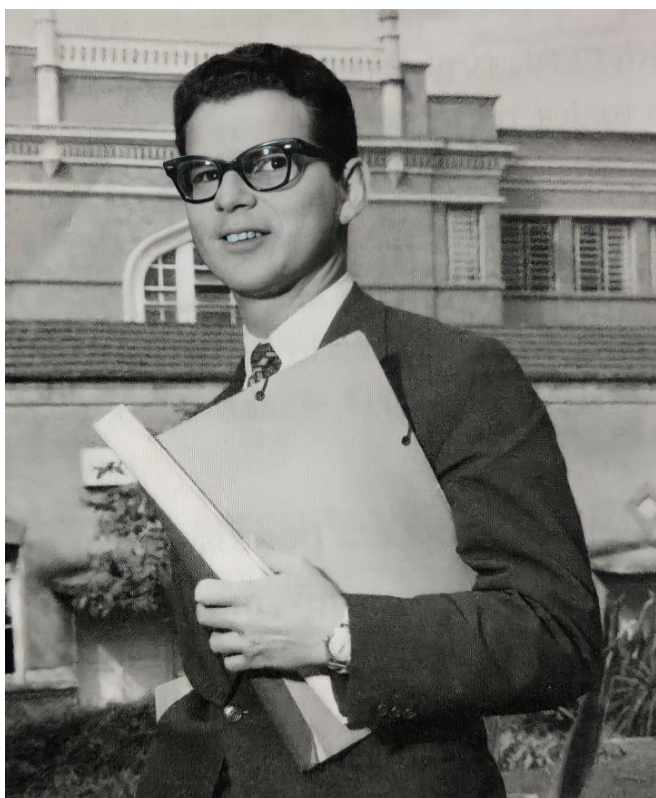
uma aproximação entre os membros da administração da Universidade, e os alunos, procurando assim, antever uma possível solução para a crise que ora se verifica na Escola de Engenharia, tendo a alastrar-se a toda a Universidade.

Nossa intenção não é outra, senão a de colaborar para que a paz volte a reinar no seio da tradicional família mackenzista (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960f, p.15)

Por sua vez, o presidente do CAHL, Sergio Casali Prandini (1935-), destacado líder estudantil desse período, declarou:

Compareceremos à reunião proposta pelos colegas da Faculdade de Direito, mas não acredito mais em solução interna, tudo que se pode fazer foi tentado, mas o Instituto e o C.T.A., não admitiram nossas reivindicações. Espero agora contar com o apoio do Diretório Central dos Estudantes e dos demais Centros Acadêmicos da Universidade Mackenzie. Creio que nosso movimento encontrará repercussão ampla na UEE e UNE (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960f, p.15)

Figura 11 – O jovem estudante Sergio Prandini



Fonte: Centro Histórico Mackenzie

Figura 12 – Matéria sobre a Assembleia Geral do CAHL



**Pedem intervenção federal os estudantes da E. E. M.**

Com o pedido de intervenção federal na Escola de Engenharia Mackenzie, aprovado pelos acadêmicos, na assembleia geral extraordinária de ontem, atingiu o auge a crise entre o Centro Acadêmico "Horacio Lane" e o Conselho Técnico Administrativo do estabelecimento e o Instituto Mackenzie.

A assembleia iniciou-se às 13 e 30.

A proposta aprovada pelos acadêmicos é da seguinte teor: "1) Propomos que o Centro Acadêmico seja autorizado pela Assembleia a requerer ao ministro da Educação e Cultura, a intervenção federal para decidir sobre as irregularidades constatadas em nossa escola, já que foram esgotados os recursos e entendimentos junto ao C.T.A. e à administração do Instituto; 2) sejam notificados o presidente do Instituto Mackenzie, o diretor da Escola de Engenharia, o Conselho Técnico e Administrativo, o Conselho Deliberativo, o Conselho Universitário e demais autoridades competentes da nossa resolução tomada em assembleia".

A decisão dos acadêmicos foi levada a conhecimento do C.T.A. e do Instituto.

A assembleia ainda ontem ratificou a reestruturação da direção da greve, estabelecida pela direção do Centro.

Foi proposta também a formação de um grupo de mackenzistas que procurará o ministro da Educação, em Brasília.

A solicitação da intervenção federal foi aprovada pela maioria dos estudantes.

**ULTIMO APELO**  
O presidente do Centro Acadêmico "José Mendes Jr.", da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, pediu a intervenção federal na reunião de amanhã, em sinal de protesto contra o Instituto.

**APOIO E SOLIDARIEDADE**  
O acadêmico Sérgio presidente do Centro "Horacio Lane", após a reunião proposta pelo Instituto de Direito, acreditado mais em solução. Tudo que se poderia fazer, mas o Instituto e o admitiram nossas reivindicações. Espero agora captar do Diretorio Central de tes e dos demais Centros da Universidade. Creio que nosso movimento terá repercussão ampla e UNE".

**Aprovada pela assembleia**  
A assembleia geral extraordinária do C. A. Horacio Lane aprovou ontem a proposta relativa a pedido de intervenção federal na Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie.

**Ao comprar LOI EM exija LONA**

Fonte: O Estado de São Paulo (1960)

A reunião pleiteada pelos alunos da Faculdade de Direito ocorreu na manhã do dia seguinte, e “contou com a participação dos presidentes dos centros acadêmicos e dirigentes do Instituto Mackenzie; foram focalizados vários assuntos, entre eles o problema financeiro do Instituto, a questão de autonomia universitária, federalização das escolas etc, sem se encontrar, por seu turno, solução para o impasse [...]”. Na mesma matéria da “Folha de São Paulo” (1960a, p.4), trazia as atualizações sobre o agravamento da crise:

Por outro lado, a crise agravou-se no dia de ontem, com adesão à greve dos alunos da Faculdade de Arquitetura. Outras faculdades deverão aderir à parede devendo fazê-lo hoje a de Economia; segunda-feira a de Filosofia e terça a de Direito, caso até lá não se encontre solução para o problema. Por outro lado, a greve já começa a provocar outros problemas e críticas dirigidas à direção do Instituto.

Dias mais tarde, a imprensa tornaria público o manifesto dos alunos da Faculdade de Arquitetura, que tinha o objetivo de “justificar a iminente intervenção federal na Universidade Mackenzie”:

A Universidade é algo muito caro para nós. Ela não pertence propriamente a ninguém; é patrimônio inalienável de toda comunidade. Tem uma grandiosa missão a cumprir. Deve constituir-se numa comunidade dinâmica, operosa, eficiente. Erigir-se em guardião da cultura e centro de enriquecimento do saber.

Aqui no Mackenzie opõe-se-lhe toda sorte de obstáculo; em existência precária e inabilitam-na ao cumprimento do sagrado dever. Na verdade, nossa Universidade não tem autonomia. Não tem dotação orçamentária própria. A verba que-lhe destinam é miserável. Por Estatutos ela não tem patrimônio. Todos os bens materiais aqui são de propriedade do *Board of Foreign Missions* da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América.

Ora, com instalações precárias, sem patrimônio próprio (e recebe subvenção governamental), com receita, apesar de irrisória, constituída em maior parte pelas elevadas taxas (talvez a universidade mais cara do Brasil), por si só uma forma negativa de seleção, mais as subvenções, ficamos em séria dúvida se o Instituto Mackenzie (sociedade civil), realmente, pode ser chamado de Entidade Mantenedora.

[...]

Pois bem, os dirigentes do Instituto têm confessado a incapacidade financeira do mesmo em aumentar a receita miserável com a qual nossa Universidade tem apenas conseguido não perecer. Só alegou a impossibilidade, mas não discutiu as necessidades mínimas.

O problema não é de nacionalidade ou crença religiosa, é de interesse da cultura. Por isso, deve manter essa Universidade quem tiver meios para tanto. Não aceitamos esta situação. O Mackenzie há de ser não uma Universidade a mais, mas uma grande Universidade, sobretudo ao alcance de todos.

Não, senhores, não nos culpem da greve. Ela se tornou a maior arma de defesa da nossa Universidade. Nossa luta é velha, e o prejuízo das aulas será compensado imensuravelmente, se todos os responsáveis forem capazes de aprender o sentido justo e honesto que damos ao movimento.

Não estamos contra professores, Direção da Faculdade, contra ninguém. Estamos a favor da Universidade Mackenzie.

Aceitamos e procuraremos, portanto, a intervenção para toda a Universidade no sentido de que se faça rápida, eficiente, corajosa, para a solução de todos os nossos problemas. Queremos solução e não acomodamento.

Outrossim, lançamos apelo à coragem e ao espírito de sacrifício dos que dizem amar esta instituição respeitável, para que nos ajudem de forma clara.

A Universidade Mackenzie precisa de autonomia completa e meios suficientes para subsistir e progredir (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960b, p. 13).

Pela sua abrangência e teor, o manifesto dos alunos da Faculdade de Arquitetura se apresenta como uma forma simbólica que exige importante atenção e análise no objetivo que se tem de compreender estruturalmente a cultura de transição que se estabelece neste período da história institucional do Mackenzie.

Destaca-se no manifesto alguns elementos que se tornaram comuns nos discursos desse período: a desconsideração da instituição como privada, o questionamento de sua gestão ser sediada fora do país, a bandeira do ensino gratuito.

Em reuniões posteriores, ocorridas no início do mês seguinte, na qual participaram o reitor e os diretores de institutos da Universidade, tem-se o registro da ausência do presidente do CAHL, Sergio Prandini, que já havia viajado ao Rio de Janeiro com o objetivo de tratar sobre a greve com o diretor do Ensino Superior no Brasil, Jurandyr Lodi, indicando que passos práticos em prol da intervenção federal estavam sendo dados por parte da liderança estudantil (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1960a). Na “Folha de São Paulo” (1960d, p.6) do dia 3 de maio, encontra-se uma reportagem alusiva a estas investidas de mackenzistas na sede do Ministério da Educação, que se tornaram comuns no decorrer daqueles dias: “Caravana-monstro dos acadêmicos para pedir intervenção federal no Mackenzie”.

Entre as muitas e infrutíferas reuniões e assembleias que são noticiadas pela imprensa como capítulos da alongada greve que se tornara o movimento mackenzista, uma notícia alvissareira animara os estudantes. Em visita à São Paulo o presidente Juscelino Kubitschek fez uma promessa aos mackenzistas de recebê-los pessoalmente em Brasília no dia 16 de maio. Chegado o dia do encontro, a imprensa paulista noticiou: “Mackenzistas avistar-se-ão hoje com o chefe da nação” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1960f, p.7).

Cerca de 23 mackenzistas da Escola de Engenharia participaram da reunião com o presidente Juscelino Kubitschek e com o Ministro da Educação Clovis Salgado da Gama (1906-1978), tornando esse episódio decisivo para o término da paralisação dos estudantes. Além de lhes garantir que “os problemas vários e complexos da Universidade Mackenzie seriam resolvidos o mais breve possível” conforme relatou o líder dos estudantes Sergio Prandini (MENDES, 2005, p.134), “o Exmo. Sr. Presidente da República, houve por bem enviar a São Paulo, com a finalidade de procurar um desfecho satisfatório para o assunto, os exmos. Srs. Ministro Paschoal Calos Magno e Dr José Salvador Julianelli” (BOCCOLINI, 1960, p.2).

Com a mediação destas autoridades e da AAAM, o movimento estudantil foi sendo pacificado, embora as reivindicações fossem muito mais esclarecidas e de fato mediadas, do que realmente atendidas (BOCCOLINI, 1960).

Prevista para se encerrar no dia 24 de maio, a paralisação teve seu fim no dia seguinte, depois de 75 dias de seu início. O adiamento se deu pelo fato, de que embora tivesse sido estabelecido um acordo com os alunos da Escola de Engenharia, não se chegou a um consenso com os alunos da Faculdade de Arquitetura. Em uma

das publicações que veiculou a informação, registrou-se que “dentre as faculdades que integram o Mackenzie é a de Arquitetura que mais se bate pela autonomia da Universidade e sua federalização, defendendo, inclusive, a tese de que deve ser escola pública” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1960h, p 12). Dois anos mais tarde esta mesma faculdade se bateria novamente, tornando-se pivô de um segundo movimento grevista em prol da federalização da Universidade Mackenzie (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1962a)

Ao tratar destes episódios a partir de uma narrativa estruturalmente diversa, mas reportante dos mesmos fatos, Marcel Mendes (2005, p. 136) interpreta e complementa as informações relacionadas a este momento histórico, trazendo à luz que os atos finais relacionados a este interlúdio concernente às tentativas de federalização da Universidade Mackenzie saíram literalmente da circunscrição das iniciativas estudantis, e se apresentaram em ações e reações de docentes e da administração do Instituto Mackenzie:

A longa greve estudantil do primeiro semestre de 1960 expôs fraturas internas, na medida em que professores hipotecaram solidariedade ao movimento que visava à federalização da Universidade Mackenzie e constituíram Comissão própria que se deslocou até Brasília em busca de intervenção federal e de medidas que alterassem a estrutura jurídica da Universidade. Frente a essa dissidência, o Conselho Deliberativo deu publicidade pela imprensa, em 25 de maio, a *Comunicado* que advertia que “o Instituto Mackenzie não pretende, de forma alguma, abrir mão dos direitos que lhe são conferidos pelas leis em vigor, seja sobre os bens patrimoniais, cuja guarda e utilização lhe foi deferida, seja nas relações que mantém com a Universidade Mackenzie.

Fazendo o mesmo percurso anteriormente tomado pelos alunos, reitor e vice-reitor da Universidade também estiveram em Brasília e teriam se “tranquilizado” ao ouvir do Diretor de Ensino Superior do MEC que “a intervenção é o primeiro passo para a federalização, e no que diz respeito ao Mackenzie, instituição particular, e mesmo que fosse de sua livre vontade, não seria praticável: não tem o Governo interesse, em virtude do ônus que isso traria à nação” (MENDES, 2005, p.135).

Da Comissão nomeada para tratar do assunto, da qual fazia parte até o Chefe de Gabinete do Presidente da República, Paschoal Carlos Magno (1906-1978), veio o parecer de que era “positivamente contra a federalização e acha que todos os

problemas estão sendo criados por uma classe cuja única finalidade é estabelecer confusão e discórdia” (MENDES, 2005, p.138).

Encerrava-se apenas um capítulo deste interlúdio da narrativa histórico-interpretativa que é apresentada neste trabalho. O tema da federalização voltaria a ser tratado no ano seguinte, de 1961, no entanto, sob um espectro e contexto completamente diferentes.

### **3.2.4 Poslúdio: da união dos estudantes à negativa da União**

Conforme pontuado anteriormente, as reivindicações estudantis, que de certo modo refletiam uma realidade de deficiências concernentes ao funcionamento da Universidade Mackenzie, foram mais remediadas do que atendidas ao final da greve de 1960, ocasionando que problemas e indefinições remanescessem no ano de 1961, ano em que novos dirigentes universitários promoveram ainda no primeiro semestre uma curtíssima “greve de advertência”, mas, como pontua Mendes (2005, p.134), não obstante tratar-se de “acontecimentos singulares”, suas “tramas e enredos inscrevem-se em cenários típicos do ‘já visto’”.

Entrementes, conforme posto em parágrafo precedente, estes problemas e indefinições que remanesciam trouxeram um impacto em outras esferas mackenzistas. E nestas respectivas esferas, a transmissão das formas simbólicas se dava privativamente por meio de correspondências, memorandos, relatórios internos, quando visitava o prelo, era por atalhos, caminhos obscuros e não convencionais.

No levantamento de dados feito por Mendes (2005, p. 146), tem se acesso à informação de que estas fragilidades às quais estava exposta a Universidade transformaram a situação, de modo que a tese da federalização, que “parecia absurda e inaceitável, a ponto de que defender essa ideia era considerado ato impróprio para professores e funcionários da instituição [...] começava a ser considerada pela própria direção do Mackenzie como alternativa aceitável”.

A respectiva possibilidade foi considerada como única alternativa caso o Governo não concedesse uma subvenção financeira suficiente para viabilizar o funcionamento do Instituto: “a menos que o Governo tome conta, o Mackenzie terá que fechar as suas portas no final de 1961 – portanto nós teremos que pedir ao Governo que federalize a Universidade” (WADDELL *apud* MENDES, 2005, p. 146).

As reivindicações remediadas pelo governo em 1960 e serenadas pelas expectativas relacionadas ao andamento e desfecho do processo de nacionalização da instituição, em 1961, não tinham mais nenhum horizonte de possibilidades que servissem de atenuantes para os problemas e indefinições que insistiam em permanecer como questões não resolvidas que adentraram o ano de 1962, e incomodavam.

Um depoimento que fundamenta a respectiva leitura contextual foi dado pelo presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) em maio de 1962:

Os estudantes da Universidade Mackenzie tentaram de tudo o que está à sua disposição para que o problema da Universidade fosse resolvido definitivamente. Acreditaram em tudo. Acreditaram que a nacionalização do patrimônio que o Instituto punha à disposição da Universidade seria um passo decisivo, como tão firmemente nos afiançaram. Acreditaram que a 'Fundação' se concretizasse. Acreditaram que a atual entidade Mantenedora daria o patrimônio à 'Fundação', como prometido. Acreditaram que o Governo tomaria consciência dos problemas que minam a nossa Universidade. Mas tudo em vão (FALQUEIRO *apud* MENDES, 2005, p. 169).

A leitura que Marcel Mendes (2005, p.170) fez do ano de 1962 auxilia no objetivo de sedimentar as conclusões acerca do contexto em que foram produzidas as formas simbólicas que orientam esta narrativa crítico-interpretativa:

Aparentemente, a então recente consumação do ato de nacionalização do Instituto Mackenzie em nada contribuíra para a superação das vulnerabilidades e deficiências da Universidade. O discurso ufanista desaparecera por completo; os prognósticos apocalípticos das vozes dissidentes pareciam cumprir-se. A Universidade Mackenzie ingressava numa das suas mais graves crises.

Em sua análise própria, dentre as conjecturas acerca das alternativas que poderiam se configurar como soluções para as reivindicações remediadas, que refletiam os problemas e incertezas que remanesciam acerca da Universidade Mackenzie, o autor referenciado questiona se a “federalização da Universidade – ora temida, ora saudada bem-vinda – poderia ser admitida como possibilidade” (MENDES, 2005, p.171).

Para os estudantes, a resposta era sim, já que no primeiro semestre de 1962 dirigiram um ultimato ao MEC, com o prazo de 30 de abril para se concretizar a federalização da Universidade (MENDES, 2005). O caráter simbólico desse posicionamento é explícito, mas a inexorável ausência de efetividade no retorno almejado justificou a instalação de nova greve ao início do mês de maio.

A mudança contextual mais importante que havia se processado desde os primeiros movimentos grevistas em prol de federalização, ocorridos no ano de 1960, era a nacionalização efetivada no ano seguinte, em 1961, e que foi objeto de estudo interpretativo descrito em seções anteriores deste capítulo.

Como se portaria a gestão nacional diante do mesmo problema enfrentado anteriormente pela instituição, quando ela ainda estava sob o comando de um presidente norte-americano?

Na análise de Marcel Mendes (2005, p. 175), essa “nova direção da Entidade Mantenedora levou a sério as posições e oposições do movimento estudantil, e se mostrou alarmada”. Na ata do Conselho Deliberativo do dia 4 de maio, antes mesmo de se instalar a greve geral, não obstante algumas das faculdades já estarem paralisadas, ficou registrado o posicionamento de Oswaldo Müller da Silva, o então presidente do Instituto:

[...] é a Universidade a sede de todos os males da instituição, uma vez que o Instituto não representa preocupação maior, pois é autossuficiente, tendo encontrado na Universidade uma inversão de valores, com os alunos dominando quase todos os setores, com inteira quebra de autoridade, [...], Lastima-se que, justamente quando o Governo Federal, com ênfase procura auxiliar a Instituição, os alunos venham a criar um clima de agitação e procurem dificultar a ação conjunta da Reitoria e do Instituto, no sentido de se encontrar uma solução para o problemas da Universidade. Deplora-se, ainda, que certos professores e diretores se envolvam nesse movimento, apoiando os estudantes, unicamente considerando as vantagens pessoais que possam advir de uma federalização – objeto aparente dos grevistas (INSTITUTO MACKENZIE *apud* MENDES, 2005, p. 175).

Na mesma ata em que ficou registrado este posicionamento do Presidente do Instituto, registrou-se também uma decisão que não deixava de indicar que de fato, a administração nacional sentia “o peso de sua imensa responsabilidade”, conforme discursaria meses mais tarde este mesmo presidente, na ocasião de abertura das comemorações do 92º aniversário da instituição (MENDES, 2005, p.188). Quanto à



decisão que se considera significativa, registra-se seus termos mais delicados, em que o Conselho Deliberativo estava “autorizando a Administração a até mesmo, como último recurso, pleitear a dissolução da Universidade, para pôr um paradeiro definitivo à constante e sistemática agitação verificada entre os universitários (INSTITUTO MACKENZIE *apud* MENDES, 2005, p.176).

O documento que tornou pública tal deliberação gerou importante repercussão entre os docentes e discentes que se envolviam no pleito da federalização. Um extenso comunicado oficial do Instituto Mackenzie ocupou as páginas dos jornais no dia 8 de maio de 1962. O objetivo do comunicado era exatamente dar publicidade à posição oficial do Instituto frente à greve deflagrada até então “em algumas escolas da Universidade e que [ameaçava] alastrar-se às demais” (INSTITUTO MACKENZIE, 1962, n.p.).

Em sua primeira parte, era informado sobre a formação da Comissão Especial de juristas que deu o parecer sobre a melhor fórmula para o processo de nacionalização do patrimônio e reestruturação administrativa do Instituto, efetivado em 1961, do qual dois itens são citados no documento.

Este referido parecer ao qual alude o comunicado em questão, bem como alguns detalhes acerca da formação da atinente comissão, estão descritos em seção anterior do presente capítulo, e os itens reproduzidos neste comunicado emitido em 1962 eram relativos à transferência dos bens do *Board* para a IPB com a respectiva cessão de comodato, bem como a criação da Fundação para gestão da Universidade, tratava-se das alíneas a) e b) do parecer oficial, que como mencionado, foi transcrito na íntegra em parte antecedente deste trabalho.

No comunicado, o Instituto Mackenzie informa que os primeiros passos começaram a ser dados no intuito de viabilizar o cumprimento das alíneas, mas que vinham se desenvolvendo morosamente devido às circunstâncias políticas vividas pelo país<sup>39</sup>, mas que nos últimos meses teriam avançado, ao merecer atenção do governo. Sendo informado inclusive, a iniciativa do Ministro da Educação Antônio de Oliveira Brito, de solicitar ao Conselho de Ministros, fosse encaminhada ao Congresso Nacional “mensagem relativa à concessão de auxílio substancial destinado à manutenção dos cursos superiores do Mackenzie”. O texto prossegue: “Foi, pois, com

---

<sup>39</sup> Recente renúncia de Jânio Quadros

grande pesar que este Conselho tomou conhecimento do movimento estudantil, absolutamente descabido, no momento em que o Governo Federal demonstra o seu decidido interesse e apoio na solução do problema financeiro da Universidade” (INSTITUTO MACKENZIE, 1962, n. p.).

A parte seguinte do comunicado consiste em uma refutação aos motivos alegados pelo movimento grevista, o primeiro relativo às anuidades, que em virtude de acordos celebrados com o Governo Federal, o Instituto afirmava serem sempre congeladas e não compatíveis com as correções monetárias adequadas. O segundo argumento usado pelos estudantes e que o Instituto também apresentava refutação, era acerca má qualidade de ensino, que era rechaçada pelo Instituto usando como referência a distinção profissional qualitativa dos ex-alunos que estavam atuando no mercado de trabalho desde a formação no Mackenzie.

Dados financeiros gerais, são usados pelo Instituto no Comunicado para demonstrar de maneira objetiva que a alegação de falta de laboratórios e equipamentos também não era condizente com aquele momento específico vivido pela Universidade.

Após os aludidos esclarecimentos, o Conselho Deliberativo oferecia uma caracterização extremamente pejorativa para o movimento: “o Conselho adverte a opinião pública que a greve ora deflagrada tem caráter de pura agitação, e que a maioria dos estudantes estão servindo apenas de instrumento de provocadores contumazes, que se utilizam da bandeira universitária para camuflagem de suas verdadeiras intenções” (INSTITUTO MACKENZIE, 1962a, p. 1).

Quais seriam estas intenções?

Após um alerta aos pais sobre o risco da perda do ano letivo, tornando-se “inócuos os sacrifícios pela educação de seus filhos”, transcreve-se a finalização do documento:

Em face da sua intempestividade e das demais circunstâncias que caracterizam a agitação estudantil, esse Conselho se julga ainda, desobrigado de prosseguir nas gestões para instituição da Fundação Universidade Mackenzie, bem como dos compromissos para esse fim assumidos, e autoriza a Administração do Instituto Mackenzie a pleitear dos poderes públicos, se necessário, como recurso extremo, até mesmo a dissolução da Universidade. Esclarece ainda que, como comodatário do patrimônio, não abrirá mão de suas prerrogativas, enquanto merecer a

confiança da proprietária, a Igreja Presbiteriana do Brasil, e nem entregará a terceiros um só centímetro de construção ou terreno, a menos que a isso seja compelido por expropriação legal.

Cessado o movimento, estará este Conselho disposto a reexaminar o problema, e voltar a tratá-lo com os poderes competentes, no caso as autoridades federais legalmente constituídas, encarregadas dos assuntos de educação.

A firmeza e prudência do Sr. Presidente da República, as atitudes recentes do Conselho de Ministros, as providências de sua exa, o doutor Antonio de Oliveira Brito e as atenções de seus colaboradores, renovam a confiança deste Conselho nos poderes da República, aos quais rende homenagem e preito de gratidão pelo muito que tem feito pelo Mackenzie (INSTITUTO MACKENZIE, 1962, n.p.).

Cientes dos atritos internos que o posicionamento traria, percebe-se por uma análise argumentativa do discurso, lisonjeiro teor final do documento em direção à esfera externa do poder público. Se estrategicamente pensado, ou não, a lógica é extremamente coerente. Ao comprar uma briga na esfera institucional, que certamente sairia da sua circunscrição e seria decidida nas esferas governamentais, tornava-se importante fortalecer a boa relação com as autoridades que governavam o país.

De acordo com a pesquisa de Mendes (2005, p. 177), “a voz mais contundente” no campo das repercussões ao Comunicado do Conselho Deliberativo foi a do fundador e diretor da Faculdade de Direito, que justificou a adesão da respectiva faculdade à greve, pelo teor do documento do Conselho, ao qual classificou como não confiável:

Na publicação, o Conselho Deliberativo demonstra sua capacidade de desligar-se unilateralmente de compromissos. Desta sorte, quaisquer declarações que faça ou venha a fazer não podem ser cridas, porque a qualquer momento poderá, de novo, desligar-se de compromissos e até pleitear a dissolução da universidade, como fez constar da publicação. Penso, pois, que este Conselho está livre de decidir sem necessidade de ouvir a palavra do Conselho Deliberativo, deve-se que, confessadamente capaz de desligar-se de compromissos, também se considerará capaz de desligar-se de sua palavra (AMERICANO *apud* MENDES, 2005, p. 178).

A imponência e prestígio da figura de Jorge Americano garantia a contundência de sua voz, uma vez que naquele tempo o diretor da Faculdade de Direito já havia ocupado a reitoria da USP, o cargo de Deputado Estadual, Secretário da Fazenda, Procurador geral do Estado, era também catedrático da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Jurisconsulto e Juiz da Corte Internacional de Haia.

Pelo peso de sua influência social e política, suas palavras “não caíram no vazio”. As “fricções internas” que causaram envolveu diretamente a Faculdade de Direito, a Reitoria da Universidade e a Direção do Instituto Mackenzie, e resultou até mesmo em um processo de desligamento (não efetivado) dessa respectiva Faculdade da Universidade Mackenzie ocorrido no ano seguinte, em 1963<sup>40</sup> (MENDES, 2005, p.178).

O DCE viu nessa “reação contradita” ao Comunicado do Instituto, vinda da parte de professores, uma positivação da “justiça de suas reivindicações”, e através de um boletim oficial usou termos e argumentos semelhantes aos de Jorge Americano para responder ao Comunicado do Instituto Mackenzie, julgando como “descabida a ingerência da entidade mantenedora [...] e a par da comprovada incapacidade de cumprir com suas finalidades precípuas, por ele demonstrada passaram a inexistir garantias para o funcionamento da Universidade”. Nesse clima, planejavam buscar apoio em Brasília e na Câmara Municipal de São Paulo (FOLHA DE SÃO PAULO, 1962c; FOLHA DE SÃO PAULO, 1962d).

De uma maneira geral, a opinião pública acompanhava com “simpatia o justo movimento de reivindicação dos estudantes”, que “pelos altos propósitos que os animam merece sem dúvida o apoio”, além do mais, “a Universidade Mackenzie, pela sua valiosa contribuição, especialmente no campo da arquitetura e da engenharia ao desenvolvimento cultural de São Paulo, preenche perfeitamente as condições legais mínimas que justificam a sua federalização.” Tais considerações foram publicadas no editorial de “O Estado de São Paulo” do dia 10 de maio de 1962, texto que não ignorava “o aspecto delicado da questão. A entidade mantenedora é a Igreja Presbiteriana do Brasil e a mera federalização acarretará inevitavelmente problemas de ordem jurídica que devem ser cuidadosamente examinados.” Após tecer algumas críticas às políticas de federalização do país, citando como exemplo prático a criação da USP, na qual julgava-se inconveniente o modo indiscriminado como se deu a federalização das diferentes Escolas de Educação Superior que compuseram a Universidade, o editorial traz as seguintes considerações:

---

<sup>40</sup> Pela sua abrangência e complexidade, e por não estar diretamente relacionado com as tentativas de federalização da Universidade Mackenzie, e para não se correr o risco de desvio de foco, deixa-se de desenvolver o tema. Sobre o assunto ver Mendes (2005) e Mendes (2016).

A federalização da Universidade Mackenzie será uma solução alta para o problema que conduziu os estudantes para o movimento grevista se de fato a questão for examinada em todos os seus aspectos. As relações entre a Entidade Mantenedora e a Universidade, o destino a ser dado ao patrimônio, o exame cauteloso da situação em que se encontram as cinco escolas que compõem a Universidade e especialmente de seu corpo docente, tudo isso deve ser objetivamente analisado e discutido. Por isso mesmo julgamos que o assunto não se compadece com a procura afoita de fórmulas que não produzem efeitos práticos e duradouros (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1962b, p.3).

A complexidade do processo, à qual estava atento o autor do editorial de “O Estado de São Paulo”, não era percebida em um documento de apoio aos mackenzistas editado pelos alunos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com posicionamento de evidente reducionismo: “o governo deve fornecer mais verbas à educação, ao invés de favorecer estruturas que para nada servem e somente atrasam o desenvolvimento político nacional, tais como as Forças Armadas” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1962a, p.5). Esse tipo de discurso reproduzia as ideologias da época que permeavam os grupos estudantis, e que configuraria o cenário de polarização entre esses grupos com os militares, resultando na intervenção de 1964.

Nesse sentido, três dias após a primeira publicação, surgia um novo editorial em “O Estado de São Paulo”, com um texto similar e que repetia vários elementos e argumentos, mas aparecia um termo novo, que passaria a fazer parte de algumas tratativas acerca da esfera estudantil do país, que estava cada vez mais sob grande “agitação”<sup>41</sup>: “as frequentes greves estudantis parecem indicar que há algo de profundamente errado na estrutura educacional brasileira” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1962b, p.3).

Ainda em meados de maio, seis representantes dos alunos da Universidade Mackenzie tiveram uma audiência com o Ministro da Educação que lhes prometeu o envio de um representante para estudar o caso Mackenzie, todavia, foi também por

---

<sup>41</sup> Ao final do semestre letivo deste respectivo ano, um grupo reitores que participaram de reunião com o Ministro da Educação em Brasília declarariam “que elementos estranhos agitam estudantes”. Dentre outras questões, reitores de diferentes universidades pontuaram algumas de suas percepções: a) formação de uma elite intelectual – protegida e escorada – manobrando no momento para desagregar as instituições, visando a uma revolução social no país, com arremedos já de uma fase insurrecional; b) há elementos estranhos ao meio universitário participando e orientando o movimento: estudantes latino-americanos que receberam bolsas de estudo no Brasil, mais operários e camponeses; c) que o grupo que dirige a UNE é composto de comunistas e membros da Juventude Universitária Católica, também de acentuada tendência esquerdista (FOLHA DE SÃO PAULO, 1962f, p. 1)

esses dias, que pela primeira vez, a referida autoridade declarou que a União não possuía os recursos para empreender a federalização da Universidade Mackenzie. Ainda assim, no dia 19 chegou a Brasília uma comissão de 10 mackenzistas para avistar com o próprio presidente João Goulart (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1962e).

A promessa do Ministro Antonio Oliveira Brito, se cumpriu já três dias depois, quando visitou o Mackenzie uma comissão do MEC, que por quase três horas esteve reunida com os estudantes, além de manter reuniões mais breves com o reitor e os diretores das cinco faculdades.

Neste contexto, o presidente do DCE apresentou à Comissão uma lista de deficiências da Universidade, eram elas: a) o orçamento da Escola de Engenharia tem déficit de 40 milhões de cruzeiros; b) laboratórios são raros e mal equipados; c) professores mal remunerados; d) a Faculdade de Filosofia oferecendo apenas três disciplinas e com apenas dois professores assistentes; e) bibliotecas desatualizadas ou inexistentes (Faculdade de Direito); f) falta de salas na Faculdade de Arquitetura. De acordo com os estudantes, todas as deficiências estavam ligadas ao exíguo orçamento da Universidade, sendo que “a única solução seria mesmo a federalização” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1962b, p.38).

Todavia não era essa a compreensão da Comissão do MEC, que entendia que a federalização não era a solução para a Universidade, e sugeriu além da subvenção federal, o apoio da indústria.

Segundo matéria da “Folha de São Paulo”, ao final da reunião a professora Nair Fortes Abu-Merhy (1909-2000), vice-diretora de Ensino Superior, afirmou que

além do aspecto econômico da questão, o governo não teria verbas para federalizar outra faculdade, a lei de Diretrizes e Bases dá ao ensino oficial o caráter eminentemente supletivo. As faculdades já federalizadas deverão ser transformadas em autarquias ou fundações. Ainda este ano será sistematizado o funcionamento do Fundo Nacional de Educação, que aplicará a lei (FOLHA DE SÃO PAULO, 1962b, p.38)

É curioso como a manchete termina: “a professora garantiu que o Governo Federal tomará providência para resolver a crise surgida com a greve dos mackenzistas. Os alunos acham que a greve é que nasceu da crise” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1962b, p.38).

Na matéria de “O Estado de São Paulo”, da mesma data, e tratando do mesmo assunto, que trazia como título: “Mackenzie: a União desaconselha a federalização”, complementam-se as informações com três pontos técnicos, do ponto de vista constitucional, relacionados à política de federalização a partir da promulgação da lei de Diretrizes e Bases no ano anterior:

a) a federalização é de certo modo inconstitucional, pois a diretriz da Carta Magna tende à descentralização, com os Estados a cuidarem do problema universitário, enquanto a União agiria de modo supletivo; b) a lei de Diretrizes e bases da Educação também exclui a federalização: essa lei cria fundos de auxílio para cada um dos graus de ensino; o Fundo de Ensino Superior será administrado pelo Conselho Federal de Educação, e desaparecerá o sistema de designação de verbas, no Orçamento da União, para escolas determinadas, tornando-se então possível um critério mais adequado para o auxílio ao ensino universitário; c) o sistema de fundação seria o mais adequado, com a doação, a princípio, pela entidade mantenedora do Mackenzie, de todo o patrimônio, incondicionalmente; deveriam os alunos colaborar, para conseguir o apoio da indústria à fundação que surgisse, desde que ela tem o dever de participar da tarefa de desenvolvimento das universidades (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1962c, p. 8)

Além destes aspectos legais, o representante do MEC, Carlos Alberto Del Castilho (?- 1974), que era diretor da Escola Politécnica da Universidade Católica do Rio de Janeiro, apontou que “a federalização não garantia a completa assistência da União, desde que muitas das escolas federalizadas enfrentam problemas de manutenção semelhantes”, e esboçou duas soluções para o problema da Universidade Mackenzie: “a curto prazo: auxílio federal para atender a problemas prementes de manutenção [...]”; a longo prazo: “seria a criação de uma fundação” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1962c, p.8).

De fato, no início deste mês de maio, quando o Conselho Deliberativo do Instituto havia se reunido exatamente para discutir a questão da “greve recentemente deflagrada pelos estudantes universitários do Mackenzie, visando a federalização da Universidade Mackenzie”, presidente do Instituto teria informado na reunião que

a situação da Universidade é muito diferente daquela apontada pelos estudantes, atualmente, pois existe depositada em Banco, à disposição da Universidade, a importância aproximada de vinte milhões de cruzeiros, aguardando, tão somente, que os diretores apresentem um plano para a sua aplicação. O “déficit” orçamentário de trinta milhões de cruzeiros em 1962 desaparece com a aprovação por parte do Congresso do montante dessa

quantia para auxiliar os cursos superiores do Mackenzie (CONSELHO DELIBERATIVO, 1962b, p. 13).

De acordo com a pesquisa de Mendes (2005), nesse interregno a comunidade mackenzista estava dividida, pois alguns grupos de alunos e pais de alunos eram a favor do retorno às aulas, entendendo que à luz do contexto, a federalização não seria a saída adequada, constitucionalmente.

Também neste contexto, “resolveu o Conselho Universitário, em reunião realizada em 6 de junho, que a Universidade Mackenzie [permaneceria] fechada, com as garantias asseguradas pelas autoridades da Secretaria da Segurança Pública”. Literalmente a guarda policial manteve a interdição das dependências da Universidade (MENDES, 2005, p.180).

Não obstante a permanência da greve e a reafirmação das exigências estudantis, no dia 13 de junho de 1962 uma matéria publicada também pelo “O Estado de São Paulo”, antecipava o final de mais esse capítulo na história do Mackenzie, com as configurações decorrentes aos movimentos em prol da federalização. O título da matéria é taxativo: “O Mackenzie não será federalizado”. Transcrevem-se os esclarecimentos trazidos na publicação, feitos pelo então Diretor de Ensino Superior do MEC, o professor Durmeval Trigueiro Mendes (1927-1987):

O Ministério da Educação está perfeitamente informado da situação da Universidade Mackenzie e decidido, no que lhe cabe, a dar uma solução favorável ao caso, as deficiências que essa instituição apresenta podem ser sanadas com a cooperação de todas as partes interessadas. Dispõe-se o Ministério a partilhar mais substancialmente dos ônus do ensino na Universidade Mackenzie, sem contudo – e em hipótese alguma – aceitar o regime de federalização, inconveniente à política educacional que vem realizando e aos interesses do país, e incompatível com as normas instituídas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Com efeito, através desse grande instrumento disciplinador do ensino brasileiro, ficou estabelecido que as Universidades serão fundações, autarquias ou associações.

[...]

O que é certo, de acordo com a declaração peremptoriamente feita pelo Ministro da Educação, é que não haverá federalização. Espero, de todas as partes interessadas, perfeito entendimento e harmonia, em consonância com os elevados propósitos do Ministério da Educação afim de que não se prejudiquem os interesses do ensino [grifo nosso] (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1962f, p. 6).



Mais tarde, o próprio Ministro da Educação, Antônio de Oliveira Brito afirmaria pública e categoricamente: “O governo não tem recursos para federalizar a Universidade Mackenzie” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1962e, p.3).

Diante da expressa “rejeição da tese da federalização pelas altas autoridades do Ensino Superior e pelo Conselho de Ministros” o movimento grevista perdeu sua força, e mesmo sua credibilidade, havendo considerável enfraquecimento, além da pressão para o retorno das aulas por parte de uma parcela da comunidade mackenzista (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1962d, p.13).

Uma troca no Ministério da Educação, ocorrida ainda no mês de julho de 1962, quando Oliveira Brito foi sucedido pelo professor Roberto Tavares Lira (1902-1982), reacendeu no movimento estudantil a esperança por alguma mudança de posicionamento por parte do governo no que tangia à possibilidade de federalização da Universidade, uma vez que Lira teria se posicionado publicamente favorável e se dispôs a levar novamente a questão ao Conselho de Ministros.

Entretanto, reunido o Conselho novamente no dia 25 de julho, confirmou-se a suspensão da “decretação de intervenção na Universidade Mackenzie”, decidida por unanimidade. O relatório oficial apresentado pelo professor Antonio Ferreira Almeida Junior (1892-1971), afirmava que

a entidade que mantém a Universidade Mackenzie não deseja abrir mão de seu patrimônio, não concordando sequer com sua conversão de entidade civil para fundação. O patrimônio da universidade provém de um legado de instituição norte-americana outorgado à Igreja Presbiteriana de São Paulo, com uma cláusula que obriga a manter um estabelecimento de ensino (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1962g, p.1).

Na referida reunião também foi assunto um tema recorrente, que se tornou questão de disputa no ano de 1957, e que foi tratado superficialmente em seções anteriores deste trabalho que versavam sobre a nacionalização, mas que encontra na abordagem Marcel Mendes (2005), uma investigação minuciosa que inclui também esse ponto de retomada da crise no Mackenzie no ano de 1962, e que envolveu o Conselho de Ministros. A disputa envolvia o Conselho Universitário e a Entidade Mantenedora, e se relacionava à autonomia da Universidade, mas não se inclui no objeto de interesse da investigação ora proposta.

Estes últimos desdobramentos, relacionados à reunião do Conselho de Ministros, teriam contribuído diretamente para um atraso no fim da greve, de modo que as aulas foram retornar apenas no início do mês de agosto, sendo o Instituto Mackenzie o único estabelecimento em que houve um retorno geral das atividades (FOLHA DE SÃO PAULO, 1962g), tendo em vista que neste mesmo período ocorria um movimento generalizado de greve estudantil, que ficou conhecido como greve do 1/3, através do qual, os estudantes reivindicavam participação nos Conselhos Universitários.

Figura 13 – Matéria noticia decisão unânime do Conselho Federal de Educação pela não intervenção no Mackenzie



Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO (1961)

O título da matéria do jornal "O Estado de São Paulo", que informa a decisão unânime do Conselho de Ministros quanto à inadmissibilidade da intervenção, é de extremo auxílio no fechamento dessa parte da pesquisa: "Por ora, não haverá intervenção no Mackenzie".

Não que o futuro tenha reservado um momento histórico que pudesse ser transformado em uma narrativa sobre a intervenção ocorrida, de fato, ela não veio a se processar em nenhum momento da trajetória institucional investigada, mas as tentativas, que aqui são estudadas não se esgotaram com a greve de 1962, embora este possa ser classificado como o movimento mais significativo no que tange a este propósito, até o final da década de 60 o assunto permaneceu vivo entre os círculos estudantis. Em anos posteriores, novamente o assunto foi levantado nos círculos mackenzistas, com especial atenção a movimentos ocorridos no ano de 1967, menos significativos dos que aqueles que são contemplados pelo recorte temporal proposto para a pesquisa ora empreendida.

#### 4 GAMMON E SUA TRAJETÓRIA DE TRANSIÇÃO: NACIONALIZAÇÃO E A FEDERALIZAÇÃO DA ESAL

*“O Supremo Concílio resolve: expressar à Junta de Nashville a satisfação e o profundo agradecimento da IPB pelo seu gesto nobre e cristão e que expressa confiança, concordando com a transferência de todo o patrimônio do Instituto Gammon à Igreja Nacional; hipotecar apoio à atual direção do Instituto Gammon nos esforços que vem desenvolvendo para solução satisfatória dos problemas da instituição, mormente os que se referem à ESAL.”*

XXV Reunião do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil - 1962

As vultosas comemorações do cinquentenário da Escola Superior de Agricultura de Lavras, a ESAL, se iniciaram na noite do dia 18 de agosto de 1958, e embora o clima festivo trouxesse uma atmosfera de expectativas, não era capaz de encobrir mudanças que já se processavam nos bastidores do Instituto Gammon em relação ao seu futuro, e que trariam implicações em relação ao seu papel de mantenedor daquela pioneira e histórica instituição de ensino superior agrícola no Brasil<sup>42</sup>.

O mestre de cerimônia naquela noite festiva era o presidente do Centro Acadêmico de Agronomia (CAA), e segundo os registros históricos foi ele quem saudou os “esalianos” vindos do Brasil inteiro para participar das comemorações. Assim eram chamados os alunos e ex-alunos da ESAL, dos quais fazia parte o mestre de cerimônia, um esaliano que teria papel de destaque nos eventos que se

---

<sup>42</sup> Evidência disso é o próprio álbum comemorativo trazer em seu termo de abertura: “No ano em que o INSTITUTO GAMMON completa os seus 89 anos de existência, ao mesmo tempo que a ESAL comemora seu cinquentenário, *vencendo inúmeras barreiras* [grifo nosso], lançamos o presente trabalho [...]” (ARRUDA, 1958). E quais seriam essas barreiras? Na opinião de João Castanho Dias (2009, p. 102), “os primeiros sinais da crise que deixaria profundamente intranquilos alunos, professores e funcionários da instituição surgiram no começo de 1958”. De acordo com o próprio Paolinelli (2021), teria sido o próprio diretório acadêmico que organizara os festejos, e com recursos próprios, devido às dificuldades vividas pela ESAL.

processariam nos anos seguintes. O seu nome era Alysso Paolinelli (1936-) e estava cursando o terceiro ano do curso de agronomia.

O cargo de líder estudantil que ocupava desde 1956, revelava sua característica de liderança e um já significativo envolvimento com a ESAL e a comunidade “esaliana”, envolvimento que se aprofundaria ainda mais nos próximos 15 anos na história da instituição. Seja como aluno, ou posteriormente como professor, fato é, que coube a Alysso a posição de protagonismo nos movimentos que resultaram na concretização do processo de federalização da escola, impedindo o seu fechamento.

Nos anos seguintes, após a federalização, tornar-se-ia o diretor da ESAL, cuja gestão arrojada e dinâmica<sup>43</sup> lhe renderia o prestígio necessário para nomeação ao cargo de Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais (1971-1974), e posteriormente, ao posto de Ministro da Agricultura no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979).

Sua atuação em prol do desenvolvimento agrícola no Brasil o levou ao reconhecimento como “um dos homens mais importantes da agricultura brasileira” (SG AGORA, 2015, Internet), e que por suas significativas contribuições, após receber inúmeros e importantíssimos prêmios de reconhecimento internacional, recebeu no ano de 2021, a coroação máxima de reconhecimento de seus esforços com a indicação ao Prêmio Nobel da Paz<sup>44</sup>.

Curioso é o fato de que o assunto que foi tema da Mesa Redonda que compôs o conjunto de eventos das festividades dos cinquenta anos da ESAL, era sobre o feito que fez de Paolinelli um dos indicados para o Prêmio Nobel da Paz, que se trata da restauração e uso do cerrado brasileiro para a prática agrícola. Foi atuando pela viabilização de tecnologias que tornassem o território de cerrado apto para produção agrícola diversificada, que Paolinelli trouxe sua grande contribuição para a produção de alimentos no Brasil e no mundo, o transformando em um país autossuficiente em

---

<sup>43</sup> A publicação *Lavras Cultura. Lavras MG, Ano II, n°8, Set de 1996, p. 8*, elege e categoriza os quatro principais personagens na história da ESAL no decorrer dos anos: Samuel Gammon “O Idealizador”; Benjamin Hunnicutt “O Fundador”; John Weelock “O Consolidador” e Alysso Paulinelli “O Dinamizador”.

<sup>44</sup> VALVERDE, Michelle. *Paolinelli está oficialmente na disputa pelo Prêmio Nobel da Paz 2021*. Diário do Comércio, Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/agronegocio/paolinelli-esta-oficialmente-na-disputa-pelo-premio-nobel-da-paz-2021/>. Acesso em 06 de fev. 2021

alimentação, como também em uma potência alimentar para todo planeta (CANAL RURAL, 2021).

Como apontado anteriormente, o interesse desta pesquisa se relaciona com os feitos primevos de Paolinelli, ainda como aluno, em seguida como professor, e por fim como diretor da ESAL, exercendo importante papel de liderança em todas essas posições, e em relação aos dados levantados nesta pesquisa, as atenções se voltam para o protagonismo que Paolinelli exerceu ao longo do processo que resultou na federalização da Escola Superior de Agricultura do Instituto Gammon.

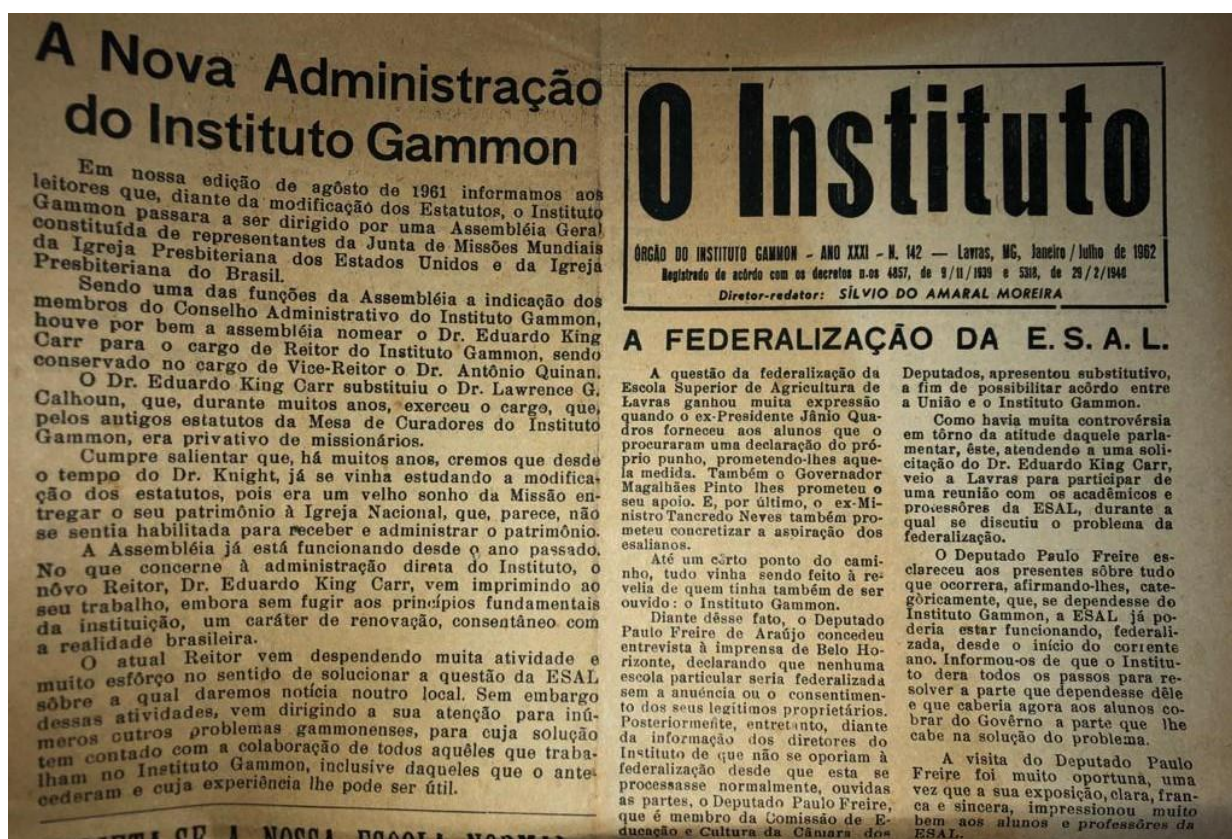
No entanto, conforme anunciado anteriormente, antes de apresentar os dados históricos com suas respectivas análises relacionadas a federalização e os seus personagens, é preciso considerar um outro processo que já vinha se desenvolvendo nos bastidores da gestão da *East Brazil Mission* em relação ao futuro do Instituto Gammon, e que terá relações diretas com o movimento de federalização, trata-se da nacionalização do empreendimento educacional de Samuel Gammon, assunto que já vinha sendo discutido e pensado desde a primeira metade da década de 50, e que se concretizou nos primeiros anos da década de 60, trazendo implicações importantes para a ESAL, uma vez que, teria de certa maneira, acentuado a crise institucional que já se apresentava patente no ano do cinquentenário.

Figura 14 – Noite festiva em celebração aos 50 anos da ESAL (o jovem estudante Alysso Paolinelli recebe convidados ilustres para o início das celebrações)



Fonte: Museu Bi Moreira (1958)

Figura 15 – Órgão Informativo do Instituto Gammon trazendo lado a lado matérias sobre a Nacionalização do IG e a Federalização da ESAL



Fonte: Museu do Ex-Aluno – Instituto Gammon (1962)

#### 4.1 A Nacionalização do IG e suas características

A nacionalização do Instituto Mackenzie, que foi assunto do capítulo precedente, se concretizou no ano anterior à nacionalização do Instituto Gammon, e Bezerra (2016, p.339), propõe que quando este processo de nacionalização do Mackenzie se concretizou, essa tendência teria se consolidado também na relação da juntas de missões estrangeiras com as instituições educacionais por ela geridas, com implicações na trajetória futura dos educandários protestantes de origem americana, sobre tal fato, o referido autor sugere o seguinte: “Em 1961 o patrimônio e a direção do Mackenzie tinham sido transferidos para a Igreja Presbiteriana do Brasil, e essa tendência se espalharia para outros colégios da Junta de Missões”.

De fato, o nacionalismo se apresentava como uma tendência ideológica de representação importante no contexto político e social do Brasil, exercendo influência em todos os âmbitos e setores da sociedade<sup>45</sup>, e a leitura de Bezerra (2016) quanto a essa influência no seio das agências missionárias norte americanas e suas implicações em relação ao futuro das instituições educacionais, coaduna-se com os dados históricos apresentados no capítulo anterior, todavia, qualificações contributivas a esta leitura quanto a certa generalidade presente na análise, aponta que o que ocorreu em Lavras não foi desinente ao processo que se operou em São Paulo conforme sugere o autor no início de sua exígua abordagem sobre o assunto, e muito menos que tenha sido resultado de algum tipo de pressão exercida neste sentido que não fosse advinda dos próprios planos da *East Brazil Mission*.

Conforme demonstrado no primeiro capítulo do trabalho, não obstante serem de confessionalidade presbiteriana, as instituições educacionais que são alvos desta pesquisa, não eram pertencentes à mesma “Junta de Missões”, e muito menos à mesma denominação, dado o fato que, conforme já esclarecido no primeiro capítulo, a instituição educacional paulista era gerida por órgãos missionários da igreja do norte dos EUA (PCUSA)<sup>46</sup> e não da igreja do sul (PCUS), como acontecia em relação à instituição instalada em Lavras.

Este fator incorre na existência de culturas diferenciadas quanto a gestão dos empreendimentos missionários em relação ao seu “projeto fundamental”, quer dizer, aos ideais presentes no modelo de gestão imprimidos a partir da fundação de tais instituições de ensino por parte das respectivas missões, este capítulo apresenta um esforço na direção de elucidar as crenças, princípios e valores que nortearam a gestão do Instituto Gammon por parte da *East Brazil Mission*, viabilizando uma interpretação das formas simbólicas a partir do cotidiano de seus produtores e receptores<sup>47</sup>.

Os dados levantados durante a presente pesquisa revelam que o processo de nacionalização da instituição localizada em Minas, apresenta uma configuração bem

---

<sup>45</sup> Assim como em São Paulo, o movimento nacionalista expressava sua força também no estado de Minas Gerais, como podemos ver em matéria do jornal mineiro “Arauto Cristão”, que na sua edição de dezembro de 1960 trazia um extenso artigo com o título “‘Brasileira’ – até que ponto?”, no qual, além de noticiar sobre o movimento nacionalista, ainda tecia incisivas críticas quanto a certa morosidade das igrejas de origem americana em relação a “se revestir de formas brasileiras”.

<sup>46</sup> Quando se efetivou a nacionalização do Mackenzie, a PCUSA havia se unido com uma outra denominação presbiteriana dos EUA, e passou a ser denominada UPCUSA – Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos da América.

<sup>47</sup> Interpretação da Doxa



distinta daquele processo que se desenvolveu na instituição fundada na cidade de São Paulo.

O trabalho investigativo empreendido, revelou que no Instituto Gammon este processo se desenvolveu quase sem nenhuma influência que viesse de fora da relação entre o Comitê de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos e a Igreja Presbiteriana do Brasil, ao contrário dos tumultuados movimentos, multiplicidade de vozes, e heterogeneidade de motivações identificadas no transcorrer do processo de nacionalização do Mackenzie.

A fontes compulsadas com o objetivo de esclarecer detalhes deste momento histórico do Instituto Gammon, parecem apontar para uma atuação fundamentalmente tendente a um projeto de autonomia que se estabelecesse como evidência de maturidade e compromisso da igreja nacional, especialmente no que tange à competência para assumir responsabilidades para as quais já vinha sendo incitada desde os tempos de fundação do Instituto Evangélico na cidade mineira de Lavras.

Uma variação entre movimentos reativos e ações propositivas caracterizam distinções da gestão do processo de nacionalização pelas diferentes entidades missionárias envolvidas com as instituições educacionais em estudo. No entanto, conforme apontado na parte inicial do trabalho, o aprofundamento na discussão deste paralelo histórico entre as instituições em relação às respectivas nuances e características próprias de cada trajetória institucional em seu contexto específico, está deflagrado em uma leitura analítica apresentada no capítulo subsequente.

#### **4.1.1 Transferência de direção: a política do Comitê Executivo de Missões Estrangeiras da PCUS em relação ao Instituto Gammon**

Em um relatório anual de 30 de dezembro de 1961, o então reitor do Instituto Gammon, o missionário Lawrence Gibson Calhoun (1899-1988), apontava a nacionalização do instituto como sendo o grande acontecimento daquele ano. Tal informação foi registrada pelo escritor Araken Amâncio Bezerra, um ex-aluno e grande entusiasta da história e memória da instituição, que no ano de 2016 publicou a obra *“Instituto Gammon: dedicado à glória de Deus e ao Progresso Humano”*, trabalho que é frequentemente citado nesta pesquisa (ver BEZERRA, 2016, p. 341).

Não obstante um criterioso levantamento de documentos disponíveis no acervo do Museu do Ex-Aluno, localizado nas dependências do Instituto Presbiteriano

Gammon, este relatório citado por Araken não foi localizado. No referido relatório, o missionário Lawrence Calhoun, que estivera à frente do Instituto Gammon por mais de dez anos (1946-1950 / 1955-1961), e que seria o seu último reitor estrangeiro antes da nacionalização, teria tratado do tema nas seguintes palavras:

O acontecimento que se destacou acima dos outros durante o ano de 1961 foi a nacionalização do Instituto. Este passo não foi um acontecimento realizado de afogadilho pois certamente há *30 anos estudos foram feitos pela Mesa de Curadores quanto à melhor maneira de transferir o Instituto à Igreja Presbiteriana do Brasil* [grifo nosso] (CALHOUN *apud* BEZERRA, 2016, p. 341).

A análise argumentativa da forma simbólica que representa o acontecimento narrado, instiga o pesquisador a naturalmente se voltar para as questões contextuais relacionadas aos princípios de trabalho norteadores da política dos missionários que estavam à frente do Instituto Gammon em Lavras.

Pelo menos três questões presentes no relatório de Calhoun precisam ser destacadas com o propósito de auxiliar a compreensão mais profunda da trajetória de nacionalização desta instituição, é este o esforço empreendido nos próximos parágrafos.

Primeiramente se destaca a curiosa interpretação dos fatos por parte do missionário Calhoun, que considerava a nacionalização do instituto como operação concretizada. Não obstante, quando se toma como referência o modelo de análise apresentado na pesquisa de Marcel Mendes (2016, p.142), e já referenciado em capítulo anterior, considera-se que a operação de nacionalização das instituições educacionais fundadas pelas missões norte-americanas “deveria compreender pelo menos dois aspectos: transferência patrimonial e de direção”, é o que está expresso também na leitura já apresentada de Bezerra (2016, p. 339): “patrimônio e direção transferidos”, no entanto, não era o que havia ocorrido em Lavras até a data do relatório de Lawrence Calhoun, uma vez que apenas o segundo destes dois aspectos ter-se-ia concretizado, a transferência de direção, já que a transferência patrimonial se concretizaria apenas no ano seguinte, em 1962, conforme apontaremos no decorrer da presente narrativa.

De acordo com os dados históricos levantados, o fato ao qual o missionário se refere como a nacionalização do Gammon, e que como analiticamente apontado, se relaciona com essa transferência da instituição para uma gestão nacional, teria ocorrido no dia 7 de janeiro de 1961<sup>48</sup>, quando a *East Brasil Mission*, reunida com o Comitê Executivo de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, e ainda o Conselho Interpresbiteriano<sup>49</sup>, viabilizou a aprovação dos novos Estatutos do Instituto Gammon. Até esta data, a instituição vinha sendo gerida por uma Mesa de Curadores formada em sua maioria, por missionários indicados pelo Comitê Executivo de Missões Estrangeira da PCUS.

É neste ponto, acerca da Mesa de Curadores mencionada por Calhoun, que procuramos destacar a segunda importante informação presente na fala do missionário, e que se refere ao fato de que, de acordo com suas palavras, a Mesa de Curadores, que era responsável pela gestão da instituição, vinha discutindo o tema já há algumas décadas, mais precisamente trinta anos antes da referida transferência administrativa.

Julga-se que esta informação deva ser destacada, pelo fato de que a Mesa de Curadores à qual Calhoun se referia, era uma Associação fundada no ano de 1913, com o propósito de “representar o *Comité* Executivo das Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos, com sede em Nashville, Tennessee, em certas e determinadas operações, como sejam: a administração do estabelecimento de ensino conhecido como Instituto Evangélico [...]” (INSTITUTO EVANGÉLICO, 1913, p. 2).

Ao relacionar as informações contidas no relatório do missionário, com a data de fundação da respectiva Mesa de Curadores, percebe-se que a regressão de trinta anos no passado nos leva naturalmente às primeiras décadas de existência da Mesa de Curadores, período no qual, segundo o relatório, já existiria por parte dos dirigentes norte-americanos essa iminente intenção de transferir a administração do Instituto Gammon para a igreja brasileira.

---

<sup>48</sup> Informação constante na “Ata da Primeira Reunião da Assembleia Geral do Instituto Gammon” (1961, p. 1)

<sup>49</sup> Órgão criado com o objetivo de mediar as relações entre os presbiterianos nacionais e as juntas estrangeiras que atuavam no Brasil.

O terceiro destaque que se faz com vistas ao esforço de contextualização dos argumentos apresentados por Calhoun, trata-se de uma observação também desinente à Mesa de Curadores, e que se refere ao local de sua fundação e sede. Observa-se que embora o referido comitê de missões da PCUS tivesse a sua sede no exterior conforme indicado na citação, não era este o caso da referida Mesa de Curadores, que tinha sua sede na própria cidade de Lavras, o que se configura como informação contextual importante para o procedimento posterior de análise geral dos dados, tendo em vista que tal modelo de gestão já incorpora diretamente o elemento nacional na constituição administrativa do educandário fundado e dirigido pelos missionários norte-americanos.

Às três considerações acima apresentadas relativas às informações presentes no relatório de Calhoun, se acrescenta uma leitura feita por Bezerra (2016, p. 341) a respeito destes 30 anos de estudos que haviam sido feitos pela Mesa de Curadores “quanto à melhor maneira de transferir o instituto à Igreja Presbiteriana do Brasil”, em que o referido autor afirma que “motivos diversos impediram que os planos fossem levados adiante”.

Na sua leitura própria, o referido autor desconecta esse primeiro movimento em prol da nacionalização de outros, identificando-o como um elemento que já pertencia às primeiras fases de implantação do projeto na cidade de Lavras, conforme se verificará nas informações a seguir, extraídas de uma matéria que fora veiculada no jornal “O Instituto”, em uma de suas edições do ano seguinte, em 1962.

O referido jornal era uma publicação aleatória<sup>50</sup>, identificada como “Órgão do Instituto Gammon”, e que tinha como “Diretor/Redator” a figura de Silvio do Amaral Moreira (1912-1994), popularmente conhecido como “Bi-Moreira”, personagem que, a partir dos dados históricos obtidos neste esforço investigativo, se revelará no exercício de considerável protagonismo interlocutório em meio aos processos, de nacionalização, mais especialmente o de federalização da Escola Superior de Agricultura. Aprofundamentos sobre este personagem são trazidos no decorrer do presente capítulo.

A referida matéria, permite acessar informações históricas, neste caso tomadas como formas simbólicas, que confirmam que o argumento apresentado por Calhoun

---

<sup>50</sup> A publicação não obedecia a uma rotina rígida, alternando em edições semestrais ou trimestrais.

relativo a essa antiga intenção existente por parte da Missão Leste do Brasil, de transferir a gestão do instituto educacional de Lavras para a Igreja nacional, com um acréscimo instigante, que aponta para um posicionamento passivo da igreja nacional em relação a esta intenção do Comitê de Missões da PCUS, que está também presente em outros documentos históricos:

Cumprе salientar que há muitos anos, cremos que desde o tempo do Dr. Knight, já se vinha estudando a modificação dos estatutos, *pois era um velho sonho da Missão entregar o seu patrimônio à Igreja Nacional que, parece, não se sentia habilitada para receber e administrar o patrimônio* [grifo nosso] (INSTITUTO GAMMON, 1962, p.1)

Cabe salientar que o “Dr. Knight” a quem a matéria se refere, é o missionário americano Charles Clyde Knight (1884-1970), que atuou em inúmeros cargos no Instituto Gammon, dos anos de 1909, quando se deu sua chegada ao Brasil, até o ano de 1931, quando regressou para sua terra natal. No entanto, dentre esses importantes cargos ocupados por Knight em relação ao instituto, cumpre destacar a sua participação como um dos fundadores da Mesa de Curadores do Instituto Evangélico<sup>51</sup>, da qual foi membro durante todo o período em que atuou como missionário no Brasil (1909-1931).

Esse apontamento relacionado ao fato de ter sido ele um dos fundadores da Mesa de Curadores, tem o objetivo de ressaltar o motivo de Charles Knight ter sido tomado nesta matéria jornalística como representante de um período histórico de referência na instituição, pois este foi apenas um dos marcantes protagonismos que justificam essa menção a sua figura como referência deste tempo específico, afinal, nos prospectos do Instituto Gammon, é possível encontrar não somente seu nome constantemente grafado ao lado do nome de Samuel Gammon, ocupando o cargo de vice reitor do instituto, mas também a informação de que Knight foi quem sucedeu o próprio Samuel Gammon, assumindo a direção do estabelecimento após a sua morte, ocorrida no dia 4 de julho de 1928, na cidade de Barra Mansa, enquanto voltava do Rio de Janeiro, onde estava recebendo tratamentos médicos que infelizmente não

---

<sup>51</sup> Os demais fundadores que compunham a Associação na época de sua fundação eram os missionários Samuel R. Gammon, Horacio S. Allyn e Augusto F. Shaw (INSTITUTO EVANGÉLICO, 1913, p. 3)

puderam evitar o agravamento do seu estado de saúde com seu decorrente falecimento nas respectivas circunstâncias.

Estas informações apresentadas visam demonstrar que Charles Knight era considerado dentro de uma cultura institucional, como herdeiro e sucessor no legado educacional de Samuel Gammon, conforme aponta uma matéria publicada em uma outra edição do mesmo jornal, em que Knight é apresentado como “companheiro de trabalho do Dr Gammon e seu *substituto após a sua morte* [grifo nosso] (INSTITUTO GAMMON, 1963, p. 1), ou seja, como um representante legítimo da velha guarda de missionários que participaram dos primeiros anos de trabalho em Lavras, e que segundo estes dados históricos, sempre teriam tido em mente este “velho sonho da Missão de entregar o patrimônio para a Igreja Nacional”, ou seja, um projeto de nacionalização da instituição.

A conclusão a que tais considerações nos levam, apontam para um propósito da incorporação do elemento nacional na gestão da instituição como uma inclinação fundacional que parece incipiente já nos primeiros anos de existência do Instituto Gammon, quando ainda detinha o nome de Instituto Evangélico.

Outro documento histórico em que são encontradas informações que corroboram diretamente com essa conclusão é a Ata da Primeira Reunião da Assembleia Geral do Instituto Gammon, ocorrida no dia 9 de março de 1961, onde encontramos um trecho que faz menção a todos estes acontecimentos citados em nossa narrativa, e mais uma vez é ressaltada com veemência por parte do membro representante do Comitê Executivo de Missões Estrangeiras da PCUS, o pastor americano Milton Lafayette Daugherty (1906-1986), o “antigo propósito” desta Junta de Missões da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos de transferir a gestão da instituição para a igreja brasileira, indicando em seus argumentos ser essa uma política da referida organização missionária, não somente em relação ao Instituto Gammon, mas também numa referência geral à “obra” que vinha “sendo desenvolvida pelos missionários norte-americanos em terras brasileiras”:

Para melhor esclarecimento dos presentes, apresentou comentário a respeito de vários assuntos que reputava interessantes, referindo-se especialmente ao antigo propósito da Junta de Missões Mundiais da Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos, no sentido de transferir à Igreja Presbiteriana do Brasil *maiores responsabilidades e participação mais efetiva na obra que vem sendo desenvolvida pelos missionários norte-americanos em terras*

*brasileiras* [grifo nosso] (INSTITUTO GAMMON. Ata da Primeira Reunião da Assembleia Geral do Instituto Gammon, 1961, p.2).

Somada às informações trazidas na matéria citada anteriormente, referente ao fato de que a “Igreja Nacional” parecia não se sentir “habilitada para receber e administrar o patrimônio” (INSTITUTO GAMMON, 1962, p.1), as declarações do representante da Junta de Missões da igreja americana denota sua percepção de que não havia por parte da Igreja Presbiteriana do Brasil uma “participação mais efetiva na obra” que vinha sendo desenvolvida pelos missionários, e que era propósito daquela junta, que a igreja brasileira assumisse um papel de “maiores responsabilidades”, conforme expresso no documento (INSTITUTO GAMMON. Ata da Primeira..., 1961, p.2).

Fato é, que a partir dos documentos acessados, a busca por iniciativas efetivas, que ultrapassam o nível das intenções, conforme vem sendo tratado até este ponto da narrativa, vem novamente esbarrar em resoluções do próprio Comitê Executivo de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, pois no já citado relatório de Calhoun, de 1961, encontra-se também a informação de que um passo importante e decisivo no processo de nacionalização do Gammon, teria sido dado em uma reunião da Missão Leste do Brasil ocorrida ainda em 1954, em que ficou decidido e autorizado que se desenvolvesse uma série de estudos relacionados à missão, inclusive à questões concernente à gestão do Instituto Gammon:

A Missão Leste do Brasil na sua reunião anual em Campo Belo, Minas Gerais, em 1954 (à qual compareceram o Secretário Executivo da Junta Mundial de Missões, Dr. Dabrby Fulton e Dr. James E. Bear, um membro da Junta), autorizou uma série de estudos sobre o trabalho da Missão, inclusive o Instituto Gammon (CALHOUN *apud* BEZERRA, 2016, p. 341).

Esta informação também está presente na Primeira Ata da Assembleia Geral, não somente sobre a existência e desenvolvimento destes estudos, mas também sobre a indicação da concepção da nacionalização da instituição, colocada neste caso não mais apenas ou somente como uma inclinação e propósito da Junta de Missões da PCUS, mas também como uma tendência pertencente ao contexto contemporâneo, provavelmente se referindo aos ideais nacionalistas que neste referido documento são considerados por um estrangeiro como “condições criadas

pelos tempos modernos”. Ou caberia pensar que a palavra “condições” teria ligação com a leitura de Bezerra (2016, p. 341) relativa a “motivos diversos” que “impediram que os planos fossem levados adiante”, e neste caso, o desenvolvimento e crescimento da igreja brasileira poderia ser uma destas condições características que representavam os novos, ou modernos tempos.

Algumas questões relacionadas a estes tempos modernos argumentados por Daugherty foram tratadas no capítulo anterior, por exemplo em relação a crítica presente na sociedade brasileira em relação a qualquer herança de um modelo de trabalho de característica colonialista, que não mais seria adequado àquele período avançado do século XX (A GAZETA, 1957).

Voltando a fazer uso da palavra, o Reverendo Milton, teceu considerações a respeito daquele momento que assinalou histórico na vida do Instituto Gammon, *por isso que representava passo importantíssimo no sentido de se atualizar os processos de administração geral do estabelecimento, adaptando-os às condições criadas pelos tempos modernos* [grifo nosso]. Ponderou o esforço que vem sendo desenvolvido neste sentido há nada menos de oito anos, - desde mil novecentos e cinquenta e três – por um grupo de pessoas interessadas no assunto e que finalmente lograram ver coroados de êxito os seus trabalhos com a redação e aprovação dos estatutos já referidos, que modificam radicalmente as praxes até a pouco ou até agora adotadas, para a consecução dos fins específicos da instituição (INSTITUTO GAMMON. Ata da Primeira Reunião da Assembleia Geral do Instituto Gammon, 1961, p.1).

Nestes argumentos registrados em ata, o representante do Comitê Executivo de Missões Estrangeiras da PCUS, faz menção às já citadas iniciativas efetivas que teriam tomado lugar em 1953, quando foi formado o grupo que tinha interesse neste assunto.

Curioso fato, é que este grupo interessado na nacionalização do Gammon, era formado por membros da próprio Comitê Executivo de Missões Estrangeiras, sendo um dos integrantes, “que finalmente lograra ver coroados de êxitos os seus trabalhos”, o missionário Frank Fisher Baker (1890-1979), sobre o qual falaremos a seguir.

“Dr. Frank Baker”, como era conhecido no Instituto Gammon, havia sido enviado ao Brasil pelo Comitê de Missões Estrangeiras da PCUS no início da década de 30 com o propósito de assumir a reitoria do Instituto Gammon, onde atuou por quase trinta anos ininterruptos e entrou como o segundo em uma linha de sucessão



do missionário Samuel Gammon, que após a sua morte, foi inicialmente substituído na reitoria pelo já citado Charles Knight, constituindo-se através dessas sucessões uma linha de referência quanto à gestão norte americana na administração educacional do instituto, que pelos discursos até aqui apresentados, se liga diretamente a um projeto de viabilização de uma gestão nacional que teve início ainda nas primeiras décadas de existência do educandário.

Em uma correspondência originalmente endereçada ao secretário do Instituto Gammon, Silvio do Amaral Moreira, datada do dia 14 de março de 1961, um mês após o registro em cartório dos novos estatutos do Gammon, encontramos a seguinte declaração feita por Frank Baker a respeito dessa notícia que lhe havia chegado nos EUA, onde ele já se encontrava aposentado dos trabalhos como missionário, atuando agora como professor de seminário na igreja americana: “Eu e Irene estamos muito interessados no novo rumo que o Instituto está tomando. Julgo que está acertado. *Durante dez anos trabalhei neste sentido* [grifo nosso], mas sem resultado concreto” (BAKER, 1961).

Mais uma vez, conforme apontado anteriormente, as formas simbólicas representam valores comuns aos missionários pertencentes à *East Brazil Mission*, que se trata de uma clara e característica inclinação por parte da junta de missões da PCUS para a nacionalização da instituição educacional fundada em Lavras, e como tal inclinação encontra-se historicamente representada e atrelada aos personagens que exerceram importante protagonismo na gestão do empreendimento nos seus primeiros anos.

Uma vez destacada a relação existente entre os nomes dos sucessores imediatos de Samuel Gammon, com representações deste propósito fundacional de nacionalização da escola, cumpre em seguida apresentar relação semelhante existente entre o próprio fundador com estes mesmos valores, que a partir dos dados que se seguem, parece ressaltar ainda mais este princípio como um posicionamento da própria missão à qual estes missionários pertenciam, servindo esta questão como um ponto de referência para futuras pesquisas que possam trazer contribuições quanto à caracterizações relacionadas às diferentes missões presbiterianas que atuaram no Brasil.

Nos escritos do fundador encontramos estas representações, que se apresentam especialmente em considerações feitas por ele acerca da realidade e

desafios do trabalho missionário norte americano no Brasil, onde claramente se expressa sua compreensão de que a gestão estrangeira deveria ser apenas “uma fase *passageira* do empreendimento” e que o “trabalhador nativo é o fator real e *permanente*” em relação aos objetivos do trabalho missionário, e mais ainda, que:

“o verdadeiro missionário trabalha para edificar uma igreja [nacional] que não precise de ajuda e cuidado; e quanto mais rapidamente ele consegue fazer isso, mais bem-sucedido é [...] e embora deva estar pronto para ajudar no que for necessário; *nunca procura fazer pelos irmãos nativos o que eles podem fazer por si mesmos* [grifo nosso] [tradução nossa] (GAMMON, 1910, p. 80).

A seção da obra *The Evangelical invasion of Brazil* em que se encontram estas significativas declarações, discorre exatamente sobre questões importantes a serem administradas no relacionamento geral do missionário com os nativos, implicando em valores referenciais aos princípios de trabalho que deveriam ser norteadores para as atividades do Comitê de Missões da PCUS no desenvolvimento de suas atividades, cabendo ainda salientar que a referida obra de Gammon, publicada em 1910, ou seja, três anos antes da fundação da Mesa de Curadores do Instituto Evangélico de Lavras, teria surgido originalmente em atendimento a um pedido do então Comitê de Missões Estrangeiras de Nashville, que tinha lhe feito a solicitação no intuito de que sua obra servisse como um manual de orientações e encorajamento para jovens americanos que se dispusessem a atuar como missionários no Brasil (OLIVEIRA, 2014).

O que chama atenção em relação a este último dado apresentado, é exatamente a data de sua publicação, especialmente porque as primeiras expressões nacionalistas no século XX são historicamente associadas a movimentos de uma década posterior ao texto de Gammon transcrito na presente narrativa. Como um exemplo destas expressões cita-se o “verdeamarelismo” da Semana da Arte Moderna, no entanto, em termos políticos, tais expressões vieram a se consolidar ainda mais tarde, cerca de dez anos depois, já na década de 30 com Getúlio Vargas.

Conforme apontado anteriormente, o que se percebe de maneira geral, é que este ideal de valorização do “trabalhador nativo” expresso nos escritos de Gammon, não era elemento de influência contextual local, que ainda nem rondava a “pequena” cidade interiorana de Lavras, mas se tratava de valores originais do projeto missionário desenvolvido pelo Comitê de Nashville, pertencente à PCUS.

Portanto, a concentração de esforços investigativos no sentido de compreender e descrever como transcorreu o processo de transferência da direção do Instituto Gammon para a Igreja nacional, tem nas formas simbólicas acessadas e analisadas, bem como na interpretação do cotidiano de sua produção, transmissão e recepção, indicativos de ações propositivas oriundas tanto de uma concepção de trabalho por parte das entidades missionárias responsáveis pela gestão da instituição educacional, como mais evidentemente ainda, acompanhadas de conceitos que permeavam as concepções administrativas dos próprios missionários norte-americanos que atuaram em Lavras.

Propõe-se uma sistematização do processo de transferência de gestão do IG em três fases complementares: 1) questões fundacionais relacionadas à administração do projeto, que já denotam a concepção de uma instituição que se desenvolvesse na direção de uma gestão nacional (1910-1952); 2) ações propositivas que partiram da própria junta de missões americana no sentido de viabilizar a efetividade desse projeto de independência nacional da instituição em relação a sua administração (1953-1960); c) a concretização desse projeto por meio da alteração dos estatutos, o que correspondeu a inserção da participação da igreja brasileira na direção do Instituto Gammon<sup>52</sup> (1961).

É evidente que aprofundamentos naturais decorrentes da presente narrativa à luz do seu contexto sócio histórico, se ampliarão no esforço intencionado pela pesquisa de identificar e propor uma interpretação de formas simbólicas nos seus contextos estruturados, de modo que auxilie na compreensão dos eventos investigados e abordados nesta pesquisa como parte de um processo cultural relacionado ao trabalho educacional protestante no Brasil nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, que neste caso é avaliado nas suas múltiplas relações envolvidas: sociedade, missões estrangeiras, corpo docente, corpo discente, estado, igreja nacional.

---

<sup>52</sup> Tornando-se o associado vitalício e posteriormente detentora do patrimônio da instituição.

Figura 16 – Presidentes / Reitores do Instituto Gammon até a sua nacionalização



Fonte: O autor (2021) / Arquivos da Biblioteca da UFLA e do Museu Bi Moreira

Figura 17 – Primeiro Reitor Brasileiro<sup>53</sup>



**Eduardo King Carr**  
(1962-1965)

Fonte: Museu Bi Moreira (1961)

<sup>53</sup> King Carr era sobrinho de John Wheelock e havia se formado na ESAL em 1948, foi nomeado pela Assembleia Geral como Reitor do Instituto Gammon em 1961, com início do mandato em 1962, ano em que deixou a direção da ESAL.

#### 4.1.2 Transferência de patrimônio: a participação da Igreja Presbiteriana do Brasil no processo de nacionalização do Instituto Gammon

Conforme reportado anteriormente, a mudança decisiva que se configurou como o cumprimento do primeiro aspecto dentro da operação envolvida na nacionalização, foi a aprovação dos novos Estatutos do Instituto Gammon, que transferia a gestão do educandário, antes administrado pela Mesa de Curadores, para um novo consistório, chamado de Assembleia Geral.

A mudança que havia sido encarada pelo último reitor estrangeiro do instituto, Lawrence Calhoun, como a nacionalização da escola, era o fato de que o cargo de reitor da instituição, a partir da aprovação dos novos estatutos não mais estava privativo aos missionários da PCUS, conforme noticia o órgão informativo “O Instituto”:

[...] diante da modificação dos Estatutos, o Instituto Gammon passara a ser dirigido por uma Assembléia Geral constituída de representantes da Junta de Missões Mundiais da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos e da Igreja Presbiteriana do Brasil. Sendo uma das funções da Assembléia a indicação dos membros do Conselho Administrativo do Instituto Gammon, houve por bem a assembléia nomear o Dr. Eduardo King Carr, para o cargo de Reitor do Instituto Gammon, sendo conservado no cargo de Vice-Reitor o Dr Antônio Quinan.

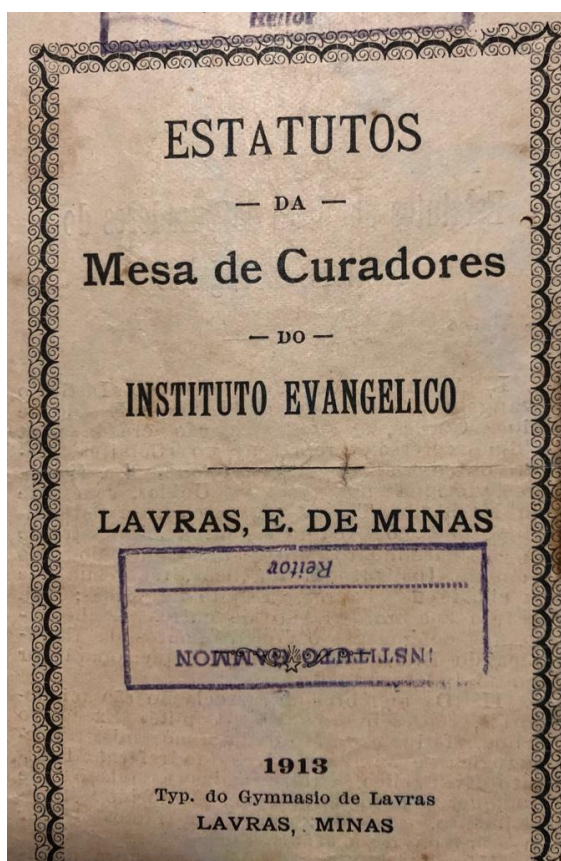
O Dr Eduardo King Carr substituiu o Dr. Lawrence G. Calhoun, que, durante muitos anos, exerceu o cargo, *que pelos antigos estatutos da Mesa de Curadores do Instituto Gammon, era privativo de missionários* [grifo nosso] (Sic) (INSTITUTO GAMMON, 1962, p. 1).

Este fato já havia sido noticiado pelo mesmo jornal em edição anterior, publicada em agosto de 1961, conforme se verifica na própria matéria citada.

A partir de uma leitura mais criteriosa do processo, é seguro afirmar que a mudança que de fato representava a nacionalização da instituição não era a reitoria ocupada por um brasileiro, embora fosse um fato inédito, a bem da verdade, era a representação da IPB na Assembleia Geral que mudava decisivamente as características administrativas da escola, especialmente sua elevação à condição de Associado Vitalício, proprietária dos bens que passavam a ser usados em comodato. Mesmo porque, embora existissem clausulas excludentes relacionadas à diretoria da instituição, é importante salientar que desde a década de 30 já havia participação brasileira na Mesa de Curadores.

Essa participação de brasileiros se relaciona com três mudanças que são identificadas no Estatuto da Mesa de Curadores do Instituto Evangélico na referida década: a primeira foi a mudança de nome da associação, que passa a se chamar Mesa de Curadores do Instituto Gammon em homenagem ao seu fundador, que conforme informado anteriormente, faleceu no ano de 1928, e que antes mesmo do seu falecimento viu a mudança de nome do instituto processada por iniciativa dos seus administradores, o que implicou também na mudança no nome da associação que dirigia; a segunda foi o aumento no número de membros da mesa, que até o ano de 1929 era formada por apenas quatro membros, e a partir da década de 30 passou a ser composta por número indeterminado de indicados pelo Comitê de Nashville; e a terceira e mais significativa, foi a inclusão de brasileiros como membros da Mesa de Curadores. Essa informação é muito significativa, pois embora não houvesse participação da igreja brasileira na diretoria da Mesa, já havia participação de brasileiros neste órgão máximo de governo da escola.

Figura 18 – Estatuto da Mesa de Curadores do Instituto Evangélico



Fonte: Museu do Ex-Aluno – Instituto Gammon (1913)

O que chama ainda mais atenção em relação a esta última mudança, é o fato de que nas décadas de 40 e 50, a Mesa de Curadores chegou a funcionar com uma proporção três vezes maior de brasileiros do que de americanos, conforme pode se verificar em relatórios e prospectos institucionais desse período. Este é mais um dado importante que revela características relacionadas aos princípios de trabalho da *East Brazil Mission* no que tange ao seu projeto educacional em Lavras, com uma abertura cada vez maior para os nativos na administração da instituição, tal qual propunha o fundador da escola.

Cumprir registrar, que as décadas que antecederam a nacionalização, foram anos de contínuo desenvolvimento institucional, não sem desafios, mas como sempre, o Instituto Gammon e suas escolas continuavam a gozar de prestígio nas esferas municipal, estadual, nacional, e mesmo internacional, sendo que no ano de 1954 a sua Escola Superior de Agricultura chegara a receber do então empresário e futuro vice-presidente dos EUA, Nelson Aldrich Rockefeller (1908-1979), uma substancial doação para aparelhamento da Fazenda Ceres, como eram chamadas suas instalações.

No seio da igreja brasileira a instituição também gozava de grande prestígio, sendo acompanhada por um representante nomeado pelo Supremo Concílio da IPB, que apresentava relatórios regulares sobre os avanços e progressos da instituição, que eram reconhecidos oficialmente, conforme decisão do SC/IPB registrada na reunião de 1954, em que algumas conquistas são destacadas:

[...] o progresso e desenvolvimento daquela tradicional casa de ensino que inaugurou, há pouco, novos edifícios com instalações modernas, inclusive um grande auditório considerado o melhor entre os de outras instituições congêneres e um grande órgão elétrico; 2) louvar o espírito essencialmente evangélico que orienta a obra educacional do estabelecimento e o *desejo que tem de manifestar com a IPB* [grifo nosso]; [...] (IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 2021, f. 73)

O motivo para inserção do texto na presente pesquisa não tem como foco meramente o registro do desenvolvimento e progresso do Instituto Gammon em si, mas especialmente a sua relação com a igreja nacional, uma vez que procuramos apresentar dados históricos envolvidos no processo de transferência da gestão da PCUS para a IPB.

Chama atenção ao final da citação, trecho grifado, em que se menciona um desejo existente no instituto de “manifestar com a IPB”. O texto não deixa claro sobre qual seria o objeto deste manifesto conjunto. Seria o “espírito essencialmente evangélico que orientava a obra educacional do estabelecimento”? A informação estaria relacionada à iniciativa tomada pela Junta de Missões no ano anterior quanto ao desenvolvimento de estudos que visavam a transferência da administração do estabelecimento para a igreja brasileira?

A resposta para a pergunta não é tão clara quanto à proximidade e afinidade existente entre o IG e a igreja brasileira, seja em representações locais, cuja “a certeza que se tem é que a igreja de Lavras nasce dentro do colégio” (SOARES, 2009, p. 414), como também que sua história como igreja “se confunde com a história do Gammon” (ANDRADE, 2002, p. 147), ou mesmo em representações nacionais, evidenciada pelo frequente reconhecimento dessa virtude da instituição aos olhos da igreja nacional, apresentado por autores clássicos da história do presbiterianismo, como um colégio que sempre teve como objetivo consolidar e expandir o protestantismo brasileiro (RIBEIRO, 1981). Consentaneamente, em 1955, a Comissão Executiva do Supremo Concílio da IPB louvava “o esforço dos seus diretores em conservar aquela instituição ‘evangélica e evangelizadora’”, e nos anos seguintes segue ressaltando a “magnífica obra educativa, que há anos, vem realizando no Brasil” (IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 2021, f. 71-72).

Outra evidência marcante dessa proximidade da instituição com a igreja nacional é o fato de que o IG foi responsável por sediar a XXIV Reunião Ordinária do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, ocorrida em 1958, ocasião em que foi oficialmente homenageado pela igreja nacional, ressaltando-se nesta homenagem “as realizações de vulto do Instituto Gammon, como *valiosa contribuição ao progresso da Igreja e do Brasil*” [grifo nosso] (IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 2021, f. 71).

Percebe-se na decisão emitida pelo mais alto concílio da igreja nacional, que o primeiro argumento alusivo às contribuições do IG não era em relação ao país, através da obra educacional realizada desde o final do século XIX, na referida manifestação oficial da IPB, essa contribuição é precedido por mais importante reconhecimento, relativo à cooperação que a instituição prestava à igreja nacional no que tange ao seu progresso, fator que é colocado em primeiro plano no documento oficial da igreja. Não



sem motivos, afinal, ainda no início da década de 30, Benjamin Hunnicutt (1933, p. 19) estimava que o Gammon já teria oferecido formação para cerca de “cinquenta pregadores” da igreja nacional, isto é, jovens que haviam passado pelo Gammon e posteriormente se tornado ministros da igreja nacional, além de tantas outras contribuições alistadas no seu breve relato histórico.

Igualmente importante é o registro de que essa era a segunda vez que a reunião do concílio maior da Igreja Presbiteriana do Brasil acontecia na cidade de Lavras, a primeira aconteceu quarenta anos antes, quando ainda era chamada de Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana do Brasil, e segundo Samuel Gammon (1922), metade dos membros que formaram o quórum dessa reunião eram diplomados no IG, incluindo clérigos e leigos, destes alguns estavam também presentes na reunião de 1958, incluindo o Reverendo Paschoal Luiz Pita, jovem que havia sido arregimentado e discipulado na fé cristã pelo próprio Samuel Gammon, e o então Presbítero Benjamin Hunnicutt, que embora não fosse diplomado no Instituto, como tem se apontado no decorrer do trabalho, foi o instalador e primeiro diretor da ESAL, além de Presidente do Instituto Gammon por um ano, e mais tarde o mais longo presidente do Instituto Mackenzie.

O que não é encontrado na referida reunião, não obstante ao fato de que estudos em prol da nacionalização do instituto viessem sendo desenvolvidos desde 1953 pela Junta de Missões da PCUS, é algum registro de decisões ligadas ao tema da nacionalização do IG.

A realidade não é a mesma no que se refere ao Mackenzie, pois na referida reunião são encontradas decisões tomadas pelo SC/IPB a respeito deste tema, conforme detalhado no capítulo anterior.

Outro ponto a ser mencionado em relação a esta questão, é a ausência de decisões acerca dos temas também por parte do Conselho Inter-Presbiteriano. Desde meados da década de 50, a relação entre a igreja americana e a igreja brasileira passara a ser gerida pelo CIP, que substituiu o *Modus Operandi*. O CIP realizou várias reuniões neste interregno, e em nenhuma das reuniões o assunto relacionado à transferência do Instituto Gammon ou do Mackenzie é passível de decisão pela referida comissão, são encontradas apenas decisões gerais relativas ao propósito compassado e difuso de nacionalização de projetos missionários em geral. É em uma reunião do CIP de 1956 que a palavra nacionalização aparece pela primeira vez em

decisões dos conselhos administrativos da igreja nacional, e em contexto difuso, conforme mencionado acima.

Igualmente generalizada é a decisão que foi tomada em 1957 por parte da CE-SC/IPB em resposta a um documento encaminhado pelo Secretário Executivo do SC/IPB a respeito da transferência dos colégios das missões para a IPB, em que são indicadas as diretrizes para efetivação do processo, a qual cabe registrar na íntegra:

Quanto à parte do relatório do SE em que trata da transferência dos colégios das Missões para a IPB, a CE-SC/IPB resolve: 1) recomendar aos membros da IPB que, ao fazer contribuições, doações ou legados, verifiquem, primeiro, se a instituição que solicita donativo está credenciada e autorizada pelos concílios da IPB; 2) aprovar e encaminhar ao CIP as duas medidas seguintes sugeridas pelo Presidente para integração de instituições missionárias: a) — as propriedades serão transferidas imediatamente para a IPB e serão registradas, conforme o caso, em nome do Supremo Concílio, de um Sínodo ou de um Presbitério — nunca em nome de uma Igreja local; b) — a instituição será administrada e dirigida por um Conselho Administrativo ou Autarquia, cuja composição incluirá sempre representação da Igreja Nacional — Supremo Concílio, Sínodo ou Presbitério — representação da Missão que estiver transferindo a propriedade e, conforme o caso, representação da entidade presbiteriana mais próxima; 3) nomear uma comissão, constituída pelos reverendos José Borges dos Santos Jr., Amantino Adorno Vassão, Boanerges Ribeiro e Pb. Cleantho Siqueira, com a finalidade de preparar a Igreja Nacional para receber as instituições educativas (IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 2020, f. 5).

Essa decisão da IPB, aqui transcrita, traduz bem o que se efetivou posteriormente em relação ao processo de transferência do IG, que seguiu todos os passos indicados na deliberação, como também ocorreu no IM, mas não sem os muitos conflitos já trabalhados anteriormente nesta pesquisa.

O fato de não haver registro de decisões diretas a respeito da transferência do IG em nenhuma das reuniões dos concílios administrativos da IPB dos anos de 1954 a 1960, parece corroborar as afirmações encontradas nas matérias e documentos citados anteriormente acerca de certo posicionamento passivo da igreja brasileira a respeito de assumir responsabilidades relativas à gestão do IG.

Em carta dirigida ao primeiro reitor brasileiro da instituição, o “Relações Públicas” do IG a época, e presidente da Associação dos Ex-Alunos, é taxativo em sua análise de “que, lamentavelmente a igreja brasileira não está preparada para o trabalho educacional” (MOREIRA, 1963, p.2). “Bi-Moreira” apresenta diversificadas

análises relacionadas ao processo de transição da instituição para o governo da igreja nacional, e um temor quanto ao futuro do instituto:

[...] passando a pertencer à Igreja Nacional e passando, antes disso, a ser administrado por uma Assembleia de que faziam parte representantes daquela igreja, era de crer-se que o Instituto passaria a funcionar como uma verdadeira comunidade cristã. Ainda não se verificou, mas teme-se que, quando passar à administração direta ou total da Igreja, a administração do estabelecimento possa vir a sofrer a influência pessoal de alguns membros da Igreja, cuja cúpula às vezes permanece alheia a certos fatos. Já se pensou, inclusive, em colocar em cargos administrativos pessoas que, embora técnica ou profissionalmente capazes, nada conhecem a respeito da história e das tradições do Gammon, que não pode, é certo, continuar vivendo de tradição, que, entretanto, pode e deve, ser usada em certas circunstâncias. Aliás, esse expediente da utilização de elementos estanhos à vida e à história do colégio, já foi experimentado, sem êxito, por estabelecimentos congêneres.

Uma análise argumentativa revela uma contraposição entre expectativas e realidades, tanto em relação ao processo de efetivação da nacionalização, como também em relação à condição delicada em que a escola se encontrava no que tange à sua tradição a sua prática contemporânea.

Em outra correspondência, também escrita por Bi-Moreira no mesmo período, encontra-se a seguinte declaração: “Todos sabíamos que era um velho propósito da Missão ir, aos poucos, transferindo a realização da obra que iniciara à Igreja Presbiteriana. E todos temíamos isto, principalmente *porque não ignoramos que a Igreja Presbiteriana não estava e não está preparada para tal tarefa* [grifo nosso]” (MOREIRA, 1964, n.p.).

A relevância das declarações só pode ser devidamente verificada mediante a relevância do personagem histórico que a deixou registrada, no entanto, conforme apontado anteriormente, reservam-se para a próxima seção os devidos esclarecimentos acerca desta marcante figura da história lavrense.

Fato é, que somente em uma reunião da CE-SC/IPB de 1961 que encontramos as primeiras decisões diretas da igreja nacional relativas à nacionalização do IG, e era em resposta a mais uma iniciativa da missão estrangeira, neste caso, a igreja nacional decidia pela “aceitação” de algo que lhe fora oferecido, nada mais nada menos que todas as propriedades do IG, até então pertencentes ao Comitê de Missões Estrangeiras da PCUS:

Quanto ao Doc. 116 — Destaque 4º do Relatório do Sr. Presidente do SC comunicando providências para a transferência das propriedades do Instituto Gammon à IPB — a CE-SC/IPB resolve: 1) Aprovar todos os passos dados, inclusive a *aceitação das propriedades* [grifo nosso]; 2) Relatar ao CIP o assunto, expondo as razões de urgência que determinaram as providências tomadas e pedir-lhes que as aprove (IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, f. 69).

Conforme apontado anteriormente, os passos da nacionalização foram “aprovados” pois se processavam de acordo com as diretrizes estabelecidas em 1957 pela igreja nacional. Uma vez que havia ocorrido a mudança dos Estatutos com a instalação da Assembleia Geral nos moldes do que propunha a IPB na alínea (b), seguia se então a alínea (a) da decisão proferida pela CE-SC/IPB.

Na Reunião do SC do ano seguinte, 1962, delibera-se sobre a autonomia da Comissão Executiva em dar os passos para a transferência do patrimônio, que deveria ser feito em caráter de “urgência”:

Quanto aos Documentos 75, 88 e 197 - F, referentes ao Instituto Gammon de Lavras, especialmente à ESAL - o SC resolve: 1) Delegar poderes à CE-SC/IPB para representar o SC junto à Assembléia Geral do Instituto Gammon; 2) Determinar à CE-SC/IPB que dê os passos necessários para a transferência urgente, das propriedades do Instituto Gammon para a IPB; 3) Expressar à Junta de Nashville a satisfação e o profundo agradecimento da IPB pelo seu gesto nobre e cristão e que expressa confiança, concordando com a transferência de todo patrimônio do Instituto Gammon à Igreja Nacional [...] (Sic); (SECRETARIA EXECUTIVA DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 1998b, p.86).

Nessa decisão da IPB já é possível encontrar uma informação importante relacionada à crise instaurada em 1960 sobre o futuro da Escola Superior de Agricultura do IG, assunto presente nas páginas introdutórias deste capítulo e que será retomado na próxima seção. Em 1962 essa crise já entrava no seu segundo ano e trazia preocupações para a igreja brasileira, conforme se verifica na citação acima.

Uma vez delegado os poderes, a CE-SC/IPB, na época formada pelos Reverendos Amantino Adorno Vassão (1910-1997), José Borges dos Santos Jr (1895-1972), Wilson Castro Ferreira (1913-2007) e pelo Presbítero Heitor Gouveia, após reuniões com a Assembleia Geral do IG e com o Comitê de Nashville, viabilizou a transferência de todo patrimônio da instituição, que segundo Bezerra (2016), se

concretizou no dia 19 de setembro de 1962, quando o Comitê de Missões Estrangeiras /Junta de Missões Mundiais da PCUS transferiu todos os bens para a Igreja Presbiteriana do Brasil.

O patrimônio teria sido avaliado na época em CR\$ 295.000.000,00 (duzentos e noventa e cinco milhões de Cruzeiros), e os bens incluíam o terreno da Chácara onde funcionava o colégio, com mais de 156 hectares e dezenas de prédios e residências, a Fazenda Ceres, onde estava instalada a ESAL, com uma área de 1.383.350 m<sup>2</sup> (um milhão trezentos e oitenta e três mil e trezentos e cinquenta metros quadrados), e que também possuía uma dezenas de prédios das mais variadas utilidades, além do Colégio Kemper na praça central da cidade, com uma área de 9.780 m<sup>2</sup> (nove mil e setecentos e oitenta metros quadrados), também com vários prédios construídos.

Em reunião no ano de 1963, a CE-SC/IPB registrava o seguinte:

Instituto Gammon, Transferência Propriedades — Quanto ao Doc. 121 — Transferência das Propriedades do Instituto Gammon à IPB - resolve-se: 1) Registrar que as propriedades do Instituto Gammon estão em nome da IPB; 2) Agradecer à Junta de Missões Mundiais de Nashville a valiosa doação; 3) Encaminhar os papéis anexos ao DPE para o necessário estudo (SECRETARIA EXECUTIVA DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, p. 131).

No interim dessas transições administrativas pelas quais passou, o Instituto Gammon alcançava pela Lei Ordinária nº 529, de 28 de junho de 1962, o reconhecimento como Associação Civil de Utilidade Pública por parte da Câmara Municipal de Lavras. Dois anos mais tarde o mesmo reconhecimento viria da esfera estadual por meio do Decreto nº 7.802, de 20 de agosto de 1964, assinado pelo então Governador Magalhães Pinto, que tinha como esposa uma ex-aluna do Gammon, Berenice Catão de Magalhães Pinto (1911-1982), filha de um senador do estado de Minas Gerais.

Neste mesmo período, o instituto foi matéria de inúmeros jornais de projeção nacional, especialmente em relação aos problemas que enfrentara com respeito à gestão da sua escola superior de agricultura, assunto sobre o qual discorre a próxima seção.

Ao mesmo tempo em que se consolidava a nacionalização do Instituto Gammon, transcorria paralelamente uma crise interna relacionada a uma das escolas

que compunham a instituição. Um duro processo iniciado antes dos movimentos efetivos para consolidação da nacionalização, viria a ser recebido como um dos problemas a serem geridos pela igreja brasileira, fato que não é omitido em matérias da época que reportavam a consolidação da nacionalização: “O atual Reitor vem despendendo muita atividade e muito esforço no sentido de solucionar a questão da ESAL [...]” (INSTITUTO GAMMON, 1962, p.1).

Na resolução tomada na Reunião do Supremo Concílio no Rio de Janeiro, ocorrida entre os dias 20 e 26 de fevereiro de 1962, já transcrita parcialmente em parágrafos anteriores, acompanhada de providências e uma nota de gratidão à Junta de Nashville pela confiança na transferência dos bens do Instituto Gammon para a IPB, encontrava-se uma menção de “apoio à atual direção do Instituto Gammon nos esforços que vem desenvolvendo para a solução satisfatória dos problemas da instituição, mormente os que se referem à ESAL (SECRETARIA EXECUTIVA DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 1998b, p.86).

Quais eram os problemas da ESAL?

## **4.2 A Federalização da ESAL**

“Agonia”<sup>54</sup>, “luta”<sup>55</sup>, “crise”<sup>56</sup>; estas são algumas das diferentes palavras usadas por autores que abordaram, ainda que superficialmente este assunto, seja no desenvolvimento de obras relacionadas à história geral do IG, ou mesmo à história da ESAL. Embora os termos sejam diferentes, quando considerados juntos, são mais eficientes no que tange a comunicar as características envolvidas nesse processo de federalização ocorrido na cidade mineira de Lavras.

Nesta parte do trabalho procurou-se construir uma narrativa crítico-interpretativa da federalização da ESAL, orientada pelas formas simbólicas que representam esse processo, além da ampla utilização de fontes históricas e de depoimentos oriundos da participação nos fatos, tudo no intuito de reproduzir a realidade contextual cotidiana dos atores produtores e receptores das formas simbólicas.

---

<sup>54</sup> Dias (2009, p. 100);

<sup>55</sup> Bezerra (2017, p. 339) e Moreira (1987, p.1)

<sup>56</sup> Silva (2020, p. 361);

Foram usadas especialmente as informações presentes nas publicações e documentos gerais da época, de modo que estes mesmos dados levantados para construção desta narrativa pudessem ser revisitados no processo de composição da análise sócio-histórica.

#### **4.2.1 As mudanças na relação entre a Junta de Missões norte-americana e o IG**

Há um consenso geral entre os autores e pesquisadores do tema, quanto à identificação de mudanças que haveriam se processado na relação entre a missão estrangeira e o Instituto Gammon no início da década de 60, no entanto, não são encontradas distinções mais efetivas acerca desse tema nas pesquisas compulsadas. Foi por esse motivo que as primeiras seções deste capítulo tiveram exatamente o objetivo de contribuir com esclarecimentos a respeito do assunto. Esta abordagem ainda não havia sido alcançada por pesquisadores, seja sobre a história do IG, ou sobre a história da federalização da ESAL, com exceção de Bezerra (2016), que apresenta algumas informações gerais sobre o tema da nacionalização na obra que escreveu sobre a história do Instituto Gammon.

Pelo fato dessa mudança percebida pelos pesquisadores não ter sido investigada em seus respectivos aspectos e características, decorreu entre os autores a proposição de diferentes inferências gerais quanto a essas mudanças que se processavam na relação entre a missão norte americana e a mantenedora da ESAL. Rodrigues (2013, p. 101) por exemplo, se aproxima da questão, mas não oferece informações precisas, não obstante, ao mesmo tempo, assim como os demais autores, não deixa de pressupor conjecturas:

*Ao que tudo indica, a partir do final dos anos 50 – não há precisão de datas – a missão Evangélica norte-americana teria entregado o IG para a Igreja Presbiteriana do Brasil – talvez por entender que estivesse se consolidado aquela etapa missionária do presbiterianismo no Brasil, podendo o IG “andar por suas próprias pernas” [grifo nosso].*

Embora unanimemente presente nas abordagens sobre o tema, as inferências são divergentes de autor para autor, é em Dias (2009, p.101), por exemplo, que se encontra o mais amplo leque de conjecturas, especialmente ao atribuir o desinteresse dos presbiterianos em relação à manutenção e investimento na ESAL, à ideia de que

a “pregação pastoral renderia frutos mais generosos se fosse feita para jovens na puberdade e não para universitários de cabeça formada”.

Uma outra proposição deste mesmo autor ultrapassa o foro das questões religiosas e considera também questões sócio-políticas relacionadas aos missionários, classificando-os como “conservadores e capitalistas”, o que trazia como implicação um temor em relação ao “crescimento de ideias esquerdistas no meio estudantil brasileiro, as quais poderiam chegar à pacata Lavras, e aí o futuro seria incerto” (DIAS, 2009, p.101)<sup>57</sup>.

Embora pareça concordar com Dias (2009), Rodrigues (2013, p.101) não somente reconhece o caráter inferencial dessas questões, como também aponta a necessidade de aprofundamentos, e que por não ser o “foco” dos seus estudos, se revelavam como “elementos significativos para estudos posteriores”.

Visando um passo investigativo que vá além das inferências, conjecturas e teses “incertas”, é preciso trabalhar com os dados históricos, neste caso, aqueles que sedimentam o início da presente abordagem e que foram apresentados na seção anterior, referentes à nacionalização, uma vez que tais elementos trazem respostas mais assertivas para as inferências e lacunas indicadas intencional, consciente e justificadamente nos escritos de Rodrigues (2013), e que também projetam repostas para além das questões relacionadas às políticas de evangelização, ou porque não dizer, inclusas nas políticas de evangelização, como um propósito fundacional da *East Brazil Mission* em transferir a gestão do instituto para a igreja brasileira, e foi o que se concretizou entre o início de 1961 e meados de 1962, considerando a transferência da gestão e do patrimônio, conforme descritas na primeira seção do capítulo.

Esse já é um dado muito importante para a pesquisa que está sendo apresentada, pois permite a distinção de papéis no processo, revelando que as decisões essenciais que se deram durante o truncado movimento de federalização, não têm relação direta com a Junta de Missões norte americana, pois quem de fato assumiu e geriu o problema da ESAL foi a igreja brasileira e não o Comitê de Nashville,

---

<sup>57</sup> No trabalho de pesquisa realizado não foram encontrados dados que oferecessem fundamentação para essas interpretações de Dias (2009), abrindo espaço para pesquisas futuras que possam trazer maiores esclarecimentos se estes fatores tiveram de fato influência na relação entre a missão estrangeira e o Instituto Gammon. A nacionalização do IG foi a decisão mais marcante da missão nesse período e essa questão, conforme demonstrado, não era projeto circunscrito ao recorte temporal da pesquisa, mas é encontrado em um recuo de décadas, com valores que estavam presentes em registros feitos antes da fundação da própria Mesa de Curadores em 1913.



que já se restringia a uma participação como coadjuvante no processo, uma vez que a direção e os bens da instituição já haviam sido transferidos.

Ainda no plano das constatações de pesquisadores que identificaram mudanças que se processaram a partir dos anos 60, no sentido do IG não mais receber contribuições missionárias, tampouco missionários norte-americanos (NOGUEIRA, 1994), pode ser facilmente explicado a partir das informações mais aprofundadas acerca da nacionalização da instituição, conforme apresentadas nas primeiras seções deste capítulo, o que revelou certas políticas ou estratégias de evangelização do Comitê de Nashville, relacionados a um projeto de autonomia do instituto.

Lembrando que a importante implicação relacionada à nacionalização do IG, é que pela primeira vez em noventa e três anos de história, a instituição passou a ter um reitor de nacionalidade brasileira, cargo sempre ocupado por missionários norte-americanos designados pelo Comitê de Nashville, mas que agora passava a ter designação por meio da Assembleia Geral do Instituto Gammon, que tinha como associado vitalício a Igreja Presbiteriana do Brasil.

#### **4.2.2 O desafio de criar e manter uma Escola Superior de Agricultura**

A ESAL era a primeira escola deste tipo criada pela Missão Presbiteriana no mundo inteiro e se tratava de um empreendimento ousado, tendo em vista os grandes desafios envolvidos. Sempre foi um grande problema para a mantenedora conseguir viabilizar financeiramente o projeto, e as dificuldades neste aspecto não estão circunscritas ao final da década de 50, ou início da década de 60, o que aconteceu nesse período foi a deflagração pública da sua grave situação estrutural e conforme será demonstrado, se deu naturalmente, devido inclusive, às características do contexto educacional brasileiro naquela época.

Ao contrário do que se tem afirmado nas inferências anteriormente mencionadas, os dados históricos parecem claramente indicar, que o que acontecia naquele momento não era uma diminuição de investimentos na ESAL, mas uma confluência de fatores colocava em dúvida a relevância da instituição em face do desenvolvimento das demais escolas de agricultura do país, que eram subsidiadas por recursos públicos incomparavelmente mais amplos do que aqueles que a mantenedora poderia dispor à escola de Lavras.

Almiro Schulz (2003, p. 46) cita um trecho que teria sido extraído de um dos volumes da separata editada por Silvio do Amaral Moreira, e que era publicada na Tribuna de Lavras, na qual Moreira *apud* Schulz (2003, p. 46) teria feito a seguinte análise:

Com o passar dos anos, [...], a Escola Superior de Agricultura de Lavras, passou a sentir as limitações de uma escola particular, vendo-se incapacitada de acompanhar o avanço da tecnologia moderna e de atender às solicitações cada vez mais concretas da pesquisa, surgiu então um movimento em prol da federalização [...].

Silvio Moreira não restringe a crise financeira àquele momento específico, mas procura apresentá-la como elemento latente na trajetória de desafios envolvida nos cinquenta anos de história da ESAL, e que se tornava patente no contexto da educação agrícola praticada no Brasil naqueles anos.

Um outro importante escritor, considerado como autor de uma das mais significativas obras sobre a história de Lavras, Marcio Salviano Vilela (1965-), ao se referir ao período de “mais de meio século” em que a ESAL esteve sobre direção da iniciativa missionária, reconhece também que as limitações financeiras fizeram parte de toda a história da instituição, embora não a tenha impedido de cultivar valores que estão além das questões materiais:

Esse passado que com certeza foi considerado, visto que, ao lado de suas limitações materiais, aquela escola através dos técnicos que diplomou sempre deu testemunho de eficiência gerada na honestidade do trabalho ali realizado por diversas gerações de mestres e alunos (VILELA, 2007, p. 262).

Nessa mesma direção escreveu Clara Gammon (2003, p. 130) em 1959, ao reportar sobre as limitações financeiras da ESAL frente a outras instituições congêneres com as quais “não podia competir”, citando inclusive o depoimento de um “alto funcionário do governo”, que segundo a escritora, referia-se a um conceito que vinha se “firmando no correr dos anos” em relação à ESAL: “Quando preciso de um homem capacitado para empregar equipamentos modernos, eu o procuro em Viçosa; mas se preciso de um homem por sua integridade de caráter e fidelidade no serviço, vou a Lavras”.

A menção da cidade de Viçosa na citação, remete à Escola Superior de Agricultura e Veterinária<sup>58</sup> fundada em 1921 pelo governo estadual, o qual não poupou recursos para equipá-la com o que de mais moderno existia em termos de tecnologia agrícola, assim como também com os melhores profissionais do ensino, por exemplo o Dr. Peter Henry Rolfs (1865-1944), contratado junto ao *Florida Agricultural College* onde era diretor desde 1915, e que vinha para o Brasil com o propósito de construir a escola em Viçosa. A curiosidade é que Rolfs visitou a então Escola Agrícola de Lavras no dia 27 de maio de 1921, e deixou o seguinte comentário no Livro de Visitas: “O projeto é grande e deveria ser mais generosamente apoiado. A igreja de cujo patrocínio este trabalho tem sido desenvolvido poderia dar-lhe uma possível ajuda” (ROLFS *apud* ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS, 1921, s.n.).

O levantamento de dados demonstra que infelizmente este não era um problema simples de se resolver, pois as limitações financeiras que se tornaram notórias no final da década de 50, pela comparação da EAL com as suas congêneres, não eram fruto de desinteresse da missão, ou da mantenedora, pelo contrário, a escola em sua estrutura complexa e ampla, sempre foi um grande desafio para a missão norte-americana, desde os seus primórdios<sup>59</sup>. Os relatos feitos pela viúva de Samuel Gammon em relação a este assunto, contemplam os primeiros tempos da iniciativa. Clara Gammon (2003, p. 133-134), fala sobre dias difíceis ligados a aquisição da fazenda que iria abrigar a Escola, inclusive sobre as limitações de auxílios que podiam ser investidos pela Junta de Missões:

A Junta nos Estados Unidos se encontrava em sérios apertos financeiros [...] A compra da fazenda da Escola Agrícola foi outro compromisso sério [...] A Junta enviava algum recurso, demonstrando boa vontade, porém se sentindo impedida de fazer mais. Durante meses a fio Dr. Gammon padeceu da maior ansiedade, sentindo-se esgotado e perdendo o sono. A certa altura dos acontecimentos chegou a empenhar seu seguro de vida como garantia dos débitos, a fim de que, em caso de sua morte, a situação pudesse ser remediada. Discutiu francamente a situação em longa carta e depois de pedir à Junta que enviasse alguém para verificar de perto o estado das coisas, propunha pedir demissão de seu cargo em favor de quem fosse julgado mais capaz de enfrentar o problema.

---

<sup>58</sup> Atualmente Universidade Federal de Viçosa

<sup>59</sup> Dado histórico que contrasta a ideia de que as missões deixavam de investir na escola, é o fato do Prospecto do Instituto Gammon de 1958 informar que estava sendo construído naquele ano um novo dormitório na instituição, que recebeu o nome do seu fundador, Benjamin Hunnicutt. Prospectos de anos posteriores confirmam a construção do Prédio.

Desde o seu início a ESAL era um projeto que dependia diretamente de investimentos de outras fontes, especialmente do estado, com quem sempre contou conforme aponta o Prospecto Anual publicado no seu segundo ano de existência, onde se menciona a gratidão da instituição à “Directoria de Agricultura do Estado de Minas (sic)” pelos “muitos favores recebidos” (INSTITUTO EVANGÉLICO, 1909, p. 14).

Em uma das publicações do Instituto Gammon, Benjamin Hunnicutt (1933, p.14), fundador e o mais longo diretor da escola, afirma: “A escola sempre teve o auxílio do Governo de Minas Gerais e do Ministério da Agricultura”. Em outra publicação, escrita originalmente em inglês, e que tinha como objetivo divulgar para os norte-americanos os avanços dos trabalhos de Lavras, ele não somente menciona o apoio do governo brasileiro à escola, mas especifica valores, que até aquele momento já alcançavam a cifra de dez mil dólares anuais, além da manutenção de bolsas de estudos para dezenas de estudantes (HUNNICUTT, [191?]).

Verifica-se que estas duas últimas publicações citadas, são do período em que a EAL ainda não tinha nem sede própria, que veio a ser construída somente no início da década de 20 (1922) pois até então funcionava em prédios de outras escolas do então Instituto Evangélico.

Neste ponto, é preciso que se abra um parêntese importante relacionado à participação de iniciativas governamentais na viabilização de estruturas diversas para a instalação da ESAL. Uma significativa pesquisa sobre “o relacionamento da ESAL com o poder público” no que tange às subvenções, tanto de nível estadual como federal pode ser acessada na obra de Meira (2009, p 109). Uma outra questão que Meira (2009) e Rossi (2010) chamam atenção, é para o fato de que todos os primeiros edifícios construídos na instituição são batizados com o nome de autoridades do poder público, beneméritos como o Deputado Federal lavrense “Álvaro Botelho” (1860-1917), o secretário de agricultura do Estado de Minas Gerais, “Carlos Prates” (1864-1934), e o Ministro da Agricultura “Odilon Braga” (1894-1958). Todas estas personalidades do poder público viabilizaram subvenções indispensáveis para estruturação da ESAL em seus primeiros anos, e tiveram os seus nomes dados aos três primeiros edifícios que compunham o Campus da escola.

Para se ter uma ideia dos desafios da instituição, é importante considerar que ela nunca foi auto sustentável, conforme projetaram os seus idealizadores

(INSTITUTO EVANGÉLICO, 1908). “As turmas eram muito pequenas até a década de 1930, todas inferiores a 10 formandos (com frequência entre 1 e 3, somente)” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, 2008, p. 14). Acrescenta-se que muitos destes alunos eram contemplados com diferentes modalidades de bolsas de estudo, algumas concedidas pelo próprio Instituto Gammon com recursos das missões e de missionários (REZENDE e MENDES, 2021).

Em um relatório de Samuel Gammon, escrito quase vinte anos após a fundação da ESAL (1926), são relatados, além de problemas nessa ordem, uma iniciativa para tentar resolvê-los:

[...] a Fazenda Escola, que já funcionava desde 1921, acumulava déficit e seria colocada sob a gerência de Mr Wheelock, que se dedicaria a ela em tempo integral para reorganizá-la reduzindo custos e racionalizando as diferentes atividades, além de melhorar a industrialização de produtos derivados de bovinos, suínos e ovinos que desde 1924 diminuía bastante. Os produtos lácteos eram os únicos produzidos regularmente. A produção cafeeira e as florestas de eucaliptos eram a esperança de melhores dias (BEZERRA, p.127)”.

John Henry Wheelock (1898-1961), citado por Samuel Gammon neste relatório, tem sido retratado nas literaturas sobre a história da ESAL, como aquele que exerceu o papel de “consolidador” da instituição “idealizada” por Gammon e “instalada” por Hunnicutt.

Formado em Agronomia na Universidade de Iowa no ano de 1920, mudou-se para Lavras em 1922. Além de professor, exerceu o mandato de diretor da ESAL em vários períodos diferentes, sendo o substituto de Hunnicutt quando ele deixou o cargo em 1926, após 18 anos do início das atividades da ESAL. Wheelock ocupava o cargo de diretor da instituição no ano do cinquentenário, e ao final da sua última gestão em 1959, teve papel importantíssimo na projeção de um outro personagem importante para a história da instituição e que já foi mencionado no início deste capítulo, o aluno, professor, e posteriormente diretor, Alysson Paolinelli, e é no contexto de início da crise na ESAL que Paolinelli começa a entrar em cena, se tornando posteriormente o “dinamizador” do projeto educacional de Samuel Gammon e de Benjamin Hunnicutt.

O que as informações compartimentadas nesta parte da pesquisa refletem, é que sempre houve empenho por parte dos missionários em angariar recursos que

viabilizassem a ESAL, e ao mesmo tempo, as publicações do Comitê de Nashville indicam que a missão se referia à ESAL com muito orgulho da sua existência e contribuição na agricultura brasileira, e embora reconhecesse a situação delicada a que chegava naquele período, ainda procurava de algum modo defender a sua relevância, conforme indica o pequeno excerto transcrito em seguida, que segue a mesma linha interpretativa esboçada por Moreira *apud* Schulz (2003), Gammon (2003), e Vilela (2007): “A Escola de Agricultura (parte do Instituto Gammon) foi uma pioneira em tal trabalho no Brasil. Embora faltem alguns dos edifícios e equipamentos encontrados em escolas governamentais altamente subsidiadas, ela continua a ser líder em seu campo [tradução nossa]” (EXECUTIVE COMMITTEE FOREIGN MISSIONS PRESBYTERIAN CHURCH U. S. [1957?], p.19).

Em um outro trecho a referida publicação contraria diretamente as inferências relacionadas a desinteresse da missão com a obra educacional agrícola, pois menciona um projeto de instalação de uma outra escola com departamento de agricultura, e que deveria ser executado pela *West Brazil Mission*, que era um outro braço das missões da PCUS (EXECUTIVE COMMITTEE FOREIGN MISSIONS PRESBYTERIAN CHURCH U. S. [1957?], p.19).

#### **4.2.3 Prelúdio: a crise financeira e a mobilização da comunidade esaliana**

Conforme tem sido demonstrado, nenhum esforço plausível da missão seria suficiente para oferecer à ESAL o que ela precisava quando comparado com os investimentos feitos pelo governo nas suas próprias escolas. Essa era a dura realidade retratada pelos próprios alunos da instituição em um dos principais veículos de comunicação da comunidade estudantil do Instituto Gammon, refiro-me ao jornal mensal “O Agrário”<sup>60</sup>. Na edição número 70 de maio de 1962, o Centro Acadêmico de

---

<sup>60</sup> Fundado em 1947, este veículo da imprensa lavrense teve sua fase áurea exatamente durante o período em que se deu a nacionalização do Instituto Gammon, seguida da federalização de sua Escola Superior de Agricultura, isto é, entre o final da década de 50 e início da década de 60. Era o “Órgão de Divulgação do Centro Acadêmico de Agronomia da Escola Superior de Agricultura de Lavras”. Nessa época figurava em seu corpo redatorial o jovem Avary de Campos, que se projetaria em São Paulo como editor de uma das mais importantes publicações especializadas em agropecuária, a revista “Balde Branco” (MOREIRA, 1979). Avary de Campos recebeu como homenagem póstuma a colocação do seu nome em uma escola municipal na cidade de Pedro Leopoldo, MG (PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO, 2009). A publicação não obedecia a um fluxo estrito de edições. Aparentemente era objetivo do CAA publicar mensalmente, no entanto, existem edições mensais, bimestrais, e lacunas temporais da referida publicação, conforme aponta a coleção de exemplares que compõem a hemeroteca do Museu Bi Moreira.

Agronomia atualizava informações relacionadas ao processo de federalização da ESAL, e lê-se o seguinte relato:

Desde os princípios de 1958 os alunos da Escola Superior de Agricultura de Lavras, começaram a sentir que *sua escola não acompanhava o ritmo de progresso das demais* [grifo nosso], portanto não estava em condições de enfrentar os problemas da agricultura moderna; a crise veio agravando-se de tal modo, que em princípios de 1960, foi nomeada uma comissão de 12 centristas, que deveria fazer o levantamento das deficiências da ESAL, sob todos os aspectos (CAA, 1962, p.1).

Como se percebe na transcrição deste pequeno trecho da matéria editada e publicada pelos próprios estudantes, a interpretação por parte dos alunos em relação à situação crítica que vinha vivendo a Escola Agrícola, não estava relacionada a um desinteresse da mantenedora, mas à impossibilidade da instituição em acompanhar suas congêneres, com o eminente risco de se tornar obsoleta em relação às evoluções tecnológicas no que tange às soluções para agricultura brasileira.

A partir deste ponto da narrativa, se tornará perceptível o que foi observado por Rodrigues (2013, p.102), de que “o contexto transformou o CAA/ESAL em importante ator” no processo de federalização. Mas não foi apenas o CAA que foi transformado em importante ator, um de seus presidentes por dois mandatos, também foi transformado em um importante ator no processo, conforme indicam as informações relatadas nos parágrafos que se seguem, extremamente valiosas no objetivo de reconstruir o entendimento do cotidiano, as opiniões e compreensões que eram sustentadas e partilhadas pelas pessoas que constituíam o mundo social que é investigado. A utilização do depoimento do próprio Paolinelli nos auxilia a compreender a maneira como as formas simbólicas foram interpretadas e compreendidas.

Era 14 de dezembro de 1959, o recém-formado e orador da turma de agrônomos daquele ano, o jovem bambuiense<sup>61</sup> Alysson Paolinelli, era chamado na sala do diretor da ESAL. Ele havia recebido a medalha de ouro como primeiro colocado por desempenho no curso de agronomia e já tinha emprego garantido, no

---

<sup>61</sup> Nascido na cidade de Bambuí, região oeste de Minas Gerais.

entanto, naquele dia ele receberia um convite que mudaria os seus planos pessoais (VILAS BOAS, 2021).

Segundo Vilas Boas (2021), ao entrar na sala, Paolinelli encontrou o diretor da ESAL, John Wheelock, e o futuro diretor, Eduardo King Carr<sup>62</sup>, que conforme reportado na seção anterior do trabalho, dois anos mais tarde viria se tornar o primeiro reitor brasileiro do IG.

O assunto da reunião era a saída de alguns professores da ESAL e a necessidade de substituí-los, e caso não encontrassem estes substitutos não teriam condições de manter os vestibulares, o que significaria o fechamento da instituição. O próprio Paolinelli relata o que aconteceu e como se sentiu naquele dia:

O Mister Wheelock, como era carinhosamente chamado, sabia o quanto eu gostava da Escola, pelo trabalho que eu tinha feito como estudante. Fui presidente por duas gestões consecutivas do diretório acadêmico. Eu sabia que a situação da Escola estava muito crítica, tanto que, no seu cinquentenário, a Instituição não pôde oferecer mais do que o culto e um jantar para os ex-alunos, e a festa foi organizada pelo diretório [...].

Eu levei um choque na hora. Foi um susto muito grande ouvir falar em fechar a nossa ESAL, naquela época com quase 54 anos de existência, foi algo que eu não gostaria de ouvir [...].

Eu me recordo que, além de nós, o professor Wheelock também convidou vários especialistas nos cursos que estavam vagos para lecionarem na Escola. Muitos colegas não aceitaram, pois não viam futuro na escola de Lavras. *Era uma escola que estava fadada ao fechamento* [grifo nosso].

Eu tive uma reação muito forte, lembro que eu falei: se depender de mim para que a escola não seja fechada, está resolvido! Eu aceito. Eu nem sabia qual disciplina iria lecionar, onde eu iria morar, quanto eu iria ganhar. Abandonei todas as projeções que eu tinha feito e fiquei (VILAS BOAS, 2021, Internet).

As palavras de Paolinelli se encaixam bem na interpretação feita por Vilela (2007, p.261) sobre este episódio marcante na história da ESAL:

“[...] a crise econômica assinalada no início da década de 60, ameaçou o fechamento da Escola Superior de Agricultura de Lavras, motivando a direção

---

<sup>62</sup> Em 1964 estaria relacionado na lista publicada pelo Diário Oficial da União que incorporava os funcionários da ESAL no quadro de servidores públicos do Governo Federal. Um dado instigante sobre King Carr é uma carta que ele teria escrito enquanto reitor do Instituto Gammon, em que denunciava aos militares um dos professores da instituição, que teria sido descrito por ele como “uma ameaça comunista”. Tratava-se do então, também pastor titular da Igreja Presbiteriana Central de Lavras (hoje 1ª Igreja Presbiteriana de Lavras), Rubem Azevedo Alves, o grande e respeitado intelectual brasileiro falecido em Campinas no ano de 2014 (SILVA, 2017, p. 57).



do Instituto Gammon a cessar suas atividades. A reação foi imediata com patriotismo e mobilização dos envolvidos, principalmente, dos estudantes [...]"

Segundo Vilas Boas (2021), Paolinelli havia estabelecido um propósito de que todos trabalhassem juntos em prol de salvar a ESAL, e segundo o próprio Paolinelli, ele havia recebido o convite de Wheelock como uma missão na qual ele “tinha muita confiança”:

Eu tinha uma sobrecarga muito grande, pois acabei assumindo duas cadeiras, e aquilo me sacrificou muito. Passei o primeiro ano com muito aperto, mas não esquecendo o problema da Escola. Tentávamos sempre buscar alguma solução. Os outros professores começaram a ter confiança na minha participação e acabaram me elegendo como representante no comitê que buscava solução para a Escola, e eu tinha muita confiança na *missão que o Mister Wheelock havia me confiado* [...]. (VILAS BOAS, 2021, Internet)

Figura 19 – O jovem estudante Alysson Paolinelli



Fonte: Museu Bi Moreira (1958)

Logo no início do ano seguinte começaram os movimentos efetivos com o objetivo de salvar a ESAL, quando, conforme descrito no trecho da matéria transcrita anteriormente, foram nomeados 12 membros do Centro Acadêmico de Agronomia como parte de uma comissão que tinha o propósito de fazer um levantamento de todos os pontos críticos relacionados à estrutura e funcionamento da instituição.

Foram solicitados junto aos professores, relatórios que descrevessem as necessidades pelas quais passava cada departamento. A constatação não poderia ser outra: “Quando recebemos estes relatórios, vimos que a situação era grave, e que a Escola necessitava urgentemente de uma boa dotação financeira. Porém, onde iríamos consegui-la?” (CAA, 1962, p.1).

Ainda no primeiro semestre de 1960 teria ocorrido uma reunião em que participaram o Reitor do IG, o diretor da ESAL, além do corpo docente e discente da instituição. A reitoria do IG era ocupada nesse período pelo americano Lawrence Calhoun, e o diretor da ESAL era o brasileiro Eduardo King Carr, que havia sucedido seu tio, Wheelock. O relato sobre esta reunião é importante, pois segundo os registros históricos, o Reitor se pronunciou aos alunos em relação à situação da Escola e em relação ao posicionamento de sua mantenedora acerca da questão, e teria sido em decorrência a este pronunciamento que surgiu pela primeira vez a ideia da federalização, isto é o que informa uma matéria publicada dois anos mais tarde:

Depois de ouvirmos a palavra do Magnífico Reitor dizendo que a instituição mantenedora (I.G.) não possuía fundos para melhorar a Escola e não tinha planos para sanar as dificuldades, surgiu então a ideia de lutarmos pela federalização.

Desse momento em diante nos apegamos à meta que surgira: FEDERALIZAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS (CAA, 1962, p.1).

Neste contexto teria também ocorrido uma reunião entre os professores, que por unanimidade decidiram a favor da federalização da ESAL (CAA, 1962, p.1). Desse modo os alunos conquistavam importante apoio para sua causa. Paolinelli também comenta sobre o envolvimento do corpo docente da instituição: “[...] os professores eram muito unidos. Todos fizeram sacrifício pessoal para manter a Escola na sua fase mais crítica” (VILAS BOAS, 2021, Internet).

Não obstante, os alunos tinham em mente que necessitariam mais do que apenas o apoio dos professores, e nesse ponto se torna importante a menção de um registro feito por Dias (2009, p.102), a respeito de um certo grupo de jovens cariocas que haviam sido aprovados no vestibular da ESAL e ingressado na turma de 1958. De acordo com o autor, a presença destes jovens da “cidade grande” estabelecia certo contraste na instituição, que tinha em sua maioria alunos “pacatos”, “filhos de fazendeiros de Minas Gerais e do Nordeste”, e o contraste se evidenciava especialmente por “um clima de agitação” que é percebido na escola nesse período.

De fato, a presença destes jovens aproximou os estudantes da ESAL aos movimentos estudantis nacionais e suas bandeiras, dentre elas a defesa do ensino gratuito, conforme relatado em capítulo anterior, e na interpretação de Dias (2009, p.102), o movimento a favor da federalização teria se encaixado “como uma luva na veia política dos cariocas, que já fortes no Centro Acadêmico, entraram de corpo e alma no primeiro ato público a favor da estatização da ESAL”.

Era 25 de setembro de 1960, quando liderados pelo jovem carioca Carlos Gomes dos Santos Cortês (1938- ), uma bancada de estudantes da ESAL foi buscar apoio para a causa da federalização no XIX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que naquele ano acontecia em Minas Gerais, sendo sediado na cidade de Viçosa, vizinha à Lavras, distando cerca de 300 quilômetros apenas.

E se era apoio que precisavam, que tal do futuro Presidente da República? Foi exatamente o que os jovens pensaram ao perceber a presença do candidato à presidência Jânio Quadros, que em campanha política para as eleições que seriam realizadas no mês seguinte, estava visitando o evento estudantil em Viçosa.

Sem medir esforços os estudantes lutaram como puderam para enfrentar a multidão que o cercava, e ao aproximar já disseram imediatamente que eram de Lavras, o que teria sido o gatilho para o diálogo, conforme matéria que foi publicada no jornal do Centro Acadêmico na edição de agosto/setembro de 1961, e transcrita pelo ex-diretor do Museu Bi Moreira, Angelo Alberto de Moura Delphim<sup>63</sup>:

---

<sup>63</sup> Formado em Letras e atuando no Museu desde o final da década de 1970, passou a ser seu diretor em 1979. Em 1984, Ângelo ingressou ao que consta, no cargo de museólogo na ESAL/UFLA onde permaneceu até 2006, estando à frente do Museu Bi Moreira por mais de 20 anos, período em que também exerceu a função de Coordenador de Cultura da Universidade Federal de Lavras entre 1997 e 2004.

“- ... da ESAL?

- Sim doutor! Queremos federalização!!!

- Federalização? Isso me interessa; precisamos conversar” (CAA *apud* DELPHIM, 2004, p.1)

Não seria possível uma conversa no meio da multidão que “queria carregá-lo”, por esse motivo a conversa foi acontecer bem mais tarde, na hora do seu almoço “de 5 da tarde”:

- “Doutor, queremos uma promessa por escrito de que federalizará a ESAL.

- É com prazer que interrompo o meu almoço para fazer tal declaração” (CAA *apud* DELPHIM, 2004 p.1).

Eis os dizeres do bilhete escrito e assinado por Jânio Quadros:

Aos estudantes e ao povo de Lavras, meu abraço e votos de felicidade, com a segurança de que na Presidência, atenderei as reivindicações dessa generosa terra, inclusive a Federalização de sua esplêndida Escola de Agronomia, ou seja, a Escola Superior de Agricultura, de tradições mais do que cinquentenária,

A Família de Lavras, os respeitos meus e de minha esposa.

Viçosa, 25-9-60 (QUADROS, 1960, p. 1)

Na análise argumentativa do discurso de Jânio Quadro destaca-se como a pequena manifestação se reveste de lisonjas típicas da busca de apoio político de uma cidade, e evidentemente, da própria comunidade esaliana.

Com o bilhete em mãos os estudantes trataram de se dirigir ao cartório no dia seguinte para reconhecer firma da assinatura de Jânio Quadros, não sem antes ouvir do próprio: “Tirem fotocópias e propaguem a nossa causa, digam aos estudantes de Lavras que federalizarei a sua Escola, e que ganharemos esta causa” (CAA *apud* DELPHIM 1960, p.2), e com esse e outros discurso atraentes, no mês seguinte Jânio se elegeu como o vigésimo segundo presidente do Brasil.

No entanto, essa foi somente uma das muitas promessas não cumpridas pelo emblemático “homem da vassoura”, que não completou sequer um ano na presidência, vindo a renunciar no dia 25 de agosto de 1961. Um banho de água fria nas expectativas alimentadas pelos alunos da ESAL, “fomos deixados com o papel na

mão, sem nada concretizar” (CAA, 1962, p 8). Mas o ano eleitoral tinha rendido mais promessas por parte de outros políticos “que aproveitaram a ocasião” (BEZERRA, 2016, p. 339), dentre eles Magalhães Pinto, candidato ao governo do estado, que fez a seguinte promessa: “eleito Governador do Estado, empenharei todos os esforços junto ao presidente da república em favor da federalização do ensino Superior de Agronomia, em Lavras” (PINTO, 1960, p.1). Quanto a esta promessa do governador, os alunos confirmaram mais tarde que ele vinha fazendo “muito para que” fosse alcançada a “meta” (CAA, 1962, p. 8). Rodrigues (2013) observa que até esse momento, a ESAV (Viçosa) ainda era uma instituição estadual, o que importava certa dificuldade ao governo de Minas Gerais no sentido de manter duas instituições congêneres relativamente próximas uma da outra.

Mas se era apoio que precisavam, em pouco tempo os estudantes de Lavras já tinham em mãos o bilhete do futuro presidente e uma carta do futuro governador do estado. Mas houve ainda uma terceira participação política importante que teria surgido neste interregno, foi a do então Deputado Estadual Renato Mário de Avelar Azeredo (1919-1983), pai do futuro governador de Minas, Eduardo Brandão de Azeredo (1948- ), que pretendia a transferência da instituição para uma de suas bases eleitorais, a cidade mineira de Sete Lagoas, onde funcionaria nas instalações do antigo IPEACO (Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Centro-Oeste). Alunos, professores, funcionários, acervos, tudo seria transferido para Sete Lagoas.

No ano seguinte os estudantes acusariam o IG de cultivar uma disposição favorável a essa ideia, transformando este episódio em um dos fatores que encerrou a fase de cordialidade verificada até o final de 1960, e inaugurou a fase de controvérsias, que se divide em dois momentos, o primeiro se decorreu especialmente em 1961, e se deu entre o movimento estudantil e a direção do IG, até aquele ano representada especialmente pela missão americana. E o segundo momento, se decorre em 1962, quando a disputa direta saiu da circunscrição da instituição e traz para o campo dos interesses figuras políticas e a liderança denominacional da Igreja Presbiteriana do Brasil.

#### **4.2.4 Interlúdio: a crise institucional e as controvérsias**

Embora imprecisa, é contributiva a declaração de Rodrigues (2013) de que “o clima se acirra por conta de uma guerra verbal entre a imprensa gammonense,

defendendo os interesses do IG, e “O Agrário”, porta-voz do movimento estudantil”. É imprecisa porque desconsidera o fato de que, assim como o periódico “O Instituto”, o jornal “O Agrário” também era produzido nas instalações da “Imprensa Gammon”, e era um veículo de comunicação do Centro Acadêmico de uma das escolas que lhe pertencia, ou seja, a crise se dá dentro da própria imprensa gammonense.

Na intensificação de ações visando o objetivo estabelecido pelos estudantes, que era a causa da federalização, revelam-se manifestações que trazem desconforto à direção do IG, dentre elas uma matéria da edição de “O Agrário” de agosto/setembro de 1961, em que pela primeira vez os estudantes da ESAL escrevem em tom combativo e crítico à postura do IG. Usando linguagem de militância, os estudantes esalianos convocam a comunidade lavrense para a luta, e fazem acusações à mantenedora:

[...] não cederemos um passo, não recuaremos um centímetro na defesa desta causa.

Temos procurado trabalhar em todos os sentidos sem medir esforços pois nossa causa é única: - dotar Lavras de uma Escola, de uma grande Escola que já não mais viva de tradição, mas que continue a fazer tradição. O apoio esparso e fraco que temos muitas das vezes recebido não nos desestimula, não nos intimida. Mesmo não sendo lavrense tudo faremos pela grandeza desta terra, de povo nobre e de nobres ideais.

Por duas vezes, o I.G. esteve para entregar a nossa Escola de mão beijada ao Governo Federal que pretendia levá-la para Sete Lagoas. Nesta época, não surgiu em Lavras nenhum movimento para que ela aqui permanecesse. Hoje lutamos para que ela não se feche mas também lutamos para que daqui, ela não saia.

Somos poucos mais de cem. Amanhã federalizada seremos mais de quinhentos.

Quem lucrará com isto? Respondemos: o Município, o Estado e a Nação.

Federalizada seus filhos não mais pagarão as taxas de Cr\$ 21.000,00 para o externato e Cr\$ 71.000,00 para o internato por ano. Espera-se que para o próximo ano estes números frios subam de cem por cento. Federalizada os menos favorecidos de recursos financeiros poderão ingressar na carreira agrônômica em sua própria terra sem ser preciso se locomover para outros centros para com o próprio suor sustentar-se nos estudos.

É chegado, lavrense, a sua vez de tomar a sério a federalização da ESAL e de engrossar as fileiras dos que por ela lutam.

Dando o seu apoio, você estará ajudando a acelerar o dia da FEDERALIZAÇÃO (CAA *apud* MENDES, 2020, p. 89)

A maneira como a matéria é redigida retrata o ativismo do Comitê de Federalização naquele período, até mesmo agendar um encontro entre o governador

de Minas e o presidente da república em Belo Horizonte os alunos da ESAL tinham conseguido, embora, o encontro nunca tenha acontecido para estes fins. Nesse ano os estudantes participaram do Congresso do Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil, e da Exposição Nacional Agropecuária, ambos na cidade de Porto Alegre<sup>64</sup>, onde também tinham uma audiência marcada com o presidente da república, que, mais uma vez frustrou os esalianos ao não cumprir a agenda (CAA, 1962).

Contudo, os alunos da ESAL não viviam apenas de frustrações, naquele mesmo ano os estudantes conseguiram que políticos e personalidades ligadas a ESAL passassem a disponibilizar valores para custear as despesas gerais envolvidas no movimento da federalização (viagens, manifestações, eventos), sendo contemplados inclusive com a Lei Municipal nº 480, que disponibilizava CR\$ 20.000,00 para a campanha de federalização. Um ex-aluno da turma de 1918, chamado Francisco Abdon da Nóbrega (1895-1968), doou quantia de igual valor, e o próprio prefeito Sylvio Menicucci<sup>65</sup> (1914-1982) fez uma doação particular de CR\$ 5.000,00 (CAA, 1962).

Com recursos financeiros disponíveis em mãos, quatro representantes do Comitê de Federalização foram para Brasília consultar canais competentes, com uma nova e firme resolução de que “caso não obtivessem resposta positiva, seria decretada a greve”. No dia 21 de setembro de 1961 os esalianos tiveram uma reunião com o Ministro da Agricultura, Dr. Armando Monteiro Filho (1925-2018), que embora tivesse lhes atendido com muita boa vontade, não lhes apresentou nada de concreto em relação às reivindicações. Embora tenham permanecido em Brasília mais cinco dias, não conseguiram audiências nem com o Primeiro Ministro e nem com o Presidente (CAA, 1962, p.8).

Regressaram a Lavras no dia 27 de setembro às 21h25, quando foi decretada a greve dos estudantes da ESAL. O Congresso da União Estadual do Estudantes (UEE) já estava instalado em Lavras com o intuito de dar força à causa. Em reunião

---

<sup>64</sup> Em 1961 a sede da UNE se mudou temporariamente para Porto Alegre no intuito de apoiar a posse do Presidente João Goulart

<sup>65</sup> Amigo próximo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976) e Tancredo de Almeida Neves (1910-1985). Depois de prefeito foi eleito deputado estadual, cassado em 1969 no regime dos “anos de chumbo”. Lhe é atribuída participação efetiva no processo de federalização da ESAL (JORNAL DE LAVRAS, 2014), e também na proteção do escritor Rubem Alves, quando acuado pela ditadura militar (SILVA, 2017).

do referido congresso foi nomeada uma nova Comissão para retornar à Brasília, agora formada por lideranças da UEE, da UNE, do CAA, prefeito de Lavras e Corpo Docente da ESAL. Durante o Congresso foi nomeada também uma Comissão Coordenadora do movimento, e o CAA entrou em regime de assembleia permanente.

Neste interregno o prefeito de Belo Horizonte, Dr. Amintas de Barros (1906-1979) teria doado aos estudantes de Lavras a “preciosa quantia de CR\$ 80.000,00, sem a qual seria impossível a ida da segunda Comissão para Brasília” (CAA, 1962, p.8).

De acordo com matéria publicada pelo CAA (1962), a Comissão Coordenadora nomeada pelo movimento estudantil mandou representantes para São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Piracicaba, Viçosa e Escola Nacional de Agronomia com o intuito de trazer esclarecimentos, divulgar e buscar apoio para a causa da federalização da ESAL. Em Lavras foram colocadas faixas pela cidade, instalada a Assembleia Permanente do CAA em praça pública e um serviço de alto falantes que mantinha o povo informado. A Rádio Cultura cedeu um horário para os noticiários sobre o movimento e um abaixo assinado foi encaminhado ao Primeiro Ministro Tancredo Neves. Em Belo Horizonte também foram instalados serviço de alto falantes e colhidas assinaturas para abaixo assinado que também seria encaminhado a Tancredo Neves. O Governador de Minas mandou para Lavras o Deputado Estadual Nelson Ferreira Leite (1921-2020), ex-aluno da ESAL, que providenciou que através da Assembleia Legislativa de Minas também fosse encaminhado um abaixo assinado ao Primeiro Ministro.



Figura 20 – Movimento estudantil pela federalização reunido na Praça Central de Lavras



Fonte: Museu Bi Moreira (1961)

Nesse mesmo ano, na “Gazeta de Lavras”, importante jornal local, teria sido publicado um manifesto de apoio vindo dos alunos da Escola Nacional de Agronomia em que teriam acusado o IG de discriminação religiosa, e ao mesmo tempo, circulares mimeografadas teriam sido distribuídas pelo CAA questionando o direcionamento de verbas que eram concedidas pelo governo com o propósito de auxílio na subvenção da ESAL, bem como a construção de casas no campus do IG, e também sobre veículos que eram usados por missionários norte-americanos (MOREIRA, 1961).

No dia 5 de outubro de 1961, dois dias após os alunos acatarem a orientação do prefeito no sentido de colocarem fim na greve, e diante de todos os demais movimentos e declarações descritas, um funcionário do Instituto Gammon chamado Silvio do Amaral Moreira, já citado em seções anteriores e sobre quem abriremos um parêntese nos próximos parágrafos, traz a público um manifesto sobre a federalização da ESAL. Neste delicado período, o Bi Moreira como era conhecido, atuava como relações públicas do Instituto, e através deste “documento pessoal”, o “IG” era pela primeira vez representado publicamente.

#### 4.2.4.1 O Manifesto de Bi Moreira

Nascido em Lavras no ano de 1912, Silvio do Amaral Moreira, o Bi Moreira como era conhecido na cidade, foi professor, jornalista, poeta, cronista, folclorista e museólogo autodidata; essa é a forma como ele é descrito por inúmeros pesquisadores da história lavrense, e que é classificada por Mendes (2020, p.99) como a “visão múltipla de Bi Moreira”.

Ingressou como funcionário da EAL<sup>66</sup> aos 18 anos, e foi secretário do Dr. Benjamin Hunnicutt até o início da década de 30, quando declinou do convite de acompanhá-lo para Rio de Janeiro, onde o missionário iria coordenar o Congresso Mundial de Escolas Dominicais, ocorrido em 1932. Ao decidir ficar em Lavras, Bi passou a assessorar o Dr. John Wheelock na direção da EAL.

Mais tarde, em 1934, Bi Moreira assumiu a tesouraria do IG, e por décadas trabalhou diretamente e especialmente com os missionários Frank Baker e Lawrence Calhoun, reitores do Instituto nesse período. No entanto, a tesouraria era apenas uma das suas muitas atividades na instituição, dentre as principais foi a atuação direta como redator dos jornais da imprensa gammonense, de onde teria vindo seu gosto pelas letras. Tornou-se também redator voluntário das atas da Câmara dos Vereadores de Lavras e personagem importante e popular na sociedade lavrense, sendo organizador e animador de festas cívicas da cidade, e como atuação ainda mais marcante, foi a de idealizador do principal Museu de Lavras, que hoje leva o seu nome. Foi chamado pelo jornalista e político lavrense Hugo de Oliveira (1929-2007) como “mais lavrense de todos os lavrenses”, e pelo escritor José Alves de Andrade (2012, Internet) de “a memória viva de Lavras”.

Sua atividade jornalística foi intensa, tanto para imprensa gammonense com os seus muitos veículos informativos (O Instituto, O Agricultor, O Agrário e outros), como também para os jornais municipais (A Gazeta, Tribuna de Lavras), incluindo a atuação como correspondente de jornais do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. Por muito anos foi responsável por uma separata da Tribuna de Lavras chamada “A Acrópole”, de muito sucesso na cidade e fora dela.

---

<sup>66</sup> Foi somente em 1938 que a instituição passou a ser chamada de ESAL, até esse momento, era “Escola Agrícola de Lavras”.

Ao final da década de 1940 Bi Moreira começou a guardar documentos e objetos especialmente relacionados à história de Lavras e da região. De acordo com ele, tudo começou com base em algumas peças guardadas pelo seu pai no porão da casa onde morava a família. Aos poucos “passou a guardar tudo que caía em suas mãos, de canoas indígenas à arte sacra do século 18” (DIAS, 2009, p. 96). Pessoas lhe traziam peças de todo tipo que começaram a ser acumuladas ao ponto de formar um acervo, que de acordo com Bi, se não era rico, era “valioso em termos de informação” (MOREIRA *apud* MENDES, 2020, p. 104). Isso transformou sua distração para horas de lazer, em uma atividade de dedicação exclusiva, ultrapassando “os limites do bom senso”, especialmente pelas dificuldades e despesas geradas pelo fato de sua família ter passado a residir em Belo Horizonte a partir do final da década de 60, quando ele se aposentou (MOREIRA *apud* MENDES, 2020, p. 108).

Na década de 50 sua coleção já era tratada como um museu e tinha sido instalada inicialmente no centenário e histórico Teatro Municipal de Lavras<sup>67</sup>, onde ficou até 1962, quando o espaço foi demolido. Depois migrou para vários lugares, passando pela Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal, Prédio Central do Instituto Gammon, até que no ano de 1972 foi instalado na ESAL, em espaços cedidos no prédio Álvaro Botelho, o mais antigo edifício construído na instituição. Essa transferência teria sido uma iniciativa de Alysson Paolinelli, que com o seu Plano Diretor de expansão da ESAL, viabilizou a construção de nova sede administrativa liberando espaços nos antigos edifícios (NÉMETH-TORRES, 2019).

Em 1982 sua coleção foi oficialmente adquirida pela ESAL por valor correspondente a cerca de 83 salários-mínimos da época (MENDES, 2020). O espaço onde estava instalado o acervo foi restaurado, reorganizado e inaugurado em setembro de 1983 como “Museu Bi Moreira da Escola Superior de Agricultura de Lavras”.<sup>68</sup>

Uma ampla análise sobre a prática colecionista de Bi Moreira, como também o processo de constituição e institucionalização de seu museu, pode ser encontrada na

---

<sup>67</sup> Considerado por longo tempo como a melhor casa de espetáculos de Minas Gerais (DIAS, 2009).

<sup>68</sup> Um dado que poderia ser incorporado nos paralelos históricos relacionado a personagens que de algum modo se conectam com as duas instituições sobre as quais discorre a presente pesquisa, é de uma relação “não participativa” da ex-reitora da Universidade Mackenzie, Esther de Figueiredo Ferraz, que era a ministra da educação na época da inauguração do museu, e que de última hora precisou cancelar sua presença na solenidade, devido a compromissos em Brasília, não deixando evidentemente, de ter o seu nome grafado na placa inaugural.

pesquisa de doutorado de Patrícia Muniz Mendes (2020), defendida na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, e que tem como título: *O Patrimônio Museológico Universitário: A formação das coleções da Universidade Federal de Lavras (UFLA)*.

Além do museu, em 1984 seu nome foi dado também à Casa da Cultura da Prefeitura Municipal de Lavras, que aguarda a instalação de sua herma, aprovada por Lei Municipal.

O parêntese aberto neste ponto em relação a figura de Bi Moreira, é importante tanto para a continuidade desta narrativa crítico-interpretativa, como também para análises posteriores a serem desenvolvidas em outra parte do trabalho, pois Bi Moreira acaba por se tornar também um ator na federalização, não por participação direta, mas como interlocutor do IG, pois é ele que, como relações públicas da instituição, se manifesta acerca do movimento estudantil, suas ações, declarações e publicações, e isso através de um “documento pessoal”, dirigido aos seus “conterrâneos”, no qual, “na qualidade de lavrense e ex-aluno do Instituto Gammon, exercendo, há cerca de 31 anos, funções junto à tesouraria”, vinha “orientá-los a respeito de alguns aspectos da campanha pela federalização da ESAL” (MOREIRA, 1961, p.1).

A análise argumentativa do manifesto, permite dividi-lo em nove seções diferentes, sendo um pequeno exórdio e oito abordagens dos seguintes assuntos: “o patrimônio; os missionários; auxílios governamentais; anuidades; verbas e auxílios; a falsa mística; o trabalho missionário; Lavras e a ESAL; a federalização” (MOREIRA, 1961, p.1).

No intuito de transmitir com clareza os aspectos característicos dessa forma simbólica, julga-se efetivo a transcrição de uma parte do pequeno exórdio que abre o documento:

Enquanto o movimento dos alunos permanecia no terreno das reivindicações – de que tem sido arauto o seu jornal, impresso nas oficinas da Imprensa Gammon, pela qual *somos responsáveis* – mandava a prudência e o respeito à opinião alheia que *permanecêssemos* em posição de observação porque, em relação ao povo de Lavras, *ulgamos* ser desnecessário qualquer esclarecimento sobre notícias divulgadas naquele jornal, algumas das quais passíveis de restrições. *Partimos* do raciocínio de que, conhecendo o Instituto há cerca de 68 anos, Lavras acompanhou o trabalho dos primeiros missionários e das diversas gerações de funcionários e professores que vem

servindo à Instituição e sabe que ela, desde a sua fundação até agora, é custeada pelas anuidades dos alunos que a tem honrado com a sua preferência e subvencionada, desde o início até este momento, pela Missão Leste do Brasil, além do trabalho gratuito dos missionários [grifo nosso] (MOREIRA, 1961, p. 1).

Como se pode perceber na transcrição, embora se tratasse de um documento pessoal, como Bi Moreira ressalta ao final do seu escrito, ele escreve como alguém que não fala sozinho, afinal, vários verbos presentes no seu texto se apresentam no plural, conforme indicados pelos grifos, lembrando que nesse período ele atuava como relações públicas do IG.

O primeiro esclarecimento feito por Moreira (1961) é em relação ao patrimônio, não obstante reconhecer que os edifícios da ESAL teriam sido construídos com verbas públicas (embora procure meios de não declarar isso de maneira clara, pelo contrário), é enfatizado que todos os demais edifícios e terrenos haviam sido adquiridos com recursos enviados pela *East Brazil Mission*. Na seção que aborda sobre os missionários, há um novo e claro esforço em desconectar o Gammon da iniciativa pública: “o Instituto Gammon nada tem a ver com o Departamento de Estado [...]. A instituição é missionária e evangélica e não se envolve com política e muito menos com a política brasileira” (MOREIRA, 1961, p.2). É também nessa linha que segue a seção seguinte, na qual o autor se esforça em demonstrar a precariedade das subvenções públicas que a escola recebia, que eram evidência acerca de certa indisposição do poder público em relação a assumir as responsabilidades relativas à ESAL, como por exemplo uma “negativa sistemática de os governos atenderem às reivindicações esalianas”, reforçada pela promessa não cumprida por Jânio Quadros quanto à federalização, porque “caindo na realidade ou vendo a dificuldade no cumprimento” acenou a possibilidade de conceder verbas subsidiárias que estavam congeladas desde 1957 com perspectiva de queda de 30% para o ano seguinte. Moreira (1961, p.2) também menciona que embora o Serviço Social Rural (SSR) oferecesse bolsas para todas as Escolas de Agronomia do país, até o ano de 1961 não teria beneficiado a ESAL. É mencionado também a estagnação de uma verba de CR\$ 250.000,00 aprovada pelo governo de Minas em 1949 para suplementação dos ordenados dos professores, e não obstante pelo menos três deputados estaduais daquela atual legislatura fossem esalianos, nada havia sido feito para correção

monetária destes valores. Moreira (1961) salienta que essa era a única ajuda que o estado dava à sua maior e mais antiga escola de Agronomia.

Ao final dessa parte o autor reafirma que enquanto “o movimento dos alunos permanecia no terreno das reivindicações julgamos prudente não nos manifestarmos”, pois segundo ele, essa “manifestação era desnecessária ao povo de Lavras”. No entanto, algo mudara:

Agora, porém, que, através de uma greve – a desvirtuam e procuram distorcer a verdade, dando informações verbais aos congressistas e mandando notícias tendenciosas à imprensa brasileira, cremos ser de nosso dever orientar ou pelo menos esclarecer aos lavrense a cerca de alguns tópicos (MOREIRA, 1961, p. 2).

Neste ponto da carta, Bi Moreira passa a trazer esclarecimentos quanto ao pagamento das anuidades que eram feitos pelos alunos, demonstrando através dos números, que para a maioria dos alunos, graças aos apoios governamentais recebidos, os custos dos estudos eram baixíssimos ou inexistentes. É ainda nessa parte do manifesto que se encontra um trecho de “O Agrário”, que já foi transcrito em parágrafos anteriores sobre os benefícios da federalização, aqui contrapostos por Moreira (1961, p.3):

Nesse particular, fazemos nossas as palavras dos próprios alunos publicadas na última edição de “O Agrário”: “Federalizada, os menos favorecidos de recursos financeiros poderão ingressar na carreira agrônômica em sua própria terra sem ser preciso se locomover para outros centros para com o próprio suor sustentar-se os estudos”. Por aí se vê que embora tudo sejam flores lá fora, há sempre o risco de pagar as despesas com o suor do próprio rosto, mas que isto não deve e não pode acontecer aqui, numa escola particular.

Ainda sobre finanças, Bi Moreira (1961, p. 4), cita certas circulares que teriam sido distribuídas por alunos, nas quais “os esalianos insinuam que a contabilidade do Instituto Gammon manipula verbas recebidas ao seu bel-prazer, canalizando para outros departamentos verbas especificamente destinadas para a ESAL”. Nesse ponto ele fala sobre a prestação de contas que eram feitas às autoridades e responde: “Chega a ser infantil para não dizer leviano alegar-se desvio de uma coisa que os próprios alunos julgam e sabem insuficiente para atender aos seus reclamos.”

Na seção seguinte os esclarecimentos que são trazidos no manifesto de Moreira (1961, p.4), referem-se a questionamentos a respeito dos carros dos missionários e da construção recente de casas no campus do IG, que criavam a “falsa mística” de que o instituto não enfrenta dificuldades financeiras.

A mística é falsa porque, recebemos de graça o patrimônio, o trabalho dos missionários e alguma ajuda financeira da Missão, o estabelecimento enfrenta dificuldades financeiras, e não pequenas e no ano passado e este ano a situação se agravou ainda mais a ponto de nos terem faltado recursos para o pagamento das folhas de agosto e setembro e não sabemos o que acontecerá até o fim do ano letivo (fevereiro de 1962), diante da alta do custo de vida, a revisão do salário mínimo e os reflexos no nosso orçamento cuja receita não poderá ser alterada nesta quadra do ano, sendo certo que, já em pleno ano letivo, tivemos uma diminuição na receita, em virtude da aplicação de um decreto do ex-presidente da república.

[...]

Somos os primeiros a reconhecer que, especialmente no Colégio Evangélico de Lavras, temos as necessidades mais prementes, entre as quais figura um novo prédio de aulas, que esse departamento nunca pôde construir, pois durante muitíssimos anos, teve que concorrer para equilibrar o orçamento de outros departamentos, uma vez que o Instituto é obra de conjunto. Como valor desse prédio alcançava um montante bem maior, sua construção foi incluída nos planos subsequentes, o mesmo em relação a outros melhoramentos pleiteados pelo Instituto, que, como se sabe, faz parte de uma Missão, que abrange uma vasta região, inclusive Paraguaçu Paulista e Dourados, Mato Grosso, onde mantém um hospital, uma escola primária e outros serviços sociais.

Na seção seguinte, intitulada como “o trabalho missionário”, Bi Moreira (1961, p.5) traz inúmeros relatos de sacrifícios pessoais de missionários americanos no campo de Lavras, e de doações que a instituição havia recebido no decorrer dos anos, e após os relatos conclui:

Diante de tais fatos, que podem ser confirmados pelos lavrenses, chega-se à conclusão de que não temos sido explorados pela Missão Norte Americana. Que pesem críticas que possamos fazer-lhes, nós, especialmente os lavrenses, só podemos ter motivo de admiração e mesmo de gratidão ao trabalho missionário em Lavras, que, em certa época, quando os lavrenses se enfrentavam em inglória luta política, era um dos únicos elementos positivos nesta cidade, o único que lhe dava nome.

E até hoje, - sem deixar de considerar outras entidades que se projetaram na vida de uma Lavras muito maior e mais progressista do que a de antanho – o nome desta cidade se tem projetado graças ao Instituto em geral e à ESAL, em particular.

Embora no manifesto original, Bi Moreira (1961, p.5) inclua um subtítulo neste ponto do texto, há uma continuidade na abordagem que confirma as questões apresentadas em uma das seções anteriores da narrativa que compõe essa parte da pesquisa, referente a um esforço insuficiente da Missão em canalizar para a ESAL recursos capazes de atender as demandas:

Por sentir isso, sabendo o que representa a ESAL para a cidade, é que a Missão – *embora sem poder canalizar para aquele departamento recursos que, mesmo conseguidos, estariam longe de atender às reivindicações dos alunos e professores* – por sentir isso é que a Missão, durante 54 anos, vem mantendo a ESAL. Não seríamos idiotas de negar que a ESAL tem instalações precárias e que o seu corpo docente peca pela quantidade. Seria ridículo negar isso. Fazemos as palavras de “O Agrário”, não queremos viver de tradição, mas fazer tradição. Isto não nos impede, todavia, de afirmar que o pouco material que a ESAL possui é realmente usado e que os professores, mesmo recebendo pouco, dão honestamente as suas aulas, sendo essa, talvez a razão pela qual os esalianos, mesmo aqueles recentemente formados, se saem bem nos concursos e nas tarefas que lhes são confiadas. Se aqui se envergonham dela, lá fora se orgulham da casa onde estudaram e sabem que o modesto ambiente da ESAL em si e o ambiente da cidade (com o qual não contam outras escolas) tem influência e participação marcante em suas profissões: daquela, o ambiente de trabalho e honestidade e, desta, o ambiente de convívio e camaradagem indispensáveis ao trabalho social que o agrônomo desempenha.

A última seção é sobre a federalização, que apresenta opinião favorável diante da situação em que encontrava o departamento, mas que deixa claramente exposta uma visão de total partição entre a ESAL como departamento de ensino, e o espaço por ela utilizado, evidenciado especialmente pelo receio dela deixar de funcionar na cidade de Lavras:

Por isso, concluímos que o pleiteamento de federalização é um direito (particularmente somos a favor da escola pública) que cabe aos alunos, os quais, tendo honrado a ESAL com a sua preferência, a ela não estão obrigatoriamente ligados. Vieram para aqui espontaneamente, conhecendo, antes, as limitações materiais de toda ordem da ESAL, que viveu, até aqui, de tradição: de uma tradição de serviço, de amor ao trabalho e de apelo ao estudo. Mas, convenhamos “não podemos continuar a viver dessa tradição e precisamos fazer tradição”, e, por isso mesmo, o caminho a seguir é o de um dos “slogans” da campanha dos alunos nas ruas da cidade: “Federalizar ou fechar”.

O I.G. lutou até aqui para mantê-la viva. Tentaria, talvez, continuar a fazê-lo, mas outros indicam que entre uma coisa semimorta ou morta é preferível a última. Quem assim, desde que se torne impossível, ou melhor, desde que não haja possibilidade (acreditamos que essa possibilidade existe) de mantê-la mais viva ainda, aqui em Lavras, porque, tal como se dá com a entidade



que a manteve durante todos esses anos, a ESAL é um patrimônio de Lavras. E, fora daqui, mesmo conservando o nome, ela não contaria com aquele ambiente a que já nos referimos e que representa, sem dúvida, um fator a considerar.

Como lavrense, já dissemos a alguns alunos: se, na primeira tentativa de federalização da ESAL, fôssemos convidados a, opinaríamos unicamente pelo receio de que, federalizada, a ESAL saísse de Lavras. Pensávamos em termos de lavrense. (Verificamos que o I. G. nunca “esteve para entregar a ESAL de mão beijada ao Governo Federal”). E, agora, guardamos o mesmo receio. Mas, se os líderes da campanha e aqueles que os acompanham, acham que o receio é infundado, então mãos à obra. Não usem, porém, para conseguirem o seu intento, outros artifícios. Se a campanha é honesta (e acreditamos que o seja), que a façam honesta em todos os seus passos e não explorem assuntos que nada tem a ver com o caso e que, por isso mesmo, podem roubar ao movimento o caráter de simpatia de que ele se reveste, afastando dele pessoas que sinceramente desejam colaborar na solução do problema.

E assim ficam explicados aos lavrenses alguns pontos em torno da federalização da ESAL. É um depoimento sincero, baseado nos fatos, inspirado no amor à ESAL e no interesse por Lavras (MOREIRA, 1961, p. 6).

Os argumentos que caracterizam a conclusão do “depoimento sincero” de Bi Moreira indicam nas suas entrelinhas uma clara distinção entre a ESAL e seu espaço de funcionamento. No posicionamento que representava o IG transparece-se claramente que a questão do patrimônio deveria se configurar como o ponto mais complexo deste processo que começava a ganhar contornos transidos no contexto pacato da pequena Lavras.

#### **4.2.4.2 Entre os avanços e entraves a crise se acentua**

Sob este clima de tensão claramente perceptível através das formas simbólicas até aqui expostas e analisadas, foi que partiu, ainda em 1961, a segunda caravana enviada pelos esalianos a Brasília. Esta nova tentativa contava com a presença do prefeito de Lavras, que usou de sua influência política para garantir uma audiência com o Primeiro-Ministro, Tancredo Neves, que era seu amigo, do qual conseguiu que através do Ministério da Agricultura, fosse apresentado ao Conselho de Ministros uma proposta de federalização da ESAL, que uma vez aprovada seguiu em forma de mensagem para o Congresso Nacional, em regime de prioridade.

Outro fato aconteceu em 1961, e mais tarde foi considerado pelos estudantes esalianos como “uma das principais vitórias conseguidas” pelo movimento (CAA *apud* DELPHIM, 2004 p.10). Tratava-se de uma decisão emitida pela Assembleia Geral, em que o IG reconhecia não possuir os recursos para manter a ESAL “no alto padrão que

se exige atualmente”, carecendo de um auxílio governamental na cifra de cinco milhões de cruzeiros.

Neste documento a Assembleia Geral do IG colocava a ESAL à disposição do Governo Federal, disponibilizando inclusive o espaço do IG para utilização até o fim do ano de 1962, no entanto ressaltava que embora desejasse entregar a ESAL, com os seus professores, funcionários e arquivos, não renunciaria ao seu patrimônio integral, porque teria sido adquirido com ofertas, doadas com o propósito da educação cultural e religiosa. “Ademais, as outras escolas do Instituto Gammon estão precisando deste patrimônio para ser aproveitado no seu aperfeiçoamento”. O documento é assinado pelo presidente da Assembleia Geral Reverendo Floyd Eugene Grady (1917-2012), o Vice-Presidente, Presbítero Francisco Martins da Silva (1896-1975)<sup>69</sup> e pelo secretário, Reverendo Sabatini Lalli<sup>70</sup>. No geral, o argumento da preservação do patrimônio sempre estava presente nos discursos e posicionamentos do IG.

No dia 15 de dezembro de 1961, mesma data em que a mensagem do Conselho de Ministro chegara ao Congresso Nacional em Brasília, a ESAL recebia a visita do Deputado Federal Fernando Ferrari (1921-1963), que também se colocou a favor da causa esaliana.

Ao mesmo tempo em que estes avanços alimentavam as expectativas dos esalianos, também inauguravam uma nova dimensão da crise, que resultaria em muitas disputas pela frente. O centro destas disputas teria relação com um conteúdo que estava presente na mensagem enviada ao congresso pelo Conselho de Ministros, e que colidida diretamente com os posicionamento do IG, pois pela primeira vez e de maneira oficial, tratava-se sobre a intenção da “incorporação ao patrimônio federal, da Escola Superior de Agricultura de Lavras no Estado de Minas Gerais”, (CAA *apud* DELPHIM, 2004, p. 8), na prática, isto significava que o patrimônio do Instituto Gammon, onde estava instalada a ESAL, deveria ser de algum modo incorporado ao patrimônio da União.

---

<sup>69</sup> Foi um presbítero muito ativo no meio presbiteriano, escreveu obras importantes e conhecidas na IPB como o “Ofício de Presbítero” e “Porque sou presbiteriano”.

<sup>70</sup> Com uma atuação de décadas na IPB, ficou muito conhecido por officiar a cerimônia fúnebre do piloto Ayrton Senna da Silva, morto em acidente automobilístico na Itália no ano de 1994.

É importante lembrar, que conforme informado na primeira parte do capítulo, neste interregno o patrimônio do IG estava em vias de ser transferido para a Igreja nacional conforme documentado nas primeiras seções do presente capítulo, e se tornaria um objeto de entrave para o andamento e aprovação do projeto de federalização que já tramitava no Congresso Nacional.

No início do 1962, se reunia em São Paulo, entre os dias 20 e 26 de fevereiro a CE-SC/IPB, que havia recebido dois documentos relacionados aos problemas da ESAL. Um dos documentos era dos professores evangélicos da escola, que se comunicavam com o SC por meio do Presbitério Oeste de Minas, do qual faziam parte, seguindo assim os transmites legais da Constituição da IPB. Os professores solicitavam representação do Presbitério na AG/IG, o que na decisão emitida, expressa a CE-SC/IPB de maneira favorável. Vale lembrar que naquele ano os professores estavam deixando de receber valores subsidiados pelo governo de Minas Gerais para complementar os seus vencimentos, e começavam a sofrer diretamente com a falta de pagamentos (MOREIRA 1962b, p.5).

O outro documento era uma comunicação do próprio *Board de Nashville* acerca da crise que se acentuava em Lavras. A decisão emitida pela CE foi “encaminhar todo o material ao SC para estudo sério da questão” e “declarar que a IPB tem manifestado interesse pela solução dos problemas do Instituto Gammon e que se mais não fez é porque há elementos para a solução dos problemas que escapam de sua alçada” (SECRETARIA EXECUTIVA DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, p. 53).

Se a solução dos problemas escapava ou não da alçada da igreja nacional, é difícil se afirmar, pois existiam processos burocráticos que precisariam se resolver efetivamente no congresso e depois em muitos departamentos do Governo Federal até que se consumasse a federalização, mas o que aconteceu dali em diante, foi que, longe de se arrefecer, as disputas se intensificaram no ano seguinte, e mais tarde, Bi Moreira (1963, p.1) sobre quem abrimos um parêntese em parágrafos anteriores, escrevendo ao reitor do IG no início de 1963, Eduardo King Carr, falaria sobre esse delicado momento na história da instituição, denotando que, ao contrário do que pensava, o processo de transferência de gestão do Comitê Executivo de Missões Estrangeiras da PCUS através de sua Mesa de Curadores para a incorporação da gestão nacional através da Assembleia Geral, ao invés de contribuir “afastando desentendimentos, acertando arestas [...]”, teria feito com “que o ambiente na ESAL,

longe de serenar-se”, ficasse “mais tenso”: “pude constatar isso numa das reuniões em que se tratou do assunto esaliano. Posteriormente, ouvi de um moço, cuja palavra e cuja serenidade muito prezo, que, em toda a crise esaliana, houve um fato que prevaleceu: a prevenção de lado a lado”.

Figura 21 – Alysson Paolinelli e Bi Moreira juntos em evento na ESAL



Fonte: Museu Bi Moreira (Década de 70)

É difícil interpretar o significado desta prevenção mencionada pelo moço citado por Moreira (1963). Referia-se a ambos os lados estarem prevenidos quanto aos caminhos que o processo poderia tomar? Seria uma prevenção em relação às ações vindas de um ou do outro lado? E que ações seriam estas? Estariam prevenidos no sentido de que as ações não ultrapassassem limites éticos que viessem a causar prejuízos na relação da escola e sua mantenedora? Difícil saber, no entanto, essa prevenção não evitou a crise, e em 1963, quando os ânimos aparentemente já se encontravam amainados, Moreira (1963, p. 1) escreveu: “Bem, a questão esaliana

parece estar esclarecida, mas é forçoso convir que os seus reflexos ainda se fazem e ainda se farão sentir sabe Deus por quanto tempo” e mais à frente ele pontua: “É duro dizer isso, mas é necessário: temos estado em crise e ainda estamos dentro dela” (MOREIRA, 1963, p.2). E o pivô desta crise que se acentuou no ano de 1962, teria sido a atuação do Deputado Federal Paulo Freire de Araújo (1911-1983) junto ao Congresso Nacional.

Nascido no interior do Espírito Santo, o Deputado Paulo Freire, como era conhecido, bacharelou-se em teologia no ano de 1935, pelo Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas, que na época se chamava Faculdade de Teologia da Liga Presbiteriana do Brasil. Recebeu sua ordenação para o pastorado na cidade mineira de Nepomuceno, vizinha a Lavras. Ainda no estado de Minas Gerais, exerceu o ministério na Igreja Presbiteriana de Itajubá. Depois de residir em Marília, no interior de São Paulo, onde também lecionou no Ginásio Estadual e na Escola Presbiteriana, voltou para Minas Gerais para ser professor no Colégio Batista de Belo Horizonte. Elegeu-se como suplente a uma das cadeiras do Congresso Nacional na legislatura de 1954 a 1958, ano em que foi eleito Deputado Federal pelo Partido Republicano e passou a representar os interesses do seu eleitorado no Congresso Nacional (FGV, 2009).

Teria sido nessa prerrogativa que o referido Deputado dera uma entrevista durante o seu mandato “declarando que nenhuma escola particular seria federalizada sem a anuência ou o consentimento dos seus legítimos proprietários” (INSTITUTO GAMMON, 1962, p.1), sendo inclusive esse o motivo que o fizera se levantar contra o projeto enquanto este tramitava em Brasília, conforme conta o Professor Alysso Paolinelli, que como representante da Congregação da ESAL, acompanhava “de perto a tramitação do projeto em todos os seus passos” e que assim relatou o fato: “A tramitação do projeto corria a mil maravilhas, mas para infelicidade nossa, ao encaminhar para uma das últimas comissões, um deputado se levantou contra” (CAA *apud* DELPHIM, 2004, p.6). Assim prossegue a matéria publicada no jornal do CAA/ESAL:

Esse deputado chama-se Paulo Freire. Diz-se defensor dos interesses da Igreja Presbiteriana à qual pertence o IG, instituição mantenedora da ESAL. Segundo o ponto de vista do Deputado Paulo Freire, o item II do projeto mensagem do Primeiro-Ministro é prejudicial ao IG, disse ainda que se não

pegasse o projeto na Comissão de educação pegaria em plenário propondo emenda (CAA *apud* DELPHIM, 2004, p.6).

Nessa referida matéria, os estudantes argumentam que o projeto que o deputado afirmava ser prejudicial ao IG, teria sido submetido à Assembleia do próprio IG, que se mostrara inicialmente de acordo, visto obedecer às condições estipuladas pela instituição. “Por que essa nova decisão, perguntamos? O que levou a tomar uma decisão contrária a anteriormente tomada? Tem a instituição outros planos para a ESAL? Se tem, por que não nos apresenta?” (CAA *apud* DELPHIM, 2004, p 7).

Depois de outros questionamentos a respeito da incapacidade assumida pelo IG de manter a ESAL funcionando, o CAA *apud* Delphim (2004, p. 7) questiona a mudança de posicionamento do reitor:

O Reitor do IG que também é professor da ESAL, ex-diretor da mesma, membro da Congregação, até pouco tempo era favorável ao projeto em tramitação. Digo favorável porque ultimamente em conversa com o Dep. Paulo Freire tornou-se adepto das ideias do mesmo, quando esperávamos uma atitude contrária. Desconhecemos as causas que o levou a tomar esta atitude, sendo que já foi solicitado a expô-las em público [...]. Sabem esses contrários das responsabilidades e riscos a que se estão expondo, principalmente o Dep. Paulo Freire?

Se por pressão ou não, o Deputado Paulo Freire, a convite do Reitor do IG, resolve ir até Lavras com o objetivo de trazer esclarecimentos à comunidade estudantil, conforme noticia a edição de “O Instituto” do primeiro semestre de 1962:

Como havia muita controvérsia em torno da atitude daquele parlamentar, este, atendendo a uma solicitação do Dr. Eduardo King Carr, veio a Lavras para participar de uma reunião com os acadêmicos e professores da ESAL, durante a qual se discutiu o problema da Federalização. O Deputado Paulo Freire esclareceu aos presentes sobre tudo que ocorrera, afirmando-lhes, categoricamente, que, se dependesse do Instituto Gammon, a ESAL já poderia estar funcionando, federalizada, desde o início do corrente ano. Informou-os de que o Instituto dera todos os passos para resolver a parte que dependesse dele e que caberia agora aos alunos cobrar do Governo a parte que lhe cabe na solução do problema (INSTITUTO GAMMON, 1962, p.1).

O argumento final da matéria foi que “a visita do Deputado Paulo Freire foi muito oportuna, uma vez que a sua exposição, clara, franca e sincera, impressionou muito bem aos alunos e professores da ESAL” (INSTITUTO GAMMON, 1962, p. 1).

No entanto, não foi bem assim que interpretaram os esalianos, conforme se expressam na edição de “O Agrário” do mês seguinte, após mais um episódio que se deu em Brasília, posterior à reunião, no qual o Deputado Paulo Freire havia se rebelado de maneira “premeditada” no intuito de tumultuar os trabalhos da Comissão de Educação e Cultura, tendo em vista que o substitutivo sobre o qual ele havia mencionado aos alunos em Lavras, estava em vias de ser aprovado no Congresso, e para evitar que isso acontecesse, o Deputado, teria iniciado intencionalmente uma discussão que culminou na sua retirada da reunião, o que impediu sua continuação, tendo em vista ser ele o relator do projeto. Na respectiva matéria, os estudantes expressam com clareza a sua indignação com o parlamentar presbiteriano:

Publicou-se há pouco no jornal “O Instituto”, um artigo (A federalização da ESAL), no qual o articulista coloca o IG, como pari de uma causa, na qual não passa de padraço. Isto porque seu próprio representante, o Deputado Paulo Freire, é o principal responsável pela não concretização da tão desejada federalização.

Em virtude da insatisfação dos acadêmicos e professores em face às atividades um tanto quanto obscuras do Deputado, o Sr. Reitor, atendendo a uma exigência dos alunos, solicitou, do Dep. Paulo Freire, que viesse a Lavras, a fim de expor a maneira e os métodos de tramitação do processo em pauta.

Sua Excia. com a facilidade de expressão, aliás, muito peculiar aos pais da Pátria, conseguiu taxar de errônea, impensada e inoportuna a mensagem do Conselho de Ministros ao Congresso.

Aproveitando o ensejo, Sua Excia. deu uma ligeira metralhada no Sr. 1º Ministro Tancredo Neves, no Sr. Ministro da Agricultura Armando Monteiro, no Sr. Superintendente da SEAV, Dr. Barreto e no Sr. Governador do Estado Magalhães Pinto, situando-os como verdadeiros responsáveis pela não aprovação do projeto, estabelecendo com isto um paradoxo, sabendo-se que estas autoridades foram as pioneiras do nosso movimento.

Ficamos sabedores e conhecedores que Sua Excia. havia elaborado um substitutivo, que passou a servir de estandarte para evoluções, aliás muito certinhas, do mestre-sala, até o fim da reunião quando Sua Excia. pediu aos esalianos, um voto de confiança para os seus trabalhos futuros.

Acontece, porém, que alguns dias após sua visita à ESAL enviamos um colega (Alírio), em companhia do professor Alysson Paulinelli, a Brasília, para assistirem à reunião da Comissão de Educação a realizar-se naquela capital. Lá chegando, nossos representantes avistaram-se com o Dep. Paulo Freire sendo informados por este, que não haveria quórum para a tal reunião.

Por insistência de nossos elementos, o Dep. Percorreu (sic) a Câmara com o livro de chamada conseguindo as assinaturas necessárias. Quando tudo fazia

crer que a comissão se reuniria e que nosso projeto passaria por mais um obstáculo, Sua Excia. pressentiu que seus desejos seriam contrariados, pois era óbvia a aprovação do seu substitutivo, que já havia sido anteriormente uma arma para retardamento da marcha do projeto.

Não havendo meios legais, que impedissem tal reunião, S. Excia. se rebelou contra a atitude do Dep. Manoel de Almeida, que o repreendera, por não ter apresentado aquele substitutivo em outra comissão, dando um andamento mais rápido ao projeto. Dessa revolta premeditada, iniciou-se uma discussão terminando com a retirada do Dep. Paulo Freire, relator do processo, e por conseguinte com a não realização da reunião que seria um grande passo para o nosso movimento.

*Por este e outros motivos, nós alunos, acreditamos que o Dep. Paulo Freire e a instituição mantenedora são os principais responsáveis pela não Federalização da ESAL.*

Como o jornal "O Instituto" publicou que foi muito oportuna a visita do Dep. Paulo Freire, pois com sua exposição, clara, franca e sincera, impressionou muito bem aos alunos e professores da ESAL. Achamos ser de nossa obrigação contestar tal afirmativa, pois embora não acreditássemos nas belas palavras do Dep. Paulo Freire, resolvemos dar-lhe o tempo pedido, para evitar que nos acusassem de precipitados.

Queremos crer que o autor do tal artigo não conheça de fato o que se passa com a Federalização, pois se estivesse a par dos fatos não o teria escrito [grifo nosso] (CAA *apud* DELPHIM, 2004, p. 5).

Nesse respectivo discurso dos estudantes, surge abertamente, pela primeira vez, um argumento da parte deste grupo em que "a instituição mantenedora" é acusada de ser a responsável pela não federalização da escola.

As indefinições e incertezas que este fato naturalmente causou na comunidade esaliana em relação às pretensões da instituição mantenedora quanto ao futuro deste seu departamento, impulsionou a Congregação da ESAL a emitir, no dia 17 de agosto de 1962, um ofício à Assembleia Geral do IG, consultando acerca dos exames vestibulares para o ano seguinte, de 1963, como também sobre a possibilidade de doação do patrimônio da ESAL para o Governo Federal, uma vez que o Deputado Paulo Freire, teria afirmado que este era o ponto de discordância no projeto.

No dia 12 de setembro a Assembleia Geral do IG, responde ao ofício informando em primeiro lugar não contar

com fontes de recursos suficientes, permanentes e isentos de restrições, que permitam a sua aplicação de acordo com as necessidades da ESAL. Este fato explica porque a ESAL, nestes últimos anos, tem sobrevivido em condições precárias, indesejáveis, por todos os títulos, a uma Escola Superior (INSTITUTO GAMMON, 1962, p.1).



E com base neste fato a entidade apresenta sua resposta acerca dos vestibulares para o ano de 1963, que ficavam condicionados à federalização da escola por parte da União “de acordo com entendimentos que consultem os interesses de ambas as partes, e com tempo suficiente para a realização dos referidos exames”.

A AG informa também a nomeação de uma comissão composta pelo seu presidente, pelo Reitor do IG, e pelo presidente do Supremo Concílio da IPB, que na época era o Reverendo José Borges dos Santos Júnior, mas que naquele mesmo ano passaria a exercer por força constitucional, a vice-presidência, tendo em vista a eleição do Reverendo Amantino Adorno Vassão, ocorrida na XXV Reunião Ordinária do Supremo Concílio na cidade do Rio de Janeiro. Em relação aos bens e à estrutura da ESAL, a AG/IG responde que “esta matéria é da exclusiva competência da Igreja Presbiteriana do Brasil, proprietária do patrimônio” (INSTITUTO GAMMON, 1962, p.1).

Conforme informado na seção anterior, os bens seriam oficialmente transferidos para a IPB uma semana depois da data em que o documento da AG/IG tinha sido assinado, mas como se tratavam de questões futuras, a entidade apontava a direção das tratativas.

Como bem interpreta Rodrigues (2013, p.103), esta decisão emitida pela AG/IG através deste documento, sem uma intervenção da União, “na prática significava o fechamento” da ESAL, e o referido autor entende que se tratou de um “certo endurecimento nas ações pelo lado dos presbiterianos”. De fato, condizia com o que havia sido pontuado no manifesto de Bi Moreira (1961): “entre uma coisa semimorta ou morta, é preferível a última”.

A decisão da AG/IG teve repercussão nacional<sup>71</sup>, a edição do tradicional jornal “Diário Carioca”<sup>72</sup>, de 23 de setembro de 1962, estampava: “Pode fechar a maior escola rural do país”. A matéria, escrita pelo correspondente Bi Moreira, informava sobre a decisão da Assembleia Geral, e afirmava que era desejo de todos a federalização, incluindo alunos, professores e mantenedora (IG). Informava também que nessa época a demanda de agrônomos no Brasil era de trinta mil profissionais

---

<sup>71</sup> Folha de São Paulo de 27 de setembro de 1962: “Ameaçada de Fechamento a Escola Agrícola de Lavras”.

<sup>72</sup> Fundado no Rio de Janeiro em 17 de julho de 1928 por José Eduardo Macedo Soares, o periódico esteve em circulação até dezembro de 1965.

formados, e que com todas as dificuldades, a ESAL vinha suprindo essa carência com dezenas de formandos a cada ano.

Na matéria Bi Moreira confirmava o que havia previsto em seu manifesto de 1961, de que instado pelo “Plano de Economia”, o Governo Federal havia cortado em 30% a verba anual de “CR\$ 2.500<sup>73</sup> mil” que cedia à ESAL, e o Governo Estadual havia parado há dois anos de oferecer a verba de “CR\$ 250 mil” para complementação do vencimento dos professores: “estes são mal pagos, recebendo 400 cruzeiros por aula”. A matéria resumia os fatos já reportados nos parágrafos e seções anteriores deste capítulo, trazendo inclusive a informação acerca do projeto de Tancredo Neves, que havia sido encaminhado para o Congresso Nacional e que estava “retido na Comissão de Educação que, ultimamente, não se tem reunido devido às crises políticas e ao fato de estarmos em período de propaganda eleitoral” (MOREIRA, 1962b, p. 5).

Por ser escrita por Bi Moreira a matéria segue o mesmo tom de defesa ao Deputado Paulo Freire e sua atuação no Congresso Nacional, assim como aquela publicada em “O Instituto” e que foi citada nos parágrafos anteriores:

Ficando retido o projeto na Comissão de Educação, os alunos da ESAL pensaram que isso tivesse acontecido devido à ação do Sr Paulo Freire, que é evangélico (O Instituto Gammon também o é) e mantinha-se contra a estatização.

Tendo, todavia, ido conversar com o presidente do Instituto Gammon, o Sr Paulo Freire mudou as suas posições, ficando a favor da federalização, abstendo-se, entretanto, de votar pela mesma virtude de sua bancada haver feito profissão de fé contra a estatização de escolas (sic) (MOREIRA, 1962b, p.5).

Lembramos que Bi Moreira era o editor do “Órgão Oficial” do Instituto Gammon, e conforme citado, do começo ao fim da matéria ele procura enfatizar o apoio do instituto à causa, emitindo até o que seria uma conclusão de todos os interessados na federalização da ESAL: “a única forma de obter materialização do que reivindicam é fazer pressão junto ao Congresso, pois dentro do estabelecimento e no Instituto Gammon só encontram apoio à medida” (MOREIRA, 1962b, p.5).

---

<sup>73</sup> Houve um erro de digitação na matéria, o valor subsidiado pelo Governo Federal anualmente até o ano de 1961 era de 2,5 milhões de cruzeiros.

Isso significava que qualquer oposição vinha de fora do estabelecimento?

A matéria reafirma o que já foi demonstrado no decorrer do texto sobre um compromisso existente pelo Deputado Paulo Freire em defender os interesses do seu eleitorado. Considerando que professores evangélicos da ESAL, bem como a própria *East Brazil Mission* teriam se comunicado com a Igreja nacional pedindo solução para o problema no início de 1962, através da CE-SC/IPB, a inferência nos conduz à percepção de que em algum determinado momento do processo teria havido por parte da Igreja nacional reservas quanto à questão, e como mostrado anteriormente e citado pelo próprio deputado envolvido, o projeto apresentado no Congresso Nacional pelo Conselho de Ministros impunha naturalmente a possibilidade da transferência do patrimônio para a União, e conforme exposto nos documentos já citados, teria que ser do “interesse” de ambas as partes.

Na reunião do Supremo Concílio da IPB que ocorreu no mês seguinte, a denominação manifesta “ao nobre Deputado Paulo Freire de Araújo os seus agradecimentos pela atuação eficiente de V. Exa.”, neste caso, referia-se especialmente à causa “Mackenzie”, mas renovava a sua confiança no parlamentar: “esperando contar ainda mais com a necessária colaboração de V. Exa. não só na “causa Mackenzie” *como também em outros interesses da Igreja Presbiteriana do Brasil* [grifo nosso], roga este concílio a Deus continuar a abençoar V. Exa” (SECRETARIA EXECUTIVA DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, p.90)<sup>74</sup>.

Outra informação importante que precisa ser considerada em relação à matéria publicada no “Diário Carioca”, é sobre uma reunião que aconteceria no dia 29 de setembro convocada pela Congregação da ESAL, onde eram esperados alunos, professores, ex-alunos e amigos da instituição.

#### **4.2.5 Poslúdio: da “estadualização” à federalização**

De acordo com Vilela (2007), a reunião do 29 de setembro de 1962 aconteceu normalmente em Lavras, e além da Congregação da ESAL, contou com a presença de todos os professores, alunos e ex-alunos, além de importantes autoridades

---

<sup>74</sup> Lembramos que até o final do primeiro semestre deste respectivo ano haviam ocorrido as intensas investidas em prol da federalização da Universidade Mackenzie. Embora o tema não tenha avançado no Conselho de Ministros para chegar ao Congresso, provavelmente o Deputado Paulo Freire deve ter usado de suas influências em Brasília para defender os interesses da IPB gerando a respectiva nota de gratidão por seus trabalhos.

estaduais, como os Secretários de Agricultura e de Educação, e o Reitor da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, que após o encontro, recomendaram que o governador Magalhães Pinto assumisse a direção da ESAL a título de colaboração, evitando assim o seu fechamento.

O governador então, teria solicitado à administração do Instituto Gammon a manutenção dos vestibulares, pedido que foi atendido pela Assembleia Geral, que transferiu a responsabilidade de manter e dirigir a ESAL ao Governo do Estado de Minas.

Na edição de 30 de setembro de 1962 “O Estado de São Paulo” já noticiava que

a diretoria do Instituto Gammon entrou em entendimentos com o Governador Magalhães Pinto, visando a transferência para o governo do Estado da Escola Superior de Agricultura de Lavras, que enfrenta no momento sérias dificuldades financeiras estando ameaçado seu funcionamento no próximo ano.

Foi feita a proposta segundo a qual, a escola, que é mantida há mais de meio século pelo Instituto Gammon de Lavras, passaria à responsabilidade do governo estadual, a título de cooperação, mediante comodato e pelo prazo de 3 anos, a partir de janeiro de 1963. Caberia ao Estado o encargo de manter e dirigir o estabelecimento (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1962h, p. 10)

A matéria incluía a informação de que o Ministro da Agricultura Renato Costa Lima (1904-1993) teria viabilizado uma verba de 30 milhões de cruzeiros para manutenção do vestibular para o ano de 1963.

Segundo Vilela (2007, p. 262), teria sido firmado “um convênio provisório até que fosse resolvida a sua Federalização, cedendo, gratuitamente, o uso de todas as instalações e equipamentos da ESAL ao Governo Estadual”, ainda de acordo com o referido autor, “a Igreja Presbiteriana do Brasil, mantenedora e proprietária de ambas as instituições de ensino, oferecia uma considerável área dos atuais terrenos da ESAL, a que se prestou, posteriormente, na ampliação e construção de edifícios”. Lembrando que se tratava de um convênio que perduraria o período de três anos, enquanto, com muita lentidão, tramitava o Projeto de Lei no Congresso Nacional.

Pela primeira vez, depois de 54 anos, o Prospecto do Instituto Gammon publicado no ano de 1963, já não mais listava a ESAL entre as escolas que

compunham a instituição, comunicando oficialmente a transferência de responsabilidade e confirmando o convênio com o Estado de Minas Gerais:

A Assembleia Geral do Instituto Gammon chegou à conclusão de que a instituição não poderia continuar mantendo este seu Departamento de ensino superior, iniciando entendimentos que estão em fase bastante adiantada, com o Governo de Minas Gerais no sentido de que este assumira a partir de 1963 as responsabilidades de manutenção, direção e administração do estabelecimento até que o Congresso Nacional decida quanto ao projeto de federalização da ESAL. A transferência da responsabilidade de manter e dirigir a ESAL está na dependência da assinatura de um convênio, através do qual o Instituto Gammon cede ao Estado de Minas, em comodato gratuitamente e pelo prazo de três anos todas as instalações e equipamentos da Escola Superior de Agricultura de Lavras. Em 1963 serão realizados, na época própria, os exames vestibulares ou Concurso de Habilitação ao Curso Superior” (INSTITUTO GAMMON, 1963, p. 7).

Mas se por um lado, através deste convênio, o Governo Estadual salvava a ESAL do seu fechamento ao final de 1962, por outro lado, ainda no início de 1963, o Governo Federal decidia pelo seu fechamento.

Se em Lavras o Instituto Gammon informava a continuidade da escola, transferindo a responsabilidade para o Estado de Minas Gerais, em Brasília o Presidente João Goulart e o Ministro da Educação Theotônio Maurício Monteiro de Barros Filho (1901-1974), assumiam para si a responsabilidade, decidindo-se pela descontinuidade de seu funcionamento, e enviando a Lavras o Assessor para Assuntos de Agricultura do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o agrônomo, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Eudes de Souza Leão Pinto (1920-2018), que com uma portaria em mãos, recebia a ordem de funcionar como representante do Ministro da Educação na operação de fechamento daquele estabelecimento de ensino superior, com a distribuição de seus professores, funcionários e alunos pelas universidades e escolas superiores de agricultura já subordinadas ao Ministério da Educação.

Em depoimento feito no ano de 2013, o ex-Ministro Alysson Paolinelli relatou que se tratava de um período na história do país, em que com vistas a uma Reforma Universitária, que ocorreu no final da década, o governo entendeu que deveria por uma otimização de investimentos, fechar algumas instituições incorporando-as a outras, e diante do desamparo financeiro da Escola Superior de Agricultura de Lavras,

o Ministério da Educação justificava a decisão pelo fechamento de uma instituição particular subsidiada (UFLA, 2013).

Também em um relato sobre este fato, gravado em ocasião da comemoração dos 50 anos da Federalização da ESAL, o próprio professor Eudes Pinto, encarregado da tarefa de fechamento da escola no início de 1963, detalha como tudo aconteceu, incluindo os diálogos que teve, primeiramente com o Ministro da Educação, e depois com os afetados diretamente pela crise na ESAL, e posteriormente com o povo lavrense:

Eu era assessor do Ministro da Educação [...]. Um dia chamou-me para dizer:

- Tenho aqui uma portaria já assinada por mim, e com recomendação do Presidente da República para uma missão que você deve cumprir.

Eu esperei que a missão fosse grata, mas foi extremamente ingrata, quando ele disse:

- Você terá de ir a Lavras em Minas Gerais, para fechar a Escola Superior de Agricultura daquela cidade.

Eu me espantei:

- Mas Ministro, logo eu, um professor universitário, catedrático na minha Universidade Federal Rural de Pernambuco, receber uma missão dessa, tão ingrata?

Ele disse:

- Aquela escola não tem como se manter e conseqüentemente essa situação não pode continuar.

Para mim aquilo foi uma morte, eu saí do gabinete do Ministro depois de ter feito as considerações pra fugir daquela missão, eu saí morto de dor.

Chegando em Lavras fui ao encontro do diretor, que era o Alysson Paolinelli<sup>75</sup>. E falei a ele:

- Eu venho aqui numa missão para tentar resolver os problemas das dificuldades financeiras de Lavras.

Ele disse:

- Ainda bem... ainda bem que o governo se lembrou de nós e está mandando a solução.

Veja que coisa terrível para mim, ele, coitado, pensando que eu ia levar a solução e eu estava levando a destruição, e no dia seguinte tivemos a reunião da Congregação, com todos os professores presentes, e aí fiquei sabendo que há dois anos os professores estavam sem receber salários<sup>76</sup>. Pedi a reunião dos alunos, os alunos vieram. Eu procurei saber como eles se

<sup>75</sup> Oficialmente, Alysson Paolinelli assumiu a direção da ESAL em 1966, no entanto, era ele quem dirigia e representava a comunidade esaliana como líder e diretor do Comitê de Federalização.

<sup>76</sup> A informação oficial é que nesse período o governo do Estado de Minas Gerais tinha suspendido a verba que complementava o salário dos professores, que conforme informado na matéria do “Diário Carioca”, eram mal pagos. Em termos oficiais, o corte definitivo dos salários teria sido feito no início daquele ano, e permanecido até 1965, provavelmente decorrente do conflito de decisões e indefinições entre o Governo Estadual e Governo Federal quanto ao futuro da ESAL.

sentiam diante daquele quadro de ver os professores sem salários para receber, e as opiniões dos alunos foram todas a favor dos professores. Reuni os funcionários e procurei saber a situação financeira. E me disseram:

- O senhor pode avaliar o que é passar dois anos sem receber salários, vivendo de contas formadas nas casas comerciais? - Eu fiquei horrorizado com aquilo:

- E os comerciantes como se comportam? Eles fazem o fiado pra vocês sem reclamar?

- Olha, os comerciantes têm sido solidários conosco.

Fui ao comércio. Procurei cada um dos fornecedores diretos da escola, e todos me diziam:

- É triste, muito triste ver essa situação de uma escola que é tão importante para Lavras.

Fui cortar o cabelo e indagado o cabelereiro:

- Como está essa situação aqui?

O cabelereiro "fez assim" (gestos):

- Pavorosa! Imagine que professores importantes, respeitados no país e no exterior vêm aqui cortar o cabelo, e pedem para assinar um vale porque não tem dinheiro para pagar.

Eu saí da barbearia e vi um garoto engraxando sapato na praça. Aí pensei... aquele garoto pode me dar a opinião. Enquanto o garoto passava o pano no sapato, eu fiz a pergunta para ele:

- Diga-me uma coisa, essa escola oferece alguma vantagem para vocês?

- Aqui é que a gente vê futebol, é no campo da escola que se joga futebol.

Eu disse:

- E se essa escola acabar, o que é que vai acontecer?

O garoto que estava passando o pano, parou de repente, olhou para mim, e disse:

- Não pode doutor, não pode! Essa escola não pode fechar!

Aí eu disse para o auxiliar que me acompanhava do Ministério da Educação:

- Não há condição pra nós fecharmos essa escola, é a população de Lavras que está solidária com a escola, uma criança dessa fazer essa reação.

Ele disse:

- O que o senhor fizer está bem-feito.

Aí eu decidi não fechar a escola. A Congregação reunida, e quando eu falei:

- Eu venho aqui numa missão muito ingrata - Já senti que houve tremor na sala.

- Eu venho aqui com essa portaria - Aí tirei a portaria do bolso.

- Eu venho aqui com essa portaria, com a missão de fechar a escola - Aí foi um tremor na sala.

- Mas fiquem calmos, fiquem tranquilos que eu não fecharei a escola.

Voltei ao Rio de Janeiro e o Ministro estava lá me esperando, e quando eu entrei na sala, ele levanta os braços e pergunta:

- Como é que foi em Lavras? Deixou a escola bem fechadinha?

Quando eu disse não fechei a escola, ele deu dois murros na mesa assim, com muita veemência, não sei como não quebrou o vidro da mesa, dois murros...

- Mas como você recebe uma missão escrita com determinação de fazer o fechamento da escola e vem me dizer que não fechou? - E ficou assim bravo, como uma “cobra braba”. Eu dei tempo, e falei para ele:

- Ministro, eu não fechei a escola por prezar a figura de Vossa Excelência. Se eu tivesse fechado a escola, Vossa Excelência hoje, seria para o povo de Lavras, para o povo talvez, do estado todo de Minas Gerais, Vossa Excelência teria praticado um crime de lesa-pátria, e é evidente que eu como seu assessor, como pessoa de sua confiança, eu não ia querer que Vossa Excelência ficasse com esse conceito perante o povo de Minas Gerais, e talvez do Brasil, pois iria se propagar a notícia de sua decisão. Aí ele tremeu e disse:

- E agora?

Eu disse:

- Agora é chamar o diretor do ensino superior e fazer com que as providências venham a ser tomadas para a escola ser atendida nas suas necessidades. (UFLA, 2013, 8 min)

A transcrição do relato detalhado do Professor Eudes, é muito relevante no sentido de, pelo depoimento de um participante dos fatos, possamos acessar o mais profundamente possível, quais eram as interpretações do cotidiano dos atores que protagonizaram as ações e expressões envolvidas na crise que culminou com a federalização da ESAL.

Ressalta-se que a seu tempo e seu modo, os diálogos da época são reproduzidos no relato do professor, o que nos permite o acesso indireto a formas simbólicas ligadas diretamente ao contexto sócio-histórico que tem sido tomado como plano de fundo para as análises apresentadas nos capítulos seguintes. Este evento foi crucial para a permanência da instituição até os dias atuais, por reverter o processo até então em andamento, que culminaria com a sua extinção.

Durante todo ano de 1963 passos foram sendo dados no intuito de viabilizar a federalização, e a partir desse momento, o professor Alysso Paolinelli teria intensificado a longa peregrinação que manteria durante os próximos anos, viajando entre Rio de Janeiro<sup>77</sup>, Lavras e Brasília, em um único veículo que a escola possuía, e ainda sem motorista, sem diária, e na maioria das vezes sem companhia (UFLA, 2013).

---

<sup>77</sup> O MEC ainda estava em processo de transição para a nova capital, inaugurada em 1960.



O 55º aniversário de fundação da ESAL foi passado sob a gestão do Governo do Estado de Minas Gerais e ainda em clima de indefinições. O editorial do órgão informativo oficial do IG informava que “em virtude de convênio firmado com o Governo do Estado” a ele foram “transferidas as responsabilidades da manutenção, direção e administração do estabelecimento por um período de três anos, ou até que o Congresso Nacional decida quanto ao projeto de federalização da ESAL”. Os argumentos dos discursos denotam que por parte do IG estava completamente definida a questão do desligamento da ESAL, que já é tratada como uma instituição que embora tivesse profundas relações históricas com a entidade mantenedora, de uma vez por todas tornava-se um estabelecimento de ensino dentre os outros, que também celebram seus respectivos aniversários:

O aniversário de qualquer estabelecimento de ensino é motivo de júbilo para o Instituto Gammon. Esse júbilo é naturalmente mais intenso em relação à data magna da Esal pela circunstância de, durante 54 anos ininterruptos, ter ela incorporado o patrimônio do Instituto Gammon, de cuja a atividade educacional ela foi, durante todo esse tempo, o ponto mais alto. Por isso mesmo, embora deixando de contar com a ESAL na sua organização escolar, o Instituto Gammon não deixará, jamais de tê-la na sua história, como elemento de alta significação no setor da tradição gammonense.

Por isso mesmo, sobram-nos razões para nos associarmos à comemoração da grata efeméride e os nossos votos são para que, crescendo – como certamente crescerá sobre o bafejo do Governo – A Escola Superior de Agricultura de Lavras possa manter inalterável aquele espírito que sempre a norteou, aquele espírito de compreensão entre mestres e alunos, aquele senso de responsabilidade – ditado por uma tradição de mais de meio século – que faz com os esalianos, em todos os recantos da pátria, dêem um eloquente testemunho de que se formaram numa pequena escola de agronomia do interior de Minas, cujo lema – Ciência e Prática – não se constitui em mero formalismo, mas é realmente vivido e praticado, fazendo com que esses profissionais – longe de se envergonharem de sua Escola, orgulham-se dela (Sic) (INSTITUTO GAMMON, 1963, p. 1)

Até que, na edição de “O Agrário” de novembro deste respectivo ano foi publicada a matéria: “Federalização à vista”, que anunciava a aprovação da mensagem do executivo que havia sido encaminhada para o Congresso no final de 1961, e que foi convertida no Projeto de Lei número 3.805, durante o ano de 1962.

Após marchas e contra-marchas, recebeu finalmente a sua aprovação.

Foi vencido o grande obstáculo da Federalização de nossa Escola, que há muito vem pensando e sofrendo a espera desta aprovação.

O projeto segue agora para o Senado Federal, de onde se espera ter uma rápida tramitação de vez que as arestas e as dificuldades que existiam foram aparadas na Câmara dos Deputados.

Reacenderam-se novamente as esperanças de que a nossa Escola passará a ter melhores dias e se encontre com a possibilidade de progredir e voltar a competir com as suas congêneres do país.

[...]

Esta é a última fase, e por assim ser, vamos redobrar os nossos esforços e as nossas esperanças, pois o nosso objetivo comum, o da Federalização, já se vislumbra num horizonte bem próximo (CAA, 1963, p.1).

Os argumentos não ignoram os obstáculos enfrentados, mas se destaca a superação deles, reafirmando o conceito já esboçado relativo ao contexto educacional brasileiro com suas escolas públicas, que impunha maiores investimentos para que a ESAL não ficasse obsoleta, como também previne sobre os desafios que ainda estariam envolvidos até a concretização do processo de federalização.

Figura 22 – Manchete sobre a federalização no Jornal “O Agrário”

**FEDERALIZAÇÃO À VISTA**

Acaba, finalmente, de ser vencida a primeira e grande fase, no encaminhamento do projeto de Federalização da Escola Superior de Agricultura de Lavras. A Câmara dos Deputados aprovou na manhã do dia 13 de novembro a mensagem do Executivo, nos termos do artigo da Comissão de Educação, que dispõe sobre a incorporação da ESAL, pelo Governo da União, ao Patrimônio Nacional.

A mensagem que tramitava por aquela Casa do Legislativo Federal desde 13 de dezembro de 1961, após inter-séncias, marchas e contramarchas, recebeu finalmente a sua aprovação.

Foi assim vencido o grande obstáculo da Federalização da nossa Escola, que há muito vem pensando e sofrendo a espera desta aprovação.

O projeto segue agora para o Senado Federal, de onde se espera ter uma rápida tramitação de vez que as arestas e as dificuldades que existiam foram aparadas na Câmara dos Deputados.

Reacenderam-se novamente as esperanças de que a nossa Escola passará a ter melhores dias e se encontre novamente com a possibilidade de progredir e voltar a competir com as suas congêneres do País.

Espera-se, que, não havendo anormalidades ou novas imprevistos, ainda logo seja a nossa Escola aceita Federalizada.

Vamos, portanto, todos unidos, fazer todo o possível para que o Senado da República de, oportunamente se reúna que nos tradicionais estabelecimentos de ensino nacionais, para retomar à sua gloriosa jornada da formação de cidadãos competentes para servir à nossa Pátria.

Esta é a última fase, e por assim ser, vamos redobrar os nossos esforços e as nossas esperanças, pois o nosso objetivo comum, o da Federalização, já se vislumbra num horizonte bem próximo.

TAXA PAGA — Ano XVI — Nov. de 63 — N.73 — TAXA PAGA

**O AGRÁRIO**

Órgão de Divulgação do Centro Acadêmico de Agronomia da Esc. Sup. de Agricultura de Lavras

Fonte: Museu do Ex-Aluno – Instituto Gammon (1963)

A tramitação, aprovação no Senado, e sanção pelo presidente João Goulart, demoraram pouco mais de um mês, e a edição seguinte de “O Agrário” noticiava e publicava na íntegra a Lei número 4.307, de 23 de dezembro de 1963, que federalizava a ESAL e dava as providências necessárias nessa direção. Em tom ameno e cordial as informações eram trazidas na matéria intitulada “A Federalização – Desfecho tranquilo de um caso muito discutido”:

[...] concretizou-se, finalmente - da forma por todos desejada, ou, em plena harmonia entre as partes interessadas – a ideia de federalização da ESAL; ideia que começou quando a antiga administração do Gammon confessou, sinceramente, não ter planos e recursos para a melhoria das condições técnicas e materiais do seu departamento de ensino superior [...] ideia que, no interregno entre a declaração da Assembleia Geral do IG e a Lei nº 4307, contou com a participação do Governo de Minas, através do convênio firmado com a entidade mantenedora; ideia que voltou a merecer a franca e decidida colaboração do agora Deputado Tancredo Neves, que, com a ajuda de outros parlamentares, ativou a tramitação do projeto nas duas casas do Congresso onde um substitutivo do referido projeto – apresentado pelo Deputado Paulo Freire – teve rápida aprovação.

Ideia que caminha para a sua efetivação, graças, desta vez, a uma objetiva compreensão do problema, que da parte do Ministério da Educação e Cultura, representando o Governo Federal, quer da parte da Igreja Presbiteriana do Brasil, abrindo mão de todo patrimônio da ESAL por um terço do seu valor atual, atendendo a ponderações dos técnicos que se detiveram no estudo do assunto, cabendo citar o nome do Dr. Eudes Souza Leão, que aqui esteve, em fevereiro próximo passado, especialmente para esse fim.

Assim, a ideia – depois de tantas lutas e percalços – tornou-se realidade, num ambiente por todos almejados: sem qualquer constrangimento para a antiga entidade mantenedora, o Instituto Gammon.

Por isso registramos o nosso contentamento pela realização de um sonho – que passou a ser objetivo, diante dos motivos apontados – é do nosso dever (e nós o cumprimos, prazerosamente) homenagear a memória de Samuel Gammon, Benjamin Hunnicutt e John Wheelock, que também sonharam com esta Escola e souberam viver por ela.

Assumimos o compromisso de manter o espírito desta casa e as suas tradições de dedicação ao estudo e amor ao trabalho, procurando não desmerecer, jamais, o lema que faz parte integrante do patrimônio esaliano: “Ciência e Prática” (CAA, 1962, p.1)

Meses depois, na edição de agosto de 1964, o periódico “O Instituto”, noticia o fato, também em tom cordial, ressaltando com as mesmas palavras sobre uma “objetiva compreensão do problema”, no ambiente das quais, “os entendimentos processaram-se”. Acrescentava a informação sobre o encerramento do processo, com a lavratura da escritura de transferência de todos os bens móveis e imóveis daquele antigo departamento ocorrida no dia 11 de julho de 1964. O IG foi representado pelo

presidente da Assembleia Geral, Reverendo Milton L. Daugherty, que representou também a *East Brazil Mission* (antiga proprietária), a Igreja Presbiteriana do Brasil (atual proprietária), foi representada pelo Vice-Presidente do Supremo Concílio, o Reverendo José Borges dos Santos Junior e pelo Deputado Federal Paulo Freire de Araújo, que “vinha acompanhando, com interesse, o andamento do processo”: Pelo acordo realizado, a Igreja Presbiteriana do Brasil, proprietária daqueles bens – cuja avaliação importou em Cr\$ 236.087.380,00<sup>78</sup> – transferiu-os por um terço do seu valor ao patrimônio da União, que o pagaria num período de três anos, através de verba a ser incluída no Orçamento.

Transferindo-se ao Governo Federal todo o acervo da ESAL, transfere-se, obviamente, o nome da Escola, o que implica, necessariamente, na transferência da responsabilidade da manutenção dos padrões morais e intelectuais que, durante 55 anos ininterruptos, fizeram da pequena e modesta Escola de Lavras um celeiro de técnicos que aí estão, expressivo testemunho do quanto pode o idealismo porque, na verdade, foi idealismo e abnegação o que sustentou a ESAL durante esse longo período.

Não a tendo mais na sua organização, mas incluindo-a, orgulhosamente, na sua história, o Instituto Gammon tem sobejas razões para augura à ESAL, federalizada, o desenvolvimento material e o progresso científico, tudo dentro da velha tradição esaliana da qual tanto se orgulham todos aqueles que se abeberaram na fonte de Ciência e Prática alimentada por gerações e gerações de diretores, professores e funcionários imbuídos do mais genuíno espírito de serviço (INSTITUTO GAMMON, 1964, p.1).

Há uma contradição em relação aos dados levantados durante a pesquisa em relação a esta respectiva matéria. O acesso à Certidão de Matrícula do imóvel indica uma “re-ratificação e aditamento do contrato feito em 28 de agosto de 1964 que registra que a “efetivação de transferência de bens imóveis” aconteceu por “doação gratuita” (LAVRAS. Certidão de Matrícula...).

Considerando que esta estrutura narrativa foi construída a partir da participação dos atores sócio-históricos através das formas simbólicas por eles produzidas e historicamente registradas, entende-se que o modelo deve ser seguido também em relação à conclusão do processo. Considerando que ao término de 1964 a sobrevivência da “casa de Samuel Gammon e Benjamin Hunnicutt” estava garantida graças ao processo de federalização, trazemos como conclusão da narrativa crítico-interpretativa desta trajetória institucional, a sua representação na forma simbólica de

---

<sup>78</sup> Na Certidão de Matrícula consta o valor de CR\$ 184.394.250,00.

um discurso daquele que é considerado por seus pares temporais, como o mais importante protagonista do processo. A peça foi publicada na edição de “O Agrário”, do ano de 1964, com o título “ESAL Federalizada”, cujas partes relacionadas aos interesses desta pesquisa são reproduzidas:

A federalização da Escola Superior de Agricultura de Lavras veio solucionar o angustiante problema da sobrevivência desta tradicional e mais que cinquentenária casa de ensino, abrindo-se assim novos e largos horizontes para a sua gloriosa jornada.

Combatida por uns, duvidada por outros e insistida por muitos, foi esta a solução que resolveu definitivamente o problema para a continuidade da Casa fundada em 1908 por Samuel Gammon e Benjamin Hunnicutt.

[...]

Quatro anos que ficarão assinalados na vida de nossa Escola pela vivência de uma luta que será um marco e uma advertência aos dias futuros desta casa de ensino.

[...].

Sacrifícios que não poderão ser chorados ou servirem apenas para lamúrias ou lamentações, mas servirão para muito mais. Serão uma advertência e uma constante fonte de inspiração e de responsabilidades para aqueles que prosseguirão na jornada.

[...]

Abrem-se novas e grandes oportunidades para o desenvolvimento desta Casa de ensino, possibilitando plenamente o cumprimento das profecias de seu fundador: “Esta Escola terá, provavelmente, vasta influência na vida e na história desta parte do Estado de Minas.”

[...]

Uma Escola que viveu pelo ideal e pelo sacrifício daqueles que a criaram e dos que a trouxeram até aqui, não pode, agora que novas possibilidades lhe acenam, perder este espírito de luta e de trabalho que sempre a caracterizou.

Luta em busca das condições materiais, que sempre foram o ponto de estrangulamento do pleno desenvolvimento desta Escola e que agora deverão ser atingidas.

[...]

Luta para que não se pense jamais em fechar as portas da ESAL. Luta que se caracterizará sobretudo pela fé inabalável na vida de nossa Escola.

Fé que a gerou. Fé que a construiu. Fé que a alimentou. Fé que a faz ressurgir. E fé que haverá de levá-la ao cumprimento de seu glorioso destino (CAA *apud* DELPHIM, 2004, p. 14).

## 5 ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA E INTERPRETAÇÃO / REINTERPRETAÇÃO

*“As assimetrias mais gritantes, nas sociedades contemporâneas, são aquelas relativas às divisões de classe, gênero, etnia e estado-nação, dentro dos seus campos de interação”.*

John B. Thompson

No presente capítulo inauguram-se momentos complementares dentro da teoria compreensiva interpretativa adotada para nortear este trabalho de investigação. Trata-se de mais um passo entre os andamentos que são dados na configuração de um único “arco hermenêutico”<sup>79</sup>, que, no caso da presente pesquisa é um passo muito importante em termos da interpretação dos processos que são investigados.

Recorda-se que o pressuposto considerado para o desenvolvimento desta investigação, bem como do estabelecimento dos seus objetivos foi encontrado na tradição da história comparativa, no “fascínio recorrente por justapor padrões históricos de dois ou mais tempos ou lugares” (SKOCPOL e SOMERS, 1980, p. 174, tradução nossa), e é nesse momento complementar de análise que os padrões históricos das trajetórias institucionais são justapostos em uma configuração modelar de análise sócio-histórica e em seguida apresentados em uma reinterpretação, facilitada pelos diferentes momentos analíticos.

### 5.1 Análise sócio-histórica

Uma vez que as narrativas crítico-interpretativas apresentadas nos capítulos anteriores foram construídas distintamente e em consideração às bases gerais do mesmo referencial metodológico, representada em uma espécie de empreendimento analítico objetivante, que envolveu uma organização e análise das formas simbólicas com consideração ao entendimento cotidiano dos sujeitos sócio-históricos<sup>80</sup>, passa-se neste segundo momento à dimensão do trabalho teórico proposto no processo metodológico da HP.

---

<sup>79</sup> Termo cunhado por Thompson para descrever estes diferentes momentos envolvidos no trabalho hermenêutico.

<sup>80</sup> Interpretação da doxa

Portanto, o propósito desta parte do trabalho é empreender a contextualização social das formas simbólicas, no sentido de que a sua produção, circulação e recepção aconteceram dentro de “contextos ou campos historicamente específicos e socialmente estruturados” (THOMPSON, 2011, p.368)

Como bem pontua Mota (2014, p. 6), no caso da aplicação da HP com o propósito da análise da cultura, o foco está no estudo “das relações entre as formas simbólicas e os contextos sócio-históricos dentro dos quais e através dos quais estas formas simbólicas produzem sentido”, portanto, é a partir deste foco que são trabalhados os diferentes aspectos da análise sócio-histórica, ou seja, o interesse desta parte da pesquisa reside nas assimetrias e diferenças sistemáticas que caracterizam a estrutura social do campo de interação das instituições sociais.

O fato de John B. Thompson utilizar seu método especialmente para o estudo da ideologia, contribui indiretamente para o propósito desta pesquisa, pois influencia a atenção que Thompson devota para a questão das assimetrias nas estruturas sociais, isso porque quando aplicada para análise da ideologia, o foco do estudo recai sobre a produção e reprodução das relações de poder, que sofre implicações diretas das assimetrias existentes na estrutura social dentro dos campos de interação<sup>81</sup>.

Embora não tenha como foco o estudo da ideologia, mas da cultura, esta característica é um ponto importante para utilização do método dentro dos propósitos desta pesquisa, especialmente porque ela se dispõe a investigar processos que configurados em um campo de interação, se sucedem em um contexto social de profundas assimetrias; que por sua vez, dentro desse modelo de análise sócio-histórica, tais assimetrias ganham o protagonismo necessário para se estabelecerem como pontos de implicação central na interpretação/reinterpretação das trajetórias institucionais.

Para não nos atermos demasiadamente às questões metodológicas que já foram devidamente explanadas em outra parte desta tese<sup>82</sup>, apenas de modo geral, apontamos que alguns dos conceitos adaptados por John B. Thompson a partir da contribuição de Bourdieu, como *campo de interação*, *instituições sociais* e *estrutura social*, são usualmente empregados no estudo das trajetórias de sujeitos sócio-

---

<sup>81</sup> Ver Thompson (2011, p. 199)

<sup>82</sup> Especialmente o fundamento basilar da conceituação de campos de interação sincronicamente como um espaço de posições e diacronicamente como um conjunto de trajetórias (Ver Capítulo 2).

históricos; entretanto, embora as assimetrias sejam relativamente estáveis nos campos de interação, ou nas instituições sociais, o mesmo não é verdadeiro em relação aos próprios campos ou instituições, que não são estáticos e sofrem mudanças a partir da ação dos sujeitos. De um modo geral, o “mundo sócio-histórico não é apenas um campo-objeto que está ali para ser observado; ele é também um *campo-sujeito* [...]” (THOMPSON, 2011, p.358).

O que se demonstrará, portanto, no decorrer deste capítulo, é que as assimetrias presentes na estrutura social do campo de estudo, influenciam não somente as trajetórias dos sujeitos, mas também das instituições que compõem a conformação deste campo.

Analisar os processos de nacionalização e federalização nos Institutos Mackenzie e Gammon por meio da estrutura social do campo de interação e das instituições sociais, é identificar e determinar assimetrias e diferenças capazes de influenciar os posicionamentos representados nos discursos e ações dos atores sócio-históricos, e em decorrência, acarretar o desenvolvimento de trajetórias institucionais distintas.

Mas antes de a análise sócio-histórica adentrar pelas questões relacionadas às configurações particulares do campo de interação, instituições sociais e estrutura social, é preciso apresentar a análise das situações espaçotemporais que envolvem a produção, transmissão e recepção das formas simbólicas.

### **5.1.1 Situações Espaçotemporais: *estado-nação, assimetrias regionais e FES***

Uma das divisões que ocasionam as mais gritantes assimetrias, segundo a interpretação de John B. Thompson, é a divisão “estado-nação”. O conceito sociológico clássico e sistemático do termo remonta “um tipo de sociedade político-territorial soberana, formada por uma nação, um Estado e um território” (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 158), é uma organização social característica das sociedades modernas, estruturada a partir da evolução do capitalismo.

Partindo para definições menos sistemáticas e mais teóricas, ainda que mais criteriosas, como a de Norbert Elias (1970, p. 157), estado-nação seriam as “sociedades mais altamente integradas do nosso tempo”, na verdade, o autor concebia que a força de uma sociedade estaria ligada à capacidade de integração de todas as suas partes.



Não é possível precisar a amplitude ou implicações abrangentes do conceito de estado-nação na obra de John B. Thompson, uma vez que o referido autor jamais se dedicou em desenvolvê-lo, mas a abordagem de Norbert Elias (1970) viabiliza uma linha de discussão do conceito pela questão da integração existente ou não nas sociedades modernas, pois tão gritantes assimetrias existem nas divisões de estado-nação (THOMPSON, 2011), tanto quanto na desintegração envolvida na formação de um estado-nação (ELIAS, 1970), ou nas divisões de um país (BRESSER-PEREIRA, 2017), ou seja, as divisões geopolítica e geoeconômicas também caracterizam patentemente as assimetrias.

Em termos acadêmicos surgiu o conceito de *assimetrias regionais*, presentes nas pesquisas de Pereira (1997), Vieira *et al.* (2015), Silva (2012), dentre outros autores que empreenderam esforços para compreender as características gritantes de assimetrias regionais causadas pela desintegração identificada no processo de desenvolvimento de estado-nação no que tange às suas diferentes regiões e municípios, e que se configura como um amplo campo de estudos no que tange ao contexto brasileiro, tanto do ponto de vista histórico como em relação às configurações geopolíticas e geoeconômicas contemporâneas.

Além da abordagem sociológica, existem outros modelos de pesquisa que também oferecem respostas acerca da formação das sociedades a partir da integração de suas partes, sendo um destes muito característico e aplicável ao esforço que se empreende nesta seção no sentido de contextualizar as formas simbólicas a partir do contexto espaçotemporal em que foram construídas, pois trabalha exatamente a perspectiva de espaços que são configurados pela intervenção humana a partir do modo de produção. Trata-se da contribuição do geógrafo brasileiro Milton Santos (1997) que aprofundou o conceito de Marx e Lênin de “Formação Econômica e Social (FES)”. A FES é uma categoria de estudo que tem como base de explicação a relação da configuração do espaço com os modos de produção das sociedades

De acordo com Schneiders e Costa (2016, p. 12), “o interesse nos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e *também nas suas frações* [grifo nosso]”. O que acontece no caso do presente estudo é que as instituições educacionais que têm as suas trajetórias investigadas nesta pesquisa,

foram estabelecidas em espaços de formação econômica e social significativamente distintos, situações espacotemporais com claras e profundas assimetrias.

No caso do Mackenzie, sua fundação se dá exatamente no século das transformações econômicas e sociais que alçam o espaço de localização da sua sede à posição de mais importante centro econômico e populacional do país. Historiadores da formação econômica e social de São Paulo descrevem o interregno de um século, entre 1850-1950, como o período em que o estado deixou de ser uma província pouco importante para se tornar uma das regiões produtivas mais destacadas do mundo (LUNA e KLEIN, 2019).

O mesmo não é verdadeiro em relação ao Instituto Gammon, com um povoamento iniciado exatamente dois séculos mais tarde em relação à cidade de São Paulo<sup>83</sup>, o espaço de localização de sua sede fora outrora uma região desbravada pelos próprios paulistas bandeirantes da *Capitania de São Paulo e Minas de Ouro*. “Mas o ouro, principal atrativo daqueles tempos, não correspondeu às esperanças, de forma que os paulistas foram se dedicando ao roteamento das terras e aos labores pecuários” em toda região onde se instalou o arraial de Sant’Ana das Lavras do Funil (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS, 1958, p. 2). Não obstante, o modo de produção agrícola pouco evoluiu em termos da modernização de técnicas e práticas no decorrer das décadas, como também propiciou pouco desenvolvimento à região, sendo identificado em profunda deficiência já no início do Século XX, fator impulsionador do idealismo de Gammon e Hunnicutt para a fundação da ESAL em 1908 (REZENDE, 2017).

Já em relação à cidade de São Paulo, a consolidação da produção cafeeira no interior da província impulsionou a construção de ferrovias para escoar a produção para os portos, transformando a capital do estado em um importante entreposto comercial, o que contribuiu para o seu crescimento populacional e econômico, de modo que por volta de 1870<sup>84</sup> a população de São Paulo já era maior do que aquela identificada na cidade de Lavras no período temporal que envolve os processos investigados nesta pesquisa (1952-1964), afinal, enquanto São Paulo já tinha mais de

---

<sup>83</sup> 1554/1754

<sup>84</sup> Época do primeiro levantamento censitário realizado no Brasil

trinta mil habitantes, a vila de Lavras ainda estava sendo elevada à categoria de cidade<sup>85</sup>.

A imigração e o aumento da população se somam aos fatores que transformaram a cidade de São Paulo em uma grande metrópole ainda nas primeiras décadas do Século XX. Diversas revoluções e movimentos políticos, e especialmente a I e a II Guerra Mundial, são compreendidos como importantes fatores que fizeram com que na década de 60 do século passado, quando efetivamente tiveram seu lugar na história os processos que estão sob investigação, a cidade sede do Instituto Mackenzie já se tornasse a maior e mais importante cidade do país. De acordo com dados do IBGE (1960), no início de 1960, a cidade de São Paulo já contava com uma população de mais de quatro milhões de habitantes, e o complexo industrial paulistano já se figurava como o maior do Brasil.

Ao descrever a escala de crescimento industrial da capital paulista no decorrer das décadas, Mamigonian (1976, p. 98) a caracteriza nos termos de um “gigantismo”, ainda mais acelerado pela abertura que o país teve para os investimentos estrangeiros a partir da segunda metade da década de 50, quando concentrou cerca de 80% na indústria paulistana, que também na década de 60 passou a ser responsável por mais de 40% de toda a produção industrial do país. Nesse período a capital paulista tinha cerca de 756.000 pessoas empregadas na indústria, um “caso extremo” em que a presença de “infraestrutura, o mercado mais rico do país, e indústrias fornecedoras” atraíam mais e mais empreendimentos industriais e o crescimento populacional constante. “Integrado por completo na vida da metrópole bandeirante” (A GAZETA, 1957, n.p.), e conseqüentemente a este pleno desenvolvimento metropolitano, estava o Instituto Mackenzie que dele se beneficiava em relação às potencialidades relacionadas à demanda e oferta de educação no contexto dessa concentração demográfica e estrutura desenvolvimentista: “O Mackenzie cresce com São Paulo” (INSTITUTO MACKENZIE, 1955a, p.1).

Em situação distinta, e desintegrado desta realidade regional de um estado-nação em desenvolvimento, estava o Instituto Gammon, uma vez que a população urbana da cidade de Lavras neste respectivo período não correspondia nem a 3,5% dos trabalhadores da indústria paulistana. Com cerca de apenas 50.000 habitantes ao

---

<sup>85</sup> 20 de julho de 1868 ocorreu a emancipação municipal

final dos anos de 1950, Lavras tinha metade da sua população espalhada pela zona rural do município, que abrangia uma área de 651 km<sup>2</sup>.

Pensando a partir da concepção de Santos (1997) acerca da formação econômica e social dos espaços (FES), que leva em conta os modos de produção da sociedade, situamos Lavras na classificação de uma típica comunidade do interior de Minas Gerais que tinha como principal atividade a agricultura, em grande parte de subsistência e ainda carente das modernizações e dos grandes investimentos que somente viriam nas décadas posteriores, com participação direta do Ministro da Agricultura Alysson Paolinelli, que não foi somente personagem importante da narrativa histórica relativa à trajetória institucional do Instituto Gammon, eis que constituiu depois em importante personagem do desenvolvimento da agricultura brasileira, com decorrente indicação ao Nobel da Paz, conforme comentado no capítulo anterior. Em evento virtual realizado pela Universidade Mackenzie no ano de 2021, Paolinelli atribuiu a inspiração dos princípios que o nortearam no cumprimento de suas responsabilidades a Benjamin Hunnicutt<sup>86</sup>.

Ainda em relação à transformação dos espaços pelos modos de produção, a descrição das atividades comerciais da cidade de Lavras apresentada em uma publicação da época chega a ser curiosa se comparada com a realidade paulistana: “11 farmácias, 18 gabinetes dentários, 20 médicos, e 10 advogados” (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS, 1958, n.p.).

Os dados apresentados nesta seção cumprem o papel de demonstrar como as instituições estavam inseridas em situações espaçotemporais completamente distintas, caracterizadas por assimetrias regionais<sup>87</sup>, com completa dissemelhança quanto ao acesso a recursos, assim como às características de demanda educacional a serem atendidas.

---

<sup>86</sup> “Quando eu disse que havia escolhido Lavras e passei pelo Gammon, eu fui estudar na escola da mesma instituição. Essa escola foi fundada em 1908 por Benjamin Hunnicutt, pessoa que o Mackenzie conhece bem. Os princípios e os ensinamentos que ele deixou, que me nortearam com segurança para assumir as responsabilidades que tive. Aprendi a ter nos companheiros, “irmãos da luta”. E hoje, se eles me escolheram para ser o seu representante nesse prêmio tão importante para o país, eu sempre agradeço às minhas origens: pai, mãe, escola, e aqueles irmãos que há mais de 50 anos, estamos trabalhando juntos, nesse Brasil, onde se tem tanto a fazer” (WEBINAR – AGRONEGÓCIO, 2021).

<sup>87</sup> Para se ter uma ideia das discrepâncias, a arrecadação estadual de Lavras no período não alcançava a cifra de trinta milhões de cruzeiro, enquanto a capital paulista rendia mensalmente aos cofres públicos do estado de São Paulo cifras bilionárias (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS, 1958; O ESTADO DE SÃO PAULO, 1961)

Figura 23 – Cidade de São Paulo em 1958



Fonte: IBGE (1958)

Figura 23 – Cidade de Lavras em 1958



Fonte: Museu Bi Moreira

### 5.1.2 O Campo de Interação: educação presbiteriana de origem missionária e gestão norte-americana no Brasil

O conceito metodológico oriundo das contribuições do sociólogo Pierre Bourdieu, que é mais frequentemente apropriado e adaptado por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, é o conceito de campo, generalizadamente tratado como “campo social”, mas que sofre variações de nomenclatura nas diferentes apropriações que se sucedem no mundo acadêmico, apresentando diferentes enfoques e diferentes aplicabilidades.

Esta breve consideração inicial relativa ao conceito é importante nesse momento mais objetivo de análise, para se destacar que, embora as bases da proposta de análise sócio-histórica de Thompson (2011) estejam estabelecidas a partir do trabalho de Bourdieu, o próprio autor reconhece que se baseia nas contribuições do sociólogo somente “na medida” em que isso é relevante para os seus “propósitos” (THOMPSON, 2011, p.195), e com base no seu referencial metodológico o conceito se desenvolve na aplicação da HP com a nomenclatura de *Campo de Interação*.

Conforme descrito no capítulo 2, neste referencial metodológico o Campo de Interação “pode ser conceituado, sincronicamente, como um espaço de posições e, diacronicamente, como um conjunto de trajetórias” de modo que “essas posições e trajetórias são determinadas, em certa medida, pelo volume e distribuição de variados tipos de recursos ou capital” (THOMPSON, 2011, p. 195).

Considerando a descrição clássica de Ortiz (1983), entendemos que o campo não é um espaço social delimitado apenas pelas relações e ações empreendidas na sociedade por agentes, mas também por instituições; completam o pensamento as conclusões propostas pelo professor Leonildo Campos de que “esse espaço transcende as relações dos atores, na medida em que orienta e torna possível a ação de cada um deles” (CAMPOS, 2015, p. 1), destacando assim o aspecto das instituições como parte deste campo-sujeito.

De fato, John B. Thompson se apropria do conceito não diretamente interessado nas ações dos atores, mas especialmente na posição destes e das instituições no campo social, pois para o seu propósito, a importância efetiva do campo

está em desvelar traços (assimetrias) da estrutura social que envolvem a produção das formas simbólicas.

Este também é o propósito do presente trabalho, que por se orientar primordialmente por interesses históricos acerca das trajetórias institucionais, apresenta mais um passo em direção a esta linha de abordagem sobre o campo social, ao propor que as próprias “instituições sociais específicas” podem ser tomadas a partir de suas posições e trajetórias dentro de um campo de interação.

Um esquema muito similar ao que é usado nas configurações desta pesquisa foi apresentado como exemplo pelo próprio John Thompson (2011, p.198), quando no intuito de demonstrar de maneira prática o modelo de análise sócio-histórica por ele proposta, o autor considera o “campo da educação superior na Inglaterra ou nos Estados Unidos”, que é “caracterizado por um conjunto de instituições específicas (universidades, faculdades, escolas politécnicas) que dão forma a esse campo”, e nesse respectivo modelo ele apresenta também o conceito de estrutura social, chamando atenção para o fato de que “essas instituições estão estruturadas por assimetrias e diferenças sistemáticas [...], que constituem, em parte, a estrutura social do campo”.

Assim, a identificação do campo, nesta pesquisa, é muito mais particularizada do que aquela, pois ao invés do campo da educação superior na Inglaterra ou Estados Unidos, considerou-se o campo da “educação presbiteriana de origem missionária e gestão norte-americana no Brasil”, que assim como no exemplo de Thompson (2011, p.198), é caracterizado por instituições específicas e em “determinadas relações” uma com a outra, dando forma ao campo; e do mesmo modo como no exemplo proposto pelo referido autor, os Institutos Mackenzie e Gammon estão estruturados por assimetrias e diferenças sistemáticas que envolvem diversos fatores, especialmente relacionados à localização, à classe social dos seus estudantes, ao alcance na captação do público estudantil, às estruturas educacionais estabelecidas, à disponibilidade e acesso aos recursos, à relação com a comunidade na qual a instituição está inserida. Todos estes aspectos são exemplos das assimetrias e diferenças socialmente estruturadas que têm influência sobre a ação dos atores sócio-históricos que atuam nas instituições e pelas instituições.

O que se quer dizer, é que as instituições que dão forma ao campo não estão dispostas em condições de igualdade em relação a estes aspectos da distribuição dos

diferentes tipos de capital: econômico, cultural e simbólico. Lembrando que quando o foco está sobre as trajetórias de sujeitos, estes diferentes volumes e tipos de recursos ou capital distribuídos de maneira desuniforme são tomados como os elementos importantes nos quais os indivíduos baseiam suas ações e relações dentro do campo de interação.

No caso da presente pesquisa, que tem como objeto de estudo a história das trajetórias institucionais e não de indivíduos, o interesse sai dos recursos ou capitais que estão disponíveis ao ator sócio-histórico, espectro característico de abordagens meramente sociológicas, e passa a considerar especialmente o capital que está distribuído no contexto de uma estrutura mais ampla do campo e das instituições, por exemplo, o interesse que os indivíduos têm para “converter recursos de um tipo em recursos de outro tipo”, ou para alcançar o domínio sobre o recurso ou capital distribuído dentro do contexto das instituições que configuram em parte, a estrutura social do campo (THOMPSON, 2011, p.195).

Essa diferença de foco se dá porque, no estudo da cultura a partir de sua concepção estrutural, o interesse deixa de se centralizar na relação dos indivíduos dentro do campo, e passa a estar nas relações entre as formas simbólicas e os contextos sócio-históricos dentro dos quais e através dos quais estas formas simbólicas produzem sentido, e pensando na instituição social como este contexto sócio histórico, é preciso que se enfatize o seu aspecto de se figurar como parte de “campo-sujeito” que interfere diretamente nos posicionamentos e discursos dos atores sócio-históricos, e que também possui uma trajetória de desenvolvimento no decorrer do tempo (THOMPSON, 2011).

O quadro a seguir tem o propósito de sistematizar de modo geral a configuração deste campo de interação da educação presbiteriana, refletindo de modo esquemático as posições sincronicamente ocupadas pelas instituições que o conformam. É evidente que o quadro não concentra todas as interações que envolvem o campo identificado, e o seu propósito básico é apenas a sistematização destas considerações no intuito de facilitar a compreensão dos fenômenos em estudo.



Quadro 1 – Campo de Interação: Espaço de Posições

<b>Educação Presbiteriana de origem missionária e administração norte-americana no Brasil</b>		
<b>INTERAÇÕES</b>	<b>MACKENZIE</b>	<b>GAMMON</b>
<i>Fundação</i>	Segunda metade do século XIX	
<i>Local de Fundação</i>	São Paulo – SP	Campinas – SP
<i>Sede Definitiva</i>	São Paulo – SP	Lavras – MG
<i>Origem e Confissão Religiosa</i>	Presbiterianismo norte-americano	
<i>Interações Históricas Diretas</i>	Federação Universitária Evangélica Benjamin Hunnicutt Augusto e Adélia Shaw Gammon / Chamberlain Gammon / Waddell	
<i>Administração</i>	Conselhos compostos por cidadãos ou missionários norte-americanos	
<i>Orientação Educacional</i>	Pedagogia Protestante (Liberal Pragmatista)	
<i>Serviço Prestado</i>	Ensino particular do básico ao superior	
<i>Fonte de Recursos</i>	Taxas estudantis e subvenções governamentais	
<i>Atores Sócio-históricos</i>	Curadores, Institutos, docentes, discentes, administrativo, comunidade “mackenzista” / “gammonense”, IPB, sociedade e autoridades	
<i>Nacionalização</i>	Efetivada no início da década de 60	
<i>Federalização do Ensino Superior</i>	Suscitada ao final da década de 50, tornou-se um movimento efetivo no início da década de 60	Suscitada e iniciada efetivamente no início dos anos 60, se consumou ao final de 1963

Fonte: O autor (2022)

Para que não se furte a esfera diacrônica da compreensão do campo de interação, questão que é o foco principal desta pesquisa e que indica o conjunto distinto de trajetórias demonstrado de maneira explanatória nas narrativas crítico-interpretativas dos capítulos anteriores, tem-se a configuração de um segundo quadro descritivo (não cronológico) dos processos dentro das distintas trajetórias institucionais investigadas.

Através destes dois quadros tem-se uma configuração que permite a representação esquemática da definição de campo conforme proposta por Thompson,

e ao mesmo tempo, viabiliza a representação de sua aplicabilidade ao objeto de estudo desta pesquisa, que por focar especialmente o contexto sócio-histórico, se dispõe à análise das trajetórias das instituições que conformam o campo e não dos indivíduos que interagem por meio das instituições dentro do campo.

Quadro 2 – Campo de Interação: Conjunto de Trajetórias

<b>Trajetórias de Transição (1952-1964)</b>		
<b>PROCESSOS</b>	<b>MACKENZIE</b>	<b>GAMMON</b>
<i>Nacionalização</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processo caracterizado por inúmeras e variadas crises: pressões nacionalistas externas de origens diversas, disputas, tensões e conflitos internos; “Um dos períodos mais críticos da vida institucional do Mackenzie” (MENDES, 2005, p. 21);</li> <li>- Caracterizado efetivamente pela transferência patrimonial e gestão em um movimento único;</li> <li>- Hipótese de criação de uma Fundação Mackenzie para receber o patrimônio e exercer a gestão nacional (PEGADO, 1957b);</li> <li>- Hipótese da criação de uma junta autônoma;</li> <li>- Remanescentes marcadas por disputas e desentendimentos pelo controle da instituição por parte dos brasileiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processo caracterizado por transferência pacífica de iniciativa unilateral da <i>East Brazil Mission</i> com perceptível passividade da igreja brasileira;</li> <li>- Caracterizado por dois momentos distintos: a) mudança de gestão pela alteração dos estatutos; b) transferência de patrimônio;</li> <li>- Remanescentes marcadas por preocupação acerca da capacidade da igreja brasileira em assumir a responsabilidade pela obra educacional.</li> </ul>
<i>Federalização</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processo iniciado no contexto de uma crise financeira que implicou em mobilizações docentes e discentes para manutenção do funcionamento das instituições;</li> <li>- Disposição dos mantenedores em encerrar o funcionamento das instituições;</li> <li>- Tese suscitada pela comunidade estudantil em 1957;</li> <li>- Inicialmente refutada pela Entidade Mantenedora;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processo iniciado no contexto de uma crise financeira que implicou em mobilizações docentes e discentes para manutenção do funcionamento das instituições;</li> <li>- Disposição dos mantenedores em encerrar o funcionamento das instituições;</li> <li>- Tese suscitada por autoridades públicas em 1960;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não havia impossibilidade de manutenção do funcionamento e sim incapacidade de manter os padrões das congêneres: a) patrimônio; b) quantidade de aluno; c) disposição de recursos mínimos;</li> <li>- Inquietações em relação à perda de controle da instituição;</li> <li>- Inquietações acerca do patrimônio da Universidade;</li> <li>- Greve estudantil pela federalização (1960);</li> <li>- Adesão regional e apoio nacional dos estudantes (UEE e UNE);</li> <li>- Questionamentos por parte da comunidade estudantil acerca da capacidade da mantenedora em gerir o departamento de ensino superior do IM;</li> <li>- Caravanas de estudantes vão Brasília em busca de intervenção federal na UM;</li> <li>- Estudantes mackenzistas conseguem audiência com Presidente da República;</li> <li>- A tese da federalização é considerada pela diretoria como projeto viável;</li> <li>- Há uma compreensão de que as subvenções seriam suficientes para solução dos problemas, a federalização não é bem-vinda pela Entidade Mantenedora;</li> <li>- Tese da federalização reprovada pelo Conselho de Ministros em 1962;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificada a impossibilidade de manutenção do funcionamento da instituição sob a gestão da Entidade Mantenedora;</li> <li>- Não identificadas formas simbólicas que indiquem algum tipo de preocupação nesse aspecto;</li> <li>- Inquietações acerca do patrimônio da ESAL;</li> <li>- Greve estudantil por federalização (1961)</li> <li>- Apoio regional e nacional (UEE e UNE);</li> <li>- Questionamentos por parte da comunidade estudantil acerca da capacidade da mantenedora em gerir o departamento de ensino superior do IG;</li> <li>- Caravanas de estudantes vão Brasília em busca de intervenção federal na ESAL;</li> <li>- Estudantes gamonenses / esalianos não conseguem audiência com o Presidente da República;</li> <li>- A tese da federalização é considerada pela diretoria como projeto viável;</li> <li>- Impossibilidade de manutenção do funcionamento da ESAL a não ser por intervenção governamental. Decide-se pela suspensão dos vestibulares;</li> <li>- Aprovada pelo Conselho de Ministros em 1961;</li> <li>- A Entidade Mantenedora decide pelo fechamento da ESAL (1962);</li> <li>- Ao final de 1962 o Governo Estadual assume as responsabilidades sobre a ESAL para evitar o seu fechamento e manter os vestibulares para o ano de 1963;</li> </ul>
--	--	---

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- No início de 1963, pela indisponibilidade de recursos, o Governo Federal decide pelo fechamento da ESAL;</li>   <li>- Ao final de 1963, após aprovação pela Câmara e pelo Senado, é sancionada a Lei 4.307 – “Federaliza a Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL)”.</li> </ul>
--	--	--

Fonte: O autor (2022)

Caracterizado o campo de interação a partir dos quadros apresentados, partimos para um segundo ponto de análise e considerações, que envolve a discussão sobre o que está por trás das posições sincronicamente ocupadas pelas instituições, como também das trajetórias diacronicamente delineadas, e que influencia nos posicionamentos que são em sua grande parte representados nos discursos dos atores sócio-históricos.

### **5.1.3 As Instituições Sociais: Instituto Mackenzie e Instituto Gammon**

Na análise das instituições sociais, os educandários continuam sendo tomados como instituições com traços específicos, configuradas por um conjunto de regras, recursos e relações, e que estão situadas dentro do campo de interação, pois o fato de esta pesquisa se interessar pelas trajetórias das instituições específicas, não interfere ou se incompatibiliza com seu lugar de caracterização e conformação do campo, ao se apresentar como o contexto no qual os indivíduos agem e se interagem com base na posição em que ocupam e nas relações hierarquizadas.

Neste estudo a atenção está voltada exatamente para a força das assimetrias e diferenças sistemáticas que envolvem as instituições dentro da estrutura social mais ampla do campo de interação, e como estas assimetrias impactam a ação dos atores históricos influenciando o “desenvolvimento” das instituições “através do tempo” (THOMPSON, 2011, p. 367).

Dado o fato de que no modelo de pesquisa empreendido optamos por dispor as formas simbólicas dentro de uma narrativa histórica crítico-interpretativa, boa parte dos esforços no sentido de assinalar as regras, recursos e relações que se dão dentro

e em favor das instituições, foram feitos nos capítulos antecedentes, enquanto eram dispostas e analisadas objetivamente as formas simbólicas, mas também eram explicadas as regras e relações que se deram dentro destas instituições específicas.

Portanto, em caráter ilustrativo, apresentamos uma sucinta sistematização de algumas dessas questões já trabalhadas anteriormente e sobre as quais não nos deteremos.

Quadro 3 – Instituições específicas que dão forma ao campo

<b>Características Específicas</b>		
<b>Estrutura</b>	<b>MACKENZIE</b>	<b>GAMMON</b>
<i>Entidades Instituidoras</i>	PCUSA	PCUS
<i>Entidades Reguladoras</i>	<i>Board of Trustees</i> Nova York NY - Política de gestão caracterizada por ascendência e manutenção do comando;	Mesa de Curadores Lavras MG - Política de emancipação e transferência de responsabilidade
<i>Curadores</i>	Cidadãos norte-americanos nomeados pela Juntas de Missões Estrangeiras da PCUSA	Missionários norte-americanos e brasileiros da comunidade gammonense nomeados pelo Comitê de Missões Estrangeiras da PCUS
<i>Atores sócio-históricos (nacionalização)</i>	<i>Board of Trustees;</i> Igreja Presbiteriana do Brasil; Comunidade Mackenzista: corpo docente (Henrique Pegado), corpo discente (greve 1957), corpo administrativo (Henrique Pegado, Peter Baker, Jorge César Mota, Richard Waddell), AAAM; Imprensa paulistana; Políticos paulistas e paulistanos; Sociedade paulistana.	<i>East Brazil Mission</i> (Política fundacional e estudos implementados para efetivação da nacionalização); Igreja Presbiteriana do Brasil;
<i>Atores sócio-históricos (Federalização)</i>	- Atores sócio-históricos envolvidos: <i>Board of Trustees</i> Comunidade Mackenzista: corpo docente, corpo discente, corpo administrativo; Sociedade paulista e paulistana; Igreja Presbiteriana do Brasil; Políticos paulistas e paulistanos; Imprensa.	- Atores sócio-históricos envolvidos: Comitê de Nashville Comunidade Gamonense / Esaliana: corpo discente, corpo docente, corpo administrativo, autoridades públicas, Igreja Presbiteriana do Brasil, sociedade, jornalistas.

<i>Patrimônio</i>	Constituído a partir de contribuições missionárias norte-americanas e aperfeiçoado por campanhas financeiras da comunidade “mackenzista”	Constituído a partir de contribuições missionárias norte-americanas e aperfeiçoado por campanhas financeiras da comunidade “gammonense”
<i>Relação Eclesiástica Nacional</i>	Igreja Presbiteriana do Brasil	
<i>Relações com as autoridades brasileiras</i>	Jânio Quadros (Presidente) / Antonio de Oliveira Ferreira Brito (Ministro da Educação) / João Goulart (Presidente) / Paulo Freire de Araújo (Deputado)	

Fonte: O Autor (2022)

#### 5.1.4 Estrutura Social: as assimetrias econômicas, demográficas e de arranjo educacional

Mais um ponto de grande interesse para o propósito empreendido neste trabalho de contextualização das formas simbólicas por meio do estabelecimento de um paralelo histórico que parte especialmente da identificação e demonstração das assimetrias na “estrutura social ampla”<sup>88</sup> do campo de interação.

De acordo com Thompson (2011, p. 198) a análise da estrutura de um campo social envolve “determinar as assimetrias e diferenças que são relativamente estáveis”. Quais seriam os fatores que estruturam o campo de interação da educação presbiteriana de origem missionária e gestão norte-americana no Brasil?

Quando o esforço de responder a este questionamento se dá no interesse de contextualizar as formas simbólicas dentro dos processos que caracterizam as trajetórias históricas de transição das instituições, que dão conformação a esse campo social, teremos que considerar os elementos estruturantes que precedem a configuração das instituições sociais em suas relações, regras e recursos. Neste sentido, voltamos para as chamadas “assimetrias regionais” que já foram consideradas no contexto de análise das “situações espaçotemporais”, bem como para o conceito de “formação econômica e social” dos espaços, relacionados aos modos de produção, que tomados neste plano de configurações do campo de interação, podem ter suas análises aprofundadas ao nível das instituições sociais que

<sup>88</sup> Consideramos como estrutura social ampla as assimetrias e diferenças sistemáticas que extrapolam a variação do volume de recursos e capital disponíveis aos atores sócio-históricos posicionados dentro do campo de interação e das instituições sociais, e que fazem parte de outros aspectos gerais da estrutura social do campo.

ocupam sincronicamente os diferentes espaços, porque estes são os fatores que têm influência direta no desenvolvimento destas instituições sociais específicas no decorrer do tempo, em suas diferentes dinâmicas de relações, regras e recursos.

Consideremos por exemplo a categoria das assimetrias econômicas por trás das instituições que conformam o campo. É evidente que uma instituição sediada na região central da capital paulistana, maior centro comercial e produtivo do país, terá um impacto de valorização de seu patrimônio decorrente deste fator de localização, diferentemente de uma instituição que está localizada em um contexto interiorano ainda marcado pela atividade agrícola precariamente desenvolvida até o início da década de 60.

Neste aspecto, o estudo de caso representado por esta tese apresenta uma relação assimétrica na ordem de 1 bilhão de cruzeiros, já que oficialmente, os bens do Instituto Gammon teriam sido transferidos por menos de trezentos milhões de cruzeiros para IPB, quase um ano após a transferência ocorrida em São Paulo relativa ao Instituto Mackenzie, que teria sido baseada em 1,25 bilhões<sup>89</sup>.

Ainda no aspecto das assimetrias econômicas, citam-se como exemplo os orçamentos, em que o desequilíbrio é tão acentuado que para ilustrá-las indicam-se períodos em que o orçamento do Mackenzie foi maior que o da maioria das cidades brasileiras, o que evidentemente incluía a própria cidade de Lavras.

Para que se tenha uma ideia de onde seriam provenientes tamanhas assimetrias orçamentárias, basta considerarmos a diferença das receitas em anuidades de um curso de engenharia no Mackenzie e do de agronomia no Gammon no ano de 1961. O primeiro envolvia o investimento que beirava 40 mil cruzeiros, quase o dobro dos 21 mil cruzeiros que eram cobrados dos estudantes pelo Instituto Gammon. Das cinco faculdades do Mackenzie, somente o curso de engenharia e o curso de arquitetura eram mais caros que o curso de agronomia da ESAL, as demais: filosofia, direito e ciências econômicas, tinham anuidades menos onerosas, entretanto, todas essas faculdades tinham centenas de alunos a mais que o curso de agronomia da ESAL, e nesse ponto entramos em outro tipo de assimetria, relacionada à densidade demográfica.

---

<sup>89</sup> No interregno entre 1960 e 1961 a inflação no Brasil alcançou o patamar de 40% ao ano (BEZERRA, 2016).

As características populacionais dos diferentes espaços onde se localizam as instituições, embora não exclusivamente, impactam diretamente a demanda de prestação de serviço educacional por parte das instituições, gerando significativas assimetrias com relação ao corpo discente das instituições educacionais.

Nesse aspecto, o Instituto Mackenzie por exemplo, representava em proporção de alunos, um número equivalente a 30% da população urbana da pequena cidade de Lavras no início da década de 60, enquanto o Instituto Gammon, somadas as duas unidades ativas na época (Lavras e Paraguaçu Paulista), não atingia 30% da quantidade de alunos do Mackenzie<sup>90</sup>. No atendimento dessas distintas demandas educacionais tem-se a diferença em relação ao corpo docente das instituições, pois enquanto em 1961 o Mackenzie tinha quase 400 professores em atividade na instituição (390), o Instituto Gammon por sua vez contava com cerca de 50 apenas.

Os dados relacionados aos corpos docentes e discentes das instituições também apontam para as distintas estruturas no que se refere aos serviços educacionais prestados.

A estruturação educacional do Mackenzie incluía uma universidade com mais alunos do que a totalidade do corpo discente do Gammon, que oferecia apenas uma modalidade de curso superior por meio da ESAL. Em décadas mais tarde seria constituída a Faculdade Presbiteriana Gammon, que funciona até os dias atuais e oferece cursos de graduação.

Essa diferença estrutural relativa à abrangência dos serviços educacionais prestados pelo Mackenzie, também se constitui simbolicamente como uma assimetria importante na estrutura social. Quando usamos o termo “simbolicamente”, refere-se ao caráter de valorização e reconhecimento nacional da instituição. O seu posicionamento como uma Universidade localizada na região central da cidade que era a referência de desenvolvimento para todo o país, se constituiu em uma vitrine que dotou o Mackenzie das mesmas características referenciais em termos de uma instituição que era referência do desenvolvimento e da grandeza educacional do trabalho presbiteriano, um marco de orgulho para esta comunidade religiosa, afinal,

---

<sup>90</sup> Em 1961 o Mackenzie registrou mais de 7.000 matrículas, enquanto o Instituto Gammon registrou apenas 1.796 matrículas.



“o Mackenzie [era] a maior instituição educacional de propriedade americana do continente” (INSTITUTO MACKENZIE, 1941, p. 9)

Estes dados denotam diferenças sistemáticas importantes entre as instituições, suficientes para influenciar os atores históricos em seus discursos e posicionamentos dentro desse campo específico da educação presbiteriana.

## **5.2 Interpretação / Reinterpretação**

Facilitada pelas análises discursivas apresentadas através das narrativas históricas nos capítulos precedentes, e pela análise sócio-histórica trazida nas seções anteriores deste capítulo, esta fase do referencial metodológico da HP se procede por uma síntese dos resultados, e no caso da presente pesquisa, caracteriza-se por uma “construção criativa de possíveis significados” para as diferenças identificadas nas trajetórias de transição dos institutos educacionais presbiterianos<sup>91</sup> (THOMPSON, p. 375, 2011).

As diferenças que caracterizam as trajetórias de transição das instituições se colocam em uma representação mais discreta nos transcurso históricos, quando são comparados os processos de nacionalização, pois não há uma diferenciação nos desfechos, mas estas diferenças se mostram mais explicitamente, quando são comparados os movimentos de federalização, que incluem uma diferenciação nos desfechos dos respectivos processos.

Os próximos parágrafos procuram esclarecer e descrever, não todas, mas as diferenças centrais identificadas nas trajetórias de transição dentro das instituições quanto aos dois processos que são analisados neste trabalho (nacionalização e federalização), oferecendo uma interpretação para as dissimetrias históricas.

Reconhecemos que dar uma interpretação para fatos históricos “é fazer uma afirmação que é arriscada e aberta à discussão”, e ao nos aventurarmos nessa empreitada, não se supõe a existência de apenas uma interpretação possível ou razoável para as trajetórias de transição nas instituições; entretanto, defende-se que uma interpretação destes processos que seja baseada em dados e argumentos coerentes dentro do método de investigação aplicado, naturalmente se posiciona como legítima contribuição para o entendimento do desenvolvimento da cultura

---

<sup>91</sup> Assim como as demais ferramentas do referencial metodológicos da HP, essa fase de análise deverá se desenvolver em adequação aos propósitos e ao interesse da pesquisa empreendida.

educacional presbiteriana no decorrer das décadas do Século XX, especialmente relacionadas aos padrões sócio-históricos das trajetórias de suas principais instituições no Brasil (THOMPSON, 2011, p.411).

### **5.2.1 Diferenças no processo de nacionalização dos institutos**

Inúmeras são as diferenças que poderiam ser levantadas acerca dos processos de nacionalização do Mackenzie e do Gammon, todavia, como este trabalho foi desenvolvido com base na contextualização das formas simbólicas, com vistas à identificação das assimetrias e diferenças sistemáticas da estrutura social, buscamos identificar distinções nas trajetórias das instituições que possam ser relacionadas com estas respectivas assimetrias.

#### **5.2.1.1 Nacionalização no Mackenzie**

Ao enfocarmos o processo de nacionalização conforme decorrido no Instituto Mackenzie, é possível identificar que formas simbólicas são produzidas por múltiplos atores sócio-históricos, representando diferentes grupos dentro e fora da instituição, um cotidiano instaurado imediatamente após o anúncio de que seriam dados os passos finais para a nacionalização do patrimônio da instituição.

Temos por exemplo AAAM e seus representantes, com discursos que, ao atribuir ao elemento nacional (antigos alunos e professores) o mérito pela grandeza que o Mackenzie havia alcançado no decorrer dos anos, se encaixavam diretamente com os valores nacionalistas que ainda ecoavam por aquelas décadas em todo contexto nacional. Discursos consoantes aos valores do cotidiano dos seus produtores, e que na sua estrutura argumentativa indicavam o interesse direto destes atores em terminarem como parte da direção da instituição ao final do processo de nacionalização, ou até assumindo um protagonismo nesse papel.

Por outro lado, temos os representantes do *Board* de Nova York, que revelavam em seus discursos e ações no decorrer dos anos, incluindo o período de nacionalização, um significativo apego ao posto de comando da instituição educacional, revelando inclusive, insegurança acerca da capacidade dos brasileiros quanto à gestão da instituição, transparecida nos complexos esquemas de cessão cogitados, que se por um lado levava em consideração o atendimento às leis nacionais e norte-americanas relativas à transferência de propriedade, por outro lado era o reflexo característico do tipo de gestão empreendida, sem vinculação direta com a

Igreja nacional. Novamente encontramos discursos consoantes com os valores e crenças de seus representantes.

Na liderança do Instituto Mackenzie os discursos se apresentavam defendendo a confessionalidade da instituição e suas raízes protestantes como as questões que deveriam ser levadas em conta no processo de nacionalização, tendo a orientação cristã como principal fator norteador do processo. Esse discurso era consoante com o posicionamento dos presbiterianos (IPB), pois alguns cargos na administração do Instituto Mackenzie eram ocupados por lideranças da Igreja nacional.

Foi identificado através desta pesquisa, que no caso deste grupo específico, as visões relacionadas à nacionalização estavam intimamente ligadas ao processo de transferência do patrimônio e que a preservação das tradições identitárias da instituição naturalmente se revelavam em uma gestão que atendia aos interesses do presbiterianismo. É digno de nota que o posicionamento de protagonismo deste grupo durante o processo de nacionalização representava uma significativa mudança de postura, pois por décadas a entidade por eles representada (IPB) esteve às margens da trajetória do Mackenzie.

Identifica-se também atores externos à instituição, como a imprensa paulistana e as autoridades públicas, que tinham seus discursos consoantes com o grupo de antigos alunos e professores que os representavam, e que era afinado com ideologias nacionalistas, enaltecendo a participação do elemento nacional na consolidação da obra educacional fundada pelos missionários. Com muitas declarações ambíguas este grupo apresentava o Mackenzie como um patrimônio público, indicando a concepção de uma estatização.

Quando consideramos a maneira como se estabelece a interação dos atores históricos a partir da produção e transmissão das formas simbólicas, bem como da recepção e apropriação dos discursos, fica nítido o clima de acirradas disputas e tensões.

### **5.2.1.2 Nacionalização no Gammon**

Ao nos voltarmos para o processo de nacionalização conforme transcorrido no Instituto Gammon, temos como protagonistas da produção e transmissão dos discursos, os missionários norte-americanos membros da Mesa de Curadores que

representava o Comitê Executivo de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, que tinha sua sede na própria cidade de Lavras.

Chama atenção o fato de que todo o processo de nacionalização do Gammon, desde os estudos, até a sua efetivação, foi conduzido unilateralmente pelo Comitê de Missões Estrangeiras, não tendo sido encontrado qualquer registro histórico de participação ativa da IPB, ou de qualquer outro grupo interessado no patrimônio ou na gestão da instituição de ensino de Lavras.

Outra questão de significativa singularidade revelada pelo levantamento dos dados históricos, é que o plano de nacionalização da instituição era independente de qualquer tendência nacionalista e precedia as primeiras manifestações significativas desta tendência no Século XX. Ao contrário de qualquer tipo de pressão por parte da sociedade lavrense, ou mesmo da comunidade gammonense relativa a esta transferência do instituto para a administração de brasileiros, o que foi identificado pela análise objetiva das formas simbólicas era a existência de uma desconfiança acerca da capacidade de manutenção do projeto educacional quando este fosse definitivamente transferido para a gestão nacional.

Embora as narrativas crítico-interpretativas tragam discursos que apontam para uma profunda proximidade do Gammon com a obra evangélica e com a igreja nacional durante toda a sua história, diferente do que aconteceu no Mackenzie, a discrepância se evidencia ainda mais entre os processos de nacionalização pelo fato do SC/IPB ter se reunido nas dependências do IG, quando os estudos avançavam na direção de sua nacionalização, porém, para deliberar acerca da nacionalização do Mackenzie.

A única participação da IPB que se tem registro em relação à nacionalização do Gammon, foi a decisão de receber todo o patrimônio assumindo a responsabilidade no processo de gestão da instituição educacional.

### **5.2.1.3 Reinterpretação dos processos de nacionalização: Mackenzie x Gammon**

Sem dúvida que as “regras, recursos e relações” característicos das instituições sociais, e que foram naturalmente estabelecidos pelas diferentes políticas de gestão administrativa implantadas e desenvolvidas pelas missões, têm seu lugar de influência nas ações dos atores sócio-históricos que dão características próprias aos diferentes processos de nacionalização, mas a análise argumentativa dos discursos e a sua contextualização sócio-histórica, indicam que o patrimônio bilionário, a estrutura

grandiosa, a dimensão do público estudantil atendido, assim como as possibilidades e oportunidades de uma instituição localizada no centro da cidade mais populosa e desenvolvida do país, despertou o interesse por parte dos diferentes grupos envolvidos com o Mackenzie, que poderiam transformar este tipo de capital, em influência na sociedade paulistana e brasileira.

Em todos os conjuntos de discursos que foram levantados e apresentados na narrativa crítico-interpretativa, produzidos por cada um dos grupos interessados nos desfechos da nacionalização do Mackenzie, encontra-se algum argumento relacionado com o “patrimônio” bilionário, e tudo mais que estava em jogo neste processo de nacionalização. A cuidadosa análise dos discursos revelou que não obstante à realidade de motivações diferentes acerca da nacionalização do Mackenzie, havia pelo menos uma atenção em comum por parte dos diferentes grupos representados.

Um ponto que retrata com fidelidade como a transferência de patrimônio tem pesos diferentes nos dois processos, é o fato de que a nacionalização do Mackenzie em nenhum momento é considerada à parte da transferência do patrimônio, enquanto a administração do Instituto Gammon, bem como a imprensa gammonense, já consideravam a nacionalização do instituto consolidada meramente pela alteração estatutária, o que implica em dois momentos distintos nos passos da nacionalização do Gammon, diferentemente do que ocorreu no Mackenzie.

As assimetrias e diferenças sistemáticas características da estrutura social deste campo de interação, podem ter influenciado os atores sócio-históricos por pelo menos duas maneiras, sendo a de menor significância relacionada ao tipo de gestão implementada pelas diferentes entidades missionárias que dirigiam os educandários, e em segundo lugar, aparentemente, de maior significância, consideramos o impacto das assimetrias econômicas, demográficas, e de estruturação educacional.

Estas assimetrias fizeram com que a trajetória de nacionalização do Mackenzie assumisse contornos complexos e tumultuados, envolvendo acirradas disputas movidas por diferentes intenções e interesses de diferentes grupos, enquanto no Gammon, a trajetória de transição institucional se desenvolveu de modo pacífico e por unilateralidade, sem causar a mesma ebulição de interesses e o mesmo nível de envolvimento da comunidade escolar e da sociedade em torno da questão.

## **5.2.2 Diferenças nos processos de federalização do ensino superior: Mackenzie x Gammon**

Em relação à federalização, a diferença das trajetórias é mais explícita, uma vez que não somente se representa na esfera de processos mais ou menos conflituosos, mas levou a diferentes desfechos históricos.

Neste caso específico da federalização, ao propormos uma reinterpretação dos processos, intencionamos oferecer especialmente uma resposta que justifique estes diferentes desfechos.

### **5.2.2.1 Tentativas de federalização da Universidade Mackenzie**

O campo da produção e transmissão das formas simbólicas inclui novamente diferentes grupos: corpo docente, corpo discente, a administração do Instituto Mackenzie, o *Board* de Nova York. E tem especialmente, não exclusivamente, nas autoridades do poder público o posicionamento no campo da recepção e apropriação das formas simbólicas, e no estabelecimento da mediação em relação às causas, planos e realidades administrativas. A imprensa também reage e interage com discursos publicados nos editoriais.

Em relação a este processo, a AAAM, protagonista dos discursos e disputas no processo da nacionalização, atua meramente na mediação entre os estudantes com suas reivindicações e a administração do Instituto, bem como com as autoridades governamentais.

Quanto ao *Board* de Nova York, os discursos não somente imprimem o reconhecimento da dificuldade em manter o funcionamento da Universidade como também a precipitação na sua fundação. Lembramos que durante o processo, com a efetivação da nacionalização do Mackenzie em 1961, o *Board* saiu de cena, assumindo as rédeas a nova administração.

Por parte da direção do Instituto Mackenzie os discursos iniciais eram de reconhecimento da dificuldade de manutenção, e também de um genérico apontamento acerca de precipitações quanto a instalação da unidade de ensino superior que estava sob sua responsabilidade, no entanto, foi publicizada uma firme objeção aos planos de federalização, apontando uma preocupação com a manutenção da liberdade de orientação cristã da instituição, assegurando que embora

existissem dificuldades financeiras, elas não eram suficientes para impedir a manutenção do funcionamento da Universidade.

Em um brevíssimo interregno, e diante de muitas dificuldades financeiras, algum discurso favorável à federalização teria surgido entre lideranças administrativas do Mackenzie, mas foram logo superados por posicionamentos firmes de completa negativa quanto à disponibilidade dos bens patrimoniais, que só seriam destituídos por desapropriação legal. Posicionamentos firmes deste grupo incluíam até mesmo a dissolução da Universidade e geraram reações de figuras importante do corpo docente.

O protagonismo nas ações e nos discursos é assumido pelos estudantes que se comunicaram de formas mais ou menos concatenadas, manifestas em greves ou nos discursos publicados pelos grêmios e líderes estudantis. Este grupo interagiu com a direção da Universidade, do Instituto Mackenzie e com as autoridades governamentais na busca de seus objetivos.

A causa do ensino gratuito dominava as ideologias do período e eram pleitos comuns a todo o movimento estudantil no país, que se apresentava em forte coalizão pelos interesses da classe, denotando os princípios e convicções dos atores sócio-históricos que emitiam os discursos já analisados em outra parte do trabalho.

Há um afunilamento das reivindicações no decorrer de cinco anos identificados por três movimentos de greve estudantil, que ditam os passos evolutivos do pleito pela federalização: em 1957 ela é aventada, em 1960 ela se transforma em pedido formal de intervenção federal, e em 1962 ela chega a tramitar na reunião do Conselho de Ministros, é avaliada por uma Comissão do MEC, e recebe a negativa por parte do governo federal, que havia atuado como mediador de soluções em um primeiro momento, mas que em um segundo momento não aprovou a federalização por dois motivos básicos. O primeiro foi a recente “Lei de Diretrizes e Bases” (LDB) para a educação brasileira, que havia sido publicada no ano anterior e não atribuía diretamente à federação a responsabilidade pelo ensino superior, direcionando as instituições para a constituição de fundações ou autarquias; o segundo se relacionava ao ônus que o processo de federalização traria para a união, que foi por repetidas vezes e de maneira categórica, tratado como inviabilizador do projeto.

### 5.2.2.2 Federalização da ESAL

No caso da ESAL, os atores sócio-históricos envolvidos no processo de federalização através de posicionamentos e discursos, são os estudantes, a administração do Instituto Gammon, figuras políticas que ocuparam especialmente o posto de recepção e apropriação das reivindicações estudantis.

Diante do reconhecimento vindo por parte da administração do Instituto Gammon relativo à impossibilidade de manutenção do funcionamento da ESAL em padrões adequados, os estudantes se mobilizaram para a federalização da instituição.

Esta resposta imediata por parte dos estudantes tem sido atribuída à presença de alunos cariocas que se encontravam em melhor sintonia com os movimentos estudantis do que os pacatos jovens do interior, que compunham em grande parte o corpo discente da ESAL.

Tipos diferentes de envolvimento de políticos marcam o processo de federalização da ESAL, existiram figuras em campanha eleitoral, outros que demonstravam uma real e independente ligação afetiva com a causa esaliana, e ainda uma figura que representava os interesses da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Assim como em São Paulo, a administração do Instituto Gammon não estava disposta a abrir mão do patrimônio e por meio de suas declarações distinguia a ESAL, do patrimônio e da estrutura que era por ela utilizada.

As influências políticas do prefeito de Lavras favoreceram que o assunto fosse submetido ao Conselho de Ministros antes da publicação da LDB de 1961, e aprovado por este Conselho, o projeto de lei foi encaminhado como prioridade ao congresso, onde foi atrasado por manobras políticas de um deputado presbiteriano. Pelo que tudo indica, havia um desentendimento relacionado exatamente à inclusão do patrimônio da ESAL no processo de federalização, em termos que não agradavam a IPB, que àquela altura estava para se tornar proprietária dos bens, que seriam cedidos em comodato para as atividades educacionais do Instituto Gammon, e futuramente utilizados para melhorias no próprio Instituto.

Foi diante deste impasse que se estabeleceu a decisão por parte da Assembleia Geral do Instituto Gammon pelo fechamento da instituição, que não foi concretizado por uma intervenção do governo estadual, ao assumir a



responsabilidade pela manutenção da instituição mediante um contrato de comodato com a IPB.

Entretanto, no início de 1963 o governo federal, através de uma portaria do Ministro da Educação, decidiu pelo fechamento da ESAL, que desta vez não se efetivou devido exclusivamente à sensibilidade de um assessor para assuntos de agricultura no Ministério da Educação, que ao visitar a cidade de Lavras ficou comovido pelo significado que a instituição tinha para aquele pequeno município interiorano e carente de educação de qualidade e oportunidades melhores.

Ao final de 1963 era promulgada a lei que federalizava a ESAL, e segundo informações cartoriais, os bens teriam sido transferidos da IPB para a União em 1964, por meio de “efetivação de doação gratuita”.

### **5.2.2.3 Reinterpretação do processo de federalização nos institutos Mackenzie e Gammon**

Mais uma vez é importante pontuar que o propósito desta fase de aplicação da HP, é de construção de uma síntese, e para o contexto dessa pesquisa a síntese reside na explicação para as diferenças centrais identificadas nas trajetórias institucionais.

Dentre os muitos fatores que poderiam ser destacados neste exercício reinterpretaivo, ressalta-se a aprovação da LDB de 1961, que pelo seu conteúdo, contribuiu para que o projeto de federalização da Universidade Mackenzie não fosse aprovado pelo Conselho de Ministros. Entretanto, de maneira categórica, e por vários e diferentes funcionários do Ministério da Educação, incluindo o próprio Ministro, o que foi colocado como a maior barreira para o que o processo tivesse um desfecho diferente no caso do Mackenzie se relacionava com o ônus que a federalização da Universidade Mackenzie poderia gerar para a União.

A análise argumentativa dos relatórios das comissões do MEC, incluindo as declarações do Ministro da Educação à época, somada à sua contextualização sócio-histórica, sugere que as assimetrias e diferenças sistemáticas da estrutura social também foram preponderantes no que tange ao delineamento das trajetórias de transição no que se refere à federalização das instituições.

Não somente a discrepância bilionária em relação à incorporação dos bens ao patrimônio da União, os relatórios e as declarações de diferentes atores sócio-

históricos, indicam que a situação da Universidade Mackenzie, embora precária, não era insustentável, diferentemente da ESAL, cujo fechamento já havia sido definido pela Assembleia Geral do Instituto Gammon, e só não se concretizou pela participação do governo estadual em um primeiro momento, de um funcionário do governo federal em um segundo momento, e pelo próprio governo federal em um terceiro momento.

Nos argumentos que visam dar uma interpretação para os diferentes desfechos relacionados à tese de federalização do ensino superior nas diferentes instituições, sugerimos também a ênfase no fato de que a pesquisa histórica, demonstra não ter havido no caso do Instituto Gammon o mesmo apreço ao patrimônio conforme se verifica nos discursos levantados em relação ao Instituto Mackenzie, sendo que no primeiro caso, os documentos cartoriais registram doação gratuita do patrimônio para União, não obstante matérias da época mencionarem que a IPB receberia um terço do valor em parcelas a serem inseridas no orçamento da União.

Ao mesmo tempo que se percebe, quando comparado os dois casos, essa diferença de posicionamento das lideranças em relação ao patrimônio das instituições, por outro lado, a análise dos discursos demonstraram que nos momentos críticos da trajetória de transição da ESAL, pela própria incapacidade de gerir o empreendimento, não existia reservas por parte do IG em transferir a escola para outros gestores, entretanto, as reservas quanto ao patrimônio da instituição são os fatores que desencadearam conflitos e desentendimentos no decorrer do processo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] a idade áurea do cristianismo está sempre no futuro. Os que seguem o Mestre devem ocupar sempre menos tempo e menos energia contando os feitos do passado do que na formação e execução dos planos para o futuro. Dando graças, pois, ao Autor da nossa fé e vida pelo muito que nos ajudou a fazer até aqui, lembremo-nos da palavra de exortação do grande apóstolo, e “esquecendo-nos das cousas que atrás ficam, e avançando para as que restam para diante, prossigamos para o fim proposto.”

Samuel R. Gammon (27 de Agosto de 1922)

As palavras carregadas de profunda convicção religiosa do sensível educador do passado<sup>92</sup>, pela característica que lhes é inerente, ao serem apresentadas como epígrafe ao presente capítulo, têm sua função metodológica naturalmente esvaziada, uma vez que ao mesmo tempo que são capazes de contemplar o aspecto estético estrutural da configuração literária que se propõe, podem-se tornar inapropriadas sob a almejada “isenção e autonomia que deveriam se fazer presentes, tanto quanto possível, num empreendimento de natureza científica” (MENDES, 2005, p.13), e por esse motivo julga-se oportuno acrescentar a este introito as considerações de Cassirer (1997, p. 291):

Uma nova compreensão do passado nos proporciona ao mesmo tempo uma nova perspectiva do futuro, que por sua vez se torna um impulso para uma vida intelectual e social. Para obter essa dupla visão do mundo em perspectiva e em retrospectiva, o historiador deve escolher um ponto de partida. Não pode encontrá-lo a não ser em seu próprio tempo. Não pode ir além das suas condições de experiência.

---

<sup>92</sup> Na dissertação “O ensino de Laticínios nos primórdios da Universidade Federal de Lavras (1908-1938), a sensibilidade ao seu contexto e as demandas sociais de características, foi apontada como virtuosa referência em Samuel Gammon, no que tange à atuação de educadores em todos os tempos ou épocas.

E é exatamente do ponto limitado da experiência deste pesquisador e seu contexto sócio-histórico, que se delinearão as discussões e conclusões sobre o passado, e deste mesmo ponto que são propostas as perspectivas sobre o futuro.

Quanto às discussões sobre o passado, elas se estabeleceram em três diferentes momentos analíticos que constituíram o trabalho hermenêutico empreendido nesta investigação.

O primeiro consistiu no levantamento das fontes históricas, e na identificação e análise das formas simbólicas em seus respectivos contextos, exercício que viabilizou o alcance dos objetivos gerais da pesquisa, representados nas construções paralelas das narrativas crítico-interpretativas acerca dos processos similares e simultâneos que caracterizaram os momentos de transição nas trajetórias do Instituto Mackenzie e do Instituto Gammon.

O segundo momento analítico envolveu a pesquisa sócio-histórica, que viabilizou que fosse alcançada parte dos objetivos específicos de estabelecimento do paralelo histórico entre as trajetórias institucionais, especialmente pela identificação das assimetrias da estrutura social do campo da educação presbiteriana de origem missionária e gestão norte-americana no Brasil.

Na fase da reinterpretação foi possível demonstrar como estas assimetrias regionais que, em parte, configuram a estrutura social, exerceram sua força sobre a cultura educacional presbiteriana no que se relaciona com as trajetórias de suas principais instituições educativas, dando contornos diferenciados no processo de nacionalização que transcorreu nas instituições, e influenciando os diferentes desfechos em relação ao processo de federalização.

A partir deste modelo de estrutura analítica e dos resultados obtidos pela sua aplicação, é que consideramos algumas perspectivas sobre o futuro.

Primeiramente, acerca de um caminho para análise cultural do contexto educacional brasileiro, que confere importante atenção às características sócio-históricas e sua influência nas trajetórias e processos educacionais na esfera do protestantismo, uma vez que esta pesquisa se coloca como mais uma contribuição para a compreensão da cultura educacional presbiteriana, mas com a distinção de se projetar pela linha de uma concepção estrutural, diferentemente das abordagens da história cultural dentro de propostas de características clássicas e etnográficas.

Ainda que se mantenha a centralidade do seu interesse histórico, a utilização do referencial metodológico da HP conduziu a análise a uma significativa aproximação das questões sociológicas, reafirmando a possibilidade de se compreender a educação protestante a partir das estruturas sociais, pois pensar a educação sem considerar os contextos estruturados, reduz em muito a profundidade de interpretação dos processos que se busca compreender.

Por outro lado, a presente investigação histórica é mais uma oportunidade de acesso a relatos de experiências fragmentadas que se dão em campos sociais específicos e localizados, relacionados a diferentes grupos (SOUZA NETO, 2017); neste caso, se relaciona com instituições educacionais presbiterianas que foram capazes de superar as assimetrias e diferenças da estrutura social, e cada uma delas em seu contexto específico, durante todos estes mais de cento e cinquenta anos de existência, continuam a oferecer à sociedade atores sócio-históricos com formação educacional e moral que os habilita para uma atuação no sentido de promover uma sociedade integrada, de contextos sociais que não se destaquem por assimetrias tão gritantes.

De um modo geral, um fator que não pode ser ignorado entre as implicações dos resultados acessados por esta pesquisa acerca das trajetórias destas instituições, relaciona-se com a intervenção estatal no sentido de evitar o encerramento de uma importante instituição educacional do país, que também, conforme demonstrado na investigação empreendida, sempre contou com as subvenções e recursos disponibilizados pelo estado para a sua manutenção e desenvolvimento.

Na posição privilegiada de quem observa o resultado futuro dos processos cujos desfechos foram estudados nesta pesquisa, concluímos pela importância de se evitar extremos excludentes quanto à responsabilidade pela educação de uma nação. Em suas contribuições distintas, a iniciativa privada e a atuação do estado devem estar sincronizadas em torno do mesmo propósito de amenizar as diferenças sistemáticas que caracterizam uma sociedade desintegrada em termos de desenvolvimento e acesso à educação.

As trajetórias destas instituições educacionais, conforme investigadas a partir de uma concepção estrutural da cultura educacional presbiteriana no Brasil, revelam características de sua identidade que permitem a percepção da importância da cosmovisão cristã reformada na mudança dos contextos sociais pela promoção da

educação liberal, e como estes mesmos contextos caracterizados por assimetrias sociais gritantes, acabam por sua vez, influenciando também na própria trajetória das instituições e na sua identidade.

O Instituto Mackenzie com o seu desdobramento em Universidade Mackenzie e o Instituto Gammon em seu desdobramento em Universidade Federal de Lavras, são representações tupiniquins de iniciativas reformadas que tiveram sua primeira expressão na Europa e América do Norte com instituições já citadas no decorrer deste trabalho e que pelo seu valor referencial merecem nova menção: Universidade de Genebra, Universidade Livre de Amsterdã, Universidade Harvard, Universidade de Princeton, Universidade Yale, dentre tantas outras instituições educacionais de destaque pelo mundo.

Estas constatações apontam que a força social transformadora do protestantismo reformado não ficou circunscrita aos limites do velho continente ou da colonização inglesa da América do Norte, mas se distribuiu também na América do Sul, trazendo esperança através da instrução, propagação e promoção do conhecimento.

Esta conclusão revela que tão importante quanto a participação do Estado na garantia da sobrevivência da ESAL, é a participação do indivíduo na promoção de alternativas para atendimento das demandas sociais que historicamente nunca foram contempladas satisfatoriamente pelo governo brasileiro.

Esta interdependência relativamente exitosa entre a iniciativa eclesiástica e a iniciativa pública, que está representada a partir das trajetórias das instituições educacionais investigadas, deve se apresentar no contexto presente, não apenas no estabelecimento de relações com um contexto de debates acerca do relacionamento da religião com o governo eleito democraticamente, mas como uma representação do autêntico pensamento da reforma calvinista acerca deste relacionamento, que se estabelece de uma maneira bem mais orgânica e dinâmica, do que formal e mecânica.

Que esta força social transformadora continue representando esperança de renovação da sociedade na direção da superação das assimetrias da estrutura social por meio da educação, que produz conhecimento, que transforma o homem e o seu entorno, e que o estado proteja esta esperança, promovendo a sua liberdade, assegurando os seus benefícios.

## 7 CORPUS DOCUMENTAL

### *Acervo Pessoal de Angelo Alberto de Moura Delphim*

DELPHIM, A. A. de M. Federalizarei a ESAL in: **Federalização da ESAL**. p. 1, Lavras MG, 2004.

\_\_\_\_\_. A. A. Federalização? In: **Federalização da ESAL**. p. 8-11, Lavras MG, 2004.

\_\_\_\_\_. A. A. ESAL Federalizada. Solucionado o problema, inicia-se nova luta: a do seu desenvolvimento in: **Federalização da ESAL**. p. 14-16, Lavras MG, 2004.

MOREIRA, Silvio do Amaral. *Federalização da ESAL*: depoimento sincero sobre um tema atual. Lavras MG, 05 de outubro de 1961.

### *Arquivo do Museu Bi-Moreira (Universidade Federal de Lavras) – Lavras MG*

CENTRO ACADÊMICO DE AGRONOMIA – CAA. Jânio: “Federalizarei a ESAL”. *O Agrário*. Lavras MG, Ano XIV, n. 65, out. 1960

ESCOLA AGRÍCOLA DE LAVRAS. *Livro de Visitas*. Lavras: Instituto Gammon, 1909-1924.

HUNNICUTT, Benjamin H. *Instituto Gammon: Histórico*. Lavras MG: Imprensa \_\_\_\_\_ *Lavras Agricultural Colegge*: Lavras, Minas, Brazil – founded 1908. Nashville: Presbyterian Church in The United States, [191?]

\_\_\_\_\_. *Our School Work at Lavras*. Nashville Tenn: Executive Committee Foreign Missions Presbyterian Church U. S. [191?]

INSTITUTO EVANGÉLICO DE LAVRAS. Estatuto da Mesa de Curadores do Instituto Evangélico: Lavras E. de Minas. Typographia do Gymnasio de Lavras, 1913.

\_\_\_\_\_. Prospecto do Instituto Evangélico. São Paulo: Casa Editora Presbyteriana, 1909.

\_\_\_\_\_. Prospecto das Escolas do Instituto Evangélico. Lavras: Typographia do Instituto Gammon, 1928.

INSTITUTO GAMMON. Album Comemorativo do 89º Aniversário do Instituto Gammon e Cinquentenário da ESAL. Lavras: Cinefotopress / Imprensa Gammon, 1958.

\_\_\_\_\_. [Carta] Destinatário: À Congregação da Escola Superior de Agricultura de Lavras. Lavras, 12 de set. 1962

\_\_\_\_\_. Prospecto das Escolas do Instituto Gammon. Lavras: Typographia do Instituto Gammon, 1929.

Lavras Cultura. Lavras MG, Ano II, nº8, Set de 1996.

PINTO, José de Magalhães. [Carta] Destinatário: Aos Estudantes de Agronomia de Lavras. Belo Horizonte, set. 1960

QUADROS, Jânio S. [Bilhete]. Destinatário: Alunos da ESAL e Povo Lavrense. Viçosa, 25 set. 1960

**Arquivo do Museu do Ex-Aluno (Instituto Presbiteriano Gammon) – Lavras MG**

ARAUTO CRISTÃO. 'Brasileira' – Até que ponto? *Arauto Cristão*. Belo Horizonte, ano XII, n. 111-113, dez. 1960.

CENTRO ACADÊMICO DE AGRONOMIA - CAA. E a Federalização? Histórico movimento até os dias atuais. *O Agrário*. Lavras MG, ano XV, n. 70, mai. 1962.

\_\_\_\_\_. Federalização à vista. *O Agrário*. Lavras MG, ano XVI, n. 73, 1963.

BAKER, Fank. F. [Carta]. Destinatário: Silvio do Amaral Moreira. Richmond, 14 mar. 1961.

EXECUTIVE COMMITTEE FOREIGN MISSIONS PRESBYTERIAN CHURCH U. S. *Brazil*. Nashville Tenn: Executive Committee Foreign Missions Presbyterian Church U.S., [1957?]

FEDERAÇÃO UNIVERSITÁRIA EVANGÉLICA. *Estatutos*. Lavras: Imprensa Gammon, 1937.

GAMMON, Samuel R. *A contribuição feita pelas escolas evangélicas ao progresso do Brasil*. Lavras MG: INSTITUTO GAMMON, 1922.

HUNNICUTT, Benjamin H. Instituto Gammon: histórico. Lavras: Imprensa Gammon, 1933.

HUNNICUTT, Benjamim Harris. Origem da Escola de Agronomia de Lavras. *O Agrário*. Lavras MG, ano XII, n. 52, set. 1958.

INSTITUTO GAMMON. A federalização da ESAL. *O Instituto*. Lavras MG, ano XXXI, nº 142, jan/jul de 1962.

\_\_\_\_\_. A Federalização da ESAL. *O Instituto*. Lavras MG, Ano XXXIII, n. 144, ago. 1964

\_\_\_\_\_. A Nova Administração do Instituto Gammon. *O Instituto*. Lavras MG, ano XXXI, n. 142, Jan./Jul. 1962.

\_\_\_\_\_. Dr. Charles Clyde Knight. *O Instituto*. Lavras MG, ano XXXII, n.143, ago/set. 1963.



\_\_\_\_\_. Escola Superior de Agricultura. *O Instituto*. Lavras MG, Ano XXXII, n. 143, ago/set 1963

\_\_\_\_\_. Missão Leste do Brasil. *O Instituto*. Lavras, ano XXXIII, n. 144, ago. 1964

\_\_\_\_\_. Relatório do Ginásio Municipal de Lavras. Lavras MG: Ginásio Municipal, 1942.

\_\_\_\_\_. Resposta ao Desafio. *O Instituto*. Lavras MG, ano XXXIII, n. 145, ago./out. 1964.

MOREIRA, Silvio do Amaral. [**Carta**]. Destinatário: Eduardo King Carr, 21 jan. 1963.

\_\_\_\_\_. Silvio do Amaral. [**Carta**]. Destinatário: Eduardo King Carr, [??] [?] 1962a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS. *Dados Gerais do Município de Lavras*: Estado de Minas. Lavras MG: Prefeitura Municipal, 1958.

#### ***Arquivo do Instituto Presbiteriano Gammon***

INSTITUTO GAMMON. Assembleia Geral. Ata da Primeira Reunião Ordinária da Assembleia Geral do Instituto Gammon. Lavras MG, 1961.

#### ***Arquivo Histórico Presbiteriano – São Paulo SP***

INSTITUTO EVANGÉLICO DE LAVRAS. Instrução Agrícola. Lavras: Typ. do Instituto Evangélico, [1925?]

#### ***Biblioteca da Universidade Federal de Lavras – MG***

INSTITUTO EVANGÉLICO DE LAVRAS. Prospecto do Instituto Evangélico. Lavras: Typografia do Ginásio de Lavras, 1908.

#### ***Biblioteca do Instituto Presbiteriano Gammon***

INSTITUTO GAMMON. Prospecto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1939.

\_\_\_\_\_. Prospecto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1940.

\_\_\_\_\_. Prospecto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1941.

\_\_\_\_\_. Prospecto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1942.

\_\_\_\_\_. Instituto Gammon: setuagésimo quarto ano. Lavras: Imprensa Gammon, 1943.

\_\_\_\_\_. Instituto Gammon: setuagésimo quinto ano. Lavras: Imprensa Gammon, 1944.

\_\_\_\_\_. Instituto Gammon: setuagésimo sexto ano. Lavras: Imprensa Gammon, 1945.

\_\_\_\_\_. Instituto Gammon: setuagésimo sétimo ano. Lavras: Imprensa Gammon, 1946.

\_\_\_\_\_. Instituto Gammon: setuagésimo oitavo ano. Lavras: Imprensa Gammon, 1947.

\_\_\_\_\_. Prospeto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1948.

\_\_\_\_\_. Prospeto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1949.

\_\_\_\_\_. Prospeto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1951.

\_\_\_\_\_. Prospeto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1952.

\_\_\_\_\_. Prospeto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1953.

\_\_\_\_\_. Prospeto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1954.

\_\_\_\_\_. Prospeto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1955.

\_\_\_\_\_. Prospeto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1956.

\_\_\_\_\_. Prospeto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1957.

\_\_\_\_\_. Prospeto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1958.

\_\_\_\_\_. Prospeto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1959.

\_\_\_\_\_. Prospeto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1960.

\_\_\_\_\_. Prospeto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1961.

\_\_\_\_\_. Prospeto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1962.

\_\_\_\_\_. Prospeto Instituto Gammon. Lavras: Imprensa Gammon, 1963.

### **Centro Histórico Mackenzie**

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO MACKENZIE. Nacionalização. *Revista da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie*. São Paulo, Ano II, nº 11, 4º Trim. 1961

\_\_\_\_\_. Nacionalização do Instituto Mackenzie. *Revista da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie*. São Paulo, nº 5, mai. 1960

\_\_\_\_\_. Trabalhando por um Mackenzie sempre maior. *Revista da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie*. São Paulo, nº 1, jun. 1958.

AZEVEDO, Ariston. [Carta]. Destinatário: Jorge Cesar Mota. São Paulo, 10 fev. 1958.

BAKER, Peter G. A situação financeira do Mackenzie. *O Mackenzie*. São Paulo, Ano XVIII, nº 53, abr. 1958.

BAKER, Peter G. [Carta]. Destinatário: Conselho Deliberativo do Instituto Mackenzie. São Paulo, 26 jul. 1957.

BLACK, Donald T. [Carta]. Destinatário: Board of Trustees. New York, 7 ago. 1961.

BOARD OF TRUSTEES AND BOARD OF FOREIGN MISSIONS OF THE PRESBYTERIAN CHURCH. *Plano de Ação (Policy) com relação ao futuro do Instituto Mackenzie*. New York: Board of Trustees, 1957.

BOCCOLINI, Alvaro. A Associação e a Greve da Escola de Engenharia. *Revista da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie*. São Paulo, Ano I, nº 5, mai. 1960.

COMISSÃO ESPECIAL DA AAAM. O Parecer da Comissão Especial da AAAM a respeito da Nacionalização do Mackenzie. *Revista da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie*. São Paulo, Ano III, nº 11, 4º Trim. 1961.

#### CONSELHO DELIBERATIVO DO INTSTITUTO MACKENZIE

HOLLAND, Wayman A e RYCROFT, Stanley. [Carta] Destinatário: Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie. Nova York, 1958.

INSTITUTO MACKENZIE. Cento e cinquenta mil dólares. *O Mackenzie*. São Paulo, Ano XIX, nº 57, mar. 1959.

\_\_\_\_\_. *Comissão de Nacionalização*. São Paulo: Instituto Mackenzie, 1960.

\_\_\_\_\_. Comunicado aos Mackenzistas: A propósito da "Federalização da Universidade Mackenzie. *O Mackenzie*. São Paulo, Ano XIX, nº 57, mar. 1959.

\_\_\_\_\_. *Comunicado*: entidade mantenedora da Universidade Mackenzie. São Paulo: Instituto Mackenzie, 1962a.

\_\_\_\_\_. Conselho Deliberativo. *Livro de atas do Conselho do Mackenzie College*. São Paulo, v.1, 1935-1950.

\_\_\_\_\_. Conselho Deliberativo. Livro de Atas. Vol 4. São Paulo, 1962b

\_\_\_\_\_. O Mackenzie cresce com São Paulo. *O Mackenzie*. São Paulo, Ano XV, nº 45, set. 1955a.

\_\_\_\_\_. *Reconhecimento*. São Paulo: Instituto Mackenzie, 1921.

\_\_\_\_\_. *Relatórios de 1941 do Presidente e dos Diretores*. São Paulo: Instituto Mackenzie, 1941.

\_\_\_\_\_. *Relatório dos Cursos e Departamentos 1952*. São Paulo: Instituto Mackenzie, 1953.

\_\_\_\_\_. *Relatório dos Cursos e Departamentos 1953*. São Paulo: Instituto Mackenzie, 1954.

\_\_\_\_\_. *Relatório dos Cursos e Departamentos 1954*. São Paulo: Instituto Mackenzie, 1955b.

\_\_\_\_\_. *Relatório dos Cursos e Departamentos 1955*. São Paulo: Instituto Mackenzie, 1956.

\_\_\_\_\_. *Relatório dos Cursos e Departamentos 1956*. São Paulo: Instituto Mackenzie, 1957.

\_\_\_\_\_. *Relatório dos Cursos e Departamentos 1957*. São Paulo: Instituto Mackenzie, 1958.

\_\_\_\_\_. *Relatório dos Cursos e Departamentos 1961*. São Paulo: Instituto Mackenzie, 1962.

JULIANELLI, José Salvador. O Mackenzie é um patrimônio cultural da nação. O *Mackenzie*. São Paulo, ano XVI, nº 49, nov. 1956.

MACKENZIE COLLEGE. *President's Annual Report to the Board of Trustees 1916*. São Paulo: Mackenzie College, 1916.

\_\_\_\_\_. *President's Annual Report to the Board of Trustees 1920*. São Paulo: Mackenzie College, 1920.

\_\_\_\_\_. *President's Annual Report to the Board of Trustees 1921*. São Paulo: Mackenzie College, 1921.

\_\_\_\_\_. *President's Annual Report to the Board of Trustees 1928*. São Paulo: Mackenzie College, 1928.

\_\_\_\_\_. *President's Annual Report to the Board of Trustees 1935*. São Paulo: Mackenzie College, 1935.

\_\_\_\_\_. *President's Annual Report to the Board of Trustees 1936*. São Paulo: Mackenzie College, 1936.

\_\_\_\_\_. *President's Annual Report to the Board of Trustees 1938*. São Paulo: Mackenzie College, 1938.

\_\_\_\_\_. *President's Annual Report to the Board of Trustees 1939*. São Paulo: Mackenzie College, 1939.

MOTA, Jorge César. [Carta]. Destinatário: Ariston Azevedo – Presidente em exercício da AAAM. São Paulo, 1958.

MOTA, Jorge César. O Mackenzie e o seu futuro. *O Mackenzie*. São Paulo, Ano XVII, nº 51, Out. 1957.

PEGADO, Henrique. *A evolução da Universidade Mackenzie*. São Paulo: Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie, 1958.

PEGADO, Henrique. Mensagem de Boas-Vindas aos Universitários de 1957. *Mackenzie Informa*. nº 5, ano II, 1957a.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado pelo reitor da Universidade Mackenzie ao Conselho Universitário e Deliberativo*: referente ao ano de 1953. São Paulo: Instituto Mackenzie, 1954.

\_\_\_\_\_. *Reestruturação Administrativa do Instituto Mackenzie*: Exposição de Motivos. São Paulo, 1957b.

RYCROFT, W.S. [Carta]. Destinatário: Richard Lord Waddell. New York, 28 de abr. 1961

UNIVERSIDADE MACKENZIE. Faculdade de Direito. *Prontuário de Jânio da Silva Quadros*. São Paulo: [19--].

WADDELL, Richard L. Nacionalização do Instituto mackenzie. *Revista da Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie*. São Paulo, nº 11, 4º trim. 1961.

### **Decretos, Leis e Documentos**

BRASIL. Decreto de Lei 11.530, de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na Republica. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html> Acesso em 08 de abr. 2022

\_\_\_\_\_. Decreto de Lei 4.659-A, de 19 de janeiro de 1923. Equipara aos estabelecimentos oficiais a Escola de Engenharia "Mackensie College", de S. Paulo, e dá outras providencias. Senado Federal. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4659-a-19-janeiro-1923-566828-publicacaooriginal-90307-pl.html> Acesso em 04 abr. 2022

\_\_\_\_\_. Decreto de Lei nº 30.511, de 7 de fevereiro de 1952. Concede prerrogativas de equiparação à Universidade Mackenzie e aprova seu estatuto. Senado Federal. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/453121>>. Acesso 05 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8956, de 15 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a transformação da Escola Superior de Lavras em Universidade Federal de Lavras e dá outras providências. Presidência da República – Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1989\\_1994/L8956.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8956.htm)>. Acesso 10 dez. de 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto de Lei nº 406 de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Câmara dos Deputados. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20entrada%20de%20estrangeiros%20no%20territ%C3%B3rio%20nacional>. Acesso 20 abr. 2022

\_\_\_\_\_. Decreto de Lei nº 1.545 de 25 de agosto de 1939. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Câmara dos Deputados. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-norma-pe.html> Acesso 20 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Decreto de Lei nº 41.747 de 2 de julho de 1957. Aprova Alteração dos Estatutos da Universidade Mackenzie. Câmara dos Deputados. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-41747-2-julho-1957-380620-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 27 de abr. 2022.

LAVRAS. Cartório de Registro de Imóveis de Lavras. **Certidão de Matrícula**. Matrícula nº 15.560, Livro 2-Q2, fls 68. Emitido em 01 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. Lei Ordinária nº 480, de 10 de abril de 1961. Concede auxílio à Campanha de Federalização da Escola Superior de Agricultura de Lavras. Disponível em: [https://sapl.lavras.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1961/3447/3447\\_texto\\_integral.pdf](https://sapl.lavras.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1961/3447/3447_texto_integral.pdf)

\_\_\_\_\_. Lei Ordinária nº 529, de 28 de junho de 1962. Reconhece o Instituto Gammon como Associação Civil de Utilidade Pública. Prefeitura Municipal. Disponível em: [https://sapl.lavras.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1962/3496/3496\\_texto\\_integral.pdf](https://sapl.lavras.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1962/3496/3496_texto_integral.pdf)>. Acesso em 07 set. 2021.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.802, de 20 de agosto de 1964. Reconhece de utilidade pública o Instituto Gammon, de Lavras. Governo Estadual – Palácio da Liberdade.

SÃO PAULO. 7º Ofício de Notas da Capital. **Escritura de Doação**. Livro 973, fls 78, 20 nov. 1961.

\_\_\_\_\_. 11º Cartório de Notas da Capital. **Escritura de Comodato**. Livro 1.184, fls 96. Registro em 19 jan. de 1951.

### ***Jornais e outros meios de mídias***

A GAZETA. *É patrimônio de São Paulo*. A Gazeta, São Paulo, 3 de agosto de 1957.

BARILE, João Pombo. *O Brasil nos bilhetes de Jânio Quadros*. Revista Encontro, Belo Horizonte, 13 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www.revistaencontro.com.br/canal/revista/2013/08/o-brasil-nos-bilhetes-de-janio-quadros.html> . Acesso em 01 set 2021

CANAL RURAL. *ESALQ oficializa indicação de Alysson Paolinelli ao Prêmio Nobel da Paz: ex-ministro da agricultura, Paolinelli é uma figura importante para o agro brasileiro, tendo sido responsável por modernizar a EMBRAPA.* 23 de jan. de 2021. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/alysson-paolinelli-premio-nobel-da-paz/>.

CÔRTEZ, Carlos Gomes dos Santos. Especial AESP 70 anos. Entrevista com Carlos Gomes dos Santos Côrtes. Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo. São Paulo SP, **Jornal do Engenheiro Agrônomo**, Ano 43, nº 281, jan/fev 2015. Disponível em: [https://aeasp.org.br/wp-content/uploads/2019/12/JEA\\_281.pdf](https://aeasp.org.br/wp-content/uploads/2019/12/JEA_281.pdf) Acesso em out. de 2021

EVANS, Fernanda. *Febre amarela quase tirou Campinas do mapa na reta final do século 19.* **G1**, 22 de jan. de 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2017/01/febre-amarela-quase-tirou-campinas-do-mapa-na-reta-final-do-seculo-19.html> Acesso em 10 jan 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Alastra-se a greve no Mackenzie com a adesão dos alunos da Faculdade de Arquitetura.* **Folha de São Paulo**. Ano XXXV, nº 11.049, 29 abr. 1960a. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=101&keyword=Mackenzie&anchor=4482314&origem=busca&originURL=&pd=3eb3348788ab8dad7f62fd4d733cd24e> Acesso em 17 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. *Alunos da Poli apoiam as greves do Mackenzie e da EPM.* **Folha de São Paulo**. São Paulo, Ano XLII, nº 12.019, 13 mai. 1962a. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=752&keyword=Mackenzie&anchor=4483718&origem=busca&originURL=&pd=5b2df2157db1b8567d47ccb704ecbd34> Acesso 18 mai 2022.

\_\_\_\_\_. *Ameaçada de fechamento a Escola Agrícola de Lavras.* **Folha de São Paulo**. São Paulo, Ano XLII, nº12.156, 27 set. 1962. Disponível em:

\_\_\_\_\_. *Apoio à greve no Mackenzie.* **Folha de São Paulo**. São Paulo, Ano XXXV, nº 11.022, 27 mar. 1960b. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=74&keyword=Mackenzie&anchor=4477831&origem=busca&originURL=&pd=757d39874d9d42d2f1a1ae98a10460f4> Acesso em 17 mai. 2022

\_\_\_\_\_. *Caravana-monstro dos acadêmicos para pedir intervenção federal no Mackenzie.* **Folha de São Paulo**. Ano XXXV, nº 11.052, 3 mai. 1960c. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=104&anchor=4480691&origem=busca&originURL=&pd=0a5d446ad480b58584648dfd2cd486c8> Acesso em 17 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. *Enviados do MEC foram ao Mackenzie.* **Folha de São Paulo**. São Paulo, Ano XLII, nº 12.029, 23 mai. 1962b. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=762&keyword=Mackenzie&anchor=4507336&origem=busca&originURL=&pd=351559360866e117a0a0b1b70a06c006> Acesso em 18 mai 2022.

\_\_\_\_\_. *Estudantes de Engenharia (Mackenzie) em greve: querem afastamento de 11 professores.* **Folha de São Paulo**. Ano XXXV, nº 11.016, 20 mar. 1960d. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=68&keyword=Mackenzie&anchor=4477204&origem=busca&originURL=&pd=ac66c13bb4343b324b0841ed2f42eaf9> Acesso em 12 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. *Greve no Mackenzie: uma comissão vai à Brasília.* **Folha de São Paulo**. Ano XLII, nº 12.017, 11 mai. 1962c. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=750&keyword=Mackenzie&anchor=4483582&origem=busca&originURL=&pd=21e5b71f8b862a3d41d18e91861afbd9> Acesso em 19 mai. 2022

\_\_\_\_\_. *Mackenzie.* **Folha de São Paulo**. Ano XLII, nº 12.018, 12 mai. 1962d. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=751&keyword=MACKENZIE&anchor=4483662&origem=busca&originURL=&pd=f165a8b641bd982147d93ccd70f2e5e2> Acesso em 19 mai 2022.

\_\_\_\_\_. *Mackenzie.* **Folha de São Paulo**. Ano XLII, nº 12.053, 16 Jun. 1962e. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=786&keyword=Mackenzie&anchor=5388624&origem=busca&originURL=&pd=dbf78a7b60cfd7af88282e80ff4956d0> Acesso em 16 jun 2022.

\_\_\_\_\_. *Mackenzistas avistar-se-ão hoje com o chefe da nação.* **Folha de São Paulo**. Ano XXXV, nº 11.064, 17 mai. 1960e. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=116&keyword=Mackenzie&anchor=4481571&origem=busca&originURL=&pd=a6a9e4d3c477abfab97a5be033ec25a5> Acesso em 17 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. *Não participarei da campanha.* **Folha de São Paulo**. São Paulo, Ano XXXV, nº 11.061, 13 mai. 1960f. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=113&keyword=Mackenzie&anchor=4481308&origem=busca&originURL=&pd=8d541b105694c440d0b2259cdb501432> Acesso em 17 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. *Professores do Mackenzie pedem demissão mas a diretoria não dá.* **Folha de São Paulo**. São Paulo, Ano XXXV, nº 11.021, 26 mar. 1960g. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=73&keyword=Mackenzie&anchor=447771&origem=busca&originURL=&pd=ddcf485d29bbad26c71bfc5784fde83d> Acesso em 17 mai 2022.

\_\_\_\_\_. *Reitores dizem que elementos estranhos agitam estudantes.* **Folha de São Paulo**. São Paulo, XLII, nº 12.093, 26 jul, 1962f. Disponível em <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=826&keyword=Mackenzie&anchor=4509389&origem=busca&originURL=&pd=edee18c1f7aaf605061cb1b8bfd94475> Acesso em 18 mai. 2022.



\_\_\_\_\_. *Reivindicações da FA adiam o término da greve no Mackenzie. Folha de São Paulo*. São Paulo, Ano XXXV, nº 11.071, 25 mai. 1960g. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=123&keyword=Mackenzie&anchor=4482082&origem=busca&originURL=&pd=4e83236e4922b6843005f620f9cf7d32> Acesso em 17 mai 2022.

\_\_\_\_\_. *Só no Mackenzie foi geral a volta às aulas. Folha de São Paulo*. São Paulo, Ano XLII, nº 12.160, 02 ago. 1962g. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=833&keyword=Mackenzie&anchor=4488635&origem=busca&originURL=&pd=f70e581ade89ceec468a974cc2cb239e> Acesso 18 mai 2022.

\_\_\_\_\_. *Total a greve dos alunos do Mackenzie. Folha de São Paulo*. São Paulo, Ano XLII, nº 12.015, 09 mai. 1962h. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=748&keyword=Mackenzie&anchor=4483386&origem=busca&originURL=&pd=fd907fbdaea45d4276fc1635f9ad4f1a> Acesso em 18 mai. 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Paulo Freire de Araújo. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil*, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-freire-de-araujo> Acesso em 05 de nov. 2021

JORNAL DE LAVRAS. *Há cem anos nascia Sylvio Menicucci, médico e político de Lavras. Jornal de Lavras*, 13 de fev. de 2014. Disponível em: <http://www.jornaldelavras.com.br/index.php?p=10&tc=4&c=7999> Acesso em 02 nov. 2021.

LAVRAS 24 HORAS. *O dia em que Juscelino Kubitschek deixou uma cadeira vazia em Lavras*. 03 set. 2018. Disponível em: <https://www.lavras24horas.com.br/portal/o-dia-em-que-juscelino-kubitschek-deixou-uma-cadeira-vazia-em-lavras/> Acesso em 09 fev. 2022

LUIZ, Sávio. *Instituto Presbiteriano Gammon está comemorando 150 anos de existência. AMIRT / Radio Rio Grande*, 20 de mai. de 2019. Disponível em: <https://www.portalamirt.com.br/94fm-lavras/instituto-presbiteriano-gammon-esta-comemorando-150-anos-de-existencia/> Acesso em 10 mar. 2020.

MOREIRA, Silvio do Amaral. *Pode fechar a maior escola rural do país. Diário Carioca*, Rio de Janeiro, Ano XXXV, nº 10.589, 23 de setembro de 1962b. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092\\_05&pagfis=10955](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_05&pagfis=10955). Acesso em 09 out 2021.

NÉMETH-TORRES, Geovani. *(6 de março) Sílvio do Amaral Moreira. História de Lavras*. 06 de mar. de 2019. Disponível em: <https://historiadelavras.blogspot.com/2019/03/6-de-marco-silvio-do-amaral-moreira.html#more> .

O ESTADO DE SÃO PAULO. *A Crise da Universidade Mackenzie. O Estado de São Paulo*. São Paulo, Ano LXXXI, nº 26.078, 5 de maio de 1960a. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600505-26078-nac-0001-999-1-not> Acesso em 11 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. *A greve do Mackenzie. O Estado de São Paulo.* São Paulo, Ano LXXXIII, nº 26.699, 10 mai 1962a. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19620510-26699-nac-0003-999-3-not> Acesso em 19 mai 2022.

\_\_\_\_\_. *Ainda a greve no Mackenzie. O Estado de São Paulo.* São Paulo, Ano LXXXIII, nº 26.702, 13 mai 1962b. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19620513-26702-nac-0003-999-3-not/busca/Mackenzie+federaliza%C3%A7%C3%A2o> Acesso em 18 mai 2022.

\_\_\_\_\_. *Alunos do Mackenzie pedirão, hoje, no Rio, intervenção federal. O Estado de São Paulo.* São Paulo, Ano LXXXI, nº 26.077, 4 de mai. 1960b. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600504-26077-nac-0029-999-13-not> Acesso 17 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. *A UNE e a UEE apoiam a greve no Mackenzie. O Estado de São Paulo.* São Paulo, Ano LXXXI, nº 26.044, 25 de mar. 1960c. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600325-26044-nac-0001-999-1-not> Acesso em 16 mai 2022.

\_\_\_\_\_. *Continua a greve: 800 alunos atingiram o limite de faltas. O Estado de São Paulo.* São Paulo, Ano LXXXI, nº 26.063, 20 de abr. 1960d. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600420-26065-nac-0001-999-1-not> Acesso em 16 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. *Dispostos os alunos da E.E.M. a pedir intervenção federal. O Estado de São Paulo.* São Paulo, Ano LXXXI, nº 26.071, 27 de abr. 1960e. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600427-26071-nac-0001-999-1-not> Acesso em 16 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. *Mackenzie: a união desaconselha a federalização. O Estado de São Paulo.* São Paulo, Ano LXXXIII, nº 26.710, 23 mai. 1962c. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19620523-26710-nac-0008-999-8-not/busca/Mackenzie+federaliza%C3%A7%C3%A3o> Acesso em 18 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. *Mackenzie: os pais renovam apelo para a volta às aulas. O Estado de São Paulo.* São Paulo, Ano LXXXIII, nº 26.739, 26 jun. 1962d. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19620626-26739-nac-0013-999-13-not/busca/Mackenzie> Acesso em 18 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. *Mackenzie: prosseguem as gestões em Brasília. O Estado de São Paulo.* São Paulo, Ano LXXXIII, nº 26.708, 20 mai. 1962e. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19620520-26708-nac-0023-999-23-not> Acesso em 18 mai 2022.

\_\_\_\_\_. *O Mackenzie não será federalizado. O Estado de São Paulo.* São Paulo, Ano LXXXIII, nº 26.728, 13 de jun. 1962f. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19620613-26728-nac-0006-999-6-not/busca/Mackenzie> Acesso 18 mai 2022.

\_\_\_\_\_. *Pedem intervenção federal os estudantes da E.E.M. O Estado de São Paulo.* São Paulo, Ano LXXXI, nº 26.072, 28 de abr. 1960f. Disponível em

<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600428-26072-nac-0001-999-1-not>  
Acesso em 16 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. *Plano para solução dos problemas da Univers. Mackenzie. O Estado de São Paulo.* São Paulo, Ano LXXXI, nº 26.078, 5 de maio de 1960g. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600505-26078-nac-0001-999-1-not>  
Acesso em 11 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. *Por ora, não haverá intervenção no Mackenzie. O Estado de São Paulo.* São Paulo, Ano LXXXIII, nº 26.765, 26 jul 1962g. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19620726-26765-nac-0060-999-60-not/busca/Mackenzie+federaliza%C3%A7%C3%A3o> Acesso em 18 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. *Possível solução da greve no Mackenzie. O Estado de São Paulo.* São Paulo, Ano LXXXI, nº 26.043, 24 mar. 1960h. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600324-26043-nac-0001-999-1-not>  
Acesso em 16 mai 2022.

\_\_\_\_\_. *Seria transferida ao governo escola agrícola de Lavras. O Estado de São Paulo.* São Paulo, Ano LXXXIII, nº 26.822, 30 set. 1962h. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19620930-26822-nac-0010-999-10-not/busca/Instituto+Gammon> Acesso em 18 mai 2022

\_\_\_\_\_. *Superior a 9 bilhões a arrecadação do estado. O Estado de São Paulo.* São Paulo, Ano LXXXII, nº 26.422, 14 jun. 1961. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610614-26422-nac-0001-999-1-not>  
Acesso em 22 abr 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural.* Pedro Leopoldo MG: Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo MG, 2009. Disponível em: <http://pedroleopoldo.mg.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/Escola-Dr-Avary.pdf> Acesso em out 2021

PRO-MEMÓRIA CAMPINAS – SP. *Curiosidades: Diário de Dom Pedro II quando da visita em Campinas.* 2008, Disponível em: <http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/2008/11/curiosidades-dirio-de-dom-pedro-ii.html> Acesso jan. 2020.

SG AGORA. *Conheça Alysson Paolinelli: o homem que reinventou a agricultura no Brasil.* **SG Agora**, São Gotardo, 17 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.sgagora.com.br/sg/conheca-alysson-paolinelli-o-homem-que-reinventou-a-agricultura-no-brasil/> Acesso em 01 de mar. 2021.

VALVERDE, Michelle. *Paolinelli está oficialmente na disputa pelo Prêmio Nobel da Paz 2021.* **Diário do Comércio**, Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/agronegocio/paolinelli-esta-oficialmente-na-disputa-pelo-premio-nobel-da-paz-2021/>. Acesso em 06 de fev. 2021.

VILAS BOAS, Melissa. *A trajetória de Alysson Paulinelli, ex-diretor da ESAL indicado ao Prêmio Nobel da Paz.* **Portal UFLA**. Lavras, 28 de abril de 2021. Disponível em: <https://ufla.br/noticias/institucional/14407-a-trajetoria-de-alysson-paolinelli-ex-diretor-da-esal-indicado-ao-premio-nobel-da-paz>. Acesso em 04 de out. 2021

### **Audiovisuais**

**WEBINAR – AGRONEGÓCIO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE COM ALYSSON PAOLINELLI.** Direção e Produção: Centro Mackenzie de Liberdade Econômica. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 20 de mai. de 2021 (1h16m14s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IF5JfqWoF2c>. Acesso em 29 mai. 2021

**GAMMON 150 ANOS - MENSAGEM DO MEC.** Direção e Produção: Ministério da Educação e Cultura. Brasília: MEC, 2019. Online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zop1luF3YPA&t=4s>. Acesso em 22 ago. 2019.

**VÍDEO-DOCUMENTÁRIO SOBRE OS ESFORÇOS PESSOAIS NA CRISE DA FEDERALIZAÇÃO DA ESAL/UFLA EM 1963.** Direção e Produção: Helder Tobias. Lavras: Universidade Federal de Lavras, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uyXPLeSg6io&list=WL&index=14>

### **Referências Bibliográficas**

ANDRADE, José Alves. *Lavras, sua história, sua gente*. Vol 2. Lavras MG: Studio Gráfica Editora, 2002.

ANDRADE, Tiago de Oliveira. Memória e história institucional: o processo de constituição da Escola Superior de Agricultura de Lavras – ESAL (1892-1938). 2006. 141 f. Dissertação (Pós-graduação em Administração – Gestão social, ambiente e desenvolvimento) – Universidade Federal de Lavras, Lavras MG.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

BASTIAN, Jean-Pierre. *Protestantismos y Modernidad Latinoamericana: historia de uma minoria religiosa activa en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994

BEZERRA, Araken Amâncio. *Instituto Gammon: dedicado à glória de Deus e ao progresso humano*. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação Editora, 2016.

BIÉLER, André. *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2012.

BONELL, Victoria E. The Uses of Theory, Concepts and Comparison in Historical Sociology. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 22, No. 2, p. 156-173, Abr. 1980.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica* in FIGUEREDO, Janaina P. Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Brasília DF: FGV, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, Estado-nação e Formas de Intermediação Política. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*. São Paulo, Ano XXXIII, nº 100, 2017.

CALVANI, Carlos Eduardo B. A Educação no Projeto Missionário do Protestantismo no Brasil. *Revista Pistis Prax. Teol. Pastor.*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 53-69, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/10730/10124> Acesso em 23 de mar. 2022

CÂMARA, Nelson. *John Theron Mackenzie*. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2018.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *A teoria sociológica de Pierre Bourdieu: uma proposta para se analisar o campo religioso brasileiro*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015.

CHAMON, Magda. *Trajatória de feminização do magistério: ambiguidades e conflitos*. Belo Horizonte, MG: Autêntica: FCH-FUMEC, 2005.

CASSIRER, ERNST. *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

COSTA, Hermisten Maia Pereira. A Reforma Calvinista e a Educação: Anotações Introdutórias. *Fides Reformata*. São Paulo, v. XIII, n. 2, p. 25-48, 2008.

DIAS, João Castanho. *A Terra Prometida de Lavras*. São Paulo: Editora Barleus, 2009.

EDITORA UFLA. A Editora UFLA. Lavras: Editora UFLA, [201?]. Disponível em: <<http://www.editora.ufla.br/index.php/a-editora/historico>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

ELIAS, N. *Escritos e ensaios: estado, processo e opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1970.

FERREIRA, Julio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*. v. II. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992

FERREIRA, Wilson Castro. *Calvino: vida, influência e teologia*. Campinas: LPC, 1990.

GADOTTI, Moacir. *Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum*. Scielo n 4 vl 2, 2013. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>.

GAMMON, Samuel R. *The Evangelical invasion of Brazil; Or, a half century of evangelical mission in the land of the southern cross*. 2ª ed. Memphis: General Books, 2010.

GAMMON, Clara G. M. *Assim Brilha a Luz: a vida de Samuel Gammon*. 2ª ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

GARCEZ, Benedicto Novaes. *O Mackenzie*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1970.

GOMES, Antônio Máspoli Araújo. *Religião, educação e progresso*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2001.

HACK, Osvaldo Henrique. *Mackenzie College e o ensino superior brasileiro: uma proposta de universidade*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

\_\_\_\_\_. *Protestantismo e Educação Brasileira*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2000.

\_\_\_\_\_. *Raízes Cristãs do Mackenzie e seu Perfil Confessional*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEIS, Héctor Ricardo. *Sobre o Conceito de Interdisciplinaridade*. Florianópolis: Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas, nº 73, Ago 2005.

LIMA, Maria Camila. A última estação do trem: percurso da história da educação protestante em Lavras. 2015. 81 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação – Diversidade e Gênero) – Universidade Federal de Lavras, Lavras MG.

LOPES, Augustus Nicodemus. João Calvino e a Universidade: 500 Anos do Nascimento do Reformador (1509-2009). *Fides Reformata*. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 129-136. Disponível em <https://cpaj.mackenzie.br/wp-content/uploads/2020/01/7-Jo%C3%A3o-Calvino-e-a-universidade-500-anos-do-nascimento-do-reformador-1509-2009-Augustus-Nicodemus-Lopes.pdf>.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *História Econômica e Social do Estado de São Paulo 1850-1950*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2019.

MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich (Edited). *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MAMIGONIAN, Armem. O Processo de Industrialização em São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*. Nº 50, 1976.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MATOS, Alderi S. O Colégio Protestante de São Paulo: Um Estudo de Caso sobre o Lugar da Educação na Estratégia Missionária da Igreja. *Fides Reformata*. v. 4 n. 2, p. 1-25. 1999. Disponível em: [https://cpaj.mackenzie.br/wp-content/uploads/2019/04/4\\_O\\_Colegio\\_Protestante\\_de\\_Sao\\_Paulo\\_Alder\\_Matos.pdf](https://cpaj.mackenzie.br/wp-content/uploads/2019/04/4_O_Colegio_Protestante_de_Sao_Paulo_Alder_Matos.pdf)

\_\_\_\_\_. *Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

MEIRA, José Normando Gonçalves. *Ciência e Prática: Ensino Agrícola na Educação Presbiteriana em Minas Gerais (1908-1938)*. 2009. 222 f. Tese (Doutorado EHPS – História da Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo SP.

MENDES, Marcel. *Mackenzie em Movimento: conjunturas decisivas na história de uma instituição educacional (1957-1973)*. Tese (Doutorado em História Social – Programa de Pós-Graduação em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Mackenzie no Espelho: uma história documentada da cassação ao reconhecimento dos cursos de engenharia (1932-1938)*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

\_\_\_\_\_. *Tempos de Transição: a nacionalização do Mackenzie e sua vinculação eclesiástica (1957-1973)*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2016.

\_\_\_\_\_. *Tentativas de Desvinculação Eclesiástica do Mackenzie (1885-1973)*. *Ciências da Religião – História e Sociedade*. Vol 6, nº 1, p. 10-43, 2008.

MENDES, Patricia Muniz. *O Patrimônio Museológico Universitário: A formação das coleções da Universidade Federal de Lavras (UFLA)*. 2020. 290 f. Tese (Doutorado FCEA – Departamento de Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal.

MENESES, Maurício de Melo. *Discurso de Posse da Cadeira da Academia Mackenzista de Letras*. São Paulo, 23 de março de 2015. Disponível em [https://up.mackenzie.br/fileadmin/OLD/62/ARQUIVOS/PUBLIC/user\\_upload/Discurso\\_de\\_Posse\\_-\\_AML\\_-\\_Dr\\_\\_Mauricio.pdf](https://up.mackenzie.br/fileadmin/OLD/62/ARQUIVOS/PUBLIC/user_upload/Discurso_de_Posse_-_AML_-_Dr__Mauricio.pdf). Acesso em 10 de ago 2020.

MOTA, Diego Airoso da. *A Hermenêutica de Profundidade como Instrumental de Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais: uma introdução*. VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA – 40 Anos de Democracias: progressos, contradições e perspectivas, 14 a 16 de abr. 2014, Évora, Portugal. Actas. Évora: Universidade Évora, 2014.

NÓVOA, António; YARIV-MASHAL, Tali. *Comparative Research in Education: a mode of governance or a historical journey?*. *Comparative Education*, Vol. 39, No. 4, p. 423-438, 2003, publicado online, 03 de jun de 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/0305006032000162002?needAccess=true> Acesso em 06 de abr. 2019.

OLIVEIRA, Guilherme Ferreira. *Para a glória de Deus e para o progresso dos homens: pensamento missionário norte americano e representações de Brasil a partir de The evangelical Invasion (1910), de Samuel Rhea Gammon*. 2014. 198f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei MG.

ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

PEREIRA, Carlos Manuel Cardoso. *Integração Económica e Assimetrias Regionais: Causas e Correções*. Coimbra: Faculdade de Economia, 1997.

PEREIRA, Jardel Costa. O Moderno no progresso de uma cultura urbana, escolar e religiosa e a educação secundária do Instituto Presbiteriano Gammon (1892-1942). 2014. 190 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Educação Escolar – Faculdade.

RAGIN, Charles; ZARET David. Theory and Method in Comparative Research: Two Strategies. *Social Forces*, Vol. 61, No. 3, p. 731-754, Mar. 1983.

RENK, Valquiria Elita. Nacionalização compulsória das escolas étnicas e resistências, no Governo Vargas. *XV Congresso Nacional de Educação – EDUCERE*. 4285-4296 p. Curitiba: 2021. Disponível em [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/620\\_436.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/620_436.pdf) Acesso em 20 abr. 2022.

REZENDE, Lucas Pereira. A estrutura de ensino de laticínios na Escola Agrícola de Lavras: pioneirismo educacional, improviso estrutural e referência nacional. *Revista do Patrimônio Cultural de Lavras*, Vol 1, No. 1, p. 339-356, Ago 2020. Disponível em: <https://ia801506.us.archive.org/20/items/revista-do-patrimonio-cultural-de-lavras-1-1-2020/Revista%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20de%20Lavras%201%281%29%2C%202020.pdf> Acesso em 11 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. O Ensino de Laticínios nos Primórdios da Universidade Federal de Lavras (1908-1938). 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado EAHC – Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

\_\_\_\_\_. O Ensino de Laticínios nos Primórdios da Universidade Federal de Lavras (1908-1938) In: DAVINO, Glaucia Eneida; MARTINS, Mirian Celeste; SCHWARTZ, Rosana M. P. B. *Identidades e Reverberações Interdisciplinares* [livro eletrônico]. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie – Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, 2018.

\_\_\_\_\_. Ocupação Aratu-Sapucai nas áreas do atual município de Lavras MG. *Revista do Patrimônio Cultural de Lavras*, Vol 1, No. 1, p. 238-253, Ago 2020. Disponível em: <https://ia801506.us.archive.org/20/items/revista-do-patrimonio-cultural-de-lavras-1-1-2020/Revista%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20de%20Lavras%201%281%29%2C%202020.pdf> Acesso em 11 nov. 2020.

REZENDE, Lucas Pereira e MENDES, Marcel. Protestantismo e Educação Social: uma análise histórica de iniciativas promovidas pela mais antiga instituição educacional presbiteriana do Brasil. *Revista Educação, Escola e Sociedade*. Revista de Pós-Graduação em Educação da Unimontes, v. 14, n. 16, p. 1-21, out 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rees/article/view/4668>

RIBEIRO, Boanerges. *Igreja Evangélica e República Brasileira* (1889-1930). São Paulo: Semeador, 1991.

\_\_\_\_\_. *Protestantismo no Brasil Monárquico*. São Paulo: Pioneira, 1973.

\_\_\_\_\_. *Protestantismo e Cultura Brasileira: aspectos culturais da implantação do protestantismo no Brasil*. Casa Editora Presbiteriana, 1981

RIBEIRO, Lídice Meyer Pinto. *Congresso do Panamá 1916: e as missões protestantes na América Latina*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2017.



RIBEIRO, Lídice Meyer Pinto; MATOS, Alderi de Souza; MENDES, Marcel. (organizadores). *Dicionário enciclopédico de instituições protestantes no Brasil*: Instituições Educacionais. São Paulo: Editora Mackenzie, 2019.

RODRIGUES, Angelo Constâncio. A Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) e A Universidade Federal de Lavras (UFLA) – a trajetória de uma transformação. 2013. 201 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Educação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro RJ.

RODRIGUES FILHO, Lairtes Chaves; OTA, Daniela Cristiane. Hermenêutica de profundidade na compreensão sócio-histórica do espaço e da programação das rádios da fronteira sul-mato-grossense de Brasil e Paraguai in: 3º ENCONTRO CENTRO-OESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 23 a 24 jul. 2016, Campo Grande MS. *Anais*. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2016.

RODRIGUES FILHO, Lairtes Chaves. *Mba'éichapa chamigo!* Programação radiofônica e multiculturalismo na fronteira sul-matogrossense de Brasil e Paraguai. 2016. 190f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Comunicação) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campina Grande, MS.

ROSSI, Michele Pereira da Silva. Dedicado à Glória de Deus e ao progresso humano: a gênese protestante da Universidade Federal de Lavras – UFLA (Lavras, 1892-1938). 2010. 285f. Tese (História e Historiografia da Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia MG.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. São Paulo, n. 54, jun. 1977, p. 81-99.

SCHINEIDERS, Agostinho; COSTA, Rogério Santos. *Socioeconomia e Geopolítica*. Palhoça SC: UnisulVirtual, 2016.

SCHULZ, Almiro. *Educação Superior Protestante no Brasil*. Engenheiro Coelho-SP: UNASPRESS, 2003.

SECRETARIA EXECUTIVA DO SUPREMO CONCÍLIO DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL. *Digesto Online*: instituições educativas. Belo Horizonte MG: Secretaria Executiva do Supremo Concílio / ICALVINUS, 2021, 5 f.

\_\_\_\_\_. *Digesto Presbiteriano*: Resolução do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva 1951-1960. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1998a.

\_\_\_\_\_. *Digesto Presbiteriano*: Resolução do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva 1961-1970. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1998b.

SERENI, E. La categoría de formación económico-social. *Cuadernos de Pasado y presente*. Córdoba, Argentina, Siglo XXI. 1976.

SILVA, Anaxsuell Fernando. Da teologia protestante à libertação da teologia: a biografia de um intelectual protestante. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 09, n. 27, p. 35-65, jan/abr 2017.

SILVA, José Manoel Ferreira. As assimetrias regionais em Portugal: análise da convergência *versus* divergência a nível dos municípios. 2012. 84f. Dissertação (Escola de Economia) - Universidade do Minho, Braga, Portugal.

SILVA, Paulo Roberto da. Lavras na Educação Nacional: a ESAL, suas inovações, crise de 1963, atuação e influências no MEC. *Revista do Patrimônio Cultural de Lavras*, Vol 1, No. 1, p. 357-380, Ago 2020. Disponível em: <https://ia801506.us.archive.org/20/items/revista-do-patrimonio-cultural-de-lavras-1-1-2020/Revista%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20de%20Lavras%201%281%29%2C%202020.pdf> Acesso em 04 mar. 2021.

SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, Vol. 22, No. 2, p. 174-197, Abr. 1980.

SOARES, Caleb. *150 Anos de paixão missionária: o presbiterianismo no Brasil*. São Paulo: Instituto de Pedagogia Cristã, 2009.

SOUZA NETO, João Clemente. *Considerações sobre a educação como meio de formação de pessoas*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2017. Notas de aula

THOMPSON, John B. Ideology and the analysis of discourse: a critical introduction to the work of Michel Pêcheux. *The Sociological Review*, s.d., v. 31, n. 2, p. 212-236, 1983.

THOMPSON, John B. Ideology and the critique of domination II. *Canadian Journal of Political and Social Theory*. Hiver, Vol. 8, Nos . 1-2, Hiver/Printemps, 1984. Disponível em: <file:///C:/Users/lucas/Downloads/13989-Article%20Text-10804-1-10-20150625.pdf> Acesso 30 mai. 2022.

THOMPSON, JOHN B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9ª ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. *UFLA 100 anos (1908-2008)*. Lavras MG: Editora UFLA, 2008.

VILELA, Marcio Salviano. *A Formação Histórica dos Campos de Sant'Ana das Lavras do Funil*. Lavras: Editora Indi, 2007.

VIEIRA *et al.* Assimetrias regionais. Que diferença nos estilos de vida e na satisfação com a vida dos adolescentes? Um estudo realizado em alunos do 3º ciclo do Ensino Básico em Portugal. *Ciência e Saúde Coletiva*. São Paulo, nº20, v. 1, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/cXFRxGvLBhTwSpFFSRdJhBR/?lang=pt> Acesso em 30 mai 2022.

VIEIRA, Suzane da Rocha. Uma reflexão acerca do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Campinas: Revista HISTEDR – VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, 2006. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Suzane%20da%20rocha%20vieira.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Suzane%20da%20rocha%20vieira.pdf) Acesso em 07 de jun 2019.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.